PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA N° 008/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 066/2026
O Município de Brasilândia do Sul – PR torna público aos interessados em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que a Administração pretende realizar a Dispensa de Licitação n° 008/2026, com fundamento no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21, com objetivo de realizar a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATIVIDADES FÍSICAS E FUNCIONAIS DESTINADOS AOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL – PR, NO ÂMBITO DO PROGRAMA CUIDA MAIS PARANÁ – ENVELHECIMENTO ATIVO, CONFORME A DELIBERAÇÃO N° 049/2025 DO CEDIPI – PR, pelo valor máximo de R$30.329,14 (trinta mil trezentos e vinte e nove reais e quatorze centavos).
Propostas deverão ser encaminhadas até 29/10/2026 às 17h. Os interessados em apresentar proposta, devem enviá-las no e-mail licitacao@brasilandiadosul.pr.gov.br ou protocolados no Setor de Protocolos localizado no Paço Municipal de Brasilândia do Sul e no assunto dispor o número da Dispensa.
Devem ser enviados juntamente com a proposta, todos os documentos de habilitação exigidos no edital.
Brasilândia do Sul – PR, 21 de outubro de 2026.
ALEX ANTONIO CAVALCANTE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
DECRETO Nº 284/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026
SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA TRECHO DA ESTRADA RURAL DENOMINADA DE “ESTRADA SANTA CLARA”, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso XII do art. 66 da Lei Orgânica do Município de Cafezal do Sul, Estado do Paraná,
DECRETA:
Art. 1º. Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de Cascalhamento, trecho da Estrada Rural denominada de “ESTRADA SANTA CLARA”, localizada na zona rural do Município de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, identificado pela seguinte extensão e coordenadas geográficas:
ESTRADA SANTA CLARA – EXTENSÃO: 5.300,00 m
PONTO INICIAL: 23°52’50.04”S / 53°31’17.03”O
PONTO FINAL: 23°50’31.99”S / 53°32’5.81”O
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de outubro de 2026.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 136/2026
Abre crédito suplementar por remanejamento de dotação embasado no disposto no artigo 20, § 2º, da Lei 2.553/2025 e artigo 7º, § 2º, da Lei 2.575/2025.
O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais.
DECRETA:
Art. 1º Fica nos termos do disposto no artigo 7º, § 2º, da Lei Municipal 2.575/2025 e artigo 20, § 2º, da Lei Municipal 2.553/2025, aberto no corrente exercício financeiro, crédito suplementar por remanejamento de dotação no montante de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), com a seguinte ordem classificatória:
07 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT. E ASS. UNIVER.
07.01 DIV. DE ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL
Ft Fc 1236112452045 Manutenção do ensino fundamental
1044 35753.3.90.39 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica 16.000,00
Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior, serão permutadas parcialmente as seguintes dotações:
07 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT. E ASS. UNIVER.
07.01 DIV. DE ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL
Ft Fc 1236112483048 Construção, ref. e ampl. das unidades escolares
1044 23864.4.90.51 Obras e instalações 16.000,00
Art. 3º O presente crédito adicional suplementar por cancelamento, não contará no limite estabelecido para tais créditos adicionais suplementares, conforme estabelecido no artigo 20, § 4º, da Lei 2.553/2025 e artigo 7º, § 4º, da Lei 2.575/2025.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, 21 de outubro de 2026.
ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
P O R T A R I A Nº 1062/2026
SÚMULA: Nomeia a comissão organizadora da Conferência Municipal de Cultura de Cruzeiro do Oeste
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais, em observância ao disposto no art. 6º, §§1º e 2º, da Portaria Municipal nº 1061/2026, referente a Regulamentação da Conferência Municipal de Cultura de Cruzeiro do Oeste
Art.1º – Ficam Nomeados os membros para comporem a Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Cultura de Cruzeiro do Oeste, convocada pelo Decreto 445/2026 e regulamentada pela Portaria 1061/2026, ficando a mesma constituída pelos seguintes membros:
Representantes da Área Governamental:

Nome	Representante	CPF:
Jaquelina Aparecida Pacheco	Secretaria Municipal de Educação	xxx.792.259-xx
Graziela Cristina do Amaral	Secretaria Municipal de Educação	xxx.312.669-xx
Cristian Henrique Alves Soares	Departamento de Cultura	xxx.083.289-xx

Representantes de Instituições Convidadas (sociedade civil):

Nome	Representante	CPF:
Maria Karol Lima Zelazowski	Sociedade Civil	xxx.345.909-xx
Vinicius Guerra de Souza	Sociedade Civil	xxx.686.189-xxx
Letícia da Silva de Oliveira Conrado	Sociedade Civil	xxx.966.489-xx

Art. 2º- Esta portaria terá validade a contar da data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
D E C R E T O Nº 450/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
D E C R E T A:
Art. 1º- Exonerar cargo em comissão a contar do dia 19 de Outubro de 2026, a servidora JENNYFER FRANCIELLE BORNIA NONOMURA, CPF nº xxx.215.179-xx, ocupante do cargo de Assessor Administrativo II, junto ao Gabinete do Prefeito.
Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Douradina, Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação abaixo identificada, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 19/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 40/2026
OBJETO: Aquisição de fraldas descartáveis, de uso adulto e infantil, destinadas ao atendimento das necessidades dos usuários assistidos pelos serviços de saúde e/ou programas sociais do órgão, conforme especificações, características e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.
Critério de Julgamento: Menor Preço por item
Modo de Disputa: Aberto
O recebimento das propostas e dos documentos de habilitação será realizado exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.
Recebimento das Propostas: Das 08h00min do dia 22/10/2026 até as 08h10min do dia 06/11/2026.
Julgamento das Propostas: Das 08h10min às 08h45min do dia 06/11/2026.
A Abertura da Sessão pública: às 09h00min do dia 06 de novembro de 2026, por meio da plataforma eletrônica da BLL, observadas as condições estabelecidas no Edital.
Edital e Anexos: encontram-se disponíveis para consulta e download no Portal da Transparência do Município, no endereço eletrônico www.douradina.pr.gov.br, na plataforma da BLL (www.bll.org.br), no Portal Nacional das Contratações Públicas (PNCP), podendo também ser obtidos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Informações Complementares: poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, pelo telefone (44) 3663-1579, ramal 205, ou pelo e-mail licitacao@douradina.pr.gov.br.
Douradina-PR, 21 de outubro de 2026.
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
A Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Douradina – PR, no uso de suas atribuições legais avisa a todos os interessados em participar da Concorrência Eletrônica nº 04/2026, processo nº 39/2026, objetivando a Contratação de empresa especializada para construção de 10 (dez) unidades habitacionais de interesse social - Programa Casa Fácil Paraná - com área individual de 47,33 m², totalizando aproximadamente 473,30 m² de área construída, conforme projetos e memorial descritivo padrão COHAPAR, com abertura prevista para às 09h00min do dia 26 de outubro de 2026, QUE A SESSÃO PÚBLICA ESTÁ SUSPENSA.
A suspensão decorre da necessidade de reanálise da documentação que instrui o processo. A nova data para a realização da sessão pública será divulgada oportunamente, pelos mesmos meios de publicidade anteriormente utilizados.
Douradina-PR, 21 de outubro de 2026.
Juliane Lie Ota
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 071/2026 - RH
REF. AO CONTRATO DE TRABALHO DE Nº. 071/2026
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de Outubro de 2026.
CONTRATANTE: Município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
CONTRATADA: ANGELA GENI DOS SANTOS SOUZA, CPF. nº xxx.718.979-xx.
OBJETO: Prestação de serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2025.
VALOR INICIAL: R$ 2.000,00 (dois mil reais).
VIGÊNCIA: Iniciando em 05/10/2026, com término em 04/10/2027.
CARGA HORÁRIA: 40 (vinte) horas semanais.
LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: no Centro Municipal de Educação Infantil Casinha Feliz, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Cruzeiro do Oeste, 05 de Outubro de 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
DECRETO N° 225
De 20 de outubro de 2026.
SÚMULA: Declara de Utilidade Pública, para fins de constituição de Servidão Administrativa, amigável ou judicial, pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a área de terras especificada no Art. 1º, deste Decreto, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal combinada com o art. 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988, e com o Decreto-Lei nº 3.365/41
D E C R E T A:
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de instituição da Servidão Administrativa, amigável ou judicial, pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, destinada à implantada a Faixa de Servidão Administrativa de Passagem do Emissário Final Onça – Bacia Onça, empreendimento de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário – SES de Douradina, bem como as benfeitorias que possam sobre a mesma existirem, com fulcro nos Arts. 2º, 5º, “E” e “H”, e 6º, do Decreto – Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956:
I – Faixa de servidão sobre o Lote nº 10, da Gleba 05, do Imóvel Ivaí:
Codificação: SES-0298-7947-PEXE-DE-EMI00SERDOURA-43021-RKRUK
Empreendimento: FAIXA DE SERVIDÃO - EMISSÁRIO FINAL ONÇA - BACIA ONÇA
Imóvel: LOTE Nº 10, DA GLEBA Nº 05, DO IMÓVEL IVAÍ
Proprietário: JOSE MANOEL LOPES DA SILVA OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER
Município: DOURADINA UF: PARANÁ
Comarca: UMUARAMA / PR
Certidão de Registro: MATRICULA Nº 14.361 – 1º OFÍCIO
Área Atingida: 648,60 m² Extensão: 108,10 m Largura: 6,00 m
DESCRIÇÃO: Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão no vértice E11 de coordenadas N 7.412.373,73 m e E 270.423,87 m, deste, segue com o azimute e distância 277º30’57” e 27,14 m até o vértice PV30, de coordenadas N 7.412.377,28 m e E 270.396,96 m, deste, segue com o azimute e distância 251º26’41” e 52,38 m até o vértice PV31, de coordenadas N 7.412.360,61 m e E 270.347,31 m, deste, segue com o azimute e distância 292º00’01” e 18,00 m até o vértice PV32, de coordenadas N 7.412.367,35 m e E 270.330,62 m, deste, segue com o azimute e distância 284º52’23” e 10,58 m até o vértice E12, de coordenadas N 7.412.370,07 m e E 270.320,39 m, perfazendo uma extensão de 108,10 m a qual define o eixo de uma faixa de 6,00 m de largura, com uma área total de 648,60 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, Meridiano Central 51° WGR, Fuso 22, tendo como DATUM o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.
Art. 2º Fica autorizada, a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a promover todos os atos, judiciais ou extrajudiciais, necessários para a efetivação da Servidão Administrativa, na área de terras descrita no Art. 1º, deste Decreto, na forma da legislação vigente.
Art. 3º Fica reconhecida a conveniência da constituição de Servidão Administrativa, em favor da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, para os fins indicados, ficando-lhe assegurado o direito, atribuído à Empresa, de praticar todos os atos de reconhecimento e medição da área de terras descritas no Art. 1º, deste Decreto.
Art. 4º O proprietário, da área atingida pelo ônus da Servidão Administrativa, limitará o uso e gozo, da mesma, ao que for compatível com a existência de Servidão Administrativa, abstendo-se, consequentemente, de praticar, dentro da referida área, quaisquer atos que causem danos às mesmas, incluídos, entre eles, os de erguer construções, fazer plantações de grande porte, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.
Art. 5º A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessário, a urgência a que se refere o Art. 15 do Decreto – Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1.941, e suas alterações.
Art. 6º O ônus, decorrente da constituição da Servidão Administrativa, da área de terras a que se refere o Art. 1º, deste Decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.
Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Douradina - PR, 20 de outubro de 2026.
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
P O R T A R I A Nº 1016/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor WAGNER DE ALMEIDA, CPF. xxx.616.859-xx, ocupante do cargo de Motorista no Transporte da Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 26/03/2024 a 25/03/2025, a contar do dia 08/10/2026 a 06/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº1037/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora MARIA NEIDE ARAUJO GASTALDIN, CPF. nº xxx.071.349-xx, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Unidade Básica de Saúde do Jardim Cruzeiro, junto a Secretaria Municipal de Saúde, 15 (quinze) dias de férias restantes, referente ao período aquisitivo 01/08/2024 a 31/07/2025, a contar do dia 05/10/2026 a 19/10/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 06 (SEIS) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1038/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor CARLOS DE LIMA, CPF. nº xxx.450.309-xx, ocupante do cargo de Operário, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, 20 (vinte) dias de férias restantes, referente ao período aquisitivo 01/08/2023 a 31/07/2024, a contar do dia 01/10/2026 a 20/10/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 06 (SEIS) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1039/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor CARLOS DE LIMA, CPF. nº xxx.450.309-xx, ocupante do cargo de Operário, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, 10 (dez) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 01/08/2024 a 31/07/2025, a contar do dia 21/10/2026 a 30/10/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 06 (SEIS) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1045/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor Leonardo Augusto de Souza Guimarães, CPF: 106.xxx.xxx-28, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista - 40H, do Centro Odontológico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, 20 (vinte) dias de férias restantes, referente ao período aquisitivo 21/11/2024 a 20/11/2025, a contar do dia 30/11/2026 a 19/12/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1046/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor LEONARDO ZAVILENSKI FOGAÇA, CPF: xxx.669.319-xx, ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Meio Ambiente, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, 15 (quinze) dias de férias restantes, referente ao período aquisitivo 24/06/2025 a 23/06/2026, a contar do dia 03/11/2026 a 17/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
P O R T A R I A Nº 1047/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor BRUNO LEONARDO PEGUIM MAGALHÃES, CPF. nº xxx.719.259-xx, ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Tributação, junto a Secretaria Municipal de Finanças, 15 (quinze) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 04/03/2023 a 03/03/2024, a contar do dia 16/11/2026 à 30/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1048/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
DEMITIR por término de contrato a contar do dia 17 de Outubro de 2026, a servidora ALANNA KARLA AMANCIO DA SILVA LAMÔNICA, CPF. nº, xxx.872.629-xx, ocupante do cargo de PROFESSOR – 20H, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
P O R T A R I A Nº 1049/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
ATRIBUIR a contar do dia 01 de Outubro de 2026, jornada suplementar de 20 (vinte) horas semanais para a servidora ELVIRA DE SOUZA QUINTELA, CPF: xxx.078.309-xx, na Escola Municipal Nísia Floresta, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme a Lei Complementar nº 003/2013.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19(DEZENOVE) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1050/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor DEUCENI CRISTINA MARTINS BAIA, CPF. nº xxx.105.389-xx, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do Centro dia do Idoso, Junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias restantes, referente ao período aquisitivo 11/12/2022 a 10/12/2023 a contar do dia 14/10/2026 a 28/10/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1051/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor DEUCENI CRISTINA MARTINS BAIA, CPF. nº xxx.105.389-xx, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do Centro dia do Idoso, Junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 11/12/2023 a 10/12/2024 a contar do dia 03/11/2026 a 17/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1052/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora EDNA APARECIDA COLOMBO GRACIANO, CPF. nº xxx.995.139-xx, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Hospital Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 01/08/2025 a 31/07/2026, a contar do dia 01/11/2026 a 30/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1053/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora VANIA APARECIDA PROENCA, CPF. nº XXX.999.269-XX, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 23/10/2025 à 22/10/2026, a contar do dia 03/11/2026 a 02/12/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19(DEZENOVE) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1054/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora JAQUELINA APARECIDA PACHECO, CPF nº xxx.792.259-xx, ocupante do cargo de Agente Político Secretária Municipal de Educação e Cultura, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 15 (quinze) dias de férias restantes, referente ao período aquisitivo de 02/01/2025 à 01/01/2026, a contar do dia 03/11/2026 a 17/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19(DEZENOVE) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1055/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora MICHELLE ABDO RAHIMEN FERRARESI, CPF. nº xxx.916.649-xx, ocupante do cargo de Dentista-40h, do Centro Odontológico, Junto a Secretaria Municipal de Saúde, 20 (vinte) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 02/06/2025 a 01/06/2026, a contar do dia 03/11/2026 a 22/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1056/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor MOACIR RIBEIRO DOS SANTOS, CPF. nº xxx.907.249-xx, ocupante do cargo de Operário, junto a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 01/08/2022 a 31/07/2023, a contar do dia 03/11/2026 a 02/12/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 (VINTE) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1057/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora REGIANE MARIA COUTINHO, CPF. nº, xxx.801.879-xx, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais no Ginásio de Esportes, junto a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 30 (trinta) dias de Licença Premio regulamentares, referente ao período aquisitivo 18/06/2017 a 17/06/2022, a contar do dia 15/10/2026 a 13/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 (VINTE) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1058/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora MIRIAN GRAZIELLA GOMES DE OLIVEIRA DA CRUZ, CPF. nº xxx.564.628-xx, ocupante do cargo de Operário, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, 30 (trinta) dias de licença premio regulamentares, referente ao quinquênio aquisitivo 10/03/2021 09/03/2026, a contar do dia 07/10/2026 a 05/11/2026.
Registre-se Publique-se Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21(VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
P O R T A R I A Nº 1060/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor JEFFERSON LEANDRO OCALXUK DE OLIVEIRA, CPF. nºXXX.667.119-XX, ocupante do cargo de Eletricista, junto a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, 20 (vinte) dias de férias restantes, referente ao período aquisitivo 03/07/2024 a 02/07/2025 a contar do dia 03/11/2026 a 22/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21(VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1059/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora ROSANA JESUS DE SOUZA, CPF. nº xxx.422.419-xx, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do Órgão Gestor, Junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 10/03/2025 a 09/03/2026, a contar do dia 05/10/2026 a 19/10/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná

PORTARIA Nº1063/2026 – SECRETARIA DE SAÚDE
SÚMULA: Concessão de Diária
SR. FLAVIO SILVA POSSETI, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor Claudinei Aparecido de Almeida, Motorista Municipal, com base na Lei Municipal nº.24/2013 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 03 (três) diárias de R$227,39, totalizando o valor de R$682,17 (seiscentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos) para transporte de pacientes que realizam tratamento de saúde, nos dias 14,15,16 e17 de novembro de 2026, a cidade de Curitiba.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AO 21 (VINTE E UM) DIAS DE OUTUBRO DE 2026.
FLAVIO SILVA POSSETI
Secretaria Municipal de Saúde
SOLICITAÇÃO DE DIARIAS: UNIDADE REQUISITANTE
NOME BENEFICIÁRIO
CLAUDINEI APARECIDO DE ALMEIDA
LOTAÇÃO
Governo MunicipalCARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPALCLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPF
AGÊNCIA BANCÁRIA
Nº. CONTA
DESTINO
Curitiba
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
14,15,16 e17 de novembro de 2026.QT. DIÁRIAS
03 diárias VALOR UNITÁRIO
R$227,39VALOR TOTAL
R$682,17Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO) ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___(RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PORTARIA Nº 1064/2026– SECRETARIA DE SAÚDE
SÚMULA: Concessão de Diária
SR. FLAVIO SILVA POSSETI, O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor GERALDO CRISTIANO SAULLIN, Motorista Municipal, com base na Lei Municipal nº.24/2013, tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 03 (três) diárias de R$227,39, totalizando o valor de R$682,17 (seiscentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos), para transporte de pacientes a cidade de Curitiba, e nos dias 18,19,20 e 21 de novembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DE OUTUBRO DE 2026.
FLAVIO SILVA POSSETI
Secretaria Municipal de Saúde
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA: UNIDADE REQUISITANTE
NOME BENEFICIÁRIO
GERALDO CRISTIANO SAULLIN
LOTAÇÃO
Governo MunicipalCARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPALCLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPF
AGÊNCIA BANCÁRIA
CAIXA
Nº. CONTA
DESTINO
CURITIBA - PR
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO: 18,19,20 e 21 de novembro de 2026.QT. DIÁRIAS
03 diárias VALOR UNITÁRIO
R$227,39VALOR TOTAL
R$682,17Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO)
ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___(RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PORTARIA Nº.1065/2026– SECRETARIA DE SAÚDE
SÚMULA: Concessão de Diária
SRº FLÁVIO SILVA POSSETI, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor GERALDO CRISTIANO SAULLIN, Motorista Municipal, com base na Lei Municipal nº.24/2013 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de10 (dez) diárias de R$75,80, totalizando o valor de R$758,00 (setecentos e cinquenta e oito reais, para transporte de pacientes para as cidades de Cascavel, Arapongas, Londrina, Cianorte e Maringá.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AO 21 (VINTE E UM) DIAS DE OUTUBRO DE 2026.
FLAVIO SILVA POSSETI
Secretaria Municipal de Saúde
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS: UNIDADE REQUISITANTE
NOME BENEFICIÁRIO
GERALDO CRISTIANO SAULLIN
LOTAÇÃO
Governo MunicipalCARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPALCLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPFAGÊNCIA BANCÁRIA
Nº. CONTA
DESTINO
Cascavel, Arapongas, Londrina, Cianorte e Maringá.
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
Conforme a necessidade da Secretaria.QT. DIÁRIAS
10 diáriasVALOR UNITÁRIO
R$75,80
VALOR TOTAL
R$758,00Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO)
ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___(RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PORTARIA Nº. 1066/2026-Secretaria Saúde
SÚMULA: Concessão de Diária
SRº FLÁVIO SILVA POSSETI, AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor Jefferson Longuini, Motorista Municipal, com base na Lei Municipal nº.24/2013 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 05 (cinco) diárias de R$113,70, totalizando o valor de R$568,50 (quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), para transporte de pacientes para as cidades de Cascavel, Arapongas, Londrina e Maringá.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AO 21 (VINTE E UM) DIAS DE OUTUBRO DE 2026.
FLÁVIO SILVA POSSETI
Secretaria Municipal de Saúde
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS: UNIDADE REQUERENTE
NOME BENEFICIÁRIO
Jefferson Longuini
LOTAÇÃO
Governo MunicipalCARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPALCLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPFAGÊNCIA BANCÁRIA
Nº. CONTA
DESTINO
Cascavel, Arapongas, Londrina e Maringá.
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
Conforme a necessidade da Secretária.QT. DIÁRIAS
05 diárias
VALOR UNITÁRIO
R$113,70VALOR TOTAL
R$568,50Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO) ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___(RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PORTARIA Nº 1067/2026-Secretaria de Saúde
SÚMULA: Concessão de Diária
SR. FLAVIO SILVA POSSETI, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor JEISRAEL PAES DE ANDRADE, Motorista Municipal, com base na Lei Municipal nº.24/2013 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 03 (três) diárias de R$227,39, totalizando o valor de R$682,17 (seiscentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos), para transporte de pacientes que realizam tratamento de saúde, nos dias 26, 27, 28 e 29 de novembro 2026 à cidade de Curitiba
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AO 21 (VINTE E UM) DIAS DE OUTUBRO DE 2026.
FLÁVIO SILVA POSSETI
Secretaria Municipal de Saúde
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA: UNIDADE REQUISITANTE
NOME BENEFICIÁRIO
JEISRAEL PAES DE ANDRADE
LOTAÇÃO
Governo MunicipalCARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPALCLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPF
XXX .XXX.XXX-XXAGÊNCIA BANCÁRIA
Nº. CONTA
DESTINO
CURITIBA
MOTIVO
Transporte de pacientes
Período: 26, 27, 28 e 29 de novembro 2026.QT. DIÁRIAS
03 diáriasVALOR UNITÁRIO
R$ 227,39VALOR TOTAL
R$682,17Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO) ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___(RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PORTARIA Nº.1068/2026– SECRETARIA DE SAÚDE
SÚMULA: Concessão de Diária
SRº FLÁVIO SILVA POSSETI, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor JEISRAEL PAES DE ANDRADE, Motorista Municipal, com base na Lei Municipal nº.24/2013 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 10 (dez) diárias de R$75,80, totalizando o valor de R$758,00 (setecentos e cinquenta e oito reais), para transporte de pacientes para as cidades de Cascavel, Arapongas, Londrina, Cianorte e Maringá.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DE OUTUBRO DE 2026.
FLAVIO SILVA POSSETI
Secretaria Municipal de Saúde
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS: UNIDADE REQUISITANTE
NOME BENEFICIÁRIO
JEISRAEL PAES DE ANDRADE
LOTAÇÃO
Governo MunicipalCARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPALCLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPF
XXX XXX XXX XXAGÊNCIA BANCÁRIA
Nº. CONTA
DESTINO
Cascavel, Arapongas, Londrina, Cianorte e Maringá.
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
Conforme a necessidade da Secretaria.QT. DIÁRIAS
10 diáriasVALOR UNITÁRIO
R$75,80
VALOR TOTAL
R$758,00Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO)
ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___(RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PORTARIA Nº1069/2026– SECRETARIA DE SAÚDE
SÚMULA: Concessão de Diária
SR. FLAVIO SILVA POSSETI, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor JOSÉ CARLOS DA COSTA, Motorista Municipal, com base na Lei Municipal nº.24/2013 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 03 (três) diárias de R$227,39, totalizando o valor de R$682,17 (seiscentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos), para transporte de pacientes a cidade de Curitiba, nos dias 01, 02, 03 e 04 novembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AO 21 (VINTE E UM) DIAS DE OUTUBRO DE 2026.
FLAVIO SILVA POSSETI
Secretaria Municipal de Saúde
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA: UNIDADE REQUISITANTE
NOME BENEFICIÁRIO
JOSÉ CARLOS DA COSTA
LOTAÇÃO
Governo MunicipalCARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPALCLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPF
AGÊNCIA BANCÁRIA
Nº. CONTA
DESTINO
CURITIBA - PR
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
01, 02, 03 e 04 novembro de 2026.QT. DIÁRIAS
03 diárias VALOR UNITÁRIO
R$227,39VALOR TOTAL
R$682,17Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO)
ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___(RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PORTARIA Nº. 1070/2026– SECRETARIA DE SAÚDE
SÚMULA: Concessão de Diária
SRº. FLÁVIO SILVA POSSETI, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor LUIZ CARLOS MARCCHESINI, Motorista Municipal, com base na Lei Municipal nº.24/2013 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 03 (três) diárias de R$227,39, totalizando o valor de R$682,17 (seiscentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos), para transporte de pacientes que fazem tratamento fora do domicílio à cidade de Curitiba –PR nos dias 10, 11, 12 e 13 de novembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, 21(VINTE E UM) DIAS DE OUTUBRO DE 2026.
FLAVIO SILVA POSSETI
Secretaria Municipal de Saúde
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS: UNIDADE REQUISITANTE
NOME BENEFICIÁRIO
Luiz Carlos Marcchesini
LOTAÇÃO
Governo MunicipalCARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPALCLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPF
AGÊNCIA BANCÁRIA
Nº. CONTA
DESTINO
Curitiba
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
10, 11, 12 e 13 de novembro de 2026.
QT. DIÁRIAS
03 diáriasVALOR UNITÁRIO
R$227,39
VALOR TOTAL
R$682,17Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO)
ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___(RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
_/___/____

PORTARIA Nº 1071/2026– SECRETARIA DE SAÚDE
SÚMULA: Concessão de Diária
SR. FLAVIO SILVA POSSETI, O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor WAGNER MOREIRA DA SILVA, Motorista Municipal, com base na Lei Municipal nº.24/2013, tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 03 (três) diárias de R$227,39, totalizando o valor de R$682,17 (seiscentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos), para transporte de pacientes a cidade de Curitiba, e nos dias 14, 15, 16 e 17 de novembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DE OUTUBRO DE 2026.
FLAVIO SILVA POSSETI
Secretaria Municipal de Saúde
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA: UNIDADE REQUISITANTE
NOME BENEFICIÁRIO
Wagner Moreira da Silva
LOTAÇÃO
Governo MunicipalCARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPALCLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPF
AGÊNCIA BANCÁRIA
CAIXA
Nº. CONTA
DESTINO
CURITIBA - PR
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO: 14, 15, 16 e 17 de novembro de 2026.QT. DIÁRIAS
03 diárias VALOR UNITÁRIO
R$227,39VALOR TOTAL
R$682,17Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO)
ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___(RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PORTARIA Nº. 1072/2026-Secretaria de Saúde
SÚMULA: Concessão de Diária
Sr.º FLAVIO SILVA POSSETI, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor WAGNER DE OLIVEIRA CARDOSO, Motorista Municipal, com base na Lei Municipal nº.24/2013 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 05 (cinco) diárias de R$113,70, totalizando o valor de R$568,50 (quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), para transporte de pacientes para seguintes cidades de Cascavel, Arapongas, Londrina, Cianorte e Maringá.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIA DE OUTUBRO DE 2026.
FLAVIO SILVA POSSETI
Secretário Municipal de Saúde
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA: UNIDADE REQUISITANTE
NOME BENEFICIÁRIO
WAGNER DE OLIVEIRA CARDOSO
LOTAÇÃO
Governo MunicipalCARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPALCLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPF
AGÊNCIA BANCÁRIA
Nº. CONTA
DESTINO
Cascavel, Arapongas, Londrina, Cianorte e Maringá.
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
Conforme a necessidade da SecretariaQT. DIÁRIAS
05 diárias VALOR UNITÁRIO
R$ 113,70VALOR TOTAL
R$568,50Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO) ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___(RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PORTARIA Nº. 1073/2026-Secretaria de Saúde
SÚMULA: Concessão de Diária
Sr.º FLAVIO SILVA POSSETI, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor WAGNER DE OLIVEIRA CARDOSO, com base na Lei Municipal nº.24/2013, tendo em vista solicitação formulada, 10 (dez) diárias de R$75,80, totalizando o valor de R$758,00 (setecentos e cinquenta e oito reais), para transporte de pacientes nas seguintes cidades: Cascavel, Arapongas, Londrina, Cianorte e Maringá.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DE OUTUBRO DE 2026.
FLAVIO SILVA POSSETI
Secretário Municipal de Saúde
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA: UNIDADE REQUISITANTE
NOME BENEFICIÁRIO
WAGNER DE OLIVEIRA CARDOSO
LOTAÇÃO
Governo MunicipalCARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPALCLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPF
AGÊNCIA BANCÁRIA
Nº. CONTA
DESTINO
Cascavel, Arapongas, Londrina, Cianorte e Maringá.
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
Conforme a necessidade da SecretariaQT. DIÁRIAS
10 diárias VALOR UNITÁRIO
R$ 75,80VALOR TOTAL
R$758,00Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO) ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___(RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PORTARIA Nº 1074/2026– SECRETARIA DE SAÚDE
SÚMULA: Concessão de Diária
Sr.º FLÁVIO SILVA POSSETI, SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor ALEX HATUN GONZAGA, com base na Lei Municipal nº.24/2013, tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 05 (cinco) diárias de R$113,70 totalizando o valor de R$568,50 (quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), para transporte de pacientes para as cidades de Cascavel, Arapongas, Londrina e Maringá.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DE OUTUBRO DE 2026.
FLAVIO SILVA POSSETI
Secretário Municipal de Saúde
SOLICITAÇÃO DE DIARIA: UNIDADE REQUISITANTE
NOME BENEFICIÁRIO
ALEX HATUN GONZAGA
LOTAÇÃO
Governo MunicipalCARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPALCLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPF
XXX XXX XXX - XXAGÊNCIA BANCÁRIA
Nº. CONTA
DESTINO
Cascavel, Arapongas, Londrina e Maringá.
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
CONFORME NECESSIDADE DA PASTA.QT. DIÁRIAS
05 diárias VALOR UNITÁRIO
R$113,70VALOR TOTAL
R$ 568,50Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO)
ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___(RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PORTARIA Nº 1075/2026– SECRETARIA DE SAÚDE
SÚMULA: Concessão de Diária
Sr.º FLÁVIO SILVA POSSETI, SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor ANDRÉIA DE OLIVEIRA MIRANDA, com base na Lei Municipal nº.24/2013, tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 05 (cinco) diárias de R$113,70 totalizando o valor de R$568,50 (quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), para transporte de pacientes para as cidades de Cascavel, Arapongas, Londrina e Maringá.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DE OUTUBRO DE 2026.
FLAVIO SILVA POSSETI
Secretário Municipal de Saúde
SOLICITAÇÃO DE DIARIA: UNIDADE REQUISITANTE
NOME BENEFICIÁRIO
ANDREIA DE OLIVEIRA MIRANDA
LOTAÇÃO
Governo MunicipalCARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPALCLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPF
XXX XXX XXX - XXAGÊNCIA BANCÁRIA
Nº. CONTA
DESTINO
Cascavel, Arapongas, Londrina e Maringá.
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
CONFORME NECESSIDADE DA PASTA.QT. DIÁRIAS
05 diárias VALOR UNITÁRIO
R$113,70VALOR TOTAL
R$ 568,50Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO)
ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___(RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PORTARIA Nº. 1076/2026-Secretaria de Saúde
SÚMULA: Concessão de Diária
Sr.º FLAVIO SILVA POSSETI, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor ANDRÉIA DE OLIVEIRA MIRANDA, com base na Lei Municipal nº.24/2013, tendo em vista solicitação formulada, 10 (dez) diárias de R$75,80, totalizando o valor de R$758,00 (setecentos e cinquenta e oito reais), para transporte de pacientes nas seguintes cidades: Cascavel, Arapongas, Londrina, Cianorte e Maringá.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DE OUTUBRO DE 2026.
FLAVIO SILVA POSSETI
Secretário Municipal de Saúde
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA: UNIDADE REQUISITANTE
NOME BENEFICIÁRIO
ANDREIA DE OLIVEIRA MIRANDA
LOTAÇÃO
Governo MunicipalCARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPALCLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPF
AGÊNCIA BANCÁRIA
Nº. CONTA
DESTINO
Cascavel, Arapongas, Londrina, Cianorte e Maringá.
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
Conforme a necessidade da Secretaria QT. DIÁRIAS
10 diárias VALOR UNITÁRIO
R$ 75,80 VALOR TOTAL
R$758,00 Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO) ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___ (RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná

P O R T A R I A Nº 1078/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor PAULO DE SOUSA COSTA, CPF. nº xxx.285.333-xx, ocupante do cargo de Médico Clinico Geral-40H, na Unidade Básica de Saúde do Jardim Cruzeiro, junto a Secretaria Municipal de Saúde, 15 (quinze) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 26/05/2025 a 25/05/2026 a contar do dia 23/11/2026 a 07/12/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21(VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1079/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER à servidora GÉTER MATHEUS DA SILVA GOMES, CPF: xxx.491.579-xx, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Unidade Básica de Saúde do Jardim Cruzeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, 15 (quinze) dias de férias restantes, referente ao período aquisitivo 19/11/2024 a 18/11/2025, a contar do dia 03/11/2026 a 17/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1080/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora YOHANA VITÓRIA DE MATOS, CPF: xx.367.639-xx, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral-40H, na Unidade Básica de Saúde do Jardim Cruzeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, 15 (quinze) dias de férias restantes, referente ao período aquisitivo 24/07/2024 a 23/07/2025 a contar do dia 03/11/2026 a 17/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1081/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER à servidora ACYSNELE MAROPE RODRIGUES HERNANDES, CPF. nº xxx.922.839-xx, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Unidade Básica de Saúde do Jardim Cruzeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, 15(quinze) dias de férias restantes referente ao período aquisitivo 02/03/2025 a 01/03/2026, a contar do dia 03/11/2026 a 17/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1082/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor CLAUDINEI APARECIDO DE ALMEIDA, CPF nº xxx.963.499-xx, ocupante do cargo de Motorista do Transporte da Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 04/05/2023 à 03/05/2024 a contar do dia 04/11/2026 à 03/12/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1083/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER à servidora ROSANGELA FERREIRA DE SOUZA MARCÍLIO, CPF. nº xxx.286.869-xx, ocupante do cargo de Enfermeira, do Hospital Municipal, junto a Secretaria Municipal de Saúde, 15(quinze) dias de férias restantes, referente ao quinquênio 18/07/2022 a 17/07/2023, a contar do dia 01/11/2026 a 15/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1084/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER à servidora ROSANGELA FERREIRA DE SOUZA MARCÍLIO, CPF. nº xxx.286.869-xx, ocupante do cargo de Enfermeira, do Hospital Municipal, junto a Secretaria Municipal de Saúde, 15(quinze) dias de férias restantes, referente ao quinquênio 18/07/2023 a 17/07/2024, a contar do dia 16/11/2026 a 30/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1085/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
REMANEJAR LOTAÇÃO a contar do dia 16 de Outubro de 2026, da servidora ONIRA DOS SANTOS SILVA, CPF: xxx.141.219-xx, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Órgão Gestor para o CRAS(Centro de Referência em Assistência Social), Junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1086/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
REMANEJAR LOTAÇÃO a contar do dia 16 de Outubro de 2026, da servidora JORDANA CAROLINA ROBLE RIBEIRO, CPF. nº xxx.396.329-xx, ocupante do cargo de Assistente Social, do Órgão Gestor, para o CRAS(Centro de Referência em Assistência Social), junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1087/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora GABRIELA DE ALMEIDA, CPF. nº xxx.033.219-xx, ocupante do cargo de Médica Veterinária, lotada nesta Prefeitura Municipal, cedida para a Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS/MAPA, 15 (quinze) dias de férias restantes, referente ao período aquisitivo 18/06/2024 a 17/06/2025, a contar do dia 03/11/2026 a 17/11/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1088/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER à servidora ANDREIA DE LIMA SOUZA, CPF. nº xxx.527.379-xx, ocupante do cargo de Assessor Adjunto, junto a Secretaria Municipal de Finanças 10 (dez) dias de férias restantes, referente ao período aquisitivo 19/02/2023 a 18/02/2024 a contar do dia 23/11/2026 à 02/12/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1090/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
SUPRIMIR a contar retroativamente do dia 06 de Outubro de 2026, Jornada Suplementar de 20 (vinte) horas semanais e gratificação de 10% dos vencimentos iniciais básicos da carreira nível “A1”, (Padrão + Suplementar) para o servidor JOÃO CARLOS DUTRA SANTANA, CPF: xxx.570.029-xx, onde o mesmo atuou como suporte pedagógico (coordenação) na Escola Municipal de Tempo Integral Emiliano Perneta, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme Lei Complementar nº 006/2015, Art. – II e III.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21(VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná

P O R T A R I A Nº 1091/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
DESIGNAR E ATRIBUIR a contar do dia 07 de Outubro de 2026, ao servidor JOÃO CARLOS DUTRA SANTANA, CPF: xxx.570.029-xx, ocupante do cargo de Professor 20h, para responder pela Direção da Escola Municipal de Tempo Integral Emiliano Perneta, Junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, concedendo-lhe Jornada Suplementar de 20(vinte) horas semanais e gratificação de 40% (quarenta por cento), dos vencimentos iniciais básicos da carreira, (Padrão+ Suplementar), conforme Lei nº 006/2015 - Art. 73.
Registre-se
Publique-se
Cumpre-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21(VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1092/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
ATRIBUIR a contar do dia 14 de Outubro de 2026, Jornada Suplementar de 20 (vinte) horas semanais e gratificação de 10% dos vencimentos iniciais básicos da carreira nível “A1”, (Padrão + Suplementar) para a servidora FABIANA PEREIRA RODRIGUES, CPF. nº xxx.356.788-xx, onde a mesma irá atuar como suporte pedagógico (coordenação) na Escola Municipal de Tempo Integral Emiliano Perneta, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme Lei Complementar nº 006/2015, Art. – II e III.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21(VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

P O R T A R I A Nº 1093/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
ATRIBUIR a contar do dia 14 de Outubro de 2026, gratificação de 10% dos vencimentos iniciais básicos da carreira nível “A1” (padrão), para a servidora LUCIA PEREIRA DUTRA RAIMUNDO, CPF: xxx.989.239-xx, ocupante do cargo de Professora 20h, onde irá atuar como Suporte Pedagógico na Escola Municipal de Tempo Integral Emiliano Perneta, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme Lei Complementar nº 006/2015, Art. – II e III.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21(VINTE E UM) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

2° Termo aditivo do contrato nº.137/2025, decorrente de PREGÃO n°18/2025 de Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de construção, destinados à manutenção, reforma e melhorias de prédios públicos, vias e demais estruturas pertencentes ao Município.

O **MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI PR, 87580000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa **D. BERNARDINO SOBRINHO & CIA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº. 11.152.134/0001-44, com sede no endereço RUA SANTOS DUMONT, 495, CENTRO, CENTRO ALTO PIQUIRI-PR neste ato representada por **Donizete Bernardino Sobrinho,** portador do RG n° 4.343.273-7, portador do CPF sob n° 726.727.069-72, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 05/08/2027. Fica prorrogado o prazo do presente contrato por mais 10 (dez) meses conforme ofício nº 129/2026, com fundamento art. 107, da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 05 de outubro de 2026.

CONTRATANTE	CONTRATADA
MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI	D. BERNARDINO SOBRINHO & CIA LTDA - EPP
CNPJ:76.247.352/0001-08	CNPJ:111.521.340-00144
GIOVANE MENDES DE CARVALHO **PREFEITO MUNICIPAL**	Donizete Bernardino Sobrinho RG:4.343.273-7 CPF:726.727.069-72 **REPRESENTANTE LEGAL**

MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

2° Termo aditivo do contrato nº.135/2025, decorrente de PREGÃO n°18/2025 de Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de construção, destinados à manutenção, reforma e melhorias de prédios públicos, vias e demais estruturas pertencentes ao Município.

O **MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI PR, 87580000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa **CASA DAS TINTAS ALTO PIQUIRI LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 09.182.746/0001-38, com sede no endereço AV BRASIL, 2262, CENTRO, CENTRO ALTO PIQUIRI-PR neste ato representada por **BRUNO HASKIL,** portador do RG n° 31657270, portador do CPF sob n° 329.402.629-34, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 05/08/2027. Fica prorrogado o prazo do presente contrato por mais 10 (dez) meses conforme ofício nº 129/2026, com fundamento art. 107, da Lei nº. 14.133/21.

.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 05 de outubro de 2026.

CONTRATANTE	CONTRATADA
MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI	CASA DAS TINTAS ALTO PIQUIRI LTDA - ME
CNPJ:76.247.352/0001-08	CNPJ:091.827.460-00138
GIOVANE MENDES DE CARVALHO **PREFEITO MUNICIPAL**	BRUNO HASKIL RG:31657270 CPF:329.402.629-34 **REPRESENTANTE LEGAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2026

O MUNICÍPIO DE GUAÍRA-PR torna público que fará realizar, às 09h00 horas do dia 10 de novembro do ano de 2026, na plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rua Albino Guzella, Sede Municipal	Construção de Centro de Referência de Assistência Social	197,69 m²	300 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura www.guaira.pr.gov.br e na plataforma https://bllcompras.com/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Guaíra - PR, 21 de outubro de 2026.
Graziela Barbosa de Azevedo / Agente de Contratação

MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

4° Termo aditivo do contrato nº.139/2025, decorrente de PREGÃO n°18/2025 de Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de construção, destinados à manutenção, reforma e melhorias de prédios públicos, vias e demais estruturas pertencentes ao Município.

O **MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI PR, 87580000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa **GETEO MATERIAIS DE CONSTRUCAO-EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 20.159.105/0001-03, com sede no endereço RUA GUARAPUAVA, 252, CENTRO, JARDIM PARANA ASSIS CHATEAUBRIAND-PR neste ato representada por **GERALDA TEREZA DE OLIVEIRA BAUERMANN,** portador do RG n° 099035, portador do CPF sob n° 257.541.301-04, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 05/08/2027. Fica prorrogado o prazo do presente contrato por mais 10 (dez) meses conforme ofício nº 129/2026, com fundamento art. 107, da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 05 de outubro de 2026.

CONTRATANTE	CONTRATADA
MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI	GETEO MATERIAIS DE CONSTRUCAO-EIRELI-ME
CNPJ:76.247.352/0001-08	CNPJ:201.591.050-00103
GIOVANE MENDES DE CARVALHO **PREFEITO MUNICIPAL**	GERALDA TEREZA DE OLIVEIRA BAUERMANN RG:099035 CPF:257.541.301-04 **REPRESENTANTE LEGAL**

CRUZEIRO DO OESTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 45/2026	DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 09/11/2026 às 08h30min (horário de Brasília), através do site https://bllcompras.com

Objeto			
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS, UNIDADES, SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.			
Valor estimado			
R$ 266.505,78 (duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e cinco reais e setenta e oito centavos)			
Modo de disputa		Instrumento contratual	
ABERTO		CONTRATO	
Registro de preços	Vistoria	Garantia de execução	Critério de julgamento
NÃO	FACULTATIVA	NÃO	MENOR PREÇO
Documentos de habilitação (Item 16)			
Requisitos básicos: - Documentos de regularidade jurídica; - Documentos de regularidade fiscal e trabalhista; - Documentos de qualificação economica-financeira.		Requisitos específicos:	

Licitação exclusiva ME/EPP?	Cota para ME/EPP?	Exigência de amostra	Dedicação exclusiva
SIM	NÃO	NAO	NÃO
Pedidos de esclarecimentos		Impugnações	
Até às 23h59min do dia 04/11/2026, através do endereço: https://bllcompras.com		Até às 23h59min do dia 04/11/2026, através do endereço: https://bllcompras.com	

Cruzeiro do Oeste, 21 de outubro de 2026.

REGIANE CASTRO BONADIO
Pregoeira Municipal

MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

2° Termo aditivo do contrato nº.140/2025, decorrente de PREGÃO n°18/2025 de Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de construção, destinados à manutenção, reforma e melhorias de prédios públicos, vias e demais estruturas pertencentes ao Município.

O **MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI PR, 87580000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa **VISSOCI & VISSOCI LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 00.287.418/0001-21, com sede no endereço AVENIDA BRASIL, 1183, CENTRO, CENTRO ALTO PIQUIRI-PR neste ato representada por **LUIZ CARLOS VISSOCI,** portador do RG n° 4.369.619-0, portador do CPF sob n° 698.627.539-00, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 05/08/2027. Fica prorrogado o prazo do presente contrato por mais 10 (dez) meses conforme ofício nº 129/2026, com fundamento art. 107, da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 05 de outubro de 2026.

CONTRATANTE	CONTRATADA
MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI	VISSOCI & VISSOCI LTDA - ME
CNPJ:76.247.352/0001-08	CNPJ:002.874.180-00121
GIOVANE MENDES DE CARVALHO **PREFEITO MUNICIPAL**	LUIZ CARLOS VISSOCI RG:4.369.619-0 CPF:698.627.539-00 **REPRESENTANTE LEGAL**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 (RETIFICADO)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 150/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, compreendendo a disponibilização de cuidadores sociais, auxiliares de cuidador e auxiliares de serviços gerais, em regime de escala 12x36 horas, visando assegurar a continuidade, regularidade e qualidade do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes do Município de Altônia-PR, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e demais normas aplicáveis, conforme especificações, quantitativos, condições e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos integrantes do Edital.
VALOR MÁXIMO: R$ 696.622,08 (seiscentos e noventa e seis mil seiscentos e vinte e dois reais e oito centavos)
EMISSÃO DO EDITAL: 21/10/2026
ABERTURA: 06/11/2026 ÀS 09:00
LOCAL: Página eletrônica da Plataforma da BNC – Bolsa Nacional de Compras
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

DO EDITAL: Está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico do pregão eletrônico https://bnccompras.com “Acesso Identificado” e no Portal de Transparência do Município de ALTÔNIA no endereço eletrônico: https://altonia.pr.gov.br.

Altônia-PR, aos 21 de outubro de 2026.
PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 3939/2026
SÚMULA: Abre créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação orçamentária, excesso de arrecadação e superávit financeiro, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 668, de 10 (dez) de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município (Jornal Umuarama Ilustrado) em 11 (onze) de dezembro de 2025, e no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação parcial de dotação orçamentária, no orçamento vigente, no valor de R$ 429.787,53 (quatrocentos e vinte e nove mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos), mediante a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
03.02.04.122.0003.2.011	3.3.90.93.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	R$ 109,50
04.02.04.121.0004.2.018	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0	R$ 1.000,00
04.02.28.843.0000.0.002	3.2.90.21.00.00.00 JUROS SOBRE A DÍ-VIDA POR CONTRATO	0	R$ 41.659,77
06.02.13.392.0011.2.036	3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0	R$ 4.380,00
07.02.12.361.0007.2.022	3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRA-TUITA	103	R$ 10.000,00
07.02.12.361.0007.2.022	3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	103	R$ 20.000,00
07.02.12.361.0007.2.030	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	R$ 65.000,00
07.02.12.365.0007.2.032	3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CON-SUMO	103	R$ 10.000,00
07.02.12.365.0007.2.032	3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRA-TUITA	103	R$ 20.000,00
08.02.10.302.0014.2.041	3.3.72.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	303	R$ 130.000,00
09.02.15.452.0016.2.049	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	507	R$ 60.000,00
10.02.26.782.0017.2.100	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0	R$ 30.000,00
11.02.20.606.0018.2.057	3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CON-SUMO	0	R$ 30.000,00
12.02.22.661.0019.2.059	3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0	R$ 3.438,26
14.06.08.245.0005.2.071	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	885	R$ 4.200,00
TOTAL	R$ 429.787,53		

Art. 2º Para cobertura do crédito autorizado no art. 1º, fica parcialmente anulada a seguinte dotação do orçamento vigente:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
09.02.15.451.0016.2.049	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0	R$ 135.000,00
10.02.26.782.0017.2.100	3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CON-SUMO	0	R$ 230.587,53
09.02.15.452.0016.2.049	3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CON-SUMO	507	R$ 60.000,00
14.06.08.245.0005.2.071	3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CON-SUMO	885	R$ 4.200,00
TOTAL	R$ 429.787,53		

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R$ 89.775,94 (oitenta e nove mil setecentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), mediante a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
02.03.04.091.0003.2.005	4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	501	R$ 4.950,00
08.02.10.301.0014.2.042	3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CON-SUMO	491	R$ 43.622,86
09.03.16.482.0016.1.047	4.4.90.61.00.00.00 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	501	R$ 41.203,08
TOTAL	R$ 89.775,94		

Art. 4º Para cobertura do crédito autorizado pelo art. 3º, será utilizado o excesso de arrecadação apurado na seguinte fonte de recursos:

Fonte de Recursos	Descrição	Valor em R$
501	Receita de Alienacao de Ativos	R$ 4.950,00
491	Bloco de Custeio da Saúde - Estadual - Atenção Básica	R$ 43.622,86
501	Receita de Alienação de Ativos	R$ 41.203,08
TOTAL	R$ 89.775,94	

Art. 5º Fica aberto crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, no valor de R$ 278.589,66 (duzentos e setenta e oito mil quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos), mediante a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
08.02.10.301.0014.1.061	4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3519	R$ 278.589,66
TOTAL	R$ 278.589,66		

Art. 6º Para cobertura do crédito autorizado no art. 5º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme a seguinte fonte de recursos:

Fonte de Recursos	Descrição	Valor em R$
3519	Bloco de Investimentos na Saúde - Estadual - SUPERAVIT	R$ 278.589,66
TOTAL	R$ 278.589,66	

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR, aos 21 de Outubro de 2026.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CRUZEIRO DO OESTE
Avenida Brasil, nº 2170 – CEP: 87400-000
Fone: (44) 3676-3422
E-mail: secretariaexecutiva@cruzeirodooeste.pr.gov.br
CMAS

REPUBLICAR POR INCORREÇÃO

Onde se lê: SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação da Deliberação 55/ 2024 Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

Leia-se: SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação 2027 da Deliberação 55/ 2024 Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

Onde se lê: Art. 1º. Publicar o Plano de Ação da Deliberação 55/ 2024 Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

Leia-se: Art. 1º. Publicar o Plano de Ação 2027 da Deliberação 55/ 2024 Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

Estado do Paraná
Cruzeiro do Oeste
Resolução Nº 25 de 16 de outubro de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação da Deliberação 55/ 2024 Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Ordinária Municipal nº 120/2026, e considerando a deliberação aprovada na 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em 16 de outubro de 2026, na Secretaria Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º. Publicar o Plano de Ação da Deliberação 55/ 2024 Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanessa de Souza Madeiro
Presidente do CMAS

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 84/2025 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: **AM MOREIRA GONÇALVES E CIA LTDA**

I – CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada **CONTRATANTE**: Representa a **CONTRATANTE** o Senhor Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO MINORU INOUE,** brasileiro, casado Agente Político, residente e domiciliado, distrito de Guaiporã, Município de Cafezal do Sul portador da Cédula de Identidade RG 6.960.175-8 SSP/PR e CPF sob nº 038.937.563-33 e a CONTRATADA e a empresa **AM MOREIRA GONÇALVES E CIA LTDA..**, inscrita no CNPJ sob n.º 27.679.382/0001-88 e-mail: licitacoes.amoreira@gmail.com , telefone: (62) 3931-5531, Pessoa jurídica de direito privado, situada à Avenida Pedro Ludovico Teixeira, 3818, Parque Oeste Industrial – Giânia/ GO CEP: 74.375-400, neste ato representada por seu sócio administrador o senhor: **MARCELO GONÇALVES PEREIRA** brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 354644-8617945 DGPC – GO inscrito no CPF/MF sob n.º 798.824.711-53 residente e domiciliado a Rua das Tarumãs, quadra5, Lote 05, Jardins Lisboa, Goiânia – GO, CEP: 74.357.042.

II – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido **Processo nº. 64/2025, Pregão eletrônico nº 25/2025.**

III – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 14133/21 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. – Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:** passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA"

_ fica prorrogado pelo período de 12 meses o respectivo contrato, sendo de 30 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafezal do Sul, 30 de setembro de 2026.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

AM MOREIRA GONÇALVES E CIA LTDA
MARCELO GONÇALVES PEREIRA

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE CPF: 065.367.239-02
JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA CPF: 081.117.989-38

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 138/2025 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: **H.F. SOLUÇÕES LTDA**

I – CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada **CONTRATANTE**: Representa a **CONTRATANTE** o Senhor Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO MINORU INOUE,** brasileiro, casado Agente Político, residente e domiciliado, distrito de Guaiporã, Município de Cafezal do Sul portador da Cédula de Identidade RG 6.960.175-8 SSP/PR e CPF sob nº 038.937.563-33 e a CONTRATADA e a empresa **H.F. SOLUÇÕES LTDA** Pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Antônio João coelho, 266, Nova Brasília - Sombrio, no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 17.886.949/0001-33, e-mail: contato@hsports.net.br , telefones: (49) 9 9197 -0900 (48) 3533 0715 , neste ato representada por seu diretor proprietário: **HIGOR FERNANDES DOS SANTOS** brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade CNH n.º 02865622804 – Detran S/C inscrito no CPF/MF sob n.º027.179.879-32 e-mail: licitacao@hsports.net.br residente e domiciliado à José Patricio dos Santos, 907, CEP: 88.960-000, Bairro Parque das Avenidas, Sombrio- Santa Catarina.

II – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido **Processo nº. 87/2025, Pregão eletrônico nº 38/2025.**

III – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 14133/21 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. – Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:** passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA"

_ fica prorrogado pelo período de 12 meses o respectivo contrato, sendo de 17 de novembro de 2026 a 17 de novembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafezal do Sul, 20 de outubro de 2026.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

H F SOLUÇÕES LTDA
HIGOR FERNANDES DOS SANTOS

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE CPF: 065.367.239-02
JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA CPF: 081.117.989-38

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 130/2025 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: **DRI OFFICE LTDA**

I – CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada **CONTRATANTE**: Representa a **CONTRATANTE** o Senhor Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO MINORU INOUE,** brasileiro, casado Agente Político, residente e domiciliado, distrito de Guaiporã, Município de Cafezal do Sul portador da Cédula de Identidade RG 6.960.175-8 SSP/PR e CPF sob nº 038.937.563-33 e a CONTRATADA e a empresa **DRI OFFICE LTDA.** Pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Rocha Pombo, 2053, centro, CEP: 87.303-220 , na cidade de Campo Mourão, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 60.389.680/0001-09 e no IE sob o nº 91141666-23 E-MAIL: dri.officecm@gmail.com , neste ato representada por sua sócia proprietária : **ADRIANA BIONDO MANCIN GARALUZ** brasileira, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 8.967.429-8 SSP/PR inscrito no CPF/MF sob n.º 063.212.449-02 residente e domiciliado à Avenida Guilherme de Paula Xavier , 1820, centro, na cidade de Campo Mourão - PR.

II – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido **Processo nº. 83/2025, Pregão eletrônico nº 35/2025.**

III – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 14133/21 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. – Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:** passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA"

_ fica prorrogado pelo período de 04 meses o respectivo contrato, sendo de 29 de outubro de 2026 a 28 de fevereiro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafezal do Sul, 19 de outubro de 2026.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

DRI OFFICE LTDA
ADRIANA BIONDO MANCIN GARALUZ

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE CPF: 065.367.239-02
JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA CPF: 081.117.989-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
LISTA FORNECEDORES CREDENCIADOS
CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PUBLICO Nº003/2026
INEXIGIBILIADADE Nº 013/2026
PROCESSO N° 091/2026
O Município de Francisco Alves, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº: 77.356.665/0001-67, através do agente de contratação e sua equipe, torna público para conhecimento dos interessados a lista dos profissionais credenciados até o momento, por ordem de protocolo, nos termos do edital do credenciamento em epígrafe:
ITEM 22 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, DENOMINADO CLINICO GERAL PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO (ESF) (DIÁRIO DE 08 HORAS.

ORDEM DE PROTOCOLO	FORNECEDOR
01	MEDCONNECT LTDA, CNPJ: 63.324.632/0001-20
02	HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ: 16.550.953/0001-63
03	VÉRTICE GESTÃO DE CONTRATOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ: 66.430.492/0001-63
04	3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA, CNPJ: 55.853.806/0001-14
05	MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ: 43.403.587/0001-92

Informo ainda, que os documentos dos credenciados listados acima foram apresentados de acordo com as exigências do edital, ficando, portanto, todos devidamente habilitados, nos referidos itens.
Francisco Alves, 21 de outubro de 2026.
DANIEL DOS SANTOS T. CHAMORRO
Agente de Contratação
Portaria n° 013/2025

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 119/2025 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: **24.672.874 ANA LAURA DIAS DE CABRAL**

I – CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada **CONTRATANTE**: Representa a **CONTRATANTE** o Senhor Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO MINORU INOUE,** brasileiro, casado Agente Político, residente e domiciliado, distrito de Guaiporã, Município de Cafezal do Sul portador da Cédula de Identidade RG 6.960.175-8 SSP/PR e CPF sob nº 038.937.563-33 e a CONTRATADA e a empresa **24.672.874 - ANA LAURA DIAS DE CABRAL,** Pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Argentina, 392 (fundos), na cidade de Cafezal do Sul, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 24.672.874/0001-53, neste ato representada por seu sócio Administrador: **ANA LAURA DIAS DE CABRAL**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 15697095-6 SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob n.º 140.812.259-66, residente e domiciliada à Rua Argentina, 392, na cidade de Cafezal do Sul-PR.

II – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido **Processo nº. 84/2025, Pregão eletrônico nº 36/2025.**

III – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 14133/21 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. – Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E CLAUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:** passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA"

_ Fica prorrogado pelo período de 12 meses o respectivo contrato, sendo de 05 de novembro de 2026 a 05 de novembro de 2027.

"CLAUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO"

1.1. -Fica prorrogado pelo mesmo valor contratual de R**$ 229.200,00** (duzentos e vinte e nove mil e duzentos reais).
como segue:

Item	Descrição	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
01	SERVIÇOS DE FUNILARIA VEÍCULOS LEVES (CARROS, KOMBIS)	600	Horas	R$95,00	R$57.000,00
02	SERVIÇOS DE FUNILARIA CAMIONETES/CAMINHÕES/ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS	500	Horas	R$117,00	R$58.500,00
03	SERVIÇOS DE FUNILARIA MÁQUINAS PESADAS (TRATOR, PÁ CARREGADEIRA, MOTONIVELADORA)	300	Horas	R$135,00	R$40.500,00
04	SERVIÇOS DE PINTURA VEÍCULOS LEVES (CARROS, KOMBIS)	400	Horas	R$127,00	R$50.800,00
05	SERVIÇOS DE PINTURA CAMIONETES/CAMINHÕES/ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS	300	Horas	R$135,00	R$40.500,00
06	SERVIÇOS DE PINTURA MÁQUINAS PESADAS (TRATOR, PÁ CARREGADEIRA, MOTONIVELADORA)	300	Horas	R$173,00	R$51.900,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafezal do Sul, 15 de outubro de 2026.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

24.672.874 - ANA LAURA DIAS DE CABRAL

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE CPF: 065.367.239-02
JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA CPF: 081.117.989-38

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 84/2025 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: **AM MOREIRA GONÇALVES E CIA LTDA**

I – CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada **CONTRATANTE**: Representa a **CONTRATANTE** o Senhor Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO MINORU INOUE,** brasileiro, casado Agente Político, residente e domiciliado, distrito de Guaiporã, Município de Cafezal do Sul portador da Cédula de Identidade RG 6.960.175-8 SSP/PR e CPF sob nº 038.937.563-33 e a CONTRATADA e a empresa **AM MOREIRA GONÇALVES E CIA LTDA..**, inscrita no CNPJ sob n.º 27.679.382/0001-88 e-mail: licitacoes.amoreira@gmail.com , telefone: (62) 3931-5531, Pessoa jurídica de direito privado, situada à Avenida Pedro Ludovico Teixeira, 3818, Parque Oeste Industrial – Giânia/ GO CEP: 74.375-400, neste ato representada por seu sócio administrador o senhor: **MARCELO GONÇALVES PEREIRA** brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 354644-8617945 DGPC – GO inscrito no CPF/MF sob n.º 798.824.711-53 residente e domiciliado a Rua das Tarumãs, quadra5, Lote 05, Jardins Lisboa, Goiânia – GO, CEP: 74.357.042.

II – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido **Processo nº. 64/2025, Pregão eletrônico nº 25/2025.**

III – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 14133/21 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. – Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:** passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA"

_ fica prorrogado pelo período de 12 meses o respectivo contrato, sendo de 30 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafezal do Sul, 30 de setembro de 2026.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

AM MOREIRA GONÇALVES E CIA LTDA
MARCELO GONÇALVES PEREIRA

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE CPF: 065.367.239-02
JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA CPF: 081.117.989-38

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao CONTRATO Nº.176/2023 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: **M. A DAL POZZO – VICTOR PNEUS**

I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada **CONTRATANTE** Representa a **CONTRATANTE** o Senhor Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO MINORU INOUE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado, na rua Francisco Nogueira da Silva nº 174, Distrito de Guaiporã, município de Cafezal do Sul, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.960.175-8, inscrito no CPF/MF n.º 038.937.568-33 e a CONTRATADA e a empresa **M.A DAL POZZO – VICTOR PNEUS** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 13.871.403/0001-58,** com sede na cidade de Umuarama - PR , sito à Rua Manoel Ramires, 1680,Parque Industrial II, endereço eletrônico: victor_pneus@hotmail.com seu representante legal infra-assinado , o senhor **MILTON ANDREASSA DAL POZZO, PORTADOR DO RG: 5.187.655-5 SSP/PR E CPF: 778.778.509-25** residente e domiciliado, na cidade de Umuarama - PR, à Rua Parigot de Souza, 262, Zona VII, Umuarama – PR - doravante denominada Contratada.

III – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido **Processo nº. 89/2023, Pregão presencial nº 31/2023.**

IV – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

– Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da –**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA** - passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO"

-Fica prorrogado por 12 meses o respectivo contrato, sendo de 23 de outubro de 2026 a 23 de outubro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafezal do Sul, 13 de outubro de 2026.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

M.A DAL POZZO – VICTOR PNEUS
MILTON ANDREASSA DAL POZZO

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE **CPF: 065.367.239-02**
JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA **CPF: 081.117.989-38**

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao CONTRATO Nº.177/2023 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: **J P BELEZE EPP**

I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada **CONTRATANTE** Representa a **CONTRATANTE** o Senhor Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO MINORU INOUE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado, na rua Francisco Nogueira da Silva nº 174, Distrito de Guaiporã, município de Cafezal do Sul, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.960.175-8, inscrito no CPF/MF n.º 038.937.568-33 e a CONTRATADA e a empresa **J P BELEZE EPP** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 54.054.937/0001-79,** com sede na cidade de Ourinhos - SP , sito à Rua dos expedicionários, 1029, centro- Ourinhos, endereço eletrônico: ouripneu@ouripneu.com seu representante legal infra-assinado , o senhor **JEAN PIERRE BELEZE, PORTADOR DO RG: 13.138.218-4 SSP/PR E CPF: 046.595.968-77** residente e domiciliado, na cidade de Ourinhos- SP, à Rua Euclides da Cunha, 950, Vila Moraes doravante denominada Contratada.

III – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido **Processo nº. 89/2023, Pregão presencial nº 31/2023.**

IV – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

– Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da –**CLÁUSULA TERCEIRA– DA VIGÊNCIA** - passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO"

-Fica prorrogado por 12 meses o respectivo contrato, sendo de 23 de outubro de 2026 a 23 de outubro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafezal do Sul, 13 de outubro de 2026.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

J P BELEZE EPP
JEAN PIERRE BELEZE

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE **CPF: 065.367.239-02**
JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA **CPF: 081.117.989-38**

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 126/2025 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: **YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**

I – CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada **CONTRATANTE**: Representa a **CONTRATANTE** o Senhor Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO MINORU INOUE,** brasileiro, casado Agente Político, residente e domiciliado, distrito de Guaiporã, Município de Cafezal do Sul portador da Cédula de Identidade RG 6.960.175-8 SSP/PR e CPF sob nº 038.937.563-33 e a CONTRATADA e a empresa **YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA** Pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Saíra-Ouro, 210, Jardim Universidade na cidade de Arapongas, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 51.740,794/0001-60 e no IE sob o nº 91020237-54 , telefone: (43) 99149-4565, e-mail: ynemed.saude@gmail.com neste ato representada por sua sócia Administradora: **IRENE LOPES SALVI** brasileira, casado, empresária, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.053.917-4 , inscrito no CPF/MF sob n.º 515.443.269-04 , residente e domiciliado à Rua Saíra-Ouro, 210, Jardim Universidade na cidade de Arapongas, no Estado do Paraná.

II – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido **Processo nº. 83/2025, Pregão eletrônico nº 35/2025.**

III – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 14133/21 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. – Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:** passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA"

_ fica prorrogado pelo período de 04 meses o respectivo contrato, sendo de 29 de outubro de 2026 a 28 de fevereiro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafezal do Sul, 19 de outubro de 2026.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
IRENE LOPES SALVI

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE CPF: 065.367.239-02
JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA CPF: 081.117.989-38

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO N.º 01
CONTRATO Nº 172/2026
DISPENSA Nº13/2026

MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Ítalo Orcelli, na cidade de cafezal do Sul, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 95.640.652/0001-05 neste ato representado por seu Prefeito Municipal o SR **PEDRO MINORU INOUE**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado á Rua Rio Bom, 174, Distrito de Guaiporã, Município de cafezal do Sul - PR, portador do RG nº 6.960.175-8 SESP/PR CPF: 038.937.568-33 doravante denominado **LOCATÁRIO**, e a empresa **ORTOPEDIA PARANÁ LTDA - ME, e-mail: ortopediaparana@hotmail.com** Pessoa jurídica de direito privado, situada à Avenida Brasil, 5169, Zona 04, na cidade de Maringá no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 76.183.128/0001-08 neste ato representada por seu sócio Administrador: **ALFREDO APARECIDO REINO,** brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.461.433-4 SSP/PR inscrito no CPF/MF sob n.º 602.035.799-68 residente e domiciliado à rua Nestor Narcizo de Souza, 387, Jardim Licce, na cidade de Maringá - Pr tendo em vista o que consta no Processo nº 63/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo, decorrente *da* **DISPENSA 05/2026** que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a alteração da cláusula **SEXTA DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**, com fundamento no ART. 125 da lei 14.133/21.passando a ter a seguinte redação:
- Fica ajustado 12,58% do valor contratual de R$ 19.875,00 = 2.500,00, justifica a necessidade de adequação da prótese personalizada a alteração e substituição de peças.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contrato ora aditado passa a ter o seguinte **quantitativo** total abaixo descriminado

Item	Descrição do Produto	Und	Quant	Valor registrado	Valor reajustado
01	Prótese trans tibial, com válvula de expulsão, encaixe em fibra de carbono, 2 linear, 2 joelheiras, pé em fibra de carbono.	Und	01	R$ 19.875,00	**R$ 22.375,00**

CLÁUSULA SEGUNDA (Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato) - Dá-se ao termo aditivo o valor de **R$ 22.375,00** (vinte e dois mil trezentos e setenta e cinco reais)

CLÁUSULA TERCEIRA –DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Fica ratificada as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Cafezal do Sul, 14 de outubro de 2026.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

ORTOPEDIA PARANÁ LTDA- ME
ALFREDO APARECIDO REINO

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE CPF: 065.367.239-02
JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA CPF: 081.117.989-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
Republicada e reeditada por conter incorreções
PORTARIA Nº 408 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias.
ALIRIO JOSÉ MISTURA, Prefeito Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da Leis Municipais nº 1068/2019 de 16 de outubro de 2019 e 1.274 de 30 de janeiro de 2025.
RESOLVE:
I – Autorizar e conceder, em consonância com a Lei Municipal nº 1068/2019 de 16 de outubro de 2019, o pagamento de diárias a servidora IRLENE MARCIA CANHETE, brasileira, Enfermeira Padrão, contratada – PSS, inscrita no CPF nº 052.212.909-95, residente e domiciliada no Município de Francisco Alves/PR, conforme segue:
REQUERIMENTO Nº 076/2026
OBJETIVO DA VIAGEM: Curso "Gestão que transforma Politicas Publica" - TCE
PERIODO DE AFASTAMENTO: 12/10/2026 à 15/10/2026
ORIGEM: Francisco Alves - Pr
DESTINO: Curitiba - Pr
DATA DA SAÍDA: 12/10/2026
DATA PREVISTA PARA O RETORNO: 15/10/2026
QUANTIDADE DE DIÁRIAS : 3
TIPO DE TRANSPORTE: Oficial
VALOR GLOBAL: R$ 1.140,00
II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Francisco Alves, em 08 de outubro de 2026, 205º da Independência e 138º da República.
Registre-se, Publique-se,Cumpra-se.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico n° 179/2026
Tipo: Menor Preço
Tipo de Julgamento: Global
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de limpeza, conservação e higienização do tipo comum, com dedicação exclusiva de mão de obra, na categoria Servente de Limpeza - CBO 5143-20, em próprios públicos municipais de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
DA VISITA TÉCNICA (FACULTATIVA): A avaliação prévia do local para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o proponente interessado em participar do presente processo poderá agendar e realizar até 01 (um) dia útil, antes da data de abertura do certamente, junto da Secretaria Municipal de Administração, a VISITA TÉCNICA ao(s) local(is) que serão executadas as obras objeto desta licitação. A visita técnica deverá ser agendada pelo interessado, mediante contato, preferencialmente, com a Diretora de Administração e Controle, Sra. Madalena Aparecida Zeffiro, nº de matrícula 29520, telefone (44) 3642-9922.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 10/11/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 10/11/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 10/11/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br. Publique-se.
Guaíra/PR, 21 de outubro de 2026.
Graziela Barbosa de Azevedo / Pregoeira

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

DECRETO nº 283/2026 de 20 de outubro de 2.026

SÙMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO CORRENTE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1025/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito ADICIONAL SUPLEMENTAR para o exercício de 2026, no valor de **R$ 9.000,00 (nove mil reais),** para atendimento das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
05.005 Alimentação e Nutrição
05.005.10.306.1500.2.016 Alimentação: Suplementação, Promoção Nutricional e Combate à Desnu
639 3.3.90.32.00.00 224 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 9.000,00
Total Suplementação: 9.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais do artigo anterior serão utilizados recursos do excesso pela tendência de arrecadação para as fontes:.

Fonte	Descrição	Valor
224 (224)	MS IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUT	9.000,00
Total		**9.000,00**

Art. 3º - A alteração orçamentária acima ocasionará em modificações no cronograma de desembolso mensal, programação financeira da receita e anexos da LDO e PPA vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cafezal do Sul , Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de outubro de 2.026

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 193/2026
DISPENSA Nº 16/2026
Processo n° 76/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul (CNPJ: 95.640.652/0001-05)
Contratada: J CHRISTENSON LTDA,
CNPJ: 40.277.876/0001-02
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de reforma, manutenção, adequação e intervenções em edificações públicas municipais, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à execução dos serviços de fornecimento, fabricação, instalação, substituição e adequação de esquadrias, portas, janelas e coberturas em vidro temperado e laminado.,
Valor total: R$ 18.440,00 (dezoito mil quatrocentos e quarenta reais),
Vigência: 12 meses
Data assinatura: 0710/2026
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 194/2026
Inexigibilidade Nº 16/2026
Processo n° 64/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul (CNPJ: 95.640.652/0001-05)
LOCADOR :ELZA DE SOUZA MAZZI. CPF: 064.051.379-45
OBJETO: Locação salão em alvenaria, localizado a Rua: Avenida Ítalo Orcelli, 603, Centro – Cafezal do Sul – PR, CEP 87565-000, com 38 m², registrado em nome de Elza de Souza Mazzi, matricula nº 4.919, para atender as demandas de desenvolvimento e incentivo de instalação e ampliação das já existentes ou novas indústrias e comércios pelo Poder Executivo Municipal, **conforme Lei nº 540/2009** e alteração **Lei nº 727/2013**.
Valor total: R$ 7.800,00(sete mil e oitocentos reais).
Vigência: 12 meses -
DATA ASSINATURA: 07/10/2026
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTÔNIA
Praça Carlos Gomes, 211-Setor 1, Altônia-PR CEP:87550-011
CNPJ: 72.430.390/0001-40 e-mail: cmaltonia@gmail.com

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 006/2026
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026

No dia 20 de outubro de 2026, foi homologada a Dispensa de Licitação Nº 006/2026, pelo Ato da Presidência nº 008/2026, processo em que foi expedido o presente Contrato, de acordo com o disposto na Lei Federal 14.133/2021 e Resolução da Câmara de Altônia Nº 001/2024, que juntamente as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Contratante, **CÂMARA MUNICIPAL DE ALTÔNIA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 72.430.390/0001-40, com sede administrativa na Praça Carlos Gomes, 211, Setor 1, Altônia - PR, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal, o senhor **AGUIVANILDO VENTRAMELI,** portador do CPF Nº ***.401.399-** SESP-PR, residente na Rua Irineu Camilo, 201, Qd. 09, Altônia, Estado do Paraná e a contratada**: PAULO SERGIO CARVALHO - ME**, inscrito no CNPJ sob nº. 01.691.599/0001-10, com sede na Praça Carlos Gomes, 155 – CEP: 87550-011, Altônia, Estado do Paraná, neste ato representada por **PAULO SERGIO CARVALHO**, portador do CPF Nº ***.198.259-**, SESP/PR, residente na Rua Doze de Dezembro, 730, Centro, Altônia/PR.

DO OBJETO
Contratação de empresa especializada para fornecimento de toners e suprimentos de informática.
LOTE ÚNICO – SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
01	10	UN	Toner Cartridge, preto, novo, de primeiro uso, compatível com a impressora HP LaserJet Pro MFP M127fn, com peso líquido mínimo de 77 g, e validade remanescente mínima de 12 (doze) meses na data da entrega. O produto deverá ser fornecido em embalagem adequada, contendo identificação do fabricante e prazo de validade.	Byqualy	R$ 42,50	R$ 425,00
02	5	PCT	Pilha recarregável Ni-MH, tamanho AA, capacidade mínima de 2.500 mAh, tensão nominal de 1,2 V, pacote com 4 unidades.	Mox	R$ 46,90	R$ 234,50
03	3	PCT	Pilha recarregável Ni-MH, tamanho AAA, capacidade mínima de 1.000 mAh, tensão nominal de 1,2 V, pacote com 4 unidades.	Vinik	R$ 24,40	R$ 73,20
04	1	UN	Carregador para Pilhas Recarregáveis tamanho AA/AAA 4 Slots Rápido USB.	Knup	R$ 44,50	R$ 44,50

DO VALOR
O valor total do Contrato é de **R$ 777,20 (setecentos e setenta e sete reais e vinte centavos).**
VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência de 12 meses, iniciando-se o prazo após a assinatura de ambas as partes.
Poderá ocorrer aditivo de prazo e valor até os limites permitidos pela Lei 14.133/2021.
DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Câmara Municipal de Altônia, após realizar a entrega dos itens, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas.
O pagamento será efetuado à vista, em até 15 dias, após a entrega dos itens, conferência e teste de funcionamento por parte da fiscalização da Câmara de Altônia.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto supracitado, serão recursos oriundos da Fonte:
3.3.90.30.00.00.00– MATERIAL DE CONSUMO.
DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente contrato.

Altônia, 20 de outubro de 2026.

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao CONTRATO Nº.175/2023 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: **YASMIM PINHEIRO RAIS 13258973962**

I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada **CONTRATANTE** Representa a **CONTRATANTE** o Senhor Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO MINORU INOUE,** brasileiro, casado Agente Político, residente e domiciliado, distrito de Guaiporã, Município de Cafezal do Sul portador da Cédula de Identidade RG 6.960.175-8 SSP/PR e CPF sob nº 038.937.563-33 e a CONTRATADA e a empresa **YASMIM PINHEIRO RAIS 13258973962**. CNPJ: 40.648.281/0001-08,endereço eletrônico: notafinanceiro@gmail.com com sede a Rua Intervertor Manoel Ribas, 50, centro, Mandaguari - Pr, denominada CONTRATADA., neste ato representada pelo seu representante a Sra **YASMIM PINHEIRO RAIS** residente e domiciliado à Rua vereador Dalmito Rúbio, 226, bloco A, apto 203, condomínio Terra de Santa Cruz, Jardim Novo Horizonte na cidade de Mandaguari /PR, portador do RG n.º 14.993.688-2 SSP/PR e CPF. 132.589.739-62.

III – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido **Processo nº. 88/2023, Pregão presencial nº 30/2023.**

IV – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

– Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da –**CLÁUSULA SEGUNDA– DA VIGÊNCIA E DO VALOR** - passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO"

-Fica prorrogado por 12 meses o respectivo contrato, sendo de 23 de outubro de 2026 a 23 de outubro de 2027, pelo mesmo valor contratual de:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	RECARGA TONER HP CB436-A	UND	50	R$ 50,00	R$ 2.500,00	CARTRIDGE
2	RECARGA HP CE 255A	UND	40	R$ 117,00	R$ 4.680,00	CARTRIDGE
3	RECARGA TONER SAMSUNG MLT-D104S	UND	20	R$ 58,00	R$ 1.160,00	CARTRIDGE
4	Recarga toner samsung D111S com chip	UN	30	R$ 66,00	R$ 1.980,00	CARTRIDGE
5	RECARGA TONER CF280/ CE505 A HP	UN	40	R$ 61,00	R$ 2.440,00	CARTRIDGE
6	RECARGA TONER HP Q2612-A	UND	50	R$ 51,00	R$ 2.550,00	CARTRIDGE
7	RECARGA TONER HP CB435-A	UND	20	R$ 50,00	R$ 1.000,00	CARTRIDGE
8	RECARGA TONER HP CE285-A	UND	120	R$ 50,00	R$ 6.000,00	CARTRIDGE
9	Recarga toner samsung D101S com chip	UND	40	R$ 66,00	R$ 2.640,00	CARTRIDGE
10	RECARGA HP CE 283 A	UND	30	R$ 50,00	R$ 1.500,00	CARTRIDGE
11	RECARGA TONER HP 105A	UN	60	R$ 70,00	R$ 4.200,00	CARTRIDGE
12	BROTHER TN 1060	UN	40	R$ 51,00	R$ 2.040,00	PREMIUM
13	Recarga toner brother TN 2340	UN	60	R$ 64,00	R$ 3.840,00	CARTRIDGE
14	RECARGA TONER HP 58A	UN	30	R$ 75,90	R$ 2.277,00	CARTRIDGE
15	RECARGA TONER D205L	UND	25	R$ 117,00	R$ 2.925,00	CARTRIDGE
16	Toner xerox 113R00712 (phaser 4510) remanufaturado	UN	6	R$ 377,00	R$ 2.262,00	PREMIUM
17	Recarga hp 217A	UN	50	R$ 51,00	R$ 2.550,00	CARTRIDGE
18	Foto condutor HP 219A	UN	10	R$ 68,00	R$ 680,00	PREMIUM
19	TONER ELGIN PANTUM NT-PB211	UN	20	R$ 120,00	R$ 2.400,00	PREMIUM
20	Refil tinta Epson L380/395/L1300 BK-70ML	UN	40	R$ 57,00	R$ 2.280,00	KORA
21	Refil tinta Epson L380/395/L1300 CY-70 ML	UN	30	R$ 57,00	R$ 1.710,00	KORA
22	Refil tinta Epson L380/395/L1300 Y	UN	30	R$ 57,00	R$ 1.710,00	KORA
23	REFIL TINTA EPSON L3110/L3150/L3250 BK-70ML (ORIGINAL)	UN	30	R$ 63,00	R$ 1.890,00	EPSON
24	REFIL TINTA EPSON L3110/L3150/L3250 CY-70ML (ORIGINAL)	UN	30	R$ 63,00	R$ 1.890,00	EPSON
25	REFIL TINTA EPSON L3110/L3150/L3250 Y-70ML (ORIGINAL)	UN	30	R$ 63,00	R$ 1.890,00	EPSON
26	REFIL TINTA EPSON L3110/L3150/L3250 M-70ML (ORIGINAL)	UN	30	R$ 63,00	R$ 1.890,00	EPSON
27	LEXMARK 604H (MX310DN)	UND	10	R$ 253,00	R$ 2.530,00	PREMIUM
28	REFIL TINTA HP INK TANK 416 BK (ORIGINAL)	UN	10	R$ 73,00	R$ 730,00	HP
29	REFIL TINTA HP INK TANK 416 Y (ORIGINAL)	UN	10	R$ 73,00	R$ 730,00	HP
30	REFIL TINTA HP INK TANK 416 M (ORIGINAL)	UN	10	R$ 73,00	R$ 730,00	HP
31	REFIL TINTA HP INK TANK 416 CY (ORIGINAL)	UN	10	R$ 73,00	R$ 730,00	HP

R$ 68.334,00 (sessenta e oito mil trezentos e trinta e quatro reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.
[

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafezal do Sul, 13 de outubro de 2026.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

YASMIM PINHEIRO RAIS 13258973962.
YASMIM PINHEIRO RAIS

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE
CPF: 065.367.239-02

JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA
CPF: 081.117.989-38

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 78/2026 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: **VERTICE MEDICAMENTOS LTDA**

I – CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada **CONTRATANTE**: Representa a **CONTRATANTE** o Senhor Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO MINORU INOUE,** brasileiro, casado Agente Político, residente e domiciliado, distrito de Guaiporã, Município de Cafezal do Sul portador da Cédula de Identidade RG 6.960.175-8 SSP/PR e CPF sob nº 038.937.563-33 e a CONTRATADA e a empresa **VERTICE EDICAMENTOS LTDA**, situado a Rua 1312 Tenente Camargo, Francisco Beltrão - PR – CEP: 85.601-610 Telefone: 46 -2601-1396 E-mail: licitacao01.vertice@gmail.com CNPJ: 60.146.737/0001-49 Insc. Estadual : 9113813463 Insc. Municipal: 324950 denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por sua sócia gerente a senhora **THAIS CAROLINE CANDEIA BASEGGIO** –residente e domiciliado na Travessa Frei Deodato, nº 55 - Apto 301Francisco Beltrão, Paraná. CEP: 85.601-620**, portador do RG nº** 10.564.611-9 SESP/PRSSP/PR -CPF: 092.094.049-80.

II – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido **Processo nº. 28/2026, Pregão eletrônico nº 10/2026.**

III – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 14133/21 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. – Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da –**CLÁUSULA SEXTA DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:** passando a ter a seguinte redação:

"DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO."

- Devido ao aumento considerável ao custo de aquisição de medicamentos, há necessidade de reequilíbrio financeiro do item 16, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR REGISTRADO	VALOR CONFORME REEQUILIBRIO
1	Carbamazepina 200mg	R$ 0,12	0,1450

_ Em anexo a este termo encontra-se planilha de valores e justificativa para tal procedimento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafezal do Sul, 09 de outubro de 2026.

PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

VERTICE MEDICAMENTOS LTDA
THAIS CAROLINE CANDEIA BASEGGIO

TESTEMUNHAS:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE
CPF: 065.367.239-02

JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA
CPF: 081.117.989-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA-PR
Estado do Paraná
Rua Juscelino Kubistchek de Oliveira, n.º 2394
Fone/Fax (044) 3675-4300
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 84/2025
MODALIDADE: Concorrência Eletrônica Nº 04/2025
OBJETO: Execução de obras de pavimentação urbana em CBUQ neste município.

À Empresa: **VALLE CONSTRUÇÕES LTDA**
CNPJ nº: 47.147.314/0001-85
Endereço: Rua Humberto Moacir Schenna, 444 – Centro – 87.900-000 – Ibaiti PR
E-mail: valleconstrutora.ibt@gmail.com ; vector_brasil@hotmail.com
A/C: CRISTIANO PARRA VIEIRA

Assunto:
Convocação para manifestação de interesse em assumir o remanescente de obra.

Prezados Senhores,

Por meio do presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ 75.377.200/0001-67, sito a Rua Juscelino Kubistchek de Oliveira, 2394 – Centro - CEP 87.820-000 em Cidade Gaúcha – Paraná, **CONVOCA** esta conceituada empresa, na qualidade de quarta colocada no certame licitatório supramencionado, em decorrência da rescisão do contrato administrativo, anteriormente firmado com a empresa primeira colocada e/ - vencedora da licitação, Dubai Construções e Pavimentações Ltda.

Pela não manifestação de interesse das empresas colocadas anteriormente a esta, estamos dando continuidade no processo convocatório.

Diante do exposto e com fundamento no artigo 90, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 (ou Artigo 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993, conforme aplicável ao caso concreto do seu edital), solicitamos que esta empresa se manifeste, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, sobre o seu interesse ou não em retomar imediatamente a execução da referida obra.

Fica formalmente estabelecido que a contratação do remanescente da obra dar-se-á estritamente nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto aos valores, preços unitários e prazos estabelecidos na homologação do certame, nos termos do edital.

A manifestação de interesse deverá ser formalizada por escrito e encaminhada ao setor de licitações/contratos deste órgão, por meio do e-mail www.sidney@cidadegaucha.pr.gov.br, ou protocolada presencialmente no endereço indicado no preâmbulo deste termo.

O silêncio ou a ausência de manifestação formal dentro do prazo estipulado de 3 (três) dias será sumariamente interpretado como desinteresse por parte desta empresa, autorizando a Administração Pública a proceder à convocação dos licitantes remanescentes subsequentes, na ordem de classificação, ou a tomar as demais medidas legais cabíveis.

Certos de sua atenção, aguardamos o envio da manifestação no prazo legal.

Cidade Gaúcha, PR, 21 de Outubro de 2026

ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal

CIÊNCIA DE RECEBIMENTO:

Recebi o original deste Termo de Convocação em: ____/____/_____.

_____
[Nome legível e assinatura do representante da Empresa]
Empresa Convocada

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 18/2026
Processo Adm.: Nº 80/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento e organização de viagens, destinados ao atendimento das atividades do Programa Viaja Mais 60, compreendendo o planejamento, organização e operacionalização das viagens, incluindo a intermediação e o acompanhamento por agente de turismo, a definição e/ou operacionalização do destino turístico, bem como a contratação e disponibilização de hospedagem em estabelecimento hoteleiro adequado, observadas as condições do TR.

Empresas vencedoras valor total: **R$ 23.000,00** (vinte e três mil reais): **SOUZA-AGÊNCIA DE TURISMO E CONSULTORIA DE INFORMAÇÕES LTDA** (02018008000100) com os lotes: 1 no valor total de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE CAFEZAL DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14133/21, e suas alterações, resolve **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

CAFEZAL DO SUL (PR), quarta-feira, 21 de outubro de 2026

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
Rua Josué Baltazar Rodrigues, 1.025 – FONE/FAX: (044) 3664-1171 – (044)
CEP 87.528-000 – ALTO PARAÍSO – PR
DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2026
EMENTA: ALTERA O VALOR LIMITE ESTABELECIDO NO DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2024, QUE REGULAMENTA AS CONTRATAÇÕES DE BAIXO VALOR COM NECESSIDADE DE PRONTO PAGAMENTO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, E REVOGA O DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2024.
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, e considerando o disposto no art. 95, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Federal nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, que atualiza periodicamente os valores estabelecidos na referida Lei nos termos do seu art. 182, submete à deliberação do Plenário o seguinte Projeto de Decreto Legislativo, e a Câmara Municipal aprovou, e eu Presidente Promulgo o seguinte Decreto Legislativo:
A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, APROVA:
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º. Este Decreto regulamenta as hipóteses de contratação de baixo valor com necessidade de pronto pagamento no Poder Legislativo do Município de Alto Paraíso, conforme autorização do art. 95, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 12.807/2025, que atualiza periodicamente os valores da referida Lei.
Art. 2º. Será considerado válido o contrato verbal com a Câmara Municipal de Alto Paraíso para a realização de pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Art. 3º. Serão consideradas como pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, as despesas que não possam subordinar-se ao procedimento normal de licitação, dispensa ou inexigibilidade, dentro do limite estabelecido nos seguintes casos:
I - Despesa com material de consumo;
II - Despesa com serviços de terceiros;
III - Despesas com taxas, custas judiciais e extrajudiciais, emolumentos, reproduções de documentos e publicações diversas;
IV - Serviços gráficos, fotográficos, confecção de carimbos, confecção de chaves entre outros;
V - Aquisição de certificado digital;
VI - Despesa Extraordinária e urgente, cuja realização de serviços não permita demora na execução;
VII - outras despesas urgentes ou inadiáveis;
Parágrafo único: As pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento deverão ser devidamente justificadas e autorizadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraíso.
DAS REQUISIÇÕES DE PRONTO PAGAMENTO
Art. 4°. Os pedidos de pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento serão feitos através de protocolo dirigido ao (à) Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraíso.
Art. 5º. O requerimento de Pronto Pagamento deverá constar as seguintes informações:
I - Identificação da pequena compra ou prestação de serviços de pronto pagamento, bem como justificativa da necessidade da despesa e/ou aquisição;
II - Dotação Orçamentária;
III - Prazo para entrega da pequena compra ou realização da prestação de serviços;
IV – Comprovação de preço de mercado;
V - Indicação de elemento de despesa e fonte de pagamento;
VI - Autorização do Chefe do Poder Legislativo;
Parágrafo único. A comprovação de preço de mercado, com objetivo de justificar valores, poderá utilizar fontes de pesquisa disponíveis, tais como o banco de preços, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR e Nota Paraná.
Art. 6°. Cabe à Divisão de Contabilidade verificar, antes de registrar o empenho, se foram cumpridas as disposições deste Decreto, bem como os limites orçamentários da aquisição do bem e/ou serviço.
DAS NORMAS DE APLICAÇÃO DO PRONTO PAGAMENTO
Art. 7°. O Pronto Pagamento não poderá ser aplicado em despesa de classificação diferente daquela para a qual foi autorizado.
Art. 8°. É facultado o Parecer Jurídico em Contratações de Baixo Valor com necessidade de Pronto Pagamento.
Parágrafo único: O Procurador Jurídico, depois de notificado, terá o prazo de 1 (um) dia útil para apresentação do parecer, visto que o teor do presente decreto busca a celeridade na resolução da demanda, não sendo obrigado a emitir parecer em compras de pronto pagamento, ficando assim facultado a emitir tal parecer.
Art. 9°. A cada pagamento efetuado, o responsável exigirá o correspondente comprovante: Nota fiscal, nota simplificada, cupom, recibo, etc.
Art. 10. As notas fiscais serão sempre emitidas em nome da Câmara Municipal de Alto Paraíso, fazendo constar o CNPJ do ente público.
Art. 11. Em todos os comprovantes de despesa, constará o atestado de recebimento do material ou da prestação de serviço.
Art. 12. Haverá auditoria periódica do Controle Interno para as Contratações de Baixo Valor realizadas, com o intuito e objetivo de zelar pelo princípio da legalidade e transparência.
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 13. Fica expressamente revogado o Decreto Legislativo nº 002/2024, de 17 de dezembro de 2024.
Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, em 21 de outubro de 2026.
JOSÉ CARLOS DOS SANTOS
-PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
LISTA DE FORNECEDORES CREDENCIADOS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 059/2026
INEXIGIBILIDADE N.º 015/2026
CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 007/2026
O MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 95.640.520/0001-75, através do Agente de Contratação e sua equipe, torna público para conhecimento dos interessados a lista dos profissionais credenciados até o momento, por ordem de protocolo, nos termos do item 5.3 do Anexo I (Termo de Referência) do edital e art. 10, §1º do Decreto Municipal nº 008/2024, do Credenciamento em epígrafe, conforme abaixo:
ITEM 01:
ORDEM DE PROTOCOLO FORNECEDOR
01 SANDRO ALEXANDRE MENDONÇA – CPF: 023XXX.XXX-84
ITEM 02:
ORDEM DE PROTOCOLO FORNECEDOR
01 SANDRO ALEXANDRE MENDONÇA – CPF: 023XXX.XXX-84.
ITEM 03:
ORDEM DE PROTOCOLO FORNECEDOR
01 SANDRO ALEXANDRE MENDONÇA – CPF: 023XXX.XXX-84.
ITEM 06:
ORDEM DE PROTOCOLO FORNECEDOR
01 27.942.722 CECILIA FERNANDES SPERDUTO DOS SANTOS – CNPJ: 27.942.722/0001-11.
02 65.462.031 SALETE ALVES NOGUEIRA PAUKA – CNPJ: 65.462.031/0001-00.
ITEM 07:
ORDEM DE PROTOCOLO FORNECEDOR
01 27.942.722 CECILIA FERNANDES SPERDUTO DOS SANTOS – CNPJ: 27.942.722/0001-11
ITEM 09:
ORDEM DE PROTOCOLO FORNECEDOR
01 62.223.948 WANDRYA VITORIA DA SILVA DENIG – CNPJ: 62.223.948/0001-63
Informo ainda, que os documentos do credenciante, listados acima foram apresentados de acordo com as exigências do edital, ficando, portanto, devidamente HABILITADO.
Desta forma, os autos ficarão disponíveis para eventual interposição de recursos, nos termos do item 14.1.2.1 do edital de credenciamento, do art. 12 do Decreto Municipal nº 008/2024 e do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.
Brasilândia do Sul-Pr., 21 de outubro de 2026.
LUCIANO GIMENES
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Expirado o prazo recursal, declaro adjudicado e homologado as licitantes vencedoras, para o presente Processo Licitatório nº 062/2026 - Pregão Eletrônico nº 026/2026, para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos esperados, para as empresas seguinte:
- DCP COMERCIO E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA - CNPJ 60.122.813/0001-86;
- M. A. DAL POZZO - CNPJ: 13.871.403/0001-58;
- SILVA & SILVA COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA – CNPJ: 29.438.648/0001-26;
A fim de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS.
Brasilândia do Sul-PR, 21 de outubro de 2026.
Alex Antônio Cavalcante
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 226/2026
Regulamenta o fluxo permanente de comunicação entre a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e a Secretaria Municipal de Finanças para a atualização do Cadastro Imobiliário Tributário decorrente da expedição de alvarás de construção e de cartas de habite-se.
O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a integridade e a contínua atualização do Cadastro Imobiliário Municipal, garantindo justiça fiscal e a escorreita constituição dos créditos tributários do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);
CONSIDERANDO o princípio da eficiência administrativa e a imprescindibilidade de integração dos sistemas de licenciamento urbanístico com a gestão tributária do Município;
DECRETA:
Art. 1º Fica instituído o fluxo obrigatório e contínuo de compartilhamento de dados entre a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e a Secretaria Municipal de Finanças, destinado à atualização do Cadastro Imobiliário Municipal em face das alterações físicas e cadastrais ocorridas nos imóveis urbanos.
Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento deverá encaminhar à Diretoria ou Divisão de Cadastro Imobiliário da Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de expedição formal, cópia eletrônica ou acesso aos autos dos seguintes atos:
I – Alvarás de Licença para Construção, Ampliação ou Reforma, para fins de anotação de obra em andamento;
II – Cartas de Habite-se ou Alvarás de Conclusão de Obra.
Art. 3º A Carta de Habite-se ou documento congênere deverá discriminar, obrigatoriamente:
I – o número da inscrição imobiliária do imóvel fiscalizado;
II – a área total construída, com especificação de ampliações ou demolições, expressa em metros quadrados (m²);
III – o uso da edificação (residencial, comercial, industrial, prestador de serviços ou misto);
IV – a tipologia e a caracterização do padrão construtivo adotado.
Art. 4º Recebida a documentação de que trata o art. 2º, II, o órgão de Cadastro Imobiliário da Secretaria Municipal de Finanças promoverá a atualização cadastral do imóvel no sistema informatizado municipal, executando:
I – a inclusão da área construída correspondente;
II – a conversão do imóvel de territorial para predial;
III – o enquadramento do imóvel no padrão construtivo aplicável.
Parágrafo único. A atualização cadastral descrita neste artigo integrará a base de cálculo para o lançamento regular do IPTU a partir do exercício fiscal subsequente, respeitadas as disposições do Código Tributário Municipal.
Art. 5º As Secretarias envolvidas, em articulação com a unidade de Tecnologia da Informação do Município, poderão estabelecer rotina de integração direta e eletrônica entre os sistemas de licenciamento urbanístico e de tributação, dispensando o envio manual dos expedientes.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Douradina/PR, 21 de outubro de 2026.
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 7.803/2026
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação e da outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são pelo Art. 4º, inciso IV conferidas pela Lei Orçamentária nº 2.010 de 30 de Dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro de 2026, inclusão/alteração dos anexos da Lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2026 e do Plano Plurianual de 2026 a 2029, no limite de R$ 42.126,43 (Quarenta e dois mil, cento e vinte e seis reais e quarenta e três centavos), de acordo com a seguinte ordem classificatória:
06 SECRET. OBRAS, SERV. PUB. E RODOVIARIO
06.002 DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0005.2.017 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA
3.3.90.30.00.00. 153 MATERIAL DE CONSUMO 42.126,43
FONTE 511 TAXA DO EXERCÍCIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 42.126,43
Art. 2º. Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte receita e fonte relacionada:
COD. RED.
RECEITA DESCRIÇÃO VALOR FONTE
55 1.1.2.2.01.0.1 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL
40.066,21 511
65 1.1.2.2.01.0.4 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS 1.434,92 511
423 1.3.2.1.01.1.1.04 - RENDIMENTOS RECURSOS VINCULADOS- OUTRAS AREAS
625,30 511
TOTAL 42.126,43
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 21 dias do mês de outubro de 2026.
DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 497/2026
Data: 21.10.2026
Ementa: abre Crédito Suplementar no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), por excesso de arrecadação, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.508 de 20 de outubro de 2026, bem como da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e, considerando o memorando online sob o n° 390/2025,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), por excesso de arrecadação, na forma abaixo discriminada:
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
Ação: 2073 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À ENTIDADES
Funcional: 0008.0245.0017
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
2027 33350430000 - Subvenções sociais 927 120.000,00
Valor Total: 120.000,00
Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de excesso de arrecadação de receitas oriundas do exercício de 2026, na forma abaixo discriminada:
Vínculo Valor (R$)
927 - Recurso Estrutura SUAS Custeio - Emenda 202620380014 120.000,00
Valor Total: 120.000,00
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, 21 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 632/2026
Data: 21.10.2026
Ementa: concede Licença Especial à Servidor Público Municipal, conforme especifica, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 065/2025,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença Especial à Servidor Público Municipal mencionado, durante três (3) meses, conforme segue:
Nome Função Matrícula Nº Período aquisitivo Período de gozo
Jose Severino Pascoal da Silva Auxiliar de Serviços Gerais 20001-01
2020/2025 03/11/2026 a 02/02/2027
Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 03 de novembro de 2026.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 7.804/2026
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4º, inciso I da Lei Orçamentária nº 2.010 de 30 de Dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Anulação de Dotação no corrente exercício financeiro de 2026, inclusão/alteração dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2026 e do Plano Plurianual de 2026 a 2029, no limite de R$ 1.018.806,65 (Um milhão e dezoito mil, oitocentos e seis reais e sessenta e cinco centavos), mediante a seguinte ordem classificatória:
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.002 DIVISAO DE MATERIAL E PATRIMONIO
04.122.0003.2008 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MATERIAL, PATRIMONIO E SERVIÇOS
3.1.90.11.00.00 53 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 37.000,00
FONTE 1000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)37.000,00
04 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
04.001 GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
04.121.0003.2.009 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PLANEJAMENTO
3.1.90.11.00.00 68 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 27.000,00
FONTE 1000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)27.000,00
05 SECRETARIA DA FAZENDA
05.002 DIVISÃO DA FAZENDA CONT. E TESOURARIA
04.123.0004.2.011 MAN. DAS DIVISÃO DE FAZENDA, CONTAB. E TESOURARIA
3.1.91.13.00.00 97 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 15.000,00
FONTE 1000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)15.000,00
06 SECRET. OBRAS, SERV. PUB. E RODOVIARIO
06.001 DIVISÃO DE OBRAS
15.451.0005.2.013 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE OBRAS
3.1.90.11.00.00 130 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 65.000,00
3.1.91.13.00.00 134 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 8.000,00
FONTE 1000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)73.000,00
06 SECRET. OBRAS, SERV. PUB. E RODOVIARIO
06.002 DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0005.2.017 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA
3.1.91.13.00.00 147 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 25.000,00
FONTE 1000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)25.000,00
06 SECRET. OBRAS, SERV. PUB. E RODOVIARIO
06.002 DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0005.2.017 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA
3.3.90.30.00.00 152 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00
FONTE 504 OUTROS ROYALTIES E COMPENSACOES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS NAO PREVIDENCIARIAS 40.000,00
06 SECRET. OBRAS, SERV. PUB. E RODOVIARIO
06.003 DIVISÃO DOS SERV. RODOVIARIO MUNICIPAL
26.782.0006.2.019 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RODOVIARIO
3.1.91.16.00.00 166 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 5.000,00
FONTE 1000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)5.000,00
07 SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SECRETARIA DE SAÚDE
10.301.0009.2.141 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA
3.3.90.30.00.00 224 MATERIAL DE CONSUMO 80.000,00
FONTE 510 TAXA DO Exercício DE PODER DE POLICIA 80.000,00
07 SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SECRETARIA DE SAÚDE
10.122.0038.2.170 GESTÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DA SECRETARIA DE SAUDE
3.1.90.11.00.00 182 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 40.000,00
3.1.91.13.00.00 186 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 2.000,00
10.301.0009.2.141 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA
3.1.91.13.00.00 210 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 39.000,00
10.302.0009.2.030 MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR
3.1.90.11.00.00 244 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 280.000,00
3.1.91.16.00.00 246 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 130.000,00
10.303.0009.2.123 MANUTENÇÃO DA FÁRMACIA BÁSICA
3.1.90.11.00.00 279 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 60.000,00
FONTE 303 SAÚDE - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente 551.000,00
08 SECRETARIA EDUCAÇÃO E ESPORTE
08.001 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
12.782.0042.2.036 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.30.00.00 485 MATERIAL DE CONSUMO 111.806,65
FONTE 107 Salário Educação - Exercício Corrente 111.806,65
10 SEC. FOM. INDUSTRIA, COM.GERACAO EMPREGO
10.001 GABINETE DA SECRETARIA
22.661.0021.2.062 APOIO E FOMENTO A INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
3.1.90.11.00.00 530 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 20.000,00
FONTE 1000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)20.000,00
13 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO
13.001 DIVISÃO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
18.541.0020.2060 GABINETE DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
3.1.91.13.00.00 615 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 2.000,00
FONTE 1000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)2.000,00
14 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
14.001 DIVISÃO DE CULTURA
13.392.0034.2.150 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CULTURA
3.1.90.11.00.00 646 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 32.000,00
FONTE 1000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)32.000,00
Art. 2º. Como recurso para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo utilizar-se-á da anulação integral ou parcial de dotações do orçamento do exercício corrente, como segue:
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS
04.128.0003.2.007 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
3.3.90.91.00.00 48 SENTENÇAS JUDICIAIS 787.000,00
FONTE 1000 RECURSOS ORDINARIOS LIVRES 787.000,00
06 SECRET. OBRAS, SERV. PUB. E RODOVIARIO
06.002 DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0005.2.017 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA
3.3.90.39.00.00 157 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 40.000,00
FONTE 1000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)40.000,00
07 SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SECRETARIA DE SAÚDE
10.301.0009.2.141 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA
3.1.90.11.00.00 207 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 80.000,00
FONTE 510 TAXA DO Exercício DE PODER DE POLICIA 80.000,00
08 SECRETARIA EDUCAÇÃO E ESPORTE
08.001 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
12.361.0013.2.035 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.36.00.00 391 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 20.000,00
3.3.90.39.00.00 395 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 21.350,00
12.782.0042.2.036 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.39.00.00 492 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 70.456,65
FONTE 107 Salário Educação - Exercício Corrente 111.806,65
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 21 dias do mês de Outubro de 2026.
DEVAIR FABRIS
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 633/2026
Data: 21.10.2026
Ementa: concede Prorrogação de Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal, conforme especifica, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 2.429/2025, e, considerando o memorando online sob os nº 2.923/2026,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Prorrogação da Licença Maternidade da Servidora Pública Municipal mencionada, durante 60 (sessenta) dias, conforme segue:
Nome Cargo Matrícula
/Contrato Nº Período de gozo
Juliana Moreno da Silva Professor de Educação Infantil 30007-01 04/02/2027 a 04/04/2027
Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 04 de fevereiro de 2027.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná
EXTRATOS DE CONTRATO
Contrato n° 217/2026
Disensa simplificada nº 031/2026
Processo n° 188/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ - CNPJ 75.738.484/0001-70
Contratada: Contratada: ADEMIR SAVIO POLI - CNPJ 15.304.978/0001-14
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de substituição da cobertura do telhado do prédio da Guarda Municipal de Iporã/PR, com fornecimento de materiais e mão de obra, abrangendo 275 m² de telhas de zinco trapezoidais TP25, chapa de 0,50 mm, 14 peças de cumeeira e 1.500 parafusos de fixação, conforme orçamento e condições do Termo de Referência.
Valor total: R$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais)
Vigência: 21/10/2026 a 21/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
EDITAL INTERNO SEDUC ESCOLHA DE DIRETOR– 042026
O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e atendendo o contido no Decreto nº 103/2026 e Edital Interno SEDUC Escolha de Diretores 01/2026, do Processo de escolha de diretores da Rede Pública Municipal das instituições de ensino para o ano de 2027.
RESOLVE:
Art. 1º Divulgar as notas obtidas pelos candidatos na avaliação da apresentação do Memorial e do Plano de Gestão Escolar, referente ao Processo de Escolha de Diretores das instituições de ensino da Rede Pública Municipal de Ivaté, conforme os critérios estabelecidos no Edital Interno SEDUC nº 01/2026, nos termos da relação abaixo:
Escola Municipal Professor Walter Bergman - Ensino Fundamental
Nº DE INSCRIÇÃO NOME COMPLETO NOTA
01 Fabiana Honorato Gollo 9,24
Escola Municipal Herculândia – Ensino Fundamental
Nº DE INSCRIÇÃO NOME COMPLETO NOTA
01 Ana Cândida Becegatto Delcielo 8,95
Centro Municipal de Educação Infantil Santa Terezinha
Nº DE INSCRIÇÃO NOME COMPLETO NOTA
01 Roselaine Alves da Fonseca 9,40
02 Eliane Bertoldo Priore Furcho 8,93
Centro Municipal de Educação Infantil Menino Deus
Nº DE INSCRIÇÃO NOME COMPLETO NOTA
01 Madalena de Brito 9,20
Ivaté, 21 de outubro de 2026.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná
CNPJ: 76.404.136/0001-29

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA DE OUTUBRO/2026
RELATÓRIO DE VIAGEM

NOME SERVIDOR: WAGNER EDVIRGES
MATRICULA: 202431
DESTINO/UF: CASCAVEL
SAÍDA: 11:41 H 20/10/2026
RETORNO:16:25 H 20/10/2026
MEIO DE TRANSPORTE: ONIX PLACA: UCG2G14
CUSTO APROXIMADO: RS 160,00

Pagamento de 1/8 (UM OITAVO) diária, conforme Lei Municipal nº. 1.496/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R$ 51,41 (Cinquenta e um reais e quarenta e um centavos) como reembolso de despesas de viagem realizada até o município de CASCAVEL, PARA TRANSPORTAR PACIENTE PARA FINS DE TRATAMENTO MEDICO.

ANGELA MARIA DE ALMEIDA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO

Recebi em ___/___/____

DEFERIDO [ ]
INDEFERIDO [ ]

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.° 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 050/2026
LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRENCIA

O Município de Maria Helena – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão Eletrônico nº 050/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br e www.mariahelena.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 002/2023, Decreto Municipal n° 025/2024 e 026/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de rastreamento e telemetria de veículos e máquinas da frota municipal, mediante disponibilização, em regime de comodato, dos equipamentos e demais recursos necessários à execução dos serviços, incluindo instalação, configuração, comunicação, plataforma de gerenciamento, manutenção, suporte técnico e demais serviços indispensáveis ao adequado funcionamento da solução, bem como disponibilização de videomonitoramento como recurso adicional e complementar ao rastreamento/telemetria, conforme especificações descritas no Termo de Referência

VALOR MÁXIMO: ***R$ 380.520,00 (Trezentos e oitenta mil, quinhentos e vinte reais.)***

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia **10/11/2026.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia **10/11/2026.**

Maria Helena – PR, 21 de outubro de 2026.

CLAUDENICE SANTOS GOBBO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.° 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

APOSTILA Nº 01 A DISPENSA N° 025/2026

MUNICÍPIO DE MARIA HELENA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Brasil, 2001, na cidade de Maria Helena, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.247.386/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **MARLON RANCER MARQUES**, em pleno exercício de seu mandato e funções, no uso de suas atribuições, resolve:

Expedir, com base Lei Federal nº 14.133/21, art. 136, caput, a presente Apostila a dispensa n° **025/2026**, celebrado entre o Município de Maria Helena e **OFFERMAX venda e distribuição de Produtos LTDA,** inscrito(a) no **CNPJ/MF** sob **o Nº 56.176.429/0001-99,** sediado na cidade de **MARINGÁ-PR.,** oriundo do processo de licitação modalidade **DISPENSA nº 025/2026**, cujo objeto é a para a Aquisição de instrumentos musicais e materiais permanentes destinados ao fortalecimento das ações culturais, oficinas formativas e preservação de acervos artísticos e históricos do Município de Maria Helena, conforme Plano de Ação aprovado no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc – (PNAB), Ciclo 2, conforme termo de referência, parte integrante deste.

Ficam acrescentadas ao contrato as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	UNIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	DESPESA REDUZIDO
13	001	3.3.90.30.00	31873	2.282	487

Esta apostila é parte integrante do contrato supramencionado.

Maria Helena-PR, 21 de outubro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 137/2026
Abre crédito suplementar por superávit financeiro por fonte de recurso, embasado no disposto no artigo 5º, da Lei Municipal 2.575/2025 e artigo 18, da Lei Municipal 2.553/2025.
O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais.
DECRETA:
Art. 1º Fica, nos termos do disposto no artigo 5º, da Lei Municipal 2.575/2025 e artigo 18, da Lei Municipal 2.553/2025, aberto no corrente exercício financeiro, crédito suplementar por superávit financeiro, por fonte de recursos, apurado em 31/12/2025, no montante de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com a seguinte ordem classificatória:
07 SEC. MUN. DE ED., CULT. E ASS. UNIVER.
07.01 DIV. DE ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL
Ft Fc 1236112452045 Manutenção do ensino fundamental
3102 3633 3.3.90.39 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica 60.000,00
Art. 2º Para cobertura do crédito de que trata o presente ato administrativo, será utilizado como recurso o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2025, de acordo com o inciso I, § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n. º 4.320/64, no valor elencado no artigo 1º deste Decreto.
Art. 3º O presente crédito adicional suplementar por provável superávit financeiro, não contará no limite estabelecido para tais créditos adicionais suplementares, conforme estabelecido no artigo 18, § 2º, da Lei Municipal 2.553/2025, e artigo 5º, § 2º, da Lei Municipal 2.575/2025.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, 21 de outubro de 2026.
ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná

DECRETO Nº 498/2026
Data: 21.10.2026
Ementa: regulamenta os procedimentos de solicitação, conferência, liquidação, autorização, execução, registro e transparência dos pagamentos das despesas públicas no âmbito da Administração Pública Municipal de Guaíra, estabelece a ordem cronológica de pagamentos e os controles de segurança das transações financeiras, e dá outras providências.
O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, e,
Considerando os arts. 58 a 65 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Considerando o art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
Considerando os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, transparência e responsabilidade fiscal;
Considerando o memorando online sob o n° 2.972/2026,
DECRETA:
Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos de pagamento das despesas públicas municipais, aplicando-se aos recursos sob gestão municipal, respeitadas as regras específicas de fundos, convênios, transferências vinculadas e demais fontes de recursos.
Art. 2º O procedimento de pagamento observará, em sequência, as seguintes etapas:
I.Solicitação e instrução do processo, pelo solicitante do pagamento;
II.Verificação do empenho e da documentação, pelo solicitante do pagamento;
III.Comprovação do recebimento ou execução, pelo solicitante do pagamento e pela CRM – Comissão de Recebimento;
IV.Atesto do fiscal ou agente competente e da Comissão de Recebimento, quando aplicável;
V.Liquidação pela Contabilidade;
VI.Classificação e registro na ordem cronológica, quando aplicável, pela Tesouraria;
VII.Verificação financeira pela Tesouraria;
VIII.Autorização pela autoridade competente;
IX.Execução do pagamento com controles de segurança, pela Tesouraria;
X.Registro, arquivamento e encaminhamento das informações para transparência, pela Tesouraria.
Art. 3º Compete à unidade requisitante:
I.Instruir o processo com a documentação da despesa;
II.Identificar objeto, finalidade, unidade beneficiária e credor;
III.Encaminhar documentos da execução contratual; e
IV.Comunicar divergências ou fatos impeditivos.
Art. 4º Compete ao fiscal, gestor ou servidor formalmente designado:
I.Acompanhar a execução;
II.Verificar a conformidade com o contrato, empenho e documentos pertinentes;
III.Atestar somente a parcela efetivamente executada;
IV.Registrar ocorrências, falhas, glosas e inconformidades; e
V.Encaminhar os documentos necessários à liquidação.
Art. 5º A Comissão de Recebimento deverá conferir e atestar, conforme sua competência, os bens, materiais, equipamentos ou serviços recebidos.
Art. 6º Compete à Contabilidade:
I.Conferir a documentação;
II.Verificar a correspondência entre empenho, contrato ou instrumento equivalente, documento fiscal e atesto;
III.Apurar origem, objeto, valor exato e credor;
IV.Efetuar a liquidação quando atendidos os requisitos legais; e
V.Devolver o processo para correção quando houver inconsistências.
Parágrafo único. A liquidação é atribuição contábil e não se confunde com a execução financeira pela Tesouraria.
Art. 7º Compete ao ordenador de despesas, nos limites legais:
I.Autorizar o pagamento após a conclusão das etapas exigidas;
II.Verificar a regularidade formal necessária à decisão; e
III.Motivar decisões de sua competência e determinar providências corretivas.
Parágrafo único. A autorização não substitui as conferências técnicas, documentais, contábeis ou financeiras atribuídas aos demais agentes.
Art. 8º Compete à Tesouraria:
I.Verificar e registrar a disponibilidade de caixa, a fonte de recursos e a compatibilidade com a programação financeira;
II.Conferir conta bancária, identificação do credor e valor autorizado;
III.Verificar a ordem cronológica e as prioridades legais, e registrar a posição cronológica de cada obrigação a partir da liquidação;
IV.Executar o pagamento somente após autorização competente e liquidação regular;
V.Utilizar controles de segurança com segregação de funções e, sempre que tecnicamente possível, dupla aprovação;
VI.Manter registros, comprovantes, arquivos de remessa e retornos bancários;
VII.Conferir a regularidade da liquidação e dos documentos que a fundamentam antes da ordem de pagamento;
VIII.Comunicar imediatamente divergências, insuficiência de saldo ou indícios de irregularidade; e
IX.Apoiar a consolidação e o envio de informações para transparência.
Art. 9º Compete ao Controle Interno:
I.Fiscalizar a conformidade dos procedimentos,
II.Realizar verificações por amostragem ou risco,
III.Avaliar a observância da ordem cronológica e suas exceções,
IV.Examinar os controles de acesso e autorização,
V.Recomendar medidas preventivas e corretivas e acompanhar ocorrências relevantes, sem substituir a responsabilidade individual dos agentes.
Art. 10. Nenhum pagamento será processado:
I.Sem empenho prévio, ressalvadas exclusivamente as hipóteses legalmente admitidas;
II.Sem regular liquidação;
III.Sem comprovação do recebimento ou da execução, quando exigível;
IV.Por valor superior ao devido;
V.A pessoa diversa do credor legitimado;
VI.Sem autorização competente; ou
VII.Em desacordo com a vinculação da fonte de recursos.
§ 1º As retenções tributárias, previdenciárias e demais deduções legalmente exigíveis deverão ser observadas.
§ 2º As despesas contratuais ou outras de valor determinado e execução parcelada ao longo do exercício deverão ser empenhadas globalmente pelo valor total previsto para o exercício, quando essa modalidade for exigida pela legislação orçamentária, observadas a classificação da despesa, a vigência contratual, os créditos disponíveis e as regras aplicáveis aos restos a pagar.
§ 3º As parcelas serão liquidadas conforme a efetiva execução e os documentos comprobatórios, vedado o pagamento sem prévia liquidação.
Art. 11. Antes da emissão da ordem de pagamento e da execução financeira, deverá ser confirmada e registrada no processo a existência, autenticidade verificável, validade e regularidade dos documentos que fundamentaram a liquidação, observados os arts. 62 e 64, caput, da Lei Federal nº 4.320/1964. O processo deverá demonstrar a origem da obrigação, o objeto efetivamente executado, o valor bruto, as retenções e deduções, o valor líquido devido e a identificação do credor. A conferência será realizada por agente distinto daquele que atestou a execução sempre que a estrutura administrativa permitir. Documento ausente, inválido, vencido, inconsistente ou cuja autenticidade não possa ser verificada impedirá a emissão da ordem de pagamento até saneamento formal.
Art. 12. Sem prejuízo de outros documentos exigidos pela legislação, contrato ou natureza da despesa, o processo deverá conter, conforme aplicável:
I.Aquisição de bens e materiais: nota de empenho, documento fiscal, comprovante de entrega, conferência de quantidades e especificações e atesto/termo de recebimento.
II.Prestação de serviços contínuos ou por resultado: nota de empenho, documento fiscal, relatório de execução referente ao período, atesto do fiscal, e retenções aplicáveis.
III.Obras e serviços de engenharia: nota de empenho, documento fiscal, boletim de medição, relatório ou laudo técnico quando exigível, atesto do fiscal e termo de recebimento, conforme a etapa.
IV.Locações: nota de empenho, documento fiscal ou recibo admitido, demonstração do período devido e atesto/registro de cumprimento das condições contratuais.
V.Demais despesas: documento legalmente admitido que fundamente a obrigação, identificação do beneficiário, memória de cálculo e aprovações ou comprovantes específicos exigidos pela legislação.
Parágrafo único. A conferência deverá verificar, quando aplicável, a regularidade fiscal exigível, a correção dos dados do credor, as retenções, descontos, glosas e deduções. Documento ausente, divergente, inválido ou insuficiente será registrado no processo, com indicação da providência necessária, e impedirá o prosseguimento até regularização.
Art. 13. Os documentos comprobatórios deverão ser arquivados em sistema eletrônico oficial, vinculados diretamente ao respectivo processo de despesa, de modo a assegurar autenticidade, integridade, recuperação, rastreabilidade e acesso pelos órgãos competentes. O registro deverá permitir identificar o responsável e a data de cada etapa.
Art. 14. Antes da emissão da ordem de pagamento, a Tesouraria deverá verificar e registrar:
I.Saldo disponível na conta e fonte de recursos correspondentes;
II.Disponibilidade legal do recurso para suportar a obrigação;
III.Compatibilidade com o cronograma de desembolso aprovado;
IV.Vinculação do recurso à finalidade autorizada; e
V.Compromissos assumidos e pagamentos programados que afetem o caixa.
Parágrafo único. A verificação deverá identificar responsável, data e dados considerados.
Art. 15. A existência de saldo bancário, isoladamente, não autoriza o uso de recurso vinculado para finalidade diversa. Verificada insuficiência financeira, a Tesouraria registrará a ocorrência e comunicará o ordenador de despesas, sem efetuar pagamento que desrespeite a vinculação legal ou a ordem cronológica.
§ 1º Quando juridicamente cabível e devidamente documentado, poderá ser realizado pagamento parcial, mantendo-se o saldo remanescente na posição cronológica aplicável. A insuficiência de caixa não autoriza alteração informal da ordem.
§ 2º A priorização observará, sem afastar a ordem cronológica legalmente aplicável, a seguinte sequência:
I.Obrigações legais com prioridade própria, em especial folha de pagamento, obrigações previdenciárias e precatórios;
II.Vencimentos e prazos legais e contratuais;
III.Posição cronológica da obrigação por fonte de recursos, unidade administrativa e categoria contratual;
IV.Essencialidade e continuidade dos serviços públicos; e
V.Disponibilidade efetiva após consideração dos compromissos assumidos.
§ 3º Qualquer exceção à ordem cronológica dependerá do procedimento específico previsto neste Decreto.
Art. 16. Para as obrigações contratuais abrangidas pelo art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, será observada a ordem cronológica por fonte diferenciada de recursos, separadamente por unidade administrativa e nas categorias:
I.Fornecimento de bens;
II.Locações;
III.Prestação de serviços; e
IV.Realização de obras.
Art. 17. O marco inicial da ordem cronológica é a liquidação da despesa. A posição deverá ser registrada de forma verificável pela Tesouraria, com data e hora do registro, fonte de recursos, unidade administrativa, categoria contratual, credor, valor e número do processo. As despesas inscritas em restos a pagar serão tratadas conforme a legislação aplicável, sem alteração arbitrária da exigibilidade. O prazo para pagamento será de até 15 (quinze) dias corridos após a data da liquidação; a unidade responsável deverá monitorá-lo e registrar eventual risco de atraso.
Art. 18. A alteração da ordem cronológica somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia, concreta e formal da autoridade competente, exclusivamente nas hipóteses previstas no art. 141, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a saber:
I.Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
II.Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa, quando demonstrado risco de descontinuidade do objeto;
III.Pagamento de serviços necessários ao funcionamento de sistemas estruturantes, quando demonstrado risco de descontinuidade;
IV.Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da contratada;
V.Pagamento de contrato imprescindível à integridade do patrimônio público ou à continuidade de atividade finalística ou serviço público relevante, quando demonstrado o risco de descontinuidade.
Parágrafo único. A justificativa deverá identificar o fundamento legal, os fatos concretos, o risco envolvido, a obrigação afetada, a fonte de recursos, a posição cronológica e a razão pela qual a exceção é necessária e proporcional.
Art. 19. O pedido de alteração da ordem cronológica seguirá obrigatoriamente esta sequência:
I.A unidade interessada ou o gestor/fiscal formalmente designado deverá formalizar solicitação motivada, instruída com os documentos comprobatórios pertinentes, encaminhando-a à Tesouraria para informação da posição cronológica, da fonte de recursos e dos impactos financeiros, sem prejuízo das demais etapas previstas neste artigo;
II.Tesouraria informa a posição cronológica, a fonte de recursos e os impactos financeiros, sem decidir isoladamente pela exceção;
III.Unidade jurídica manifesta-se quando necessário;
IV.Ordenador de despesas ou autoridade legalmente competente analisa e aprova ou rejeita mediante decisão expressa e fundamentada antes da alteração;
V.A Tesouraria registra a decisão, a posição original, a nova sequência e os dados do pagamento;
VI.A decisão e a justificativa serão comunicadas ao Controle Interno e ao Tribunal de Contas competente, posteriormente à decisão e sem demora, nos prazos e na forma previstos na legislação e regulamentação aplicáveis; e
VII.A justificativa é encaminhada para publicação junto à ordem cronológica.
§ 1º Toda a tramitação será juntada ao processo administrativo pela Tesouraria.
§ 2º A alteração da ordem cronológica não poderá ser executada antes da decisão fundamentada da autoridade competente. A Tesouraria comunicará órgãos de controle e a publicação da justificativa serão comprovadas no processo, com indicação da data, do destinatário e do meio utilizado.
Art. 20. A ordem cronológica não se aplica aos pagamentos referentes a:
I.Diárias, adiantamento de viagem e inscrições em cursos de aperfeiçoamento dos servidores;
II.Folha de pessoal, despesas previdenciárias, encargos sociais e vale alimentação;
III.Parcelas indenizatórias de verbas salariais;
IV.Serviços prestados mediante concessão, como energia elétrica, água tratada e esgoto, telefonia, internet e comunicação de dados;
V.Seguro obrigatório e opcional de veículos, taxas anuais de licenciamento e multas veiculares;
VI.Obrigações tributárias e contributivas, serviços da dívida pública, precatórios, decisões judiciais, multas de entidades governamentais ou decisões dos Tribunais de Contas;
VII.Auxílios financeiros, contribuições, subvenções econômicas, subvenções sociais, indenizações e restituições;
VIII.Rateio pela participação em consórcio público;
IX.Mensalidades de conselhos e associações;
X.Amortizações de operações de crédito;
XI.Tarifas bancárias;
XII.Repasses a associações;
XIII.Remuneração de estagiários;
XIV.Taxas de conselhos;
XV.Combustíveis;
XVI.Serviços médicos e laboratoriais;
XVII.Serviço de publicidade;
XVIII.Cursos, aulas e oficinas educativas e culturais;
XIX.Serviços de consultoria; e
XX.Obras e despesas a serem pagas com saldo de Operações de Credito e Convênios.
Art. 21. O pagamento somente será executado após a liquidação regular, a conferência documental, a verificação financeira e a autorização da autoridade competente. A Tesouraria conferirá, antes da transmissão, fonte e conta de origem, credor e dados bancários, valor autorizado, retenções aplicáveis e compatibilidade entre autorização e ordem de pagamento.
Art. 22. Os pagamentos serão realizados preferencialmente por meios eletrônicos e mecanismos que impeçam a ação unilateral e irrestrita de um único agente. Deverão ser adotados, conforme a estrutura e os sistemas disponíveis:
I.Arquivos de remessa bancária, PIX, TED ou TEV sujeitos à dupla aprovação;
II.Perfis individuais de acesso;
III.Limites de autorização por agente e operação;
IV.Níveis de aprovação diferenciados por valor;
V.Autenticação reforçada e registros eletrônicos de auditoria;
VI.Segregação entre cadastro de credores, liquidação, autorização e execução financeira; e
VII.Confirmação dos dados bancários e registro de alterações cadastrais.
Parágrafo único. Nenhum agente deverá, isoladamente, cadastrar ou alterar dados bancários do credor e também executar e concluir o pagamento sem validação independente. A impossibilidade técnica de adotar mecanismo específico deverá ser justificada documentalmente, com indicação dos controles compensatórios. Acessos e permissões serão revistos periodicamente e ajustados imediatamente em caso de mudança de função, afastamento ou desligamento.
Art. 23. A execução financeira manterá trilha de auditoria com, no mínimo:
I.Agente que incluiu ou alterou dados;
II.Responsáveis pela conferência e aprovação;
III.Data, horário, valor e destinatário;
IV.Conta de origem e destino, observadas as regras de proteção de dados;
V.Registros de autorização, transmissão, confirmação ou rejeição;
VI.Arquivo de remessa e retorno bancário; e
VII.Documentos e processo administrativo que fundamentaram a operação.
Art. 24. Qualquer agente que identificar pagamento realizado ou processado em desconformidade comunicará imediatamente o fato ao superior hierárquico, ao ordenador de despesas e ao Controle Interno, conforme as competências. A ocorrência será registrada em processo administrativo ou expediente próprio, contendo:
I.Descrição objetiva da irregularidade;
II.Identificação do pagamento, credor, valor e processo de origem;
III.Documentos, registros eletrônicos e demais evidências disponíveis;
IV.Identificação das unidades e dos agentes envolvidos em cada etapa;
V.Providências imediatas adotadas ou propostas, responsável e prazo de acompanhamento.
§ 1º Se o pagamento ainda não tiver sido efetivado, deverão ser adotadas medidas para suspender seu processamento até a regularização, respeitadas as competências legais.
§ 2º Se o pagamento já tiver sido efetivado, a autoridade competente adotará, de imediato, a correção dos registros, as medidas para a recuperação de valores eventualmente pagos indevidamente e a preservação das evidências, observados o responsável e o prazo definidos nos termos do inciso V.
Art. 25. Constatada a irregularidade, a autoridade competente instaurará processo administrativo próprio para apuração, conforme regimento municipal vigente, com instrução documental, coleta e preservação de evidências, análise dos fatos e identificação da unidade ou dos agentes cuja conduta será averiguada. A apuração observará o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis. A mera identificação de irregularidade não presume responsabilidade individual.
Art. 26. O Município disponibilizará mensalmente, em seção específica de acesso à informação no sítio eletrônico oficial e/ou no Portal da Transparência, a ordem cronológica dos pagamentos abrangidos pelo art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e as justificativas formais de eventuais alterações.
Parágrafo único. A publicação deverá permitir identificar, quando aplicável:
I.Fonte de recursos;
II.Categoria contratual;
III.Credor, observada a proteção de dados;
IV.Valor da obrigação;
V.Data da liquidação;
VI.Posição cronológica;
VII.Situação do pagamento (pendente, autorizado ou realizado);
VIII.Data e valor efetivamente pagos; e
IX.Justificativa, fundamento legal e decisão que autorizou eventual alteração.
Art. 27. A unidade administrativa designada pelo Chefe do Poder Executivo, em articulação com a Tesouraria, Contabilidade, gestores e fiscais de contratos e Controle Interno, consolidará e encaminhará tempestivamente os dados para publicação. O Município manterá os documentos que fundamentam as informações divulgadas, para auditoria, fiscalização e prestação de contas.
Art. 28. Os documentos e registros serão mantidos em processo físico ou eletrônico com autenticidade, integridade, rastreabilidade, recuperação e acesso pelos órgãos competentes. As unidades disponibilizarão ao Controle Interno e aos órgãos de controle externo os documentos e informações necessários à fiscalização, observadas as regras de acesso e proteção de dados.
Art. 29. A Secretaria Municipal de Fazenda, em conjunto com a Contabilidade, a Tesouraria e o Controle Interno, poderá expedir orientações técnicas e procedimentos operacionais complementares, sem inovar em matéria reservada à lei.
Art. 30. Os órgãos e unidades municipais adequarão seus procedimentos internos a este Decreto, inclusive quanto aos responsáveis por cada etapa, conferência documental, controles de segurança, guarda documental e publicação das informações. Os prazos operacionais não prorrogam nem substituem prazos legais ou contratuais, que prevalecerão quando forem mais curtos ou específicos.
Art. 31. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, mediante decisão fundamentada e observância da legislação vigente. O descumprimento será encaminhado para apuração conforme as atribuições funcionais, o devido processo legal e a análise individualizada da conduta.
Art. 32. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná
Avenida Marília, 1920 – Centro – Fone: (44) 3534-8000

EXTRATO DO CONTRATO nº 134/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ - PR
CNPJ:76.404.136/0001-29
CONTRATADO: INDUSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA LTDA
CNPJ: 10.801.453/0001-70
BASE LEGAL: Processo Licitatório nº 143/2026 – Concorrência Eletrônica nº 008 /2026

OBJETO: contratação de serviços comuns de engenharia de Contratação de empresa especializada em engenharia, sob o regime de empreitada por preço global, para execução da obra da Academia da Saúde e Bem-Estar da Terceira Idade, integrante do Projeto "Mariluz em Movimento", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos projetos, memoriais descritivos, cronogramas físico-financeiros, especificações e demais documentos e informações complementares constantes dos anexos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.879.035,16 (dois milhões, oitocentos e setenta e nove mil, trinta e cinco reais e dezesseis centavos)

EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL: O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico e Edital.

FORMA DE PAGAMENTO: O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Cronograma Físico-Financeiro constante no Projeto Básico.

GARANTIA DE EXECUÇÃO:

- A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do *art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021*, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

- O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização do contrato ficará a cargo e reponsabilidade dos fiscais do contrato.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá vigência de 2110/2026 a 21/10/2027, ou seja, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partida da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado e aditado por conveniência das partes, nos termos da Lei nº 14.133/21

FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Mariluz, 15 de outubro de 2026

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.
CNPJ: 76.404.136/0001-29

CONTRATADA
INDUSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA LTDA
CNPJ: 10.801.453/0001-70

SAMU 192 NOROESTE PR **CIUENP**

Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

ESTADO DO PARANÁ
Processo Administrativo nº 89/2026
Processo de Inexigibilidade nº 44/2026.
Contratante: CIUENP – Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná – SAMU 192 – Noroeste do Paraná, CNPJ nº 15.718.459/0001-00, situado na Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, nº 4.322, Centro, na cidade de Umuarama/PR.
Contratada: F L DE CARVALHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 44.606.984/0001-24, situada na Rua Ipiranga nº 572 – Zona I – Cianorte/PR.
Objeto: Contratação de Empresa para atuar como Assistente Técnico, com engenheiro de Segurança do Trabalho, nos autos em perícias junto ao Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná – SAMU 192 – Noroeste do Paraná.
Umuarama/PR, 20 de outubro de 2026.
MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente do CIUENP

CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ
CNPJ: 00.338.899/0001-57
AVENIDA MARÍLIA, 1890 – CENTRO
CEP: 87.470-000 – FONE/FAX: (44) 3534-1255
MARILUZ – PARANÁ

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
DISPENSA Nº 004-2026

HOMOLOGO e ADJUDICO o Processo de Dispensa nº 004/2026 por entender que cumpriu as formalidades legais instituídas pelo Inciso I e II do Art. 75, e artigo 95 § 2º da Lei nº 14.133/21.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, configuração e parametrização do Portal Modelo e do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), visando atender às necessidades institucionais e operacionais do Poder Legislativo do Município de Mariluz/PR

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR
ARTHUR CUNHA DE PAULA	51.921.978/0001-27	R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais)

Mariluz, 21 de outubro de 2026.

CLEITON AUGUSTO DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ
CNPJ: 00.338.899/0001-57
AVENIDA MARÍLIA, 1890 – CENTRO
CEP: 87.470-000 – FONE/FAX: (44) 3534-1255
MARILUZ – PARANÁ

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 04-2026

HOMOLOGO e ADJUDICO o Processo de Inexigibilidade nº 04/2026 por entender que cumpriu as formalidades legais instituídas pelo Art. 74 da Lei nº 14.133/21.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a ministração de curso de capacitação destinado aos Vereadores, Assessores e Servidores da Câmara Municipal de Mariluz, com o tema ontratação de empresa especializada para a ministração de curso de capacitação destinado ao presidente da Câmara Municipal de Mariluz, com o tema "Seminário Estadual - Prolegis - Câmaras Municipais em Conformidade; Os novos Desafios do Legislativo Municipal diante da Fiscalização por Desempenho", a ser realizado nos dias 08 a 11 de setembro de 2026, no Município de Curitiba – PR

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR
INSTITUTO NOJURI'S LTDA	66.284.337/0001-86	R$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais)

Mariluz, 04 de setembro de 2026.

CLEITON AUGUSTO DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ
CNPJ: 00.338.899/0001-57
AVENIDA MARÍLIA, 1890 – CENTRO
CEP: 87.470-000 – FONE/FAX: (44) 3534-1255
MARILUZ – PARANÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008-2026
PROCESSO DE DISPENSA Nº 004/2026
JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, configuração e parametrização do Portal Modelo e do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), visando atender às necessidades institucionais e operacionais do Poder Legislativo do Município de Mariluz/PR.

A contratação justifica-se pela necessidade de modernizar os procedimentos internos da Câmara Municipal de Mariluz/PR, promovendo maior eficiência, organização e segurança na gestão das atividades legislativas, além de ampliar a transparência e facilitar o acesso da população às informações públicas, mediante a utilização de ferramentas tecnológicas adequadas às demandas institucionais.

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR
ARTHUR CUNHA DE PAULA	**51.921.978/0001-27**	**R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais)**

Fundamentação Legal: Inciso I e II do Art. 75, e artigo 95 § 2º da Lei nº 14.133/21.
Autorizo a instauração do referido processo com Dispensa de licitação.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico a dispensa de licitação, nos termos do presente processo.

Mariluz, 21 de outubro de 2026.

CLEITON AUGUSTO DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ
CNPJ: 00.338.899/0001-57
AVENIDA MARÍLIA, 1890 – CENTRO
CEP: 87.470-000 – FONE/FAX: (44) 3534-1255
MARILUZ – PARANÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007-2026
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026
JUSTIFICATIVA

O presente Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04-2026 refere-se à: Contratação de empresa especializada para a ministração para a ministração de curso de capacitação destinado ao presidente da Câmara Municipal de Mariluz, com o tema "Seminário Estadual - Prolegis - Câmaras Municipais em Conformidade; Os novos Desafios do Legislativo Municipal diante da Fiscalização por Desempenho", a ser realizado nos dias 08 a 11 de setembro de 2026, no Município de Curitiba – PR.

A contratação justifica-se pela necessidade de capacitação e aperfeiçoamento do presidente da Câmara Municipal de Mariluz, visando ao aprimoramento dos conhecimentos relacionados à sua atuação e exigências relacionadas ao cargo.

A participação no curso contribuirá para o fortalecimento da atuação legislativa e fiscalizatória, proporcionando conhecimentos técnicos necessários ao adequado desempenho das funções públicas, especialmente quanto aos procedimentos, competências e responsabilidades inerentes às atividades de fiscalização e controle da Administração Pública.

Diante da formação acadêmica, experiência profissional e atuação específica do palestrante junto ao Poder Legislativo Municipal, entende-se demonstrada sua notória especialização e pertinência técnica com o objeto pretendido, justificando-se sua escolha para a realização da capacitação.

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR
INSTITUTO NOJURI'S LTDA	**66.284.337/0001-86**	**R$ 2.790,00 (Dois Mil, setecentos e noventa reais)**

Fundamentação Legal: Inciso III do Art. 74, da Lei nº 14.133/21.
Autorizo a instauração do referido processo de Inexigibilidade de licitação.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico a inexigibilidade de licitação, nos termos do presente processo.

Mariluz, 04 de setembro de 2026.

CLEITON AUGUSTO DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ
CNPJ: 00.338.899/0001-57
AVENIDA MARÍLIA, 1890 – CENTRO
CEP: 87.470-000 – FONE/FAX: (44) 3534-1255
MARILUZ – PARANÁ

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 05-2026

HOMOLOGO e ADJUDICO o Processo de Inexigibilidade nº 05/2026 por entender que cumpriu as formalidades legais instituídas pelo Art. 74 da Lei nº 14.133/21.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a ministração de curso de capacitação destinado aos Vereadores, Assessores e Servidores da Câmara Municipal de Mariluz, com o tema PROLEGIS na Prática: Governança, controle e a gestão estratégica nas Câmaras Municipais. Que ocorrerá no município de Curitiba-PR, de 20 a 23 de outubro de 2026.

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR
CEAP – TREINAMENTO PROF E GERENCIAL LTDA	**13.891.611/0001-19**	**R$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais)**

Mariluz, 21 de outubro de 2026.

CLEITON AUGUSTO DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná
Avenida: Adão Arcangelo Dal Bem. Nº 882 1200 – Telefone 0XX-44-3654-1235 – Fax 0XX-44-3654-1209

EDITAL COMLEMENTAR 002 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL**, Estado do Paraná, por intermédio da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, constituída pela Portaria Municipal nº 234/2026, e no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a **HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES** do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº001/2026 nos seguintes termos:

Art. 1º Consta no Anexo I deste Edital a relação das inscrições homologadas no Processo Seletivo Simplificado.

Art. 2º Ficam abertos os dias 22 e 23 de outubro de 2026 para interposição de recursos contra a homologação dos inscritos, onde o candidato que não está na lista de homologados, deve anexar o comprovante de pagamento para averiguação, recurso este que deve ser protocolado na própria área do candidato, não sendo aceitos recursos via e-mail.

Art. 3º A data de divulgação dos recursos contra a homologação de inscritos será dia 28 de outubro de 2026.

Brasilândia do Sul/PR, 21 de outubro de 2026.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal

ANEXO I

Auxiliar de Serviços Gerais I - Feminino

Nº INSC	CANDIDATO	CPF Parcial
76147	ALESSANDRA PEREIRA	***.918.729-**
76516	ANA PAULA GALVÃO RODRIGUES GOMES	***.694.899-**
75896	ANATALIA WELITA RIBEIRO DA HORA	***.587.759-**
75907	CRISEUDES DANUBIA ORTIZ NOVOLI	***.863.609-**
76512	DEBORA SAMARA DE ANDRADE	***.221.329-**
75831	ELIZETE APARECIDA DO SANTOS	***.878.269-**
75837	ELZA CALISTO DA SILVA	***.135.389-**
75990	FERNANDA BORGES DOMICIANO	***.785.819-**
75992	FRANCIELE APARECIDA SARAIVA	***.620.339-**
75877	JHENNYFER FAGA DE ALMEIDA HERMENEGILDO	***.797.359-**
75903	JOSIANE DA SILVA	***.197.189-**
76570	LEZIANE EUGENIO	***.839.299-**
76049	LUANA EDITE GONÇALVES	***.217.828-**
76056	LUCIELE DE FÁTIMA MACHADO DE QUADROS	***.562.689-**
76003	LUCIMAR GOMES DE SOUZA BARBOSA	***.262.489-**
75989	LUZIA ROSIANE PEREIRA DA SILVA SANTOS	***.656.739-**
75784	MARIA APARECIDA BELEM DE MATIS DO NASCIMENTO	***.976.359-**
76475	MARIA JOSÉ APARECIDA RAMOS	***.405.429-**
76341	MICHELE OLIVEIRA	***.918.699-**
75959	PRISCILA TONELI SILVA	***.634.579-**
75863	ROSELI DOS SANTOS FERREIRA	***.297.359-**
76552	SANDRA ALVES DE OLIVEIRA	***.238.269-**
76455	SIRLEY DA BOAVENTURA	***.362.949-**
75889	SUELI CARLOS PEREIRA	***.408.559-**
76514	SUELLEN DOS SANTOS DE OLIVEIRA	***.818.139-**
76547	SUZANA SANTOS DE OLIVEIRA	***.762.939-**
75883	TALITA PINTO DE SOUZA	***.716.329-**
75916	THAIS TEREZINHA FERREIRA	***.808.482-**
76335	THALYTA VITÓRIA RAAUVENDAAL ALVES DOS SANTOS	***.104.718-**
75939	VALÉRIA APARECIDA LIMA ESTECHE	***.733.419-**
76055	VANESSA SANTOS	***.044.115-**

Auxiliar de Serviços Gerais II - Masculino

Nº INSC	CANDIDATO	CPF Parcial
75875	ALEXANDRE VICENTE DO NASCIMENTO	***.186.249-**
76583	ANDERSON GALVAO	***.469.089-**
76398	CARLOS ROBERTO DOS SANTOS	***.535.569-**
76543	CELSO EDUARDO FROS DANTAS	***.755.159-**
75948	FERNANDO HENRIQUE DA SILVA	***.376.879-**
75995	JOÃO PEDRO DE AZEVEDO	***.221.229-**
75817	JOCIEL CRISPIM DA SILVA	***.362.889-**
75850	JOSE CARLOS DA SILVA	***.994.319-**
76532	RODRIGO FIORELLO DAL BEM	***.282.399-**

Enfermeiro

Nº INSC	CANDIDATO	CPF Parcial
75929	ANA CAROLINA DA SILVA MAROCHIO	***.564.759-**
75789	ELCILENE DE LOURDES BECKER PEREIRA DE LIMA DO VALLE	***.954.339-**
76578	EVERTON ALVES	***.679.279-**
75941	FERNANDA APARECIDA MOSCA GAIAS	***.952.219-**
76519	HAIOLLY EDUARDA MAGALHÃES BROTTO	***.924.649-**
76002	JENIFFER SILVA DE OLIVEIRA	***.632.399-**
75993	JULIANA BERNARDES LOPES	***.336.719-**
76014	KARINA DE FATIMA DOS SANTOS	***.008.889-**
76012	KETHYLIN GARCIA DE MELO	***.528.379-**
75996	MARCELA DEISE ALVES SAMPAIO	***.775.549-**
76541	MATHEUS MASSARANDUBA DA SILVA	***.884.702-**
76555	VITOR HUGO MENESES FEITOSA	***.097.069-**

Farmacêutico

Nº INSC	CANDIDATO	CPF Parcial
75921	MAYARA DANUSA ALVES SAMPAIO	***.071.229-**
75832	RAYANNE HIGINO DA SILVA NUNES DE MÉLO	***.982.444-**
76020	WELLTON FERNANDO MARINHO GALETI	***.670.169-**

Fisioterapeuta

Não há candidatos nesta vaga

Gari

Nº INSC	CANDIDATO	CPF Parcial
76033	ADALMIR LIMA NETO	***.986.849-**
76057	AMARILDO DANIEL PEREIRA DE SOUZA	***.949.309-**
75967	CLAUDINEIA ARANTES	***.240.959-**
75805	GLEICIELI DA SILVA DE OLIVEIRA ESTECHE	***.824.069-**
76063	GUILHERME APARECIDO DE ALMEIDA	***.810.409-**
75931	JOYCE BARBOSA RODRIGUES	***.890.519-**
76035	LEONARDO PAUKA	***.076.329-**
75938	MATHEUS ABRAÃO DA SILVA	***.898.319-**
76433	REGINALDO MATEUS	***.702.509-**

Monitor

Nº INSC	CANDIDATO	CPF Parcial
75876	ALEXANDRE VICENTE DO NASCIMENTO	***.186.249-**
76371	ANA LAURA SIMAO DE MELO	***.560.719-**
75899	ANATALIA WELITA RIBEIRO DA HORA	***.587.759-**
75874	ANDRESSA DA SILVA FARIAS	***.131.949-**
75787	BRENDA THAIS RAMOS	***.560.699-**
76401	CAMILA JULIANA RIBEIRO DE SOUZA	***.434.919-**
75818	CLAUDIANE ANTALI DA CRUZ	***.867.989-**
76022	DANIELA FERREIRA PEREIRA TONDATI	***.485.009-**
76385	ELISVANIA MORAIS SILVA PASTORI	***.014.099-**
75782	EMILLY FRAGERI DE FREITAS	***.933.319-**
76271	FABIOLA NANI GAMBINI	***.479.728-**
75793	FER DE SOUZA PEICHAO FERREIRA	***.435.399-**
76028	GABRIEL GALLICIANO DE LIMA	***.218.449-**
76036	GEOVANA MARINES DE SOUZA	***.442.479-**
76508	GIOVANA VITÓRIA COSTA DE OLIVEIRA	***.720.999-**
76007	ISADORA LUIZA DE MATOS	***.687.049-**
76038	IZABELLY VITORIA FERREIRA	***.464.569-**
75780	JAQUELINE VICTORIA LEAL	***.566.349-**
76042	JENIFFER RAFAELLE MENEZES	***.880.189-**
76524	JUSSARA APARECIDA RICHARDI	***.134.138-**
76535	LAINI SOUZA MOREIRA	***.337.819-**
75791	LILIAMAR LOURENÇO TAVARES	***.710.689-**
75999	LORENA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	***.168.549-**
76031	LUANA VITÓRIA SANTOS DO NASCIMENTO	***.521.349-**
75852	MARIA EDUARDA CAMARGO DE OLIVEIRA	***.381.159-**
75932	MARIANA MENE DE LIMA	***.472.898-**
76523	NICOLI AGUIAR DE OLIVEIRA	***.571.019-**
76577	PAMELLA KARINA BOMBONATO MATEUS	***.450.709-**
75768	PRISCILA CORREIA	***.717.459-**
75786	RANIELE INGRID SILVA DOS ANJOS ALVES	***.010.535-**
76456	RAYANNE SILVA SANTOS	***.936.348-**
75843	SARA CRIS GARCIA	***.721.779-**
76011	SUELI FERREIRA DA SILVA	***.578.379-**
75986	VANUSA BARBOSA DA SILVA	***.226.469-**

Motorista I

Nº INSC	CANDIDATO	CPF Parcial
75922	ADRIANO SANTANA DA ROCHA	***.431.522-**
76024	AGOSTINHO ANDRADE SCUTERI	***.100.288-**
75905	ANTONIO DO NASCIMENTO	***.934.778-**
76008	FERNANDO ROBERTO DA SILVA DOS SANTOS	***.167.499-**
76004	HAR PIRES RAMOS	***.311.879-**
75798	HAROLDO BELARMINO DA SILVA	***.988.828-**
76253	JHONATTAN CAVALCANTE BARBOSA	***.993.459-**
76212	JORGE RODRIGUES DOS SANTOS	***.894.399-**
75842	LUAN PEDRA CANGIRANA	***.599.749-**
75776	MAICON AUGUSTO DA SILVA	***.905.489-**
76058	MEIRE DOS SANTOS SILVA	***.902.749-**
75979	PEDRO PAULO DE ARAUJO	***.365.639-**

Motorista II

Nº INSC	CANDIDATO	CPF Parcial
75923	ADRIANO SANTANA DA ROCHA	***.431.522-**
75904	ANTONIO DO NASCIMENTO	***.934.778-**
75870	CLAUDIO OLIVEIRA MEDEIROS	***.282.019-**
76048	CLAUDIVINO QUEIROZ DE LIMA	***.617.909-**
75957	DIONAS JOSÉ DA SILVA	***.231.629-**
75920	HAR PIRES RAMOS	***.311.879-**
75873	JORGE RODRIGUES DOS SANTOS	***.894.399-**
76017	JÚLIO CESAR BIGNATI SILVA	***.242.612-**
76407	MILTON MOREIRA DA SILVA	***.685.209-**
76581	SOLENE FERREIRA SANTOS BASTOS	***.642.438-**

Nutricionista

Nº INSC	CANDIDATO	CPF Parcial
76027	BIANCA WATANABE	***.430.379-**
75928	DENIZE PATRICIA SALUSTIANO CANO	***.910.599-**
76030	GIULIA VICTORIA BERTOLDO	***.632.939-**
75783	THAIS DE SOUSA PROENÇO	***.193.861-**

Professor - 20h

Nº INSC	CANDIDATO	CPF Parcial
76186	ADRIANA BARBOSA DA SILVA GOES	***.511.849-**
76498	ALANA SOPHIA ZANELLA BARROS DE SOUZA	***.684.099-**
76425	ALESSANDRA DA SILVA TORRES	***.134.099-**
75994	ALINE THAIS DE OLIVEIRA MOTA	***.478.699-**
76484	ALINE VITORIA ZANELLA BARROS DE SOUXZA	***.737.389-**
75987	AMANDA DE CASTRO BONIFACIO	***.856.329-**
75866	AMANDA DE MORAIS CAPOCI GONÇALVES	***.293.059-**
76023	ANA JULIA AGUIAR PAULINO	***.215.719-**
75977	ANA LUCIA PEREIRA BALLMANN	***.583.159-**
76333	ANA ROSA SOARES	***.731.059-**
76052	ANDREIA PEREIRA ABREU	***.101.629-**
75956	ANDRESSA PRIMAKI SAAR TOSCO	***.641.849-**
75886	ANNA CLAUDIA DA SILVA BARBOSA	***.383.639-**
76515	APARECIDA GOMES DE FREITAS	***.880.699-**
75809	BEATRIZ GONÇALVES DE LIMA	***.162.858-**
75951	BEATRIZ LIMA MENEZES	***.882.289-**
76394	BEATRIZ SARAIVA GARCIA	***.633.279-**
76053	BRUNA CAROLINE FIGUEIRA DE LIMA MORAES	***.164.159-**
75961	BRUNA GLEICE ALVES RODRIGUES	***.441.499-**
76440	CAROLINA BELCHIOR RODRIGUES	***.526.129-**
76295	CAROLINA YAS NASCIMENTO CEG	***.111.589-**
76525	CELIA DALVA APARECIDA DOS SANTOS	***.219.229-**
76062	CRISTIANE CARGNELUTTI	***.346.089-**
76477	CRISTIANE RODRIGUES DA SILVA FERREIRA	***.168.279-**
76373	DAIANE CIDELE DE SOUZA	***.815.109-**
75807	EDUARDA SOPHIA BERTOLDO	***.130.829-**
76354	ELAINE FANTINATI	***.377.849-**
76377	ELIANA APARECIDA DE CARVALHO BORGES	***.247.759-**
76284	ELIANE GOMES DOS SANTOS	***.860.769-**
75821	ERICA DOS SANTOS NUNES	***.630.479-**
75949	ÉRICA GABRIELA SANTOS DE LIMA	***.044.769-**
76231	FABIANA DE LIMA OLIVEIRA	***.853.409-**
76429	FERNANDA GONÇALVES CAVALCANTE	***.804.409-**
75913	FRANCIELE SANTANA DOS SANTOS	***.919.269-**
75803	GABRIELA LOPES GALVÃO	***.618.199-**
75825	GABRIELLY SANTOS BUENO	***.730.499-**
75946	HIVANILDA SANTINHA BARION	***.770.409-**
76071	IESSA CRISTINA VERGILIO DOS SANTOS	***.321.959-**
75834	INGLITY APARECIDA CASTRO DA CRUZ	***.816.079-**
76327	ISABELLY SOARES BIZERRA	***.309.999-**
76539	ISMENYA SILVA E SILVA	***.026.823-**
76032	JAQUELINE COSTA DA SILVA	***.500.549-**
76463	JAQUELINE DOS SANTOS NUNES	***.956.209-**
75781	JAQUELINE VICTORIA LEAL	***.566.349-**
75835	JÉSSICA NAYARA DE MORAIS FREIRE	***.304.089-**
76446	JOELMA PEREIRA DA SILVA SOUZA	***.723.469-**
76517	JOSE JAIME BENTO	***.469.919-**
75775	JULIANE ELISBAO DOS SANTOS ROSENDO	***.862.209-**
76574	KELLY SANCHES DA SILVA	***.614.999-**
75858	KELY JENIFFER LOPES NUNES	***.656.669-**
76533	KEMILLY RAISSA SAMAPIO DOS REIS	***.869.769-**
76009	LAURA MOURA DA SILVA	***.196.159-**
76274	LIAMAR RODRIGUES DOS SANTOS DE SOUZA GAVASSI	***.578.229-**
75884	LUCIANE CRISTINA PEREIRA	***.079.029-**
76064	MARCIA ALVES DA SILVA	***.605.059-**
76504	MARCIA BATISTA SOARES SCOPARO	***.440.479-**
76357	MARIA APARECIDA DOS SANTOS SOUZA	***.708.059-**
76299	MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	***.818.949-**
76321	MARIA EDILEIDE DE BARROS PIOLA	***.447.769-**
75997	MARIA EDUARDA DOS SANTOS PEREIRA	***.762.909-**
76526	MARIA EDUARDA LIMA DOS SANTOS	***.937.299-**
75984	MARIA JULIA SOUZA ALVES	***.785.188-**
76509	MARIA VITÓRIA DE FREITAS BENTO	***.586.969-**
75982	MARIANA NASCIMENTO DE ALMEIDA	***.467.949-**
76528	MARLEY PRAXEDES SILVA	***.554.299-**
76571	MATHEUS SILVA FERREIRA	***.417.449-**
75888	MICHELY VIENTAINER DE LIMA	***.475.709-**
75777	MILENE KAMILA GARCIA DRUZIANI	***.913.449-**
76214	NAIARA APARECIDA SANTOS DE BRITO	***.462.839-**
75872	NICOLLE CRISTINA NOGUEIRA BOCCA	***.420.509-**
75774	NILZA FERREIRA GUILHERME	***.244.919-**
76015	PAMELA GRIEBELER	***.205.929-**
75911	PATRICIA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA	***.907.989-**
75796	RAFAEL VIEIRA PAIVA	***.190.799-**
76069	RAYSSA RAYANR DA SILVA DE NOVAIS	***.470.759-**
76257	ROSANA APARECIDA DOS SANTOS GUILHEME	***.028.479-**
76482	TAINARA DA BOAVENTURA SOARES	***.083.969-**
76060	THAISA BUENO DA FONSECA	***.263.419-**
76046	THALIA ALVES DA SILVA	***.696.019-**
76513	VANILZE GOMES DE FREITAS BENTO	***.143.748-**
75815	VITORIA GABRIELI DA SILVA NASCIMENTO	***.087.249-**

Professor - 40h

Nº INSC	CANDIDATO	CPF Parcial
76181	ADRIANA BARBOSA DA SILVA GOES	***.511.849-**
76018	ADRIANA PIM DA SILVA PIAGENTINI	***.494.259-**
76499	ALANA SOPHIA ZANELLA BARROS DE SOUZA	***.684.099-**
76426	ALESSANDRA DA SILVA TORRES	***.134.099-**
76485	ALINE VITORIA ZANELLA BARROS DE SOUXZA	***.737.389-**
75988	AMANDA DE CASTRO BONIFACIO	***.856.329-**
75867	AMANDA DE MORAIS CAPOCI GONÇALVES	***.293.059-**
76536	ANA LUCIA PEREIRA BALLMANN	***.583.159-**
75824	ANDREIA PEREIRA ABREU	***.101.629-**
75955	ANDRESSA PRIMAKI SAAR TOSCO	***.641.849-**
75887	ANNA CLAUDIA DA SILVA BARBOSA	***.383.639-**
75810	BEATRIZ GONÇALVES DE LIMA	***.162.858-**
75952	BEATRIZ LIMA MENEZES	***.882.289-**
76441	CAROLINA BELCHIOR RODRIGUES	***.526.129-**
76296	CAROLINA YAS NASCIMENTO CEG	***.111.589-**
75869	CELIA DALVA APARECIDA DOS SANTOS	***.219.229-**
76478	CRISTIANE RODRIGUES DA SILVA FERREIRA	***.168.279-**
76374	DAIANE CIDELE DE SOUZA	***.815.109-**
76355	ELAINE FANTINATI	***.377.849-**
76378	ELIANA APARECIDA DE CARVALHO BORGES	***.247.759-**
76285	ELIANE GOMES DOS SANTOS	***.860.769-**
75822	ERICA DOS SANTOS NUNES	***.630.479-**
75950	ÉRICA GABRIELA SANTOS DE LIMA	***.044.769-**
75914	FRANCIELE SANTANA DOS SANTOS	***.919.269-**
75804	GABRIELA LOPES GALVÃO	***.618.199-**
76037	GEOVANA MARINES DE SOUZA	***.442.479-**
76334	GRACIELE ARAÜJO ROLIM RIBEIRO	***.170.219-**
76072	IESSA CRISTINA VERGILIO DOS SANTOS	***.321.959-**
76328	ISABELLY SOARES BIZERRA	***.309.999-**
76540	ISMENYA SILVA E SILVA	***.026.823-**
76464	JAQUELINE DOS SANTOS NUNES	***.956.209-**
75836	JÉSSICA NAYARA DE MORAIS FREIRE	***.304.089-**
75859	KELY JENIFFER LOPES NUNES	***.656.669-**
76534	KEMILLY RAISSA SAMAPIO DOS REIS	***.869.769-**
76040	LEONY SILVANA FURLAN	***.264.009-**
75885	LUCIANE CRISTINA PEREIRA	***.079.029-**
76065	MARCIA ALVES DA SILVA	***.605.059-**
76505	MARCIA BATISTA SOARES SCOPARO	***.440.479-**
76358	MARIA APARECIDA DOS SANTOS SOUZA	***.708.059-**
76300	MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	***.818.949-**
76322	MARIA EDILEIDE DE BARROS PIOLA	***.447.769-**
75853	MARIA EDUARDA CAMARGO DE OLIVEIRA	***.381.159-**
75998	MARIA EDUARDA DOS SANTOS PEREIRA	***.762.909-**
76013	MARIA IRENE MOURA	***.963.549-**
75985	MARIA JULIA SOUZA ALVES	***.785.188-**
75933	MARIANA MENE DE LIMA	***.472.898-**
75983	MARIANA NASCIMENTO DE ALMEIDA	***.467.949-**
76572	MATHEUS SILVA FERREIRA	***.417.449-**
75778	MILENE KAMILA GARCIA DRUZIANI	***.913.449-**
76215	NAIARA APARECIDA SANTOS DE BRITO	***.462.839-**
76580	NATANY DOS SANTOS BORGES	***.517.039-**
76021	NUBIA DOS SANTOS GOMES	***.413.629-**
75912	PATRICIA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA	***.907.989-**
75797	RAFAEL VIEIRA PAIVA	***.190.799-**
75925	RAFAELLA RODRIGUES GUEDES	***.075.759-**
76258	ROSANA APARECIDA DOS SANTOS GUILHEME	***.028.479-**
75927	SAMUEL BARBOSA MENDES	***.981.832-**
76483	TAINARA DA BOAVENTURA SOARES	***.083.969-**
76520	TATIANE MARIA DE JESUS	***.664.299-**
76061	THAISA BUENO DA FONSECA	***.263.419-**
76047	THALIA ALVES DA SILVA	***.696.019-**
76045	VANESSA RESENDE DA SILVA	***.750.809-**
76043	VANILZA MACHADO CARGNELUTTI	***.272.689-**
76434	VINICIUS ESQUARCINI MACEDO	***.104.999-**

Psicólogo

Nº INSC	CANDIDATO	CPF Parcial
75773	DAYLLA TAPIA DE MORAES	***.070.469-**
76348	ISABELLA DE CASTRO KASKELIS	***.553.819-**
75906	NATALIA GISELE PEREIRA	***.301.229-**
76041	THAELINE DE LIMA SANTOS	***.945.399-**

Técnico em Enfermagem

Nº INSC	CANDIDATO	CPF Parcial
75849	AMANDA RAYANA TOSCO TORRES	***.756.819-**
75794	ARLETE SANTOS DO NASCIMENTO MARTINS	***.849.358-**
76400	CAMILA JULIANA RIBEIRO DE SOUZA	***.434.919-**
75860	CINTIA GABRIELA APARECIDA MACHADO BARROS	***.513.979-**
76395	CLEOCIR CEZAR DA SILVA	***.227.009-**
75954	CREUZA MARIA TOSCO	***.551.739-**
75823	DAIANE VALERIO BECALLI MILANI	***.176.239-**
75779	DEVANIR BARBOSA DA SILVA	***.339.399-**
76472	EDIANAÍSA DOS SANTOS COSTA	***.764.749-**
75795	EDUARDO DE SOUZA	***.433.509-**
75802	ELAINE DOS SANTOS SILVA	***.918.589-**
75944	ELIARA DE LIMA DA SILVA	***.530.639-**
75833	ELIENE FERREIRA DE FARIAS	***.876.049-**
75847	GRACIELE DE LIMA GONCALES FERTONANO	***.580.549-**
76044	JEA CRISTINA DA SILVA	***.235.299-**
75788	LILIAMAR LOURENÇO TAVARES	***.710.689-**
76582	LUANA DE SOUZA GOMES	***.604.869-**
76286	LUCINÉIA BORGES DA SILVA	***.264.329-**
76344	NICE FERREIRA DE ASSIS	***.069.659-**
75790	SIDNEIA BERNARDO THOMAZ DA COSTA	***.482.799-**
75816	SOLANGE FARIAS	***.097.789-**
76059	TATIANE RODRIGUES DA SILVA	***.999.159-**
75930	THAIS BEATRIZ DE PAULA SCUTERI	***.315.569-**
75792	THAÍS JULIÃO BARBOSA	***.332.879-**
75844	VANESSA APARECIDA DA SILVA	***.541.051-**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO N.º 451/2026
SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por excesso de arrecadação no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil), destinados a suplementar dotações da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Ordinária n° 70, de 17/12/2025 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL).
CONSIDERANDO, a insuficiência de saldos nas rubricas de despesa específica no orçamento do Executivo municipal vigente.
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto na Contadoria da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por excesso de arrecadação no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil), destinados a suplementar dotações da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, conforme a seguir:
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
08.001 – DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
08.001.15.451.0030.1032 – OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA – VIAS URBANAS
FONTE 512 – CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)
(754) 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo R$ 40.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR.....R$ 40.000,00
Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo 1º deste Decreto, nos termos do Artigo 43, § 1º inciso III da Lei Federal 4.320/64, o Executivo Municipal utilizar-se-á do seguinte:
a) O produto do excesso de arrecadação apurado na fonte de recursos 512 – CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB):
FONTE 512 – CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)
Excesso de arrecadação.....R$ 40.000,00
TOTAL DE EXCESSO.....R$ 40.000,00
Art. 3º Ficam alteradas as ações da Lei nº 69, de 17/12/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2026/2029, onde o crédito aprovado na presente lei fica incluído no Anexo de Programações e Metas como ação, o Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 34, de 17/07/2025 que trata das Ações Prioritárias da Administração Pública Municipal, Diretrizes Gerais para a elaboração da Proposta Orçamentária e normas da Execução Financeira para 2026 (LDO), a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso de 2026, no que couber.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DO PAÇO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
LEI MUNICIPAL Nº 1.358/2026
SÚMULA: "Acrescenta dispositivo à Lei Municipal nº 1.310/2025, que dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Francisco Alves – Paraná, para instituir o Benefício Eventual na modalidade Auxílio-Moradia (Aluguel Social), e dá outras providências."
A CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCINO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica acrescido o Art. 42-A à Lei Municipal nº 1.310, de 23 de setembro de 2025, com a seguinte redação:
"Art. 42-A. Fica instituído o Benefício Eventual na modalidade Auxílio-Moradia (Aluguel Social), destinado a famílias e indivíduos em situação de emergência, desastre, risco social ou vulnerabilidade temporária."
§ 1º O auxílio consistirá no repasse financeiro no valor de até R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, destinado prioritariamente ao pagamento do aluguel do imóvel residencial.
§ 2º Para fins de garantia da destinação do benefício, o pagamento poderá ser efetuado diretamente ao proprietário do imóvel locado, mediante apresentação de contrato de locação e comprovantes exigidos pelo órgão gestor.
§ 3º O benefício será concedido pelo prazo de 6 (seis) meses, admitida a prorrogação sucessiva por iguais períodos em caso de extrema e comprovada necessidade, mediante parecer técnico emitido pela equipe de assistência social.
§ 4º As despesas decorrentes deste benefício correrão por conta das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS."
Art. 2º Os critérios e procedimentos para concessão do benefício observarão as normas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e, no que couber, regulamentação do Poder Executivo Municipal.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Francisco Alves, em 21 de outubro de 2026, 205º da Independência e 138º da República.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 414 DE 21 DE OUTUBRO DE 2026
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias.
ALIRIO JOSÉ MISTURA, Prefeito Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da Leis Municipais nº 1068/2019 de 16 de outubro de 2019 e 1.274 de 30 de janeiro de 2025.
RESOLVE:
I – Autorizar e conceder, em consonância com a Lei Municipal nº 1068/2019 de 16 de outubro de 2019, o pagamento de diárias ao servidora ALETHEIA PATRICIA BUSCH, brasileira, portador da cédula de Identidade RG sob nº 6.084.463-1 SESP/PR e devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 883.933.489-00, nomeada cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, símbolo CC1-S, conforme segue:
REQUERIMENTO Nº 80/2026
OBJETIVO DA VIAGEM: Deslocamento da Secretária Municipal de Saúde à cidade de Curitiba/PR, para participar de reuniões e atividades institucionais junto ao Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Paraná (COSEMS/PR), à Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e à Câmara Técnica de Vigilância em Saúde, com a finalidade de acompanhar discussões, deliberações e orientações relacionadas à gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), ao fortalecimento das políticas públicas de saúde e ao aprimoramento dos serviços prestados à população do Município de Francisco Alves/PR.
PERIODO DE AFASTAMENTO: 26/20/2026 à 28/10/2026
ORIGEM: Francisco Alves - Pr
DESTINO: Curitiba
DATA DA SAÍDA: 26/10/2026
DATA PREVISTA PARA O RETORNO: 28/10/2026
QUANTIDADE DE DIÁRIAS : 2
TIPO DE TRANSPORTE: Oficial
VALOR GLOBAL: R$ 1.400,00
II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Francisco Alves, em 21 de outubro de 2026, 205º da Independência e 138º da República.
Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ
CNPJ: 00.338.899/0001-57
AVENIDA MARÍLIA, 1890 – CENTRO
CEP: 87.470-000 – FONE/FAX: (44) 3534-1255
MARILUZ – PARANÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009-2026

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 05/2026

JUSTIFICATIVA

O presente Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 05-2026 refere-se à: Contratação de empresa especializada para a ministração de curso de capacitação destinado aos Vereadores, Assessores e Servidores da Câmara Municipal de Mariluz, com o tema PROLEGIS na Prática: Governança, controle e a gestão estratégica nas Câmaras Municipais. Que ocorrerá no município de Curitiba-PR, de 20 a 23 de outubro de 2026.

A contratação justifica-se pela necessidade de **capacitação e aperfeiçoamento dos vereadores e funcionários da Câmara Municipal de Mariluz**, visando ao aprimoramento dos conhecimentos relacionados à sua atuação e exigências relacionadas ao cargo.

A participação no curso contribuirá para o fortalecimento da atuação legislativa e fiscalizatória, proporcionando conhecimentos técnicos necessários ao adequado desempenho das funções públicas, especialmente quanto aos procedimentos, competências e responsabilidades inerentes às atividades de fiscalização e controle da Administração Pública.

Diante da formação acadêmica, experiência profissional e atuação específica do palestrante junto ao Poder Legislativo Municipal, entende-se demonstrada sua notória especialização e pertinência técnica com o objeto pretendido, justificando-se sua escolha para a realização da capacitação.

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR
CEAP – TREINAMENTO PROF E GERENCIAL LTDA	13.891.611/0001-19	R$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais)

Fundamentação Legal: Inciso III do Art. 74, da Lei nº 14.133/21.

Autorizo a instauração do referido processo de Inexigibilidade de licitação.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico a inexigibilidade de licitação, nos termos do presente processo.

Mariluz, 21 de outubro de 2026.

CLEITON AUGUSTO DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara

Valide aqui este documento

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Alto Piquiri, Estado do Paraná
Elma Sueli Belga Ladeia
Agente Delegada - Decreto 4826/85

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/XV3CQ-WADH8-R9689-9LQ6H

EDITAL DE INTIMAÇÃO 11/2026

NEGÓCIO FIDUCIÁRIO

Elma Sueli Belga Ladeia, na qualidade de Agente Delegada do Serviço de Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Alto Piquiri - Paraná, segundo as atribuições conferidas pelo Artigo 26 da Lei 9.514/97 e por solicitação da CREDORA COOPERATIVA - SICREDI NOSSA TERRA PR/SP., **INTIMA** o **Devedor Fiduciante CLAUDIO FELIPIN BRAGA**, inscrito no CPF/MF n.° 039.900.739-31, **a comparecer no Serviço de Registro de Imóveis, situado na Av. Brasil n.° 1.364 - Centro, na Cidade de Alto Piquiri - PR.**, entre os horários das 08:30 às 11:00 e 13:00 às 17:00 horas, **no prazo improrrogável de 15 dias a contar da publicação deste Edital** (§4.° do Art. 26 da Lei 9.514/97) **para pagamento/purgação da mora**, com os acréscimos, sujeito a atualização monetária, juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, na forma prevista no contrato, além das despesas de cobrança e intimação, valores esses apurados na data do efetivo pagamento, que se venceram no prazo desta intimação, referente ao Contrato C405313450, no valor de R$298.316,52, até a data de 02/10/2026; Contrato C505321412, no valor de R$39.530,11, até a data de 02/10/2026; Contrato C405206280, no valor de R$206.784,12, até a data de 15/03/2027; Contrato C105211660, no valor de R$84.008,46, até a data de 02/10/2026; Contrato C505321412, no valor de R$39.530,11, até a data de 02/10/2026, registrados nas Matrículas n.°5.275, e 5.276, Livro 02-RG, deste Serviço, de acordo com o demonstrativo do débito atualizado fornecido pela CREDORA, o qual encontra-se arquivado nesta Serventia, com saldo devedor de responsabilidade de Vossa Senhoria, sob pena de vencimento antecipado de toda dívida, **consolidação da propriedade do imóvel em favor da Credora, nos termos do Art. 26 §7.° da Lei 9.514/97 e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial para venda do imóvel, sendo que as datas serão divulgadas através de jornais. Obs.: Poderá efetuar a purga da mora na agência COOPERATIVA SICREDI NOSSA TERRA PR/SP**.- Caso Vossa Senhoria já tenha efetuado o pagamento dos débitos antes da publicação da presente intimação, por gentileza desconsidere, para todos os fins de direito, prevalecendo à mesma com o objetivo de que enviado cópias dos comprovantes de pagamento para regularização do controle do Credor.- Prenotação n.°65.398 em 29 de Setembro de 2026, Livro 1-I.- Alto Piquiri - PR., 15 de Outubro de 2026.

Atenciosamente,

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta www.ri.org.br/confirmaAutenticidade o CNS: **08.422-8** e o código de verificação do documento: **UWV994**
Consulta disponível por 30 dias

Valide aqui este documento

Elma Sueli Belga Ladeia
Agente Delegada
Av. Brasil n.° 1.364 - CEP 87.580-000 - Tel. (44) 3656-1014
e-mail: cripiquiri@hotmail.com

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

---

Valide aqui este documento

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Alto Piquiri, Estado do Paraná
Elma Sueli Belga Ladeia
Agente Delegada - Decreto 4826/85

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/QSLTT-XDUNW-BT3N6-EM95P

EDITAL DE INTIMAÇÃO 12/2026

NEGÓCIO FIDUCIÁRIO

Elma Sueli Belga Ladeia, na qualidade de Agente Delegada do Serviço de Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Alto Piquiri - Paraná, segundo as atribuições conferidas pelo Artigo 26 da Lei 9.514/97 e por solicitação da CREDORA COOPERATIVA – SICREDI NOSSA TERRA PR/SP, **INTIMA** o **Devedor Fiduciante RICARDO CASA SANTA**, inscrito no CPF/MF n.°080.982.799-95, **a comparecer no Serviço de Registro de Imóveis, situado na Av. Brasil n.°1.364 - Centro, na Cidade de Alto Piquiri - PR.**, entre os horários das 08:30 às 11:00 e 13:00 às 17:00 horas, **no prazo improrrogável de 15 dias a contar da publicação deste Edital** (§4.° do Art. 26 da Lei 9.514/97) **para pagamento/purgação da mora**, com os acréscimos, sujeito a atualização monetária, juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, na forma prevista no contrato, além das despesas de cobrança e intimação, valores esses apurados na data do efetivo pagamento, que se venceram no prazo desta intimação, referente ao Contrato C205309964, no valor de R$140.572,91, até a data de 02/10/2026; Contrato C105209720, no valor de R$84.722,52, até a data de 02/10/2026; Contrato C105309369, no valor de R$122.207,98, até a data de 02/10/2026, registrados nas Matrículas n.°5.275, e 5.276, Livro 02-RG, deste Serviço, de acordo com o demonstrativo do débito atualizado fornecido pela CREDORA, o qual encontra-se arquivado nesta Serventia, com saldo devedor de responsabilidade de Vossa Senhoria, sob pena de vencimento antecipado de toda dívida, **consolidação da propriedade do imóvel em favor da Credora, nos termos do Art. 26 §7.° da Lei 9.514/97 e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial para venda do imóvel, sendo que as datas serão divulgadas através de jornais. Obs.: Poderá efetuar a purga da mora na agência COOPERATIVA SICREDI NOSSA TERRA PR/SP**.- Caso Vossa Senhoria já tenha efetuado o pagamento dos débitos antes da publicação da presente intimação, por gentileza desconsidere, para todos os fins de direito, prevalecendo à mesma com o objetivo de que enviado cópias dos comprovantes de pagamento para regularização do controle do Credor.- Prenotação n.°65.398 em 29 de Setembro de 2026, Livro 1-I.- Alto Piquiri - PR., 15 de Outubro de 2026.

Atenciosamente,

Elma Sueli Belga Ladeia
Agente Delegada

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta www.ri.org.br/confirmaAutenticidade o CNS: **08.422-8** e o código de verificação do documento: **X663XN**
Consulta disponível por 30 dias

Valide aqui este documento

Av. Brasil n.° 1.364 - CEP 87.580-000 - Tel. (44) 3656-1014
e-mail: cripiquiri@hotmail.com

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 260, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026
Interrompe permuta de professores da Rede Municipal de Ensino, com o Município de Tuneiras do Oeste-Pr.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando o comunicado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do dia 20 de outubro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1o Interromper a partir do dia 20 de outubro de 2026, a concessão de permuta, concedida por meio da Portaria n.º 073 de 23 de fevereiro de 2026, ao Professor de Educação Infantil GERALDA MENDES CORDEIRO FRANCISCO, matrícula n.º 92366, portadora da CI/RG n.º 13.xxx.xxx-3 – SSP/PR, com a Professora do Município de Tuneiras do Oeste-Pr, VALDINEIA PEREIRA MACHADO.
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 21 de outubro de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

TERMO ADITIVO N.º 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005/2026

PREGÃO ELETRONICO 004/2026

Aos 20 dias do mês de outubro de 2026, como CONTRATANTE o **MUNICÍPIO DE IVATÉ**, Estado do Paraná, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ**, com sede na Av. Rio de Janeiro, 2758, Sala 03, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob n.º 09.245.506/0001-35, neste ato representado pelo seu agente político, Sr. **DENILSON VAGLIERI PREVITAL,** brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Serra Dourada, 1940, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n.º 7.757.130-2 SSP/PR e CPF n.º 041.938.799-41 e de outro lado como CONTRATADA a empresa **MG CAMPANER LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 10.428.717/0001-92, com sede a Avenida Minas Gerais, número 2294, na cidade de IVATÉ, estado Paraná, neste ato devidamente representada pelo(a) Sr.(a) **MARIA GIL CAMPANER**, portador(a) do RG nº 17839101 e inscrito(a) no CPF sob o nº 361.470.289-87, e-mail: renatocampaner55@gmail.com, telefone: (44) 9841-1119, resolvem **ADITAR** o Contrato Administrativo supramencionado, nas condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente termo aditivo tem por objeto a(s) seguinte(s) alteração(ões) contratual(is):

1.1.1. Acréscimo quantitativo consistente em aumentar o valor de contrato, o que equivale a 25% do valor do contrato primitivo, com fundamento no art. 124, inciso I, alínea b, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA
Em consequência das alterações promovidas por meio deste Termo Aditivo, o valor do contrato primitivo ora aditado passa a ser de **R$ 19.820,54** (dezenove mil, oitocentos e vinte reais e cinquenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA
As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos dispostos pelo Município, na dotação abaixo discriminada:

Entidade: Prefeitura Municipal de Ivaté			
04.001.12.361.0006.2104 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
69	3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo
69	3.3.90.30.00.00	1103	Material de consumo
69	3.3.90.30.00.00	1104	Material de consumo
69	3.3.90.30.00.00	1107	Material de consumo
69	3.3.90.30.00.00	3107	Material de consumo
70	3.3.90.32.00.00	1000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	1103	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	1104	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	1107	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	3107	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	31110	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
04.001.12.365.0006.2185 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE			
101	3.3.90.30.00.00	1103	Material de consumo
101	3.3.90.30.00.00	1104	Material de consumo
101	3.3.90.30.00.00	1107	Material de consumo
101	3.3.90.30.00.00	3107	Material de consumo
102	3.3.90.32.00.00	1103	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
102	3.3.90.32.00.00	1107	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
102	3.3.90.32.00.00	31110	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
04.001.12.365.0006.2186 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLA			
109	3.3.90.30.00.00	1103	Material de consumo
109	3.3.90.30.00.00	1104	Material de consumo
109	3.3.90.30.00.00	1107	Material de consumo
109	3.3.90.30.00.00	3107	Material de consumo
110	3.3.90.32.00.00	1103	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
110	3.3.90.32.00.00	1107	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
110	3.3.90.32.00.00	31110	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita

CLÁUSULA QUARTA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo que não contrariem o disposto neste Termo Aditivo.

E, por estarem as partes de comum acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

MUNICÍPIO DE IVATÉ
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Contratante

MG CAMPANER LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

Denise Nunes Carneiro Fonseca
CPF:0x7.0x5.1x9-x3

Patricia Tomain Mesquita
CPF: 0x4.2x3.1x9-x2

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

TERMO ADITIVO N.º 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 004/2026

PREGÃO ELETRONICO 004/2026

Aos 21 dias do mês de outubro de 2026, como CONTRATANTE o **MUNICÍPIO DE IVATÉ**, Estado do Paraná, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ**, com sede na Av. Rio de Janeiro, 2758, Sala 03, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob n.º 09.245.506/0001-35, neste ato representado pelo seu agente político, Sr. **DENILSON VAGLIERI PREVITAL,** brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Serra Dourada, 1940, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n.º 7.757.130-2 SSP/PR e CPF n.º 041.938.799-41 e de outro lado como CONTRATADA a empresa **MARCIO DE BRITO PISSINI ME**, inscrita no CNPJ sob n.º 10439583000105, com sede a RUA MARINGA, número s/n, na cidade de IVATÉ, estado Paraná, neste ato devidamente representada pelo(a) Sr.(a) **MARCIO DE BRITO PISSINI**, portador(a) do RG nº 69608469 e inscrito(a) no CPF sob o nº 030.182.429-04, e-mail: marcio_ivate@hotmail.com, telefone: (44) 3673-1977, resolvem **ADITAR** o Contrato Administrativo supramencionado, nas condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente termo aditivo tem por objeto a(s) seguinte(s) alteração(ões) contratual(is):

1.1.1. Acréscimo quantitativo consistente em aumentar o valor de contrato, o que equivale a 25% do valor do contrato primitivo, com fundamento no art. 124, inciso I, alínea b, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA
Em consequência das alterações promovidas por meio deste Termo Aditivo, o valor do contrato primitivo ora aditado passa a ser de **R$ 9.498,38** (nove mil, quatrocentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA
As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos dispostos pelo Município, na dotação abaixo discriminada:

Entidade: Prefeitura Municipal de Ivaté			
04.001.12.361.0006.2104 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
69	3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo
69	3.3.90.30.00.00	1103	Material de consumo
69	3.3.90.30.00.00	1104	Material de consumo
69	3.3.90.30.00.00	1107	Material de consumo
69	3.3.90.30.00.00	3107	Material de consumo
70	3.3.90.32.00.00	1000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	1103	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	1104	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	1107	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	3107	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	31110	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
04.001.12.365.0006.2185 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE			
101	3.3.90.30.00.00	1103	Material de consumo
101	3.3.90.30.00.00	1104	Material de consumo
101	3.3.90.30.00.00	1107	Material de consumo
101	3.3.90.30.00.00	3107	Material de consumo
102	3.3.90.32.00.00	1103	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
102	3.3.90.32.00.00	1107	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
102	3.3.90.32.00.00	31110	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
04.001.12.365.0006.2186 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLA			
109	3.3.90.30.00.00	1103	Material de consumo
109	3.3.90.30.00.00	1104	Material de consumo
109	3.3.90.30.00.00	1107	Material de consumo
109	3.3.90.30.00.00	3107	Material de consumo
110	3.3.90.32.00.00	1103	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
110	3.3.90.32.00.00	1107	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
110	3.3.90.32.00.00	31110	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita

CLÁUSULA QUARTA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo que não contrariem o disposto neste Termo Aditivo.

E, por estarem as partes de comum acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

MUNICÍPIO DE IVATÉ
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Contratante

MARCIO DE BRITO PISSINI ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

Denise Nunes Carneiro Fonseca
CPF:0x7.0x5.1x9-x3

Patricia Tomain Mesquita
CPF: 0x4.2x3.1x9-x2

CAFEZAL DO SUL
CAPITAL DA CAVALGADA

www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026
Processo Adm.: Nº 74/2026

Objeto: Aquisição de produtos de panificação, de forma parcelada, destinados ao atendimento das necessidades das unidades administrativas e demais setores da Administração Pública Municipal de Cafezal do Sul, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

Empresas vencedoras valor total: **R$ 310.592,00** (trezentos e dez mil e quinhentos e noventa e dois reais): **FAMILIA LIMA - PANIFICADORA LTDA** (08988541000181) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 no valor total de R$ 310.592,00 (trezentos e dez mil e quinhentos e noventa e dois reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE CAFEZAL DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14133/21, e suas alterações, resolve **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

CAFEZAL DO SUL (PR), quarta-feira, 21 de outubro de 2026

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

Município de Guaíra

PORTARIA Nº 631/2026
Data: 21.10.2026
Ementa: concede férias aos Servidores Públicos Municipais, conforme especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os nºs 865/2025, 1.419/2025 e 2.946/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Altemir Custodio Ribeiro	2771-01	2024/2025	05/01/2027 a 03/02/2027
Cacio Rogerio Ortelan	18015-01	2021/2022 a 2022/2023	16/11/2026 a 15/12/2026 e 16/12/2026 a 14/01/2027
Carlos Alves Correa	23060-02	2025/2026	04/01/2027 a 02/02/2027
Carlos Schuback	2844-01	2023/2024 a 2024/2025	01/12/2026 a 30/12/2026 e 31/12/2026 a 29/01/2027
Elivelton de Souza Ferreira	24791-01	2022/2023 e 2023/2024 e 2024/2025	01/12/2026 a 10/12/2026 e 11/12/2026 a 09/01/2027 e 10/01/2027 a 29/01/2027
Emanuelle Maria Bagatin	30142-04	2023/2024	03/11/2026 a 12/11/2026
Marcio de Moraes Minueza	26484-01	2024/2025	04/11/2026 a 13/11/2026
Marcos Antonio da Silva	24643-02	2020/2021 a 2021/2022	01/12/2026 a 30/12/2026 e 31/12/2026 a 29/01/2027
Marcos Antonio Machado	17736-01	2025/2026	23/11/2026 a 22/11/2026
Neuter Mulinari	17728-01	2024/2025	01/12/2026 a 30/12/2026
Reinaldo de Souza	29405-01	2021/2022 a 2022/2023	01/12/2026 a 15/12/2026 e 16/12/2026 a 14/01/2027
Samuel dos Santos Vieira	22780-01	2025/2026	01/12/2026 a 30/12/2026
Sidinei Jose de Carvalho	14729-01	2025/2026	15/12/2026 a 13/01/2027

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA-PR
Estado do Paraná
Rua Juscelino Kubistchek de Oliveira, n.º 2394
Fone/Fax (044) 3675-4300
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 010/2026
MODALIDADE: Concorrência Eletrônica Nº 03/2026
OBJETO: Execução de Obras de Pavimentação Estrada Rural em CBUQ neste município ESTRADA BERNADELLI

À Empresa: **CONSTRUTORA LONGHINI LTDA**
CNPJ nº: 16.514.870/0001-19
Endereço: Rua Edmundo Mercer Junior, 1565 – Jardim Alvorada, Cruzeiro do Oeste/PR, CEP 87.400-000
E-mail: www.longuini_construtora@hotmail.com
A/C: ANDRÉ LONGHINI JUNIOR

Assunto: Convocação para manifestação de interesse em assumir o remanescente de obra.

Prezados Senhores,

Por meio do presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ 75.377.200/0001-67, sito a Rua Juscelino Kubistchek de Oliveira, 2394 – Centro - CEP 87.820-000 em Cidade Gaúcha – Paraná, **CONVOCA** esta conceituada empresa, na qualidade de SEGUNDA colocada no certame licitatório supramencionado, em decorrência da rescisão do contrato administrativo, anteriormente firmado com a empresa primeira colocada e vencedora da licitação, ESTRUTURAX OBRAS E SERVIÇOS LTDA .

Pela Rescisão do Contrato da primeira colocada, estamos dando continuidade no processo convocatório.

Diante do exposto e com fundamento no artigo 90, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 (ou Artigo 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993, conforme aplicável ao caso concreto do seu edital), solicitamos que esta empresa se manifeste, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, sobre o seu interesse ou não em retomar imediatamente a execução da referida obra.

Fica formalmente estabelecido que a contratação do remanescente da obra dar-se-á estritamente nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto aos valores, preços unitários e prazos estabelecidos na homologação do certame, nos termos do edital.

A manifestação de interesse deverá ser formalizada por escrito e encaminhada ao setor de licitações/contratos deste órgão, por meio do e-mail www.sidney@cidadegaucha.pr.gov.br, ou protocolada presencialmente no endereço indicado no preâmbulo deste termo.

O silêncio ou a ausência de manifestação formal dentro do prazo estipulado de 3 (três) dias será sumariamente interpretado como desinteresse por parte desta empresa, autorizando a Administração Pública a proceder à convocação dos licitantes remanescentes subsequentes, na ordem de classificação, ou a tomar as demais medidas legais cabíveis.

Certos de sua atenção, aguardamos o envio da manifestação no prazo legal.

Cidade Gaúcha, PR, 21 de Outubro de 2026

ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal

CIÊNCIA DE RECEBIMENTO:

Recebi o original deste Termo de Convocação em: ____/____/_____.

_____
[Nome legível e assinatura do representante da Empresa]
Empresa Convocada

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
Republicada e reeditada por conter incorreções
PORTARIA Nº 409 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias.
ALIRIO JOSÉ MISTURA, Prefeito Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da Leis Municipais nº 1068/2019 de 16 de outubro de 2019 e 1.274 de 30 de janeiro de 2025.
RESOLVE:
I – Autorizar e conceder, em consonância com a Lei Municipal nº 1068/2019 de 16 de outubro de 2019, o pagamento de diárias a servidora SOLANGE RAIMUNDI DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.981.851-6 SSP/PR e do Cadastro de Pessoa Física CPF/MF sob nº 041.671.709-81, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO DE SÉRIES INICIAIS E DE EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme segue:
REQUERIMENTO Nº 077/2026
OBJETIVO DA VIAGEM: Curso "Gestão que transforma Politicas Publica" - TCE
PERIODO DE AFASTAMENTO: 12/10/2026 à 15/10/2026
ORIGEM: Francisco Alves - Pr
DESTINO: Curitiba - Pr
DATA DA SAÍDA: 12/10/2026
DATA PREVISTA PARA O RETORNO: 15/10/2026
QUANTIDADE DE DIÁRIAS : 3
TIPO DE TRANSPORTE: Oficial
VALOR GLOBAL: R$ 1.140,00
II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Francisco Alves, em 08 de outubro de 2026, 205º da Independência e 138º da República.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2026 – SME

Dispõe sobre os procedimentos e critérios para a transição, distribuição de vagas e organização dos turnos dos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Mariluz, PR. para o ano letivo de 2027 e anos subsequentes.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARILUZ, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e administrativas, e considerando a necessidade de organizar os fluxos de matrícula e transição dos estudantes entre as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, garantindo transparência, equidade, continuidade do percurso escolar e adequada distribuição das vagas.

Considerando a Constituição Federal de 1988: artigos 205, 206, incisos I e VII, 208, inciso I e § 3º, e 211, que asseguram o direito à educação, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, o padrão de qualidade do ensino, o acompanhamento da frequência escolar e a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração.

Considerando a Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): artigos 4º, inciso I; 11, incisos I, II, III, V e VI; 29 e 30; e 32, que estabelecem as responsabilidades dos Municípios na organização e manutenção da rede de ensino, na edição de normas complementares e na oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Considerando a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): artigo 53, incisos I e V, que assegura a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, bem como o direito à educação pública e gratuita próxima da residência e a garantia de matrícula de irmãos no mesmo estabelecimento, conforme os requisitos legais.

Considerando a Lei Federal nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: no que se refere à garantia do direito à educação inclusiva, à acessibilidade e à disponibilização dos apoios necessários à participação e à aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 5/2009: que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 6/2010: que estabelece diretrizes operacionais para a matrícula na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, conforme o escopo da norma.

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 7/2010: que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos.

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 2/2018: que estabelece diretrizes operacionais complementares relativas à matrícula inicial na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, especialmente quanto ao corte etário.

Considerando a Deliberação CEE/PR nº 09/2021: que dispõe sobre procedimentos de matrícula e outros atos relacionados à vida escolar no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, incluindo os critérios de corte etário para ingresso na pré-escola e no 1º ano do Ensino Fundamental.

Considerando a presente Instrução Normativa que fundamenta-se, ainda, nas demais normas educacionais vigentes e nas disposições municipais aplicáveis, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, transparência, inclusão e garantia do direito à educação.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Do objeto

Estabelecer os procedimentos e critérios para a organização da matrícula, da transição, da distribuição de vagas e da definição de turnos dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Mariluz a partir do ano letivo de 2027.

Para fins desta Instrução Normativa, ficam estabelecidos os seguintes fluxos de transição:

I – estudantes oriundos do CMEI Professora Maria Aparecida Basaglia Damacena e do CMEI Professora Alvina de Oliveira Branco, aptos ao ingresso no Infantil 4, para atendimento no CMEI Arnaldo Busato;

II – estudantes concluintes do Infantil 5 do CMEI Arnaldo Busato e da Escola Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopes, nos casos aplicáveis, para ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Civico-Militar Manoel Ribas.

Art. 2º – Da finalidade

São finalidades desta Instrução Normativa:

I – assegurar a continuidade da trajetória escolar dos estudantes entre as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

II – organizar previamente a demanda e a oferta de vagas no Infantil 4 e no 1º ano do Ensino Fundamental;

III – estabelecer critérios objetivos, públicos e impessoais para a distribuição das vagas e organização dos turnos;

IV – reduzir deslocamentos desnecessários dos estudantes e de suas famílias;

V – promover maior transparência e segurança administrativa no processo de matrícula;

VI – orientar as unidades escolares, os CMEIs, os responsáveis legais e a Secretaria Municipal de Educação quanto aos procedimentos a serem adotados.

Art. 3º – Das unidades de origem e de destino

Para o ano letivo de 2027, ficam estabelecidas como unidades de referência para os fluxos previstos nesta Instrução Normativa:

I – CMEI Arnaldo Busato, para ingresso no Infantil 4 dos estudantes oriundos do CMEI Professora Maria Aparecida Basaglia Damacena e do CMEI Professora Alvina de Oliveira Branco;

II – Escola Municipal Civico-Militar Manoel Ribas, para ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental dos estudantes concluintes do Infantil 5 do CMEI Arnaldo Busato e da Escola Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopes, nos casos aplicáveis.

A transição entre as instituições não gera, por si só, direito à escolha de determinado turno, turma ou professor, devendo a organização da oferta observar a disponibilidade de vagas e os critérios administrativos, pedagógicos e legais aplicáveis.

Art. 4º – Da garantia de continuidade escolar

4.1 A Secretaria Municipal de Educação assegurará a continuidade do percurso escolar dos estudantes abrangidos por esta Instrução Normativa que atendam aos requisitos legais e etários para ingresso no Infantil 4 ou no 1º ano do Ensino Fundamental, conforme o caso.

4.2 A continuidade escolar será organizada de forma articulada entre as instituições de origem, as unidades de destino e a Secretaria Municipal de Educação.

4.3 A organização dos fluxos deverá observar a legislação educacional vigente e os critérios etários aplicáveis a cada etapa de ensino.

CAPÍTULO II
DO PROCEDIMENTO DE MATRÍCULA

Art. 5º – Do procedimento de matrícula

5.1 O procedimento de matrícula será realizado preferencialmente por meio da Área do Aluno/SERE, caso a funcionalidade esteja tecnicamente habilitada para a Rede Municipal de Ensino e autorizada pelos órgãos competentes.

5.2 Na hipótese de a funcionalidade on-line não estar disponível ou apresentar impedimento técnico, a Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer procedimento presencial ou administrativo complementar, sem prejuízo do direito à matrícula.

5.3 Caberá às instituições de origem orientar os responsáveis legais quanto aos procedimentos, prazos, documentos e formas de acompanhamento da solicitação.

5.4 A utilização da Área do Aluno não dispensa a conferência e validação da documentação necessária pela unidade de destino.

Art. 6º – Da participação dos responsáveis

6.1 Os pais ou responsáveis legais deverão manter atualizados os dados cadastrais do estudante e do responsável, especialmente endereço, telefone, CPF e demais informações exigidas pelo sistema.

6.2 Quando disponibilizado o campo específico, o responsável poderá indicar preferência de turno para o estudante, assinalando:

I – matutino;

II – vespertino; ou

III – indiferente.

6.3 A indicação de preferência de turno constitui manifestação de interesse e não representa garantia de atendimento no período escolhido.

CAPÍTULO III
DA DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS E ORGANIZAÇÃO DOS TURNOS

Art. 7º A distribuição das vagas e a organização dos estudantes entre os turnos observarão, sempre que aplicáveis, os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

I – estudante regularmente matriculado na Rede Municipal de Ensino de Mariluz e abrangido por um dos fluxos de transição previstos nesta Instrução Normativa;

II – A necessidade de utilização do transporte escolar público municipal, assegurando-se prioridade às crianças residentes na zona rural, em razão das distâncias entre suas residências e as unidades educacionais, das dificuldades de deslocamento e da dependência do transporte para garantir o acesso e a permanência na escola. A análise deverá considerar as rotas existentes, os horários de atendimento, a segurança no percurso e a legislação aplicável, observados os critérios de organização e disponibilidade do serviço público municipal.

III – idade do estudante, priorizando-se os estudantes de menor idade para matrícula no período matutino e, sucessivamente, os de maior idade para o período vespertino, observada a disponibilidade de vagas e os demais critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa;

IV – necessidades específicas dos estudantes da Educação Especial que demandem organização diferenciada do atendimento educacional, inclusive quanto à disponibilização de profissional de apoio, auxiliar ou estagiário, quando cabível, considerando a necessidade individual do estudante e a organização dos profissionais e dos períodos de atendimento definidos pela Secretaria Municipal de Educação;

V – existência de irmão ou irmã regularmente matriculado na respectiva unidade de destino, buscando-se, sempre que possível e havendo disponibilidade de vagas, a compatibilização dos turnos;

VI – outros critérios técnicos e pedagógicos devidamente fundamentados pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º Os critérios deste artigo serão aplicados, no que couber, tanto à distribuição das vagas e dos turnos do Infantil 4 no CMEI Arnaldo Busato quanto à distribuição das vagas e dos turnos do 1º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Cívico-Militar Manoel Ribas.

§ 2º A aplicação dos critérios previstos neste artigo deverá observar os princípios da impessoalidade, isonomia, transparência, razoabilidade e interesse público, bem como o direito de acesso e permanência do estudante na educação pública.

§ 3º Os critérios estabelecidos neste artigo destinam-se à organização e distribuição das vagas e dos turnos, não podendo ser utilizados de forma discriminatória ou como impedimento ao direito à matrícula.

§ 4º A indicação ou aplicação de qualquer dos critérios previstos neste artigo não assegura, isoladamente, direito a determinado turno, devendo ser considerada conjuntamente com a disponibilidade de vagas, a capacidade de atendimento da unidade escolar e a organização da Rede Municipal de Ensino.

Art. 8º – Da organização dos turnos

8.1 A Secretaria Municipal de Educação definirá a distribuição dos estudantes entre os turnos matutino e vespertino considerando a demanda, a capacidade das salas, a organização pedagógica, o número de estudantes por turma, a disponibilidade de profissionais, o transporte escolar e os demais critérios administrativos pertinentes.

8.2 A preferência indicada pelo responsável será considerada sempre que houver compatibilidade com a oferta disponível.

8.3 Quando o número de interessados em determinado turno superar a capacidade disponível, a Secretaria Municipal de Educação aplicará os critérios previstos nesta Instrução Normativa.

8.4 A organização dos turnos poderá ser revista antes do início do ano letivo, caso ocorram alterações relevantes na demanda, no número de vagas ou na composição das turmas.

Art. 9º – Do desempate

Quando a demanda por determinado turno superar o número de vagas disponíveis, os critérios de prioridade estabelecidos no Art. 7º serão aplicados sucessivamente, observada a seguinte ordem:

I – necessidade de compatibilização com o transporte escolar;

II – situações específicas devidamente comprovadas, inclusive aquelas relacionadas à Educação Especial e outras prioridades legalmente estabelecidas;

III – menor idade do estudante;

IV – existência de irmão ou irmã regularmente matriculado na unidade escolar, buscando-se, sempre que possível, a compatibilização dos turnos;

V – persistindo o empate após a aplicação dos critérios anteriores, será adotado procedimento de desempate definido e divulgado previamente pela Secretaria Municipal de Educação, assegurando-se transparência e impessoalidade.

CAPÍTULO IV
DA DOCUMENTAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 10 – Da documentação

Para efetivação da matrícula, deverão ser apresentados ou disponibilizados os documentos exigidos pela legislação e pelos sistemas oficiais, incluindo, conforme o caso:

I – certidão de nascimento do estudante;

II – CPF do estudante, quando exigido;

III – documentos pessoais do responsável legal;

IV – comprovante de residência atualizado;

V – declaração ou documento escolar referente à etapa cursada, quando necessário;

VI – documentos e informações relativos ao atendimento educacional especializado, quando existentes e necessários à organização do atendimento, vedada sua utilização como condição para garantia da matrícula;

VII – demais documentos exigidos pelos sistemas oficiais ou pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A ausência temporária de documento não poderá resultar, por si só, em impedimento indevido ao acesso à matrícula, devendo a unidade orientar a família quanto à regularização.

Art. 11 – Das responsabilidades das instituições de origem

Compete ao CMEI Professora Maria Aparecida Basaglia Damacena, ao CMEI Professora Alvina de Oliveira Branco, ao CMEI Arnaldo Busato e à Escola Rural Municipal Augusta Gutierrez, conforme o fluxo de transição correspondente:

I – identificar os estudantes aptos à transição para o Infantil 4 ou para o 1º ano do Ensino Fundamental, conforme o caso;

II – conferir e atualizar os dados cadastrais dos estudantes e responsáveis;

III – orientar as famílias sobre o processo de matrícula;

IV – informar os prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;

V – colaborar com a conferência das informações necessárias ao planejamento das vagas;

VI – encaminhar à Secretaria Municipal de Educação as informações solicitadas para organização das turmas.

Art. 12 – Das responsabilidades das unidades de destino

Compete ao CMEI Arnaldo Busato e à Escola Municipal Civico-Militar Manoel Ribas, na condição de unidades de destino dos fluxos previstos nesta Instrução Normativa:

I – receber e analisar as solicitações de matrícula encaminhadas;

II – conferir a documentação apresentada;

III – efetivar ou validar a matrícula nos sistemas oficiais, conforme os procedimentos definidos;

IV – organizar as turmas de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Educação;

V – comunicar à Secretaria eventuais inconsistências, duplicidades ou situações que necessitem de análise;

VI – prestar informações aos responsáveis quanto à situação da matrícula.

Art. 13 – Das responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação

Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – planejar a oferta de vagas para o Infantil 4 e para o 1º ano do Ensino Fundamental;

II – consolidar as informações dos estudantes abrangidos pelos fluxos de transição previstos nesta Instrução Normativa;

III – estabelecer e divulgar cronograma, procedimentos e orientações;

IV – organizar a distribuição dos estudantes entre os turnos, observados os critérios desta Instrução;

V – acompanhar o funcionamento do processo de matrícula;

VI – analisar situações excepcionais ou não previstas;

VII – promover, quando necessário, articulação com o NRE, SEED/PR ou outros órgãos competentes para solução de questões técnicas e administrativas relacionadas ao SERE e à Área do Aluno.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES OPERACIONAIS E FINAIS

Art. 14 – Do atendimento às situações excepcionais

14.1 As situações não previstas nesta Instrução Normativa serão analisadas pela Secretaria Municipal de Educação, considerando a legislação vigente, o interesse público, o direito à educação e as condições concretas de atendimento da Rede Municipal.

14.2 Nos casos que envolvam necessidades específicas de atendimento educacional, transporte, proteção integral, determinação judicial ou outras situações de natureza excepcional, poderão ser adotadas medidas administrativas diferenciadas, devidamente fundamentadas.

Art. 15 – Da transparência

15.1 Os critérios utilizados para a organização das vagas e dos turnos deverão ser divulgados de maneira clara às famílias e às instituições envolvidas.

15.2 A Secretaria Municipal de Educação poderá publicar comunicados, cronogramas, formulários e orientações complementares necessários à execução desta Instrução Normativa.

Art. 16 – Do cronograma

O cronograma de execução do processo será definido pela Secretaria Municipal de Educação e poderá compreender:

I – levantamento e conferência dos estudantes aptos aos fluxos de transição previstos nesta Instrução Normativa;

II – atualização cadastral dos estudantes e responsáveis;

III – abertura do procedimento de matrícula on-line, quando disponível;

IV – indicação de preferência de turno pelos responsáveis;

V – consolidação e análise da demanda;

VI – distribuição das vagas e organização das turmas;

VII – conferência documental;

VIII – validação e efetivação das matrículas.

Art. 17 – Da impossibilidade de garantia de turno

17.1 A Secretaria Municipal de Educação não estará obrigada a atender a preferência de turno indicada pelo responsável quando a demanda exceder a capacidade disponível ou quando houver necessidade administrativa, pedagógica ou de transporte que justifique organização diversa.

17.2 A definição do turno deverá buscar, sempre que possível, conciliar a preferência da família com os critérios objetivos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 18 – Da revisão e acompanhamento

O processo será acompanhado pela Secretaria Municipal de Educação, que poderá promover ajustes operacionais necessários ao adequado atendimento da demanda, desde que preservados os critérios gerais, a transparência e a isonomia. Eventuais alterações relevantes deverão ser comunicadas às instituições e às famílias envolvidas.

Art. 19 – Da vigência

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do processo de matrícula e da organização do ano letivo de 2027, e vigorando nos anos letivos seguintes, até que seja expressamente revogada ou alterada.

Mariluz, 21 de outubro de 2026.

Selma Maria Edwiges da Silva
Secretária Municipal da Educação
Portaria nº142 – 14/12/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 449, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.
Regulamenta os serviços de Psicologia e de Serviço Social prestados por meio de equipes multiprofissionais no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, nos termos da Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que trata acerca da prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
CONSIDERANDO o memorando Protocolo nº 2026004920 encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura em 10 de setembro de 2026.
DECRETA:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Cruzeiro do Oeste/PR, os serviços de Psicologia e de Serviço Social de que trata a Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, prestados por meio de equipes multiprofissionais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 2º As equipes multiprofissionais têm por finalidade contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais e considerando as dimensões pedagógica, social, emocional, institucional e relacional que interferem no desenvolvimento dos estudantes e no cotidiano escolar.
Art. 3º A atuação das equipes multiprofissionais observará:
I – a garantia do direito à educação e à aprendizagem;
II – os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção integral, da prioridade absoluta e do respeito à diversidade;
III – o Projeto Político-Pedagógico da Rede Municipal de Ensino e das unidades escolares;
IV – as políticas públicas educacionais e de proteção social;
V – a atuação interdisciplinar e intersetorial;
VI – as atribuições profissionais previstas na Lei Federal nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, e na Lei Federal nº 8.662, de 7 de junho de 1993, bem como os códigos de ética e as normas dos respectivos conselhos profissionais;
VII – o sigilo profissional e a proteção dos dados pessoais de crianças e adolescentes, nos termos da legislação vigente, em especial da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO DAS EQUIPES
Art. 4º As equipes multiprofissionais serão compostas por profissionais de Psicologia e de Serviço Social, com formação de nível superior na respectiva área e regularmente inscritos no conselho regional profissional competente.
§ 1º A Rede Municipal de Ensino contará com, no mínimo, 01 (um) profissional de Psicologia e 01 (um) profissional de Serviço Social para composição das equipes multiprofissionais.
§ 2º O quantitativo previsto no § 1º poderá ser revisto por decreto, mediante proposta fundamentada da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que considerará o número de estudantes matriculados, o número de unidades educacionais, as etapas e modalidades atendidas e as demandas identificadas, observados os cargos existentes em lei e a disponibilidade orçamentária e financeira.
§ 3º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura a distribuição e a organização das equipes entre as unidades educacionais, respeitado o quantitativo fixado neste artigo.
Art. 5º Os profissionais poderão atuar de forma individual ou conjunta, conforme a natureza da demanda, priorizando ações preventivas, educativas, institucionais e de acompanhamento.
Art. 6º Este Decreto não cria cargos, empregos ou funções públicas, nem altera atribuições, jornada ou remuneração de cargos existentes, cujo provimento e regime jurídico observarão a legislação específica, em especial o art. 37 da Constituição Federal e a Lei Complementar Municipal nº 06/2022.
CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS
Art. 7º Compete às equipes multiprofissionais, observadas as atribuições privativas de cada profissão:
I – desenvolver ações voltadas à melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
II – contribuir para a identificação e a compreensão de fatores sociais, emocionais, familiares, institucionais e pedagógicos que possam interferir no processo educacional;
III – atuar na prevenção e na mediação de conflitos no ambiente escolar;
IV – contribuir para o fortalecimento das relações entre estudantes, profissionais da educação, famílias e comunidade escolar;
V – desenvolver ações de orientação e apoio aos profissionais da educação diante de situações que interfiram no processo de ensino-aprendizagem;
VI – promover ações de caráter preventivo e educativo relacionadas ao desenvolvimento integral dos estudantes;
VII – participar de reuniões, estudos de caso, encontros pedagógicos e demais atividades da unidade escolar, quando pertinente às suas atribuições;
VIII – orientar e apoiar as famílias quanto aos serviços e recursos disponíveis na rede pública de atendimento;
IX – realizar encaminhamentos aos serviços da rede de proteção e às demais políticas públicas, quando identificada a necessidade;
X – contribuir para a articulação entre a escola, a família e os serviços públicos das áreas de saúde, assistência social, proteção e garantia de direitos;
XI – desenvolver ações voltadas à prevenção de situações de violência, negligência, discriminação, preconceito e outras formas de violação de direitos;
XII – colaborar na construção de estratégias que favoreçam a inclusão, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes;
XIII – participar do planejamento e do desenvolvimento de ações institucionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
XIV – produzir registros técnicos e relatórios referentes às ações desenvolvidas, observadas as normas éticas e legais aplicáveis;
XV – realizar outras ações compatíveis com suas atribuições profissionais e com as necessidades da Rede Municipal de Ensino.
CAPÍTULO IV
DA ATUAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES
Art. 8º A atuação dos profissionais das equipes multiprofissionais ocorrerá de forma articulada com as equipes gestora e pedagógica das unidades escolares, respeitadas as competências de cada profissional.
Art. 9º As demandas para atendimento ou intervenção das equipes multiprofissionais poderão ser identificadas:
I – pela equipe gestora da unidade escolar;
II – pela equipe pedagógica;
III – pelos professores e demais profissionais da educação;
IV – pela família ou pelo responsável legal;
V – pela própria equipe multiprofissional;
VI – pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
VII – pelos órgãos e serviços integrantes da rede de proteção, mediante articulação institucional.
Art. 10. As ações das equipes multiprofissionais priorizarão estratégias de caráter preventivo, coletivo e institucional, sem prejuízo da realização de atendimentos individualizados quando tecnicamente necessários e compatíveis com as atribuições profissionais e com a finalidade educacional do serviço.
Art. 11. A atuação dos profissionais não substitui as atribuições dos professores, da equipe pedagógica, da equipe gestora ou dos demais profissionais da educação, devendo ocorrer de forma complementar e articulada.
Parágrafo único. A atuação das equipes multiprofissionais não compreende atendimento clínico ou psicoterapêutico, avaliação diagnóstica para fins clínicos, emissão de laudos de natureza clínica, nem a execução de serviços próprios das políticas de saúde e de assistência social, os quais, quando necessários, serão objeto de encaminhamento à rede competente.
CAPÍTULO V
DO ATENDIMENTO E DOS ENCAMINHAMENTOS
Art. 12. A identificação de situações que demandem atuação especializada será registrada e encaminhada à equipe multiprofissional, observados os fluxos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 13. Quando a demanda ultrapassar as atribuições ou as possibilidades de atuação da equipe multiprofissional, o estudante e sua família serão orientados e encaminhados aos serviços competentes da rede pública de saúde, de assistência social ou do sistema de garantia de direitos, sem prejuízo da orientação quanto a outros serviços disponíveis.
Art. 14. Havendo suspeita ou confirmação de violência, maus-tratos ou outra forma de violação de direitos contra criança ou adolescente, o fato será comunicado imediatamente ao Conselho Tutelar e, quando for o caso, às demais autoridades competentes, nos termos dos arts. 13 e 56 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
Parágrafo único. O acolhimento de revelação espontânea de violência observará a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, vedada a inquirição da criança ou do adolescente sobre os fatos para fins de apuração, atribuição dos órgãos competentes do sistema de garantia de direitos.
CAPÍTULO VI
DA ARTICULAÇÃO COM A COMUNIDADE ESCOLAR
Art. 15. As equipes multiprofissionais poderão desenvolver ações destinadas:
I – aos estudantes;
II – aos professores e demais profissionais da educação;
III – às equipes gestoras e pedagógicas;
IV – às famílias e aos responsáveis;
V – à comunidade escolar, conforme a finalidade da ação.
Art. 16. As ações poderão ser realizadas por meio de:
I – palestras e rodas de conversa;
II – oficinas e grupos de orientação;
III – campanhas educativas e preventivas;
IV – reuniões com famílias;
V – estudos de caso;
VI – reuniões interdisciplinares;
VII – ações de mediação e orientação;
VIII – acompanhamento de situações identificadas no contexto escolar;
IX – formação e orientação dos profissionais da educação;
X – outras estratégias compatíveis com as necessidades identificadas.
CAPÍTULO VII
DOS REGISTROS E DO SIGILO PROFISSIONAL
Art. 17. As ações desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais serão registradas em instrumentos próprios, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Parágrafo único. Os documentos técnicos que contenham informações sigilosas serão mantidos sob guarda do profissional responsável, em arquivo de acesso restrito, observadas as normas dos respectivos conselhos profissionais.
Art. 18. Os registros e informações produzidos pelos profissionais observarão a legislação vigente, os códigos de ética profissional e as normas relativas ao sigilo e à proteção de dados pessoais.
Art. 19. O compartilhamento de informações ocorrerá somente quando necessário ao desenvolvimento da ação profissional, à proteção dos direitos do estudante ou ao cumprimento de obrigação legal, restrito ao estritamente necessário e observados os limites éticos e legais.
CAPÍTULO VIII
DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Art. 20. Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
I – organizar e coordenar a atuação das equipes multiprofissionais;
II – definir as unidades e os públicos prioritários para atendimento, conforme as necessidades da Rede Municipal de Ensino;
III – estabelecer fluxos e procedimentos para encaminhamento e acompanhamento das demandas;
IV – promover a articulação das equipes multiprofissionais com as unidades escolares e com as demais políticas públicas;
V – acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas;
VI – promover a formação continuada dos profissionais, quando pertinente;
VII – garantir as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades das equipes, inclusive espaço adequado ao atendimento sigiloso, conforme a disponibilidade administrativa e orçamentária;
VIII – elaborar orientações técnicas, protocolos, fluxos e instrumentos operacionais de caráter interno necessários ao funcionamento das equipes;
IX – propor ao Chefe do Poder Executivo os atos normativos complementares necessários à execução deste Decreto.
CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 21. A atuação das equipes multiprofissionais integrará as ações previstas no planejamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e, quando pertinente, os Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares.
Art. 22. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, observadas a legislação vigente e as normas dos respectivos conselhos profissionais.
Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, 21 DE OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
LEI MUNICIPAL Nº 1.355/2026
SÚMULA: "Institui o Fórum Municipal de Educação de Francisco Alves – FME, e dá outras providências."
A CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCINO A SEGUINTE LEI:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DA FINALIDADE
Art. 1º Fica instituído o Fórum Municipal de Educação de Francisco Alves – FME, instância permanente de participação, mobilização, articulação, acompanhamento e proposição de políticas públicas educacionais no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Educação, preservada sua autonomia de manifestação nas matérias de sua competência.
Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação de Francisco Alves – FME atuará em consonância com o Plano Municipal de Educação, com o Plano Estadual de Educação e com o Plano Nacional de Educação, bem como poderá articular-se com os fóruns estadual, nacional e regionais de educação.
Art. 2º O Fórum Municipal de Educação de Francisco Alves – FME tem por finalidade acompanhar, monitorar e avaliar, de forma permanente, a execução do Plano Municipal de Educação – PME, bem como colaborar na organização das Conferências Municipais de Educação, competindo-lhe, entre outras atribuições:
I – colaborar, no âmbito de sua esfera de atuação, com a convocação, organização e realização das Conferências Municipais de Educação, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação;
II – promover debates, estudos e consultas públicas sobre temas educacionais de interesse do Município, garantindo ampla participação dos segmentos educacionais e da sociedade civil;
III – acompanhar, monitorar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação e a atuação dos órgãos e instâncias educacionais na implementação de suas metas e estratégias, propondo, quando necessário, recomendações e medidas de aperfeiçoamento;
IV – mobilizar e articular ações da sociedade civil e do poder público municipal voltadas à garantia do direito à educação de qualidade para todos;
V – acompanhar, no âmbito de suas atribuições, a elaboração, a tramitação e a execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, no que se refere ao financiamento da educação municipal, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle e dos conselhos legalmente instituídos;
VI – propor políticas intersetoriais que contribuam para o cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação;
VII – manter articulação permanente com o Fórum Estadual de Educação e o Fórum Nacional de Educação, bem como com os demais fóruns municipais de educação da região;
VIII – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.
CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO
Art. 3º O Fórum Municipal de Educação de Francisco Alves – FME terá composição plural e representativa, observada, sempre que possível, a paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil, sendo integrado, no mínimo, por representantes dos seguintes segmentos:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – Câmara Municipal de Vereadores;
III – Conselho Municipal de Educação;
IV – Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb;
V – Conselho Tutelar;
VI – Conselho de Alimentação Escolar;
VII – Direção e equipe pedagógica das escolas municipais;
VIII – rede estadual de ensino com atuação no Município;
IX – rede privada de ensino, quando houver;
X – entidade sindical representativa dos trabalhadores em educação, quando houver;
XI – representantes de pais, mães ou responsáveis de estudantes;
XII – representantes dos Conselhos Escolares;
XIII – organizações da sociedade civil com atuação na área da educação.
§ 1º Os representantes de que trata este artigo, titulares e suplentes, serão indicados por seus respectivos segmentos e nomeados por Decreto do Poder Executivo Municipal.
§ 2º A função de membro do Fórum Municipal de Educação de Francisco Alves – FME é considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada a qualquer título.
§ 3º O mandato dos membros do Fórum será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.
CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO
Art. 4º O Fórum Municipal de Educação de Francisco Alves – FME será organizado, no mínimo, pelos seguintes órgãos:
I – Plenária, instância máxima de deliberação, composta pela totalidade de seus membros;
II – Coordenação Geral, eleita entre os membros da Plenária, responsável pela representação e articulação do Fórum;
III – Comissões Temáticas, de caráter permanente ou temporário, instituídas para o estudo e o encaminhamento de temas específicos;
IV – Secretaria Executiva, exercida por servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação, responsável pelo apoio técnico, administrativo e documental às atividades do Fórum.
Art. 5º O Fórum Municipal de Educação de Francisco Alves – FME reunir-se-á, em caráter ordinário, no mínimo a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Coordenação Geral ou por requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros.
Art. 6º O Fórum Municipal de Educação de Francisco Alves – FME elaborará e aprovará, no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua instalação, o respectivo Regimento Interno, no qual serão detalhados sua organização, funcionamento, quórum de deliberação, forma de escolha da Coordenação Geral, composição das comissões e demais aspectos operacionais não previstos nesta Lei.
Art. 7º A Presidência do Fórum Municipal de Educação de Francisco Alves – FME será exercida pelo dirigente máximo da educação municipal.
CAPÍTULO IV
DO APOIO ADMINISTRATIVO
Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação prestará ao Fórum Municipal de Educação de Francisco Alves – FME o apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao seu pleno funcionamento, inclusive quanto à infraestrutura, materiais e local para reuniões.
Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas se necessário.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 9º O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, por meio de Decreto, especialmente quanto à nomeação dos membros do Fórum Municipal de Educação de Francisco Alves – FME.
Art. 10. Os casos omissos relativos à organização e ao funcionamento interno do Fórum Municipal de Educação de Francisco Alves – FME serão resolvidos pela Plenária, observado o disposto nesta Lei, no Regimento Interno e na legislação aplicável.
Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Francisco Alves, em 21 de outubro de 2026, 205º da Independência e 138º da República.
ALIRIO JOSE MISTURA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº402/2026
DATA 21/10/2026
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias a servidora Rubia Maria Tomitão da Silva, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo 2025/2026, de 03/11/26 a 17/11/26;
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 21 de Outubro de 2026.
DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal
PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº399/2026
DATA 20/10/2026
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias a servidora Zilda Sampaio Francisco Cruz, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo 2025/2026, de 26/10/26 a 09/11/26;
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 21 de Outubro de 2026.
DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº401/2026
DATA 21/10/2026
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias a servidora Rita de Cassia Pinto Lanziani, por um período de 10 dias, referente ao período aquisitivo 2025/2026, de 23/11/26 a 02/12/26;
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 21 de Outubro de 2026.
DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº400/2026
DATA 21/10/2026
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias a servidora Daiane da Silva Oliveira, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo 2025/2026, de 03/11/26 a 17/11/26;
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 21 de Outubro de 2026.
DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº402/2026
DATA 21/10/2026
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias a servidora Rubia Maria Tomitão da Silva, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo 2025/2026, de 03/11/26 a 17/11/26;
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 21 de Outubro de 2026.
DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal
PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº399/2026
DATA 20/10/2026
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias a servidora Zilda Sampaio Francisco Cruz, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo 2025/2026, de 26/10/26 a 09/11/26;
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 21 de Outubro de 2026.
DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
LEI MUNICIPAL Nº 1.356/2026
SÚMULA: "Dispõe sobre a organização, regulamentação, autorização, licenciamento e fiscalização do Serviço de Transporte Público Individual de Passageiros por Táxi no Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, estabelece normas para expedição e renovação de Alvará de Táxi e dá outras providências."
A CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCINO A SEGUINTE LEI:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Lei disciplina a organização, autorização, licenciamento, operação e fiscalização do Serviço de Transporte Público Individual de Passageiros por Táxi no âmbito do Município de Francisco Alves, Estado do Paraná.
Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se serviço de táxi o transporte público individual remunerado de passageiros realizado por profissional devidamente habilitado, mediante veículo automotor autorizado e identificado para essa finalidade.
Art. 3º A exploração do serviço de táxi no Município dependerá de prévia outorga do Poder Executivo Municipal e da expedição do respectivo Alvará de Táxi, observadas esta Lei, a legislação federal e as demais normas aplicáveis.
Parágrafo único. A expedição do Alvará de Táxi não dispensa o profissional do cumprimento das obrigações estabelecidas pela legislação de trânsito, tributária, previdenciária e demais normas aplicáveis à atividade.
CAPÍTULO II
DO NÚMERO DE AUTORIZAÇÕES
Art. 4º Fica estabelecido o limite máximo de 12 (doze) autorizações para exploração do serviço de táxi no Município de Francisco Alves.
§ 1º O quantitativo estabelecido no caput considera as características territoriais do Município, sua população urbana e rural, a necessidade de disponibilidade do serviço e o interesse público.
§ 2º O preenchimento das 12 (doze) autorizações não será obrigatório, devendo a Administração Pública considerar a efetiva demanda pelo serviço.
§ 3º O Poder Executivo poderá realizar estudos periódicos sobre a demanda pelo serviço, podendo propor, mediante lei, a alteração do número máximo de autorizações.
Art. 5º A abertura de novas vagas, quando existentes dentro do limite previsto no art. 4º, será precedida de procedimento público de seleção, assegurada publicidade, impessoalidade, igualdade de condições entre os interessados e observância da legislação aplicável.
§ 1º Os critérios, documentos, prazos e demais condições da seleção serão estabelecidos em edital.
§ 2º Na outorga de novas autorizações serão observadas as reservas de vagas determinadas pela legislação federal, inclusive aquelas destinadas aos condutores com deficiência.
CAPÍTULO III
DOS REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE
Art. 6º Poderá exercer a atividade de taxista no Município a pessoa que preencher os requisitos previstos na legislação federal e nesta Lei.
Art. 7º Para requerer a autorização e o Alvará de Táxi, o interessado deverá apresentar, no mínimo:
I.Documento oficial de identificação e CPF;
II.Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida, categoria B ou superior, contendo a observação de exercício de atividade remunerada, quando exigida pela legislação;
III.Comprovante de residência;
IV.Documentação relativa à qualificação profissional exigida pela legislação federal;
V.Documento de propriedade, posse ou utilização regular do veículo, conforme admitido pela legislação;
VI.Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV válido;
VII.Comprovante de inscrição perante os órgãos competentes, quando exigível;
VIII.Certidões ou declarações exigidas pela legislação aplicável;
IX.Comprovante de recolhimento das taxas municipais eventualmente incidentes;
X.Demais documentos estabelecidos em regulamento, desde que relacionados à comprovação dos requisitos legais para o exercício da atividade.
Parágrafo único. A Administração Municipal poderá consultar diretamente bases públicas disponíveis para comprovação de documentos e informações, sempre que legalmente possível.
CAPÍTULO IV
DO ALVARÁ DE TÁXI
Art. 8º O Alvará de Táxi será expedido pelo órgão competente da Prefeitura Municipal ao titular regularmente autorizado.
Art. 9º O Alvará deverá conter, no mínimo:
I.Nome do titular;
II.Número da autorização;
III.Identificação do veículo;
IV.Placa do veículo;
V.Número de cadastro municipal;
VI.Período de validade;
VII.Ponto de táxi, quando houver vinculação a ponto específico.
Art. 10. O Alvará de Táxi será renovado periodicamente, na forma e no prazo definidos pelo Poder Executivo, mediante comprovação da manutenção dos requisitos previstos nesta Lei.
§ 1º A renovação dependerá da regularidade da documentação do profissional e do veículo.
§ 2º A Prefeitura poderá condicionar a renovação à vistoria do veículo.
§ 3º A falta de renovação sujeitará o titular às medidas previstas nesta Lei e na legislação federal.
CAPÍTULO V
DOS VEÍCULOS
Art. 11. Somente poderão ser utilizados no serviço de táxi veículos devidamente licenciados e cadastrados junto ao Município.
Art. 12. O veículo deverá:
I.Apresentar boas condições de segurança, funcionamento, conservação e higiene;
II.Possuir documentação regular;
III.Atender às normas de trânsito;
IV.Possuir os equipamentos obrigatórios previstos na legislação;
V.Possuir identificação externa de táxi, conforme padrão definido pelo município;
VI.Atender às demais condições estabelecidas em regulamento.
VII.Possuir taxímetro.
Art. 13. A substituição do veículo deverá ser previamente comunicada e cadastrada junto à Prefeitura.
Parágrafo único. O novo veículo somente poderá ser utilizado no serviço após a regularização de seu cadastro.
Art. 14. O Município poderá realizar vistorias periódicas ou extraordinárias nos veículos utilizados no serviço.
Parágrafo único. O veículo que apresentar condições que comprometam a segurança dos passageiros poderá ser imediatamente afastado do serviço até sua regularização.
CAPÍTULO VI
DO TAXÍMETRO E DAS TARIFAS
Art. 15. Fica obrigatória a utilização de taxímetro.
Art. 16. Os valores das tarifas do serviço de táxi poderão ser fixados ou disciplinados pelo Poder Executivo Municipal, observados critérios de razoabilidade, custos da atividade e legislação aplicável.
Parágrafo único. Os valores deverão ser disponibilizados ao usuário de maneira clara e acessível.
CAPÍTULO VII
DOS PONTOS DE TÁXI
Art. 17. Os pontos de estacionamento de táxi poderão ser criados, alterados, transferidos ou extintos pelo Poder Executivo, de acordo com o interesse público e as necessidades da população.
Art. 18. O Poder Executivo poderá estabelecer:
I.Localização dos pontos;
II.Número máximo de veículos em cada ponto;
III.Forma de utilização;
IV.Sistema de rodízio, quando necessário;
V.Regras de organização e conservação dos locais.
Art. 19. A autorização para exploração do serviço não assegura ao titular direito adquirido à permanência em determinado ponto de táxi.
CAPÍTULO VIII
DOS DEVERES DOS TAXISTAS
Art. 20. São deveres dos profissionais taxistas, além daqueles estabelecidos na legislação federal:
I.Tratar os passageiros com urbanidade, respeito e cortesia;
II.Prestar o serviço com segurança e eficiência;
III.Manter o veículo em boas condições de funcionamento, segurança, conservação e higiene;
IV.Manter a documentação pessoal, do veículo, da autorização e do alvará devidamente regularizada;
V.Observar as normas de trânsito;
VI.Portar ou disponibilizar o alvará durante a prestação do serviço;
VII.não recusar passageiro injustificadamente, ressalvadas situações que coloquem em risco a segurança do condutor;
VIII.Cobrar somente os valores estabelecidos ou permitidos pelo município;
IX.Comunicar à prefeitura alterações relativas ao veículo e aos dados cadastrais;
X.Atender às determinações dos agentes municipais responsáveis pela fiscalização;
XI.Manter a continuidade da prestação do serviço, ressalvadas as hipóteses legalmente justificadas.
CAPÍTULO IX
DAS PROIBIÇÕES
Art. 21. É vedado ao taxista:
I.Prestar o serviço com Alvará vencido ou suspenso;
II.Utilizar veículo não cadastrado;
III.Permitir a condução do veículo por pessoa não habilitada ou não cadastrada, quando o cadastro for exigido;
IV.Adulterar documentos ou informações relativas ao serviço;
V.Cobrar valores abusivos ou em desacordo com as normas municipais;
VI.Utilizar o veículo para finalidade incompatível com a autorização quando estiver em serviço;
VII.Dificultar ou impedir a fiscalização;
VIII.Operar em condições que coloquem em risco a segurança dos passageiros.
CAPÍTULO X
DA CESSÃO DA OUTORGA
Art. 22. A cessão dos direitos decorrentes da outorga para exploração do serviço de táxi observará integralmente as condições estabelecidas pela legislação federal vigente.
Art. 23. O cessionário deverá comprovar o atendimento de todos os requisitos legais e regulamentares exigidos para o exercício da atividade.
Parágrafo único. Verificada a regularidade da documentação e atendidos os requisitos legais, o Município procederá ao reconhecimento da substituição do titular, nos termos da legislação federal.
Art. 24. Em caso de falecimento do titular, serão observados os direitos e prazos previstos na legislação federal para requerimento da cessão da outorga pelo cônjuge, companheiro ou filhos sobreviventes ou para indicação de terceiro que preencha os requisitos legais.
Art. 25. O titular poderá indicar, quando permitido pela legislação federal, pessoa que poderá assumir a exploração do serviço em caso de impossibilidade absoluta de sua continuidade, desde que o indicado preencha todos os requisitos legais.
CAPÍTULO XI
DA CONTINUIDADE E OCIOSIDADE DA AUTORIZAÇÃO
Art. 26. O titular deverá manter a continuidade da prestação do serviço, ressalvadas as hipóteses justificadas previstas na legislação federal.
Art. 27. Não será considerada descontinuidade injustificada a interrupção decorrente, entre outras hipóteses previstas em lei, de:
I.Férias, folga ou licença regular;
II.Afastamento por motivo de saúde do titular ou de seus dependentes diretos;
III.Manutenção, reparo ou substituição do veículo;
IV.Sinistro que impossibilite temporariamente a operação;
V.Caso fortuito ou força maior;
VI.Outras hipóteses admitidas pela legislação federal.
Art. 28. A caracterização de ociosidade ou descontinuidade da outorga observará os prazos e condições previstos na legislação federal.
CAPÍTULO XII
DA FISCALIZAÇÃO
Art. 29. Compete ao Poder Executivo Municipal fiscalizar o cumprimento desta Lei e de seus regulamentos.
Art. 30. Os agentes responsáveis pela fiscalização poderão:
I.Solicitar documentos;
II.Realizar vistoria do veículo;
III.Verificar a validade do alvará;
IV.Determinar a retirada temporária de circulação de veículo que apresente risco à segurança;
V.Lavrar notificações e autos de infração;
VI.Adotar as demais providências administrativas cabíveis.
CAPÍTULO XIII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
Art. 31. O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator, conforme a natureza e gravidade da infração, às seguintes penalidades:
I.Advertência;
II.Multa;
III.Suspensão temporária do alvará;
IV.Cassação do alvará ou da autorização, quando legalmente cabível.
Art. 32. As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 33. Na aplicação das penalidades serão considerados:
I.Natureza da infração;
II.Gravidade da conduta;
III.Consequências para o usuário e para a coletividade;
IV.Reincidência;
V.Antecedentes do infrator;
VI.Circunstâncias atenuantes ou agravantes.
Art. 34. Os valores das multas e a classificação das infrações poderão ser disciplinados em regulamento, observados os limites e critérios estabelecidos na legislação municipal.
Art. 35. A cassação da autorização poderá ocorrer, observada a legislação federal, quando:
I.Comprovada fraude na obtenção ou renovação do Alvará;
II.Houver utilização reiterada de veículo não autorizado;
III.Houver prática de infração grave que coloque em risco a segurança dos passageiros;
IV.For constatada ociosidade da outorga nas condições definidas pela legislação federal;
V.Houver perda dos requisitos indispensáveis ao exercício da atividade;
VI.Ocorrer reincidência em infrações graves, após regular processo administrativo.
CAPÍTULO XIV
DAS AUTORIZAÇÕES EXISTENTES
Art. 36. Os profissionais que, na data de entrada em vigor desta Lei, já possuírem autorização, permissão, licença ou Alvará de Táxi regularmente expedido pelo Município deverão promover a atualização de seu cadastro perante a Prefeitura.
Art. 37. Os atuais titulares terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para apresentar os documentos necessários à atualização cadastral e adequar-se às exigências administrativas estabelecidas pelo Município, ressalvados os prazos específicos estabelecidos pela legislação federal.
Art. 38. As autorizações existentes e regularmente reconhecidas pelo Município serão computadas dentro do limite de 12 (doze) autorizações estabelecido nesta Lei.
§ 1º Caso o número de autorizações existentes na data da publicação desta Lei seja superior ao limite estabelecido, ficam preservadas as situações regularmente constituídas, não sendo expedidas novas autorizações enquanto o número de autorizações ativas permanecer igual ou superior ao limite previsto.
§ 2º A preservação prevista no § 1º não dispensa o cumprimento das condições de regularidade, renovação, continuidade e fiscalização estabelecidas nesta Lei e na legislação federal.
CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 39. O Poder Executivo manterá cadastro atualizado das autorizações, dos respectivos titulares, dos veículos e dos condutores auxiliares eventualmente cadastrados.
Art. 40. Nenhuma autorização ou Alvará de Táxi poderá ser concedido em desacordo com o limite estabelecido nesta Lei, ressalvadas as situações transitórias expressamente previstas.
Art. 41. As taxas relativas à expedição e renovação de Alvará, quando cabíveis, observarão o Código Tributário Municipal e demais normas tributárias aplicáveis, sendo vedada a criação ou majoração de tributo por regulamento.
Art. 42. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por Decreto, especialmente quanto:
I.Aos procedimentos de cadastramento;
II.À documentação complementar;
III.Às características de identificação dos veículos;
IV.Às vistorias;
V.Aos pontos de táxi;
VI.Aos procedimentos de fiscalização;
VII.Aos procedimentos de renovação do alvará;
VIII.Às demais medidas administrativas necessárias à execução desta lei.
Art. 43. Os casos omissos serão solucionados de acordo com a legislação federal aplicável ao serviço de táxi.
Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Francisco Alves, em 21 de outubro de 2026, 205º da Independência e 138º da República.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

ANEXO I
IDENTIFICAÇÃO- TAXI



MUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ
ADITIVO CONTRATUAL Nº 302/2026
Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 233/2022, do Pregão Eletrônico nº 212/2022
Contratante: MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90
Contratada: ATITUDE AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 07.075.504/0001-10
Objeto do Contrato: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte específico devidamente equipado com balança, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde, dos grupos "A", "B" e "E", para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades e da Secretaria Municipal de Administração: Cemitério Municipal.
Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 233/2022.
Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 26 de outubro de 2027.
Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo, reajustado conforme o INPC (IBGE), de R$ 155.759,88 (cento e cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos).
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.
Guaíra, Paraná, 21 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINSITRATIVO Nº 670/2026
Processo Administrativo nº 317/2026
Dispensa de Licitação nº 054/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90
CONTRATADA: INTERLAGOS VEICULOS LTDA, CNPJ nº 76.090.315/0001-39
Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças, materiais e prestação de serviços, que serão utilizados na revisão de garantia de 30.000km do veículo, Frota 626 (CHEVROLET ONIX PLUS 10TMT LT1, Placa TAM5F82), da Secretaria Municipal de Tecnologia e Sistemas de Informação deste município.
Fundamentação: Artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.
Valor Total: R$ 796,00 (setecentos e noventa e seis reais).
Recursos Orçamentários:
195.04.03.2019.33390303999000.505
192.04.03.2019.33390303999000.505
Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato é de 90 (novembro) dias, com término em 21 de janeiro de 2027, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.
Data de Assinatura: 21 de outubro de 2026.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, Paraná, 21 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 671/2026
Processo Administrativo nº 319/2026
Dispensa de Licitação nº 055/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90
CONTRATADA: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 77.396.810/0007-29
Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para manutenção da revisão preventiva de 10.000 km do veículo Fiat Strada Volcano 1.3, Frota nº 732, placa UBF7I63/PR, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Guaíra, deste município de Guaíra/PR.
Fundamentação: Artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.
Valor Total: R$ 675,70 (seiscentos e setenta e cinco reais e setenta centavos).
Recursos Orçamentários:
971.09.01.2060.33390391999000000000.413
952.09.01.2060.33390300010600000000.424
952.09.01.2060.33390303999000000000.424
Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) dias, com início na data de assinatura e término em 20 de dezembro de 2026, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.
Data de Assinatura: 09 de outubro de 2026.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, Paraná, 21 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 132/2026
REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 025/2026
CONTRATANTE: Município de Icaraíma, Estado do Paraná
CONTRATADA: INSTITUTO ONE SOLUÇÕES INTELIGENTES PARA ENSINAR E EMPREENDER NO DIGITAL LTDA
CNPJ: 33.353.930/0001-88
DATA DE ASSINATURA: 16/10/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria pedagógica, jurídica e administrativa para a elaboração, orientação, coordenação e consolidação do novo Plano Municipal de Educação – PME 2026-2036 do Município de Icaraíma/PR, em alinhamento ao novo Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei Federal nº 15.388/2026, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR TOTAL: R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.
FORO: Comarca de Icaraíma, Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.343/2026
Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2026, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e eu EVERTON BARBIERI PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE;
LEI;
Art. 1º. Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 143.181,00 (Cento e quarenta e três mil e cento e oitenta e um reais), na dotação abaixo relacionada.
Fonte 1040 – VAAR – FUNDEB - EDUCAÇÃO
Órgão06 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç.06.05 – Fundo Municipal de Educação
Atividade12.361.10122.143 – Manutenção das Atividades do Fundeb – Ensino Fundamental
El. Despesa ()3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 73.181,00
Órgão06 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç.06.05 – Fundo Municipal de Educação
Atividade12.365.10132.144 – Manutenção das Atividades do Fundeb – Educação Infantil
El. Despesa ()3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 35.000,00
Órgão06 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç.06.05 – Fundo Municipal de Educação
Atividade12.365.10132.144 – Manutenção das Atividades do Fundeb – Pré-Escola
El. Despesa ()3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 35.000,00
Art. 2º Como fonte de recurso, para cobertura do Crédito Especial, constante do art. 1º., desta Lei, o Executivo Municipal usará o excesso de arrecadação por fonte na fonte mencionada.
Categoria EconômicaFonte RecursoNomenclaturaValor
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.001040TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - PRINCIPAL
143.181,00
TOTAL143.181,00
Art. 3º. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias descritas no artigo 1º desta Lei, no PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº 1290/2025, com vigência de 2026 a 2029, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal nº 1272/2025, e LOA – Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei Municipal nº 1.303/2025, ambas com vigência para o exercício financeiro de 2026.
Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, 21 de Outubro de 2026.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
LEI MUNICIPAL Nº 1.357/2026
SÚMULA: "Dispõe sobre a proteção da vegetação, gramíneas, obras e demais estruturas de conservação e contenção de erosão implantadas pelo Município, especialmente nas margens e faixas de domínio das estradas municipais, estabelece a obrigação de ressarcimento pelos danos causados e dá outras providências."
A CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCINO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Francisco Alves, a proteção das gramíneas, vegetação, obras, estruturas e demais medidas de conservação do solo, contenção de erosão, drenagem e proteção ambiental implantadas ou mantidas pelo Poder Público Municipal em estradas, caminhos, vias rurais, faixas de domínio, áreas públicas e demais espaços de interesse público.
Parágrafo único. A proteção prevista nesta Lei aplica-se especialmente à vegetação e às gramíneas plantadas nas margens e taludes das estradas rurais municipais, destinadas à estabilização do solo, prevenção de processos erosivos, conservação das vias públicas e proteção das obras de infraestrutura.
Art. 2º É proibido causar dano, destruição, supressão, remoção ou comprometimento, total ou parcial, da vegetação, gramíneas, revestimentos vegetais, obras de contenção, dispositivos de drenagem ou demais estruturas destinadas à conservação das estradas e à prevenção de erosão implantadas pelo Município.
§ 1º A proibição prevista no caput aplica-se, entre outras, às seguintes condutas:
I. Aplicação de herbicidas, dessecantes, agrotóxicos ou quaisquer produtos químicos que provoquem a morte, o enfraquecimento ou a destruição da vegetação ou gramínea;
II. Passagem, circulação, estacionamento ou manobra de tratores, colheitadeiras, pulverizadores, caminhões, máquinas agrícolas ou outros veículos sobre a vegetação ou estruturas protegidas, quando disso resultar dano;
III. Revolvimento, raspagem, escavação ou movimentação do solo nas áreas protegidas;
IV. Retirada, corte, roçada ou supressão da vegetação sem autorização do município;
V. Deposição ou movimentação de terra, pedras, resíduos, materiais agrícolas ou outros produtos que prejudiquem a vegetação ou as estruturas de conservação;
VI. Realização de queimadas ou qualquer outra atividade que provoque a destruição da vegetação;
VII. Qualquer outra ação ou omissão que provoque dano às medidas de conservação e proteção implantadas pelo município.
§ 2º Não constitui infração a realização de atividade expressamente autorizada pelo Município ou aquela necessária à manutenção da própria estrada ou de suas estruturas, quando executada pelo Poder Público ou por pessoa devidamente autorizada.
Art. 3º Considera-se responsável pelo dano, para os fins desta Lei, aquele que, por ação ou omissão, causar, direta ou indiretamente, a destruição, deterioração ou comprometimento da vegetação, gramíneas, obras ou estruturas protegidas.
§ 1º A responsabilidade administrativa poderá ser atribuída ao proprietário, possuidor, arrendatário, ocupante, responsável pela exploração da área, operador da máquina ou terceiro que tenha praticado a conduta causadora do dano, conforme as circunstâncias apuradas no procedimento administrativo.
§ 2º Quando o dano decorrer da utilização de máquinas ou equipamentos agrícolas, poderá ser responsabilizado o respectivo operador e, quando comprovada sua participação ou responsabilidade, o proprietário ou responsável pela atividade.
Art. 4º O responsável pela prática da infração ficará obrigado, independentemente da aplicação das demais penalidades previstas nesta Lei, a ressarcir integralmente o Município pelos custos necessários à reparação e recomposição do dano causado.
§ 1º O ressarcimento compreenderá, conforme o caso:
I. Aquisição de sementes, mudas, grama ou outros materiais necessários à recomposição;
II. Preparo, correção e recuperação do solo;
III. Plantio ou replantio da vegetação;
IV. Aplicação de insumos, fertilizantes ou produtos necessários à recuperação;
V. Utilização de máquinas e equipamentos;
VI. Mão de obra própria ou terceirizada;
VII. Serviços de engenharia, assistência técnica, fiscalização ou acompanhamento necessários à recuperação;
VIII. Recomposição ou reparação de obras, dispositivos de drenagem, taludes, canaletas, bueiros ou estruturas de contenção eventualmente danificadas;
IX. Outros custos diretamente relacionados à recuperação integral da área afetada.
§ 2º O valor do ressarcimento será apurado pela Administração Municipal, mediante orçamento, composição de custos, tabela oficial de preços, contratação de serviços similares ou outros meios idôneos de avaliação.
§ 3º O valor da reparação poderá ser atualizado monetariamente até o efetivo pagamento.
Art. 5º A obrigação de ressarcimento prevista no art. 4º não exclui a aplicação das demais penalidades administrativas, civis ou penais cabíveis, quando previstas na legislação.
Parágrafo único. A obrigação de reparar o dano possui natureza autônoma em relação à multa administrativa, podendo ambas ser aplicadas cumulativamente.
Art. 6º Constituem infrações administrativas, sem prejuízo de outras previstas na legislação:
I. Causar dano à vegetação ou gramínea implantada pelo Município;
II. Provocar a morte ou destruição da vegetação mediante aplicação de produtos químicos;
III. Trafegar, operar ou manobrar máquinas e equipamentos sobre áreas protegidas, causando danos;
IV. Remover ou destruir obras ou dispositivos destinados à contenção de erosão ou conservação das estradas;
V. Realizar intervenção, escavação, movimentação de solo ou qualquer outra atividade que comprometa as medidas de conservação implantadas pelo Município;
VI. Reincidir em qualquer das condutas previstas nesta Lei.
Art. 7º Sem prejuízo da obrigação de ressarcimento prevista nesta Lei, as infrações sujeitarão o responsável às seguintes penalidades:
I – advertência, quando se tratar de infração de menor potencial lesivo e não houver reincidência;
II – multa;
III – obrigação de reparar ou recompor o dano, quando tecnicamente possível;
IV – apreensão ou retenção de equipamentos utilizados na prática da infração, quando admitida pela legislação aplicável;
V – outras medidas administrativas previstas na legislação municipal.
Art. 8º A multa administrativa será aplicada conforme a gravidade do dano, a extensão da área afetada, a reincidência e a capacidade de recuperação da vegetação ou estrutura danificada, observados os seguintes valores:
I. Infração leve: de um a dois salários mínimos;
II. Infração média: de dois a cinco salários mínimos;
III. Infração grave: de cinco a dez salários mínimos;
IV. Infração gravíssima: de dez a cem salários mínimos.
§ 1º A reincidência específica poderá ensejar a aplicação da multa em dobro.
§ 2º A aplicação da multa não substitui o dever de ressarcimento integral dos custos de recuperação do dano.
Art. 9º Para a aplicação das penalidades, a Administração Municipal deverá considerar, especialmente:
I. A extensão da área danificada;
II. A intensidade e gravidade do dano;
III. O método utilizado para causar o dano;
IV. A utilização de produtos químicos;
V. O risco de surgimento ou agravamento de processos erosivos;
VI. O comprometimento da estrada ou de sua estrutura;
VII. A existência de dano aos dispositivos de drenagem;
VIII. A reincidência;
IX. A colaboração do infrator para a identificação e reparação do dano;
X. A adoção espontânea de medidas destinadas à reparação do dano.
Art. 10. Constatado o dano, o órgão municipal competente poderá notificar o responsável para, no prazo fixado pela Administração, apresentar defesa e, quando tecnicamente admitido, realizar voluntariamente a recomposição da área.
§ 1º A recomposição voluntária não afasta a possibilidade de aplicação de multa quando configurada a infração administrativa.
§ 2º A Administração poderá acompanhar e fiscalizar a execução da recomposição.
§ 3º Caso a recomposição não seja realizada no prazo estabelecido ou seja executada de forma inadequada, o Município poderá realizá-la diretamente ou mediante contratação de terceiros, promovendo posteriormente a cobrança dos respectivos custos do responsável.
Art. 11. Quando o responsável não efetuar voluntariamente o ressarcimento dos valores devidos, o débito será constituído e cobrado na forma da legislação aplicável, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis para reparação integral do dano.
Art. 12. A fiscalização do cumprimento desta Lei será exercida pelos órgãos e agentes municipais competentes, na forma estabelecida em regulamento.
Parágrafo único. A fiscalização poderá ser realizada mediante:
I. Inspeção presencial;
II. Registros fotográficos ou audiovisuais;
III. Relatórios técnicos;
IV. Levantamento da área danificada;
V. Informações de servidores municipais;
VI. Denúncias de terceiros;
VII. Outros meios de prova admitidos em direito.
Art. 13. A aplicação das penalidades previstas nesta Lei observará o devido processo administrativo, assegurados ao interessado o contraditório e a ampla defesa.
Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Francisco Alves, em 21 de outubro de 2026, 205º da Independência e 138º da República.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.342/2026
Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2026, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e eu EVERTON BARBIERI PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE;
LEI;
Art. 1º. Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), na dotação abaixo relacionada.
Fonte 104 – Educação 25%
Órgão06 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç.06.05 – Fundo Municipal de Educação
Atividade12.361.10122.114 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
El. Despesa (287)3.3.90.34 – OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL – DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO.....R$ 70.000,00
Art. 2º Como fonte de recurso, para cobertura do Crédito Suplementar, constante do art. 1º., desta Lei, o Executivo Municipal usará o excesso de arrecadação por fonte nas fontes mencionadas.
Categoria EconômicaFonte RecursoNomenclaturaValor
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00104IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN - PRINCIPAL60.000,00
1.3.2.1.01.1.1.02.00.00.00.00104REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS – RECURSOS - EDUCAÇÃO10.000,00
TOTAL70.000,00
Art. 3º. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias descritas no artigo 1º desta Lei, no PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº 1290/2025, com vigência de 2026 a 2029, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal nº 1272/2025, e LOA – Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei Municipal nº 1.303/2025, ambas com vigência para o exercício financeiro de 2026.
Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, 21 de Outubro de 2026.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.344/2026
Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Especial por Anulação de Dotação no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2026 e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e eu EVERTON BARBIERI PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE;
LEI;
Art. 1º. Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Especial por Anulação de Dotação, no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), na dotação abaixo relacionada.
Fonte 1000 – RECURSOS LIVRES
Órgão06 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç. 06.05 – Fundo Municipal de Educação
Atividade12.361.10132.114 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
El. Despesa (330) 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 70.000,00
Art. 2°. Como fonte de recursos, para cobertura do Crédito Especial, constante do art. 1º., desta Lei, fica utilizada parte da dotação orçamentária discriminada abaixo no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), conforme segue:
Fonte 1000 – RECURSOS LIVRES
Órgão06 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç. 06.05 – Fundo Municipal de Educação
Atividade12.365.10342.162 – Manutenção da Merenda Escolar
El. Despesa (389) 3.3.90.32 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.....R$ 70.000,00
Art. 3º. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias descritas no artigo 1º desta Lei, no PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº 1290/2025, com vigência de 2026 a 2029, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal nº 1272/2025, e LOA – Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei Municipal nº 1.303/2025, ambas com vigência para o exercício financeiro de 2026.
Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, 21 de Outubro de 2026.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.345/2026
Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2026 e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e eu EVERTON BARBIERI PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE;
LEI;
Art. 1º. Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Suplementar por Anulação de Dotação, no valor de R$ 43.000,00 (Quarenta e três mil reais), nas dotações abaixo relacionadas.
Fonte 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
Órgão03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.01 – Gabinete do Secretário
Atividade04.122.10032.104 – Manutenção das Atividades da Administração em Geral
El. Despesa (38) 3.3.90.47 – OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS.....R$ 40.000,00
Fonte 504 – Royalties
Órgão03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.01 – Gabinete do Secretário
Atividade04.122.10032.104 – Manutenção das Atividades da Administração em Geral
El. Despesa (38) 3.3.90.47 – OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS.....R$ 3.000,00
TOTAL GERAL..... R$ 43.000,00
Art. 2°. Como fonte de recursos, para cobertura do Crédito Suplementar, constante do art. 1º., desta Lei, fica utilizada parte das dotações orçamentárias discriminadas abaixo no valor de R$ 43.000,00 (Quarenta e três mil reais), conforme seguem:
Fonte 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
Órgão03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.05 – Divisão de Tesouraria e Finanças
Atividade28.843.10052.146 – Encargos e Amortização da Dívida Pública
El. Despesa (93) 4.6.90.71 – PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO.....R$ 30.000,00
Fonte 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
Órgão03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.01 – Gabinete do Secretário
Atividade04.122.10032.104 – Manutenção das Atividades da Administração em Geral
El. Despesa (40) 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 10.000,00
Fonte 504 – Royalties
Órgão06 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç.06.05 – Fundo Municipal de Educação
Atividade12.361.10122.114 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
El. Despesa (334)3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 3.000,00
TOTAL GERAL..... R$ 43.000,00
Art. 3º. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias descritas no artigo 1º desta Lei, no PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº 1290/2025, com vigência de 2026 a 2029, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal nº 1272/2025, e LOA – Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei Municipal nº 1.303/2025, ambas com vigência para o exercício financeiro de 2026.
Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, 21 de Outubro de 2026.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 147/2026
Abre Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2026, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e Especialmente Contidas na Lei nº 1.342/2026 de 21/10/2026.
Art. 1º. Abre no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), na dotação abaixo relacionada.
Fonte 104 – Educação 25%
Órgão06 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç.06.05 – Fundo Municipal de Educação
Atividade12.361.10122.114 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
El. Despesa (287)3.3.90.34 – OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL – DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO.....R$ 70.000,00
Art. 2º Como fonte de recurso, para cobertura do Crédito Suplementar, constante do art. 1º., deste decreto, o Executivo Municipal usará o excesso de arrecadação por fonte nas fontes mencionadas.
Categoria EconômicaFonte RecursoNomenclaturaValor
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00104IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN - PRINCIPAL60.000,00
1.3.2.1.01.1.1.02.00.00.00.00104REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS – RECURSOS - EDUCAÇÃO10.000,00
TOTAL70.000,00
Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, 21 de Outubro de 2026.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 148/2026
Abre Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2026, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e Especialmente Contidas na Lei nº 1.343/2026 de 21/10/2026.
Art. 1º. Abre no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 143.181,00 (Cento e quarenta e três mil e cento e oitenta e um reais), na dotação abaixo relacionada.
Fonte 1040 – VAAR – FUNDEB - EDUCAÇÃO
Órgão06 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç.06.05 – Fundo Municipal de Educação
Atividade12.361.10122.143 – Manutenção das Atividades do Fundeb – Ensino Fundamental
El. Despesa ()3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 73.181,00
Órgão06 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç.06.05 – Fundo Municipal de Educação
Atividade12.365.10132.144 – Manutenção das Atividades do Fundeb – Educação Infantil
El. Despesa ()3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 35.000,00
Órgão06 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç.06.05 – Fundo Municipal de Educação
Atividade12.365.10132.144 – Manutenção das Atividades do Fundeb – Pré-Escola
El. Despesa ()3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 35.000,00
Art. 2º Como fonte de recurso, para cobertura do Crédito Especial, constante do art. 1º., deste decreto, o Executivo Municipal usará o excesso de arrecadação por fonte na fonte mencionada.
Categoria EconômicaFonte RecursoNomenclaturaValor
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.001040TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - PRINCIPAL
143.181,00
TOTAL143.181,00
Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, 21 de Outubro de 2026.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 149/2026
Abre Especial por Anulação de Dotação no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2026 e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e Especialmente Contidas na Lei nº 1.344/2026 de 21/10/2026.
Art. 1º. Abre no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Especial por Anulação de Dotação, no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), na dotação abaixo relacionada.
Fonte 1000 – RECURSOS LIVRES
Órgão06 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç. 06.05 – Fundo Municipal de Educação
Atividade12.361.10132.114 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
El. Despesa (330) 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 70.000,00
Art. 2°. Como fonte de recursos, para cobertura do Crédito Especial, constante do art. 1º., deste decreto, fica utilizada parte da dotação orçamentária discriminada abaixo no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), conforme segue:
Fonte 1000 – RECURSOS LIVRES
Órgão06 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç. 06.05 – Fundo Municipal de Educação
Atividade12.365.10342.162 – Manutenção da Merenda Escolar
El. Despesa (389) 3.3.90.32 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.....R$ 70.000,00
Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, 21 de Outubro de 2026.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 150/2026
Abre Crédito Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2026 e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e Especialmente Contidas na Lei nº 1.345/2026 de 21/10/2026.
Art. 1º. Abre no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Suplementar por Anulação de Dotação, no valor de R$ 43.000,00 (Quarenta e três mil reais), nas dotações abaixo relacionadas.
Fonte 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
Órgão03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.01 – Gabinete do Secretário
Atividade04.122.10032.104 – Manutenção das Atividades da Administração em Geral
El. Despesa (38) 3.3.90.47 – OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS.....R$ 40.000,00
Fonte 504 – Royalties
Órgão03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.01 – Gabinete do Secretário
Atividade04.122.10032.104 – Manutenção das Atividades da Administração em Geral
El. Despesa (38) 3.3.90.47 – OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS.....R$ 3.000,00
TOTAL GERAL..... R$ 43.000,00
Art. 2°. Como fonte de recursos, para cobertura do Crédito Suplementar, constante do art. 1º., deste decreto, fica utilizada parte das dotações orçamentárias discriminadas abaixo no valor de R$ 43.000,00 (Quarenta e três mil reais), conforme seguem:
Fonte 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
Órgão03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.05 – Divisão de Tesouraria e Finanças
Atividade28.843.10052.146 – Encargos e Amortização da Dívida Pública
El. Despesa (93) 4.6.90.71 – PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO.....R$ 30.000,00
Fonte 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
Órgão03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.01 – Gabinete do Secretário
Atividade04.122.10032.104 – Manutenção das Atividades da Administração em Geral
El. Despesa (40) 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 10.000,00
Fonte 504 – Royalties
Órgão06 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç.06.05 – Fundo Municipal de Educação
Atividade12.361.10122.114 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
El. Despesa (334)3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA R$ 3.000,00
TOTAL GERAL..... R$ 43.000,00
Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, 21 de Outubro de 2026.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO FUNDO A FUNDO n.° 014/2025

Pelo presente instrumento, eu, ANGELA MARIA DA CRUIZ PINTO, brasileira, divorciada, PROFESSORA, inscrito no CPF sob o nº 710.237.639-15, ocupante do cargo de SECRETÁRIA DE EDICAÇÃO E CULTURA no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de FRANCISCO ALVES, Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Francisco Alves, na qualidade de gestor do FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA - FMC, inscrito no CNPJ sob nº 55.564.765/0001-46, no uso de minhas atribuições legais:

DECLARO, que o item 1 do Termo de Adesão Fundo a Fundo n.° 014/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

1. Utilizar os recursos financeiros repassados pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, por meio do Fundo Estadual de Cultura, exclusivamente nas ações, finalidades e prazos definidos pelo Plano de Ação (fls. 205 a 209), devidamente aprovado às fls. 216 no protocolado n.° 25.158.453-2.

Local, Data.

Angela Maria da Cruz Pinto
Cargo: Secretária de Educação e Cultura
CPF: 710.237.639-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 29/2026
O Prefeito do Município de Ivaté, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado final do Processo seletivo simplificado nº 01/2026, homologado pelo Edital nº 005/2026, publicado em 04/07/2026, CONVOCA os abaixo relacionados, para comparecerem à Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura do Município de Ivaté - PR, sito à Av. Rio de Janeiro nº 2758, para:
I – No prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da publicação no Diário Oficial do Município, (Umuarama Ilustrado), deste Edital, para manifestar sobre a aceitação SIM ou NÃO do emprego temporário a que foi aprovado;
II – No prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da publicação no Diário Oficial do Município, (Umuarama Ilustrado), deste Edital, apresentar os seguintes documentos (cópia simples) acompanhados dos originais:
a) Cédula de Identidade (RG);
b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
c) Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
d) Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação, para candidatos do sexo masculino;
e) Título de Eleitor acompanhado da Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral;
f) Certidão de Nascimento (quando solteiro);
g) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
h) Certidão de Casamento com averbação de óbito, se viúvo;
i) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;
j) Cartão de vacina e declaração de matrícula dos filhos de 04 (quatro) a 14 (quatorze) anos;
k) Documento que comprove a escolaridade mínima exigida, bem como da escolaridade adicional que o candidato possuir (histórico escolar com certidão de conclusão ou diploma);
l) Comprovante de registro e regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe, quando exigido para o exercício da função;
m) Comprovante de endereço atualizado;
n) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme disposto na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992;
o) Certidões negativas de antecedentes criminais expedidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, exigidas pelo Município de Ivaté – Paraná no ato da convocação;
p) Declaração de que não exerce outro cargo, emprego ou função pública em qualquer esfera de governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público, conforme disposto no art. 37, §10, da Constituição Federal do Brasil de 1988, ressalvadas as hipóteses de acumulação legal previstas no art. 37, inciso XVI, do mesmo diploma legal;
q) exame de sanidade física e mental, que comprova aptidão para o exercício do cargo e ou função, que será agendado pela Divisão de Gestão de Pessoas no ato da entrega dos documentos;
r) Foto 3x4 atualizada.
s) Carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais) caso possua carteira física, ou impressão do PDF/arquivo gerado Carteira de Trabalho Digital;
t) Comprovante de abertura de conta no Banco Bradesco.
CANDIDATOS CONVOCADOS:
AUXILIAR EDUCACIONAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
14º	Marcia Regina de Andrade Burgos	14/06/1970	55

III – O não comparecimento ou a não apresentação da documentação exigida dentro do prazo estabelecido implicará na eliminação do candidato do Processo Seletivo Simplificado, nos termos do item 15.5 do Edital nº 01/2026.
IV – O candidato que comparecer dentro do prazo estabelecido no item I, deste Edital e, por interesse próprio, não desejar assumir a vaga poderá requerer, pessoalmente, sua reclassificação para o final da lista da respectiva função, conforme previsto no item 17.3 do Edital nº 01/2026, podendo ser novamente convocado apenas uma única vez durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.
MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 dias do mês de outubro de 2026.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Prefeito Municipal

EDITAL Nº. 048/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS (a) APROVADOS (a) NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026, EDITAL Nº. 043/2026, QUE HOMOLOGOU O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2026 de 02 de junho de 2026, Edital nº.043/2026 de 28 de julho de 2026, que homologou o resultado final do Concurso Público.

CONVOCA os (a) candidatos (a) abaixo relacionados (a), aprovados (a) e classificados (a) no Concurso Público nº 001/2026, para realização de Exames para Aptidão Física (Consulta Ocupacional) e Sanidade Mental e posterior nomeação ao cargo público.

CARGO: MOTORISTA DE EMERGÊNCIA	CPF	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
REGINALDO FRANCISCO DA SILVA	004.xxx.xxx-42	82	4
EDRIANE PEREIRA BUENO	058.xxx.xxx-09	76	5

Os candidatos (a) convocados (a) por este Edital, deverá se apresentarem para Consulta de Aptidão Física (Consulta Ocupacional) na **Unidade Básica de Saúde - João Antônio de Campos Filho, Avenida João XXIII, nº 715,** e na **Secretaria Municipal de Educação, Rua Pedro Alvares Cabral, nº 1880**, para exame de Sanidade Mental, conforme prevê o Art. 14, caput e Art. 22, Parágrafo Único, da Lei nº 233/93 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Iporã, portando os resultados dos exames abaixo relacionados, previamente realizados e obedecendo a seguinte ordem:

EXAMES PARA APTIDÃO FÍSICA:

CARGO	EXAMES A SEREM APRESENTADOS	DATA	HORÁRIO
• MOTORISTA DE EMERGÊNCIA	- Hemograma Completo c/ Plaquetas - Acuidade Visual (no ato da consulta) - Audiometria - Anti HBS - Glicemia - Eletroencefalograma - Eletrocardiograma - Raio X de Coluna Lombo Sacra (com laudo do Médico) - Exame Toxicológico	18/11/2026	14h00min

EXAME DE SANIDADE MENTAL:

CARGO	DATA	HORÁRIO
• MOTORISTA DE EMERGÊNCIA	10/11/2026	09h00min

As despesas decorrentes com a realização dos Exames acima mencionados são de responsabilidade do Candidato aprovado, que após aprovação nos Exames Médicos, deverá comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Iporã – Paraná, no prazo máximo de 10 (dez) dias improrrogável portando os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade (CIN) de acordo com a Lei 14.534/2023 e fotocópia;
- C.P.F. e fotocópia;
- Certidão de Nascimento ou casamento e fotocópia;
- Certificado de Reservista e fotocópia, quando couber;
- Título de Eleitor e fotocópia;

- Ultimo comprovante de votação;
- Comprovante de escolaridade exigida no edital;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e fotocópia, quando couber; (quando for menor de 14 anos trazer carteirinha de vacina e se estudante, declaração da escola);
- CPF dos filhos;
- Duas fotos 3X4 recentes, tirada de frente;
- C.N.H. e fotocópia grupo "C", "D" ou "E", quando couber;
- Atestado de Sanidade Física e Mental;
- Certidão Negativa de antecedentes civis e criminais;
- Apresentação de declaração de bens e valores, de acordo com a Lei Federal nº 8429/92;
- Cópia do PIS/PASEP;
- Carteira de trabalho original e cópia da carteira de trabalho, página de identificação do servidor e dos contratos de trabalhos anteriores;
- Endereço completo (conta de água, luz ou telefone);
- Telefone para contato;
- E-mail.

Iporã-(PR), 21 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 368/2026
Nomeia PAULO CESAR DOS SANTOS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art.1º. NOMEAR PAULO CESAR DOS SANTOS, inscrito no CPF 058.474.569-99, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Chefe da Divisão de Transito, símbolo CC 04, lotado na Secretaria municipal de Gabinete e Planejamento, a partir de 22 de outubro de 2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 21 de outubro de 2026.
CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 277, de 21 de outubro de 2026.
TRANSFERE PONTO FACULTATIVO.
A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º. Fica transferido o Ponto Facultativo em comemoração ao Dia do Servidor Público de 28 de outubro de 2026 para o dia 30 de outubro de 2026, com exceção dos serviços considerados de essenciais e de utilidade pública, principalmente Hospital Municipal, limpeza pública e outros serviços relevantes neste período.
Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pérola, 21 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 031/2026
Processo Administrativo n.º 086/2026
Objeto: Contratação da empresa LUIZ ROGERIO PAITL, para a realização de campeonato de rodeio em touros, do CIRCUITO RANCHO PRIMAVERA, a ser realizado no período de 12 a 15 de novembro de 2026, como parte integrante da 2ª Feira Agro Cultural – EXPO PEROBAL.
Contratado: LUIZ ROGERIO PAITL
Valor total: R$ 310.880,00 (trezentos e dez mil oitocentos e oitenta reais)
Fundamentação legal: artigo 74, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Autorização da inexigibilidade: 21/10/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

CONCURSO PÚBLICO • 001/2026
www.legalleconcursos.com.br

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES

CONCURSO PÚBLICO 001/2026

O **Município de Francisco Alves** torna público as NOTAS OFICIAIS DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVA E DE TÍTULOS do Concurso Público 001/2026, regido pelo Edital de Abertura e Inscrições, de 03 de agosto de 2026, conforme as disposições a seguir:

1. NOTAS OFICIAIS DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVA E DE TÍTULOS

1.1. O relatório de notas oficiais das provas teórico-objetiva e de títulos encontra-se no Anexo deste Edital.

Francisco Alves/PR, 20 de outubro de 2026.

ALÍRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

CONCURSO PÚBLICO • 001/2026
www.legalleconcursos.com.br

Anexo - Relatório de Notas Oficiais da Prova Teórico-Objetiva e de Títulos

Agente Tributário

Classificação	Inscrição	Candidato(a)	Desempate Idoso/Jurado	Nota da Prova Teórico-Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Conhecimentos Gerais / Atualidades	Língua Portuguesa	Matemática	Atualidades	Data de Nascimento	Modalidade
1 / 1	2565153	ELEN THAYS GOUVEIA SANTOS OLIVEIRA	não	72,50	1,50	74,00	32,50	20,00	15,00	5,00	05/04/1992	PNP
2	2568329	ELEANDRO PAZ DOMINGOS	não	72,50	0,00	72,50	35,00	22,50	15,00	0,00	29/10/1988	Ampla Concorrência
3	2568100	GABRIEL MATEUS KOCHEM	não	62,50	3,00	65,50	30,00	17,50	15,00	0,00	28/03/2002	Ampla Concorrência
4	2568080	JALVES GOMES DE SOUZA JUNIOR	não	62,50	1,50	64,00	30,00	20,00	10,00	2,50	05/07/1982	Ampla Concorrência
5	2564716	ALINE PEREIRA HERCULANO	não	62,50	0,00	62,50	27,50	20,00	15,00	0,00	09/02/2003	Ampla Concorrência
6	2564707	GREICE MELISSA DOS SANTOS BRAGA	não	55,00	3,00	58,00	27,50	17,50	7,50	2,50	28/10/1993	Ampla Concorrência
7	2568028	GLAUCIA COELHO GIMENES	não	55,00	3,00	58,00	25,00	20,00	7,50	2,50	24/05/1997	Ampla Concorrência
8	2565314	BEATRIZ FERNANDA MENDANA GOMES DE OLIVEIRA	não	52,50	0,00	52,50	30,00	15,00	5,00	2,50	10/05/1998	Ampla Concorrência
9	2568410	PAULO HENRIQUE TESTI	não	50,00	0,00	50,00	25,00	12,50	12,50	0,00	19/10/1997	Ampla Concorrência
Reprovado	2568328	ALEXANDRE MAGNO DE PÁDUA	não	47,50	0,00	47,50	22,50	20,00	2,50	2,50	05/01/1983	Ampla Concorrência
Reprovado	2564724	CRISTIAN PEREIRA DO NASCIMENTO	Jurado	45,00	1,50	46,50	20,00	10,00	12,50	2,50	10/02/1998	PNP
Reprovado	2568452	MATEUS DA CRUZ GÓIS	não	45,00	0,00	45,00	20,00	17,50	7,50	0,00	05/05/1995	Ampla Concorrência
Reprovado	2568383	SÉRGIO RICARDO MASSUCHIN	não	42,50	1,50	44,00	25,00	10,00	5,00	2,50	08/01/1985	Ampla Concorrência
Reprovado	2564779	GRACIELA FERREIRA DE OLIVEIRA	Jurado	37,50	0,00	37,50	17,50	15,00	5,00	0,00	14/06/1995	Ampla Concorrência
Reprovado	2568177	JANAINA CRISTIANE DOS SANTOS MENEGUIN	não	37,50	0,00	37,50	15,00	10,00	10,00	2,50	03/04/1992	Ampla Concorrência
Reprovado	2564852	NATALI MAGDALENA COMANDOLI DOS SANTOS DA GRAÇA	não	35,00	0,00	35,00	12,50	10,00	10,00	2,50	21/12/2000	Ampla Concorrência
Reprovado	2568338	CIBELE WESTERMANN	não	32,50	1,50	34,00	15,00	10,00	5,00	2,50	28/07/1978	Ampla Concorrência
Reprovado	2568122	MARIA PAULA PORTERO DE OLIVEIRA	não	32,50	0,00	32,50	17,50	7,50	7,50	0,00	16/06/2003	Ampla Concorrência
Reprovado	2568364	CARLA DA SILVA SANTOS PERBELINI	não	32,50	0,00	32,50	15,00	7,50	5,00	5,00	09/07/1997	Ampla Concorrência
Reprovado	2567820	CLÁUDIA FRANCIELE MASSUCHIN	não	27,50	3,00	30,50	17,50	10,00	0,00	0,00	08/06/1981	Ampla Concorrência
Reprovado	2564839	DÉBORA QUELEN PEREIRA RODRIGUES	não	30,00	0,00	30,00	17,50	7,50	5,00	0,00	10/01/1990	Ampla Concorrência
Reprovado	2568474	SAMARA CRISTINA DA SILVA FERNANDES FERNANDES	não	22,50	0,00	22,50	15,00	5,00	0,00	2,50	10/11/1991	Ampla Concorrência
Reprovado	2568438	EDGAR SALDEIRA GUEDES BEZERRA	não	20,00	0,00	20,00	10,00	5,00	2,50	2,50	08/12/1980	Ampla Concorrência

Auxiliar de Laboratório

Classificação	Inscrição	Candidato(a)	Desempate Idoso/Jurado	Nota da Prova Teórico-Objetiva	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Matemática	Atualidades	Data de Nascimento	Modalidade
1	2565029	IGOR MARANI DE MATOS	não	80,00	35,00	22,50	17,50	5,00	26/11/1993	Ampla Concorrência
2	2568058	MATEUS TOMAZINI MUSTAFÁ COSTA	não	67,50	35,00	15,00	12,50	5,00	24/09/1999	Ampla Concorrência
3 / 1	2565156	GUILHERME DE AQUINO	não	67,50	35,00	15,00	12,50	5,00	08/11/2006	PNP
4	2564993	LIVIA LAYANE BARBOSA SANTOS	não	65,00	35,00	17,50	12,50	0,00	25/05/1996	Ampla Concorrência
5	2564857	SIMONE DE OLIVEIRA AVANCI	não	62,50	32,50	20,00	10,00	0,00	14/07/1983	Ampla Concorrência
6	2565593	ANDRÉIA KARINA DE FATIMA FURLAN SANTOS	não	60,00	35,00	15,00	5,00	5,00	05/11/1987	Ampla Concorrência
7	2567334	GUILHERME EMANUEL FURLAN DA SILVA	não	60,00	32,50	17,50	7,50	2,50	07/09/2008	Ampla Concorrência
8	2566278	BRUNA DA SILVA BALAN	não	60,00	30,00	17,50	10,00	2,50	26/11/1994	Ampla Concorrência
9	2568213	HAGATTA BERA ALCARRIA	não	55,00	35,00	12,50	7,50	0,00	27/06/2008	Ampla Concorrência
10	2568226	FRANCIELE DOS SANTOS GARCIA	não	55,00	32,50	20,00	2,50	0,00	19/07/1992	Ampla Concorrência
11 / 2	2568127	JOESLAINE APARECIDA ZULLAI SOUZA	não	55,00	32,50	17,50	2,50	2,50	20/03/1986	PNP
12	2568345	JOSIENE PAULUZI DE SOUZA	não	52,50	30,00	15,00	5,00	2,50	16/08/1980	Ampla Concorrência
13 / 3	2566720	RAICA APARECIDA DOS SANTOS PIO	não	50,00	25,00	17,50	7,50	0,00	02/03/1996	PNP
14	2568399	GISIANE CONCEIÇÃO DE ANDRADE	não	50,00	25,00	17,50	5,00	2,50	09/08/1982	Ampla Concorrência
15	2564859	PAMELA OLIVEIRA SILVA	não	50,00	25,00	17,50	5,00	2,50	27/04/2003	Ampla Concorrência
Reprovado	2568306	PATRÍCIA SANTOS MANSANO	não	47,50	30,00	15,00	2,50	0,00	29/03/1995	Ampla Concorrência
Reprovado	2568308	MARIA SIMONE DE LIMA CARMONA	não	47,50	25,00	15,00	7,50	0,00	12/05/1986	Ampla Concorrência
Reprovado	2564976	MAIRA FERNANDA COSTA DA CRUZ	não	45,00	30,00	15,00	0,00	0,00	26/05/2008	Ampla Concorrência
Reprovado	2564853	LIAN HENRIQUE DE OLIVEIRA CAMPOS HENRIQUE	não	45,00	30,00	7,50	5,00	2,50	24/08/2007	Ampla Concorrência
Reprovado	2568465	BARBARA LUANA DE OLIVEIRA LIMA	não	45,00	25,00	15,00	2,50	2,50	22/07/1999	Ampla Concorrência
Reprovado	2567314	FRANCIELE PEREIRA	não	37,50	25,00	7,50	2,50	2,50	12/06/1993	Ampla Concorrência
Reprovado	2565838	ANDRESSA ANSELMO JOÃO PEREIRA	não	37,50	17,50	7,50	7,50	5,00	18/05/1988	Ampla Concorrência
Reprovado	2565176	RAQUEL DA CONCEIÇÃO RIBEIRO	não	35,00	22,50	7,50	2,50	2,50	09/10/2000	Ampla Concorrência
Reprovado	2564964	APARECIDA DA CONCEIÇÃO PEREIRA	não	30,00	25,00	2,50	0,00	2,50	13/10/2005	Ampla Concorrência

Auxiliar de Limpeza e Ordem Pública

Classificação	Inscrição	Candidato(a)	Desempate Idoso/Jurado	Nota da Prova Teórico-Objetiva	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Matemática	Atualidades	Data de Nascimento	Modalidade
1	2568467	ANDREI PAWLAK MAGALHÃES	não	83,00	56,00	12,50	2,50	12,00	26/03/2007	Ampla Concorrência
2	2568437	CELIANE LEANDRO DA SILVA	não	83,00	48,00	12,50	7,50	15,00	07/01/1993	Ampla Concorrência
3 / 1	2566396	JOSE LEONARDO GAMA DE MACEDO	não	82,00	52,00	12,50	2,50	15,00	25/04/1994	PNP
4	2565506	RUI MARTUCHI	não	76,50	52,00	7,50	5,00	12,00	16/05/1974	Ampla Concorrência
5	2568199	ROSANGELA ACHERMANN ALECRIM	não	74,00	52,00	10,00	0,00	12,00	01/12/1988	Ampla Concorrência
6	2565608	TATIANE ROSA FERREIRA	não	67,00	48,00	5,00	5,00	9,00	12/09/1987	Ampla Concorrência
7	2568466	ANDREIA PAWLAK GEROLA MAGALHAES	não	67,00	40,00	10,00	5,00	12,00	13/12/1984	Ampla Concorrência
8 / 1	2568433	ROSELI GONÇALVES DE OLIVEIRA MARIANO	não	65,00	48,00	5,00	0,00	12,00	27/06/1977	PCD
9	2565081	ELOISA ALVES PEREIRA	não	64,00	48,00	5,00	5,00	6,00	11/12/1990	Ampla Concorrência
10	2565175	PRICILA APARECIDA LOPES	não	63,50	44,00	2,50	5,00	12,00	29/04/1991	Ampla Concorrência
11	2568439	CÍCERA CÉLIA SILVA LEANDRO	não	62,50	44,00	10,00	2,50	6,00	09/03/1973	Ampla Concorrência
12	2566654	ALEX SANDRO DA SILVA TEIXEIRA	não	62,00	40,00	10,00	0,00	12,00	07/06/1984	Ampla Concorrência
13	2568407	LOURDES AMÂNCIO DO PRADO	não	62,00	40,00	5,00	5,00	12,00	01/09/1969	Ampla Concorrência
14	2565121	ANGÉLICA BILATI FERREIRA	não	61,50	40,00	7,50	5,00	9,00	16/09/1991	Ampla Concorrência
15	2566290	ADRIANA APARECIDA BATISTA	não	59,50	40,00	5,00	2,50	12,00	25/10/1986	Ampla Concorrência
16	2565031	MARIA GABRIEL VIEIRA SALDEIRA	não	59,00	40,00	7,50	2,50	9,00	29/11/1966	Ampla Concorrência
17	2568425	ELIZETE MARIA DA SILVA DE MARCHI	não	57,50	44,00	5,00	2,50	6,00	21/12/1976	Ampla Concorrência
18	2568169	ELIANE DE FÁTIMA LOPES	não	51,50	40,00	0,00	2,50	9,00	02/08/1982	Ampla Concorrência
Reprovado	2567225	VALTER AMERICO FELIZARDO	não	49,00	32,00	2,50	2,50	12,00	21/10/1974	Ampla Concorrência
Reprovado	2564942	JANETE CRISTINA BILATI SCHAUREN	não	45,50	32,00	5,00	2,50	6,00	08/09/1981	Ampla Concorrência

Fonoaudiólogo

Classificação	Inscrição	Candidato(a)	Desempate Idoso/Jurado	Nota da Prova Teórico-Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Conhecimentos Gerais / Atualidades	Língua Portuguesa	Matemática	Atualidades	Data de Nascimento	Modalidade
1	2565083	JEANNE VITORIA GABRIEL	não	52,50	0,00	52,50	35,00	10,00	5,00	2,50	24/01/2002	Ampla Concorrência
2	2568330	ALINE DA SILVA MARACAIBE DE PÁDUA	não	50,00	0,00	50,00	30,00	12,50	5,00	2,50	06/08/1989	Ampla Concorrência

Técnico em Higiene Dentária

Classificação	Inscrição	Candidato(a)	Desempate Idoso/Jurado	Nota da Prova Teórico-Objetiva	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Matemática	Atualidades	Data de Nascimento	Modalidade
1	2565273	YASMIN TOME DA SIKVA	não	50,00	32,50	12,50	0,00	5,00	07/01/2005	Ampla Concorrência

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 006, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026
FABIO HENRIQUE BARBOSA SERRA, Diretor Presidente do Instituto de Previdência do Município de Tapejara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 4º, C, da Lei nº 1.109/2006.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 30, inciso I,II e III da Lei Municipal nº 1052/2006, modificada pela Lei Complementar nº 114/2021 ,
RESOLVE:
Art. 1º Cessar o pagamento de Benefício do Sr. ANTONIO GARUTI FILHO, aposentado através da Portaria nº 146 de 18 de abril de 2012, publicado em 19 de abril de 2012, que concedeu Aposentadoria com proventos proporcionais, pelo seu falecimento ocorrido em 06/10/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação
Tapejara, 21 de outubro de 2026.
FABIO HENRIQUE BARBOSA SERRA
DIRETOR PRESIDENTE /TAPEJARA-PREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 128/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO VAN TETO ALTO (TA), FABRICAÇÃO/MODELO 2026/2026 (NOVA, ZERO KM), POTÊNCIA MÍNIMA DE 165 CV, CAPACIDADE DE TRANSPORTE PASSAGEIROS 18 LUGARES (17 PASSAGEIROS + 1 MOTORISTA) PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
MODALIDADE: Pregão nº 051/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: SANTA CATARINA UTILITARIOS LTDA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias.
VALOR: R$ 369.000,00 (trezentos e sessenta e nove mil reais)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 21 de outubro de 2026
MUNICÍPIO DE TAPEJARA
Ronaldo Adriano Vilas Boas

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 066/2026
CONTRATANTE: Município de Tapejara, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF Nº 76.247.345/0001-06.
CONTRATADA: 30.514.821 CARLOS ALEXANDRE DA SILVA AGUSTINI.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico n° 033/2026
OBJETO: As partes ajustam nesta oportunidade, a celebração de aditivo de valor referente à AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES, VANS E AMBULÂNCIAS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA, conforme Lei nº 14.133/21
VALOR: Os quantitativos da Ata de Registro de Preços serão renovados a partir de 21/10/2026, totalizando um montante de R$ 29.705,00 (vinte e nove mil setecentos e cinco reais)
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada nos Artigos 88° e 299º, do Decreto Estadual do Paraná n° 10086 de 17 de janeiro de 2022 combinados com o Art. 88 do Decreto Municipal n° 29/2023 e enunciado 18 do Instituto Nacional de Contratações Públicas (INCP).
FORO: COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE/PR.
Tapejara/Pr, 21 de outubo de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 070/2026
CONTRATANTE: Município de Tapejara, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF Nº 76.247.345/0001-06.
CONTRATADA: RIZK & CIA LTDA. ME.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico n° 033/2026
OBJETO: As partes ajustam nesta oportunidade, a celebração de aditivo de prorrogação de prazo de 12 (doze) meses de vigência de contrato, a partir de 20/02/2026 À 20/02/2027, referente à AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES, VANS E AMBULÂNCIAS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA, conforme Lei nº 14.133/21
VALOR: Os quantitativos da Ata de Registro de Preços serão renovados a partir de 21/10/2026, totalizando um montante de R$-20.000,00 (vinte mil reais)
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada nos Artigos 88° e 299º, do Decreto Estadual do Paraná n° 10086 de 17 de janeiro de 2022 combinados com o Art. 88 do Decreto Municipal n° 29/2023 e enunciado 18 do Instituto Nacional de Contratações Públicas (INCP).
FORO: COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE/PR.
Tapejara/Pr, 21 de outubro de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ: 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 315, fone (44) 3656-8000 Cx. Postal 141
CEP: 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná

EDITAL 02/2026

RESULTADO DA ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES – DEFERIDAS E INDEFERIDAS.

A Comissão de Avaliação de Mérito e Desempenho, constituída pela Portaria nº 432/2026, torna público o resultado da análise das inscrições do processo regido pelo Edital nº 01/2026.

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Foram deferidas as inscrições dos seguintes candidatos, por atenderem aos requisitos mínimos estabelecidos no Edital nº 01/2026:

CANDIDATO(A)	SITUAÇÃO
Adriana Mendes Pinheiro	DEFERIDA
Carolina da Silva Barbosa	DEFERIDA
Christiane de Oliveira Barbosa Brustolim	DEFERIDA
Claudia Fernanda de Oliveira de Souza	DEFERIDA
Delaria Sparapan	DEFERIDA
Jaine da Silva Floes	DEFERIDA
Janaina Oliveira Silva Rodrigues	DEFERIDA
Jaqueline Favaro Pastori	DEFERIDA
Jéssica Rodrigues da Silva	DEFERIDA
José Vitor Rondis Gonçalves	DEFERIDA
Josimar Ribeiro dos Santos	DEFERIDA
Juceli Bezerra Ramos	DEFERIDA
Jussara Ap. Oliveira Araujo Novaes	DEFERIDA
Keila Moreira Mancini	DEFERIDA
Lairce Cordeiro Gonçalves de Morais	DEFERIDA
Lorrana David Piffer	DEFERIDA
Luiza Bispo Martinez	DEFERIDA
Luiz Carlos dos Santos	DEFERIDA
Maria Elizabete Mirandola Bernardo	DEFERIDA
Maria Izabel de Farias Becegato	DEFERIDA
Mayara Delazari Iria	DEFERIDA
Patricia Pereira da Silva Medeiros	DEFERIDA
Susimara Rondis	DEFERIDA
Thamy Kelly Ap. Camilo Simões	DEFERIDA
Vera Machado de Farias	DEFERIDA

DAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Não houve inscrições indeferidas. Todos os candidatos relacionados neste edital atenderam aos requisitos mínimos estabelecidos no Edital nº 01/2026

Alto Piquiri – PR, 21 de outubro de 2026.

Lucas Thierri Brogiato
Secretário Municipal de Administração

Keila Fabricio de Oliveira de Souza
Chefe da Divisão de Administração da Educação

Luciana da Silva Pedroso
Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Alto Piquiri

Zenaide Campos de Andrade
Representante da Secretaria Municipal de Educação de Alto Piquiri

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 613/2026
Concede Progressão Vertical (Nível Salarial) a servidora JOSIANE CORSINI MARQUES e da outras providencias.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido nos Artigo 43, da Lei Municipal nº 3467/2024, que trata da Progressão Vertical (Nível Salarial),
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Vertical a JOSIANE CORSINI MARQUES, matrícula nº2621-2, ocupando o cargo efetivo de Professora-20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, da NÍVEL - II para NÍVEL – III, a partir de 01 de outubro de 2026(inclusive).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Pérola - Paraná, 14 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 631/2026
Concede Auxilio Natalidade a servidora ANDRESSA CRISTINA DE MELLO MUNHOZ WANTERS, e da outras providencias.
A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido no Artigo 285, da Lei Complementar nº 002, de 12 de abril de 2010 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pérola).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora ANDRESSA CRISTINA DE MELLO MUNHOZ WANTERS, matriculas nº 2399-0/2922-0, ocupando o cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, Auxílio Natalidade, pelo nascimento de seu filho FRANCISCO APARECIDO MUNHOZ WANTERS, ocorrido em 14 de outubro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola – Paraná, 21 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 630/2026
Concede Férias a servidora AMANDA FLORENCIO BRUNO, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010(Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora AMANDA FLORENCIO BRUNO, matrícula nº 2983-1, ocupando o cargo de Atendente Geral, lotada na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, 30(trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo (2025/2026), a partir de 21 de outubro de 2026 a 19 de novembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola – Paraná, 21 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 629/2026
Concede Férias ao servidor SANTO GUIZILINI FILHO, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor SANTO GUIZILINI FILHO, matrícula nº 607-6, ocupando o cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Serviços Públicos, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo (2025/2026), a partir de 03 de novembro de 2026 a 02 de dezembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola – Paraná, 21 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 628/2026
Concede Férias ao servidor EVERALDO DOS SANTOS, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor EVERALDO DOS SANTOS, matrícula nº 3070-8, ocupando o cargo de Agente de Serviços Especiais Masculino, lotado na Secretaria Municipal de Comunicação Social Cultura e Turismo, 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo (2025/2026), a partir de 16 de novembro de 2026 a 30 de novembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola – Paraná, 19 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 627/2026
Concede Férias ao Conselheiro Tutelar JOCEL DE MENDONÇA, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010(Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a JOCEL DE MENDONÇA, matrícula nº 2794-4, ocupando o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, lotado na Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social, 30(trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo (2026/2027) a partir de 10/11/2026 a 09/12/2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 19 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 613/2026
Concede Progressão Vertical (Nível Salarial) a servidora JOSIANE CORSINI MARQUES e da outras providencias.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido nos Artigo 43, da Lei Municipal nº 3467/2024, que trata da Progressão Vertical (Nível Salarial),
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Vertical a JOSIANE CORSINI MARQUES, matrícula nº2621-2, ocupando o cargo efetivo de Professora-20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, da NÍVEL - II para NÍVEL – III, a partir de 01 de outubro de 2026(inclusive).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Pérola - Paraná, 14 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 631/2026
Concede Auxilio Natalidade a servidora ANDRESSA CRISTINA DE MELLO MUNHOZ WANTERS, e da outras providencias.
A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido no Artigo 285, da Lei Complementar nº 002, de 12 de abril de 2010 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pérola).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora ANDRESSA CRISTINA DE MELLO MUNHOZ WANTERS, matriculas nº 2399-0/2922-0, ocupando o cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, Auxílio Natalidade, pelo nascimento de seu filho FRANCISCO APARECIDO MUNHOZ WANTERS, ocorrido em 14 de outubro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola – Paraná, 21 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 630/2026
Concede Férias a servidora AMANDA FLORENCIO BRUNO, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010(Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora AMANDA FLORENCIO BRUNO, matrícula nº 2983-1, ocupando o cargo de Atendente Geral, lotada na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, 30(trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo (2025/2026), a partir de 21 de outubro de 2026 a 19 de novembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola – Paraná, 21 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 629/2026
Concede Férias ao servidor SANTO GUIZILINI FILHO, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor SANTO GUIZILINI FILHO, matrícula nº 607-6, ocupando o cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Serviços Públicos, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo (2025/2026), a partir de 03 de novembro de 2026 a 02 de dezembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola – Paraná, 21 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 628/2026
Concede Férias ao servidor EVERALDO DOS SANTOS, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor EVERALDO DOS SANTOS, matrícula nº 3070-8, ocupando o cargo de Agente de Serviços Especiais Masculino, lotado na Secretaria Municipal de Comunicação Social Cultura e Turismo, 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo (2025/2026), a partir de 16 de novembro de 2026 a 30 de novembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola – Paraná, 19 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 627/2026
Concede Férias ao Conselheiro Tutelar JOCEL DE MENDONÇA, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010(Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a JOCEL DE MENDONÇA, matrícula nº 2794-4, ocupando o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, lotado na Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social, 30(trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo (2026/2027) a partir de 10/11/2026 a 09/12/2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 19 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº. 010/2026
DAS PARTES:
Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA MUNICIPAL e o LAR BENIFICIENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, inscrito no CNPJ n.º 03.460.803/0001-17, nos termos e condições abaixo estabelecidas.
OBJETO:
O presente Termo de Fomento tem por objeto a ampliação do atendimento às pessoas idosas do Município de São Jorge do Patrocínio, por meio do acolhimento institucional de até 5 (cinco) pessoas idosas pelo Lar São Francisco, conforme as condições estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado pelas partes.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
O presente Termo de Fomento é firmado com o amparo do Decreto Municipal nº. 007/2017, de 25 de janeiro de 2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, autorização Legislativa Municipal nº. 2.861/2026 23 de setembro de 2026, Resolução nº. 028/2011 de 06 de outubro de 2011, Instrução Normativa 61/2011 de 1º de Dezembro de 2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e suas alterações.
VIGÊNCIA:
O presente Termo de Fomento terá vigência de outubro a dezembro de 2026 com término previsto para o dia 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo unilateral fundamentado em razões concretas que a justifiquem, desde que aceitas pela outra parte.
VALOR:
Os recursos orçamentários e financeiros deste Termo constituem-se na importância global de R$ 12.000,00 (doze mil reais) a serem pagos em uma única parcela, no mês de outubro subsequente a apresentação do requerimento, conforme Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho apresentado pela entidade e que integra o Processo de Inexigibilidade n°34/2026.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
A previsão orçamentária completa vinculada a presente transferência é a seguinte:
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal/Órgão: 06 – Secretaria de Assistência Social/Unidade Orçamentária: 06.03 – Fundo Municipal dos Direitos do Idoso/Funcional Programática: 0824100392.096000 – Manutenção e Atividades da Assistência ao Idoso /Natureza da Despesa: 3.3.50.43 – Subvenção Social/ Fonte de Recurso: 0 – Recursos Ordinário (Livres)
DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:
A função de Gestor desta transferência será exercida pela Servidora Pública ocupante do Cargo Psicologa, Sra FERNANDA DAMACENO IEMBO DE LUCENA, brasileira portadora do CPF n° 076.956.369-40, nomeada pela Portaria n° 43/2026 de 22 de janeiro de 2026.
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:
O Tomador dos Recursos deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos bimestralmente no prazo de até 30 (trinta) dias contados do encerramento de cada bimestre a que se referem, através da Plataforma do Sistema Integrado de Transferências – SIT, instituído pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob pena de reprovação e devolução dos recursos financeiros recebidos.
DATA DE ASSINATURA:
São Jorge do Patrocínio, 21 de outubro de 2026.

SAMU 192 NOROESTE PR

CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026
PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ – CIUENP

EDITAL Nº 52/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - CIUENP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social dpo CIUENP, TORNA PÚBLICO:

1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026 do CIUENP, homologado pelo Edital nº 05/2026, nos termos deste edital.

2. Os candidatos adiante relacionados deverão comparecer no CIUENP, no período de **22/10/2026 a 28/10/2026** (de segunda à sexta-feira, exceto feriados), das **08h às 11h** e das **13h30min às 16h30min** na Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, nº 4322 – CEP 87.501-250, em Umuarama-Pr, para entrega dos documentos que comprovem os requisitos previstos no Edital e agendamento de exame admissional:

11ª REGIONAL DE CAMPO MOURÃO

Class.	Insc.	Nome	Cargo	Regional/Base
3°	074	Luiz Carlos de Souza Santos	Enfermeiro Intervencionista	Campo Mourão*

De acordo com o item 1.7 do regulamento especial, o prazo da contratação será **de 1 (um) ano**.
* Conforme previsto em Edital, de acordo com a necessidade do SAMU Noroeste, o convocado poderá ser convocado poderá ser designado para prestar serviços em qualquer uma das Bases da 11ª Regional de Campo Mourão, quais sejam: Campo Mourão e/ou Goioerê.

3. Em atendimento ao disposto na Resolução nº 05/2026 do CIUENP, fica expressamente estabelecido que o candidato convocado deverá observar a diretriz de vínculo único interno no âmbito do CIUENP, sendo vedada a formalização de novo contrato de trabalho caso já possua vínculo ativo com este Consórcio. A eventual admissão estará condicionada à inexistência de vínculo anterior ou, alternativamente, à comprovação de prévio desligamento deste, antes da assinatura do novo contrato, sob pena de impedimento da contratação.

4. O exame médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo Simplificado de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego público, sendo eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.

5. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e /ou tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado por médico do trabalho designado pelo CIUENP.

6. É condição para admissão no CIUENP a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.

7. Ao candidato convocado e que se enquadrar na situação prevista no item 1.9 do Edital do Regulamento do Processo Seletivo Simplificado n° 01/2026, será facultado, por uma única vez, o pedido de deslocamento mediante requerimento para o final da ordem de classificação.

8. O candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, fotocópia autenticada ou simples, se acompanhado do original, dos seguintes documentos:

a) Cartão com número do PIS ativo na Caixa Econômica Federal;
b) Carteira/Cédula de Identidade – RG e Cartão de Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
c) Título de eleitor e comprovante de votação referente à última eleição e/ou certidão de quitação eleitoral;
d) CNH (Carteira Nacional de Habilitação categoria "D"), certificado de treinamento em condução de veículos de emergência, bem como extrato disponível no site do Detran/PR comprovando os demais pré-requisitos do cargo de Condutor de Ambulância Socorrista, conforme Anexo I do Edital do Regulamento do presente PSS;
e) CNH (Carteira Nacional de Habilitação categoria "B"), bem como extrato disponível no site do Detran/PR comprovando os demais pré-requisitos do cargo de Operador de Rádio, conforme Anexo I do Edital do Regulamento do presente PSS;
f) Prova de quitação com o serviço militar, para candidatos do sexo masculino;
g) Certidão de Nascimento ou Casamento;
h) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 (vinte) anos (quando couber);
i) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (dispensado no caso de possuir CTPS digital);
j) Cópia do comprovante de escolaridade (conforme requisito mínimo para o cargo), fornecido por instituição de ensino oficial ou regularmente reconhecida ou autorizada pelo órgão governamental competente;
k) Comprovante de registro no respectivo conselho de classe e comprovante de regularidade do registro (quitação da anuidade – quando couber);
l) Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no Art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
m) Na hipótese de acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, nos termos previstos no Art. 37 da CF e na Lei Federal nº 15.250/2025, o candidato declara ciência de que o acúmulo externo é condicionado à existência de compatibilidade de horários e ao cumprimento dos períodos de descanso necessários ao restabelecimento da saúde psicofísica do trabalhador. A viabilidade do acúmulo ficará sujeita à análise prévia do CIUENP, podendo sua irregularidade implicar a nulidade da acumulação em relação a este Consórcio.
n) Declaração de bens, direito e valores com dados que integram o respectivo patrimônio, acompanhada da Declaração de Imposto de Renda do exercício imediatamente anterior (na forma da Lei n.º 8.429/1992);
o) Comprovante de Residência atualizado;
p) Carteira ou Declaração de Vacinação atualizada;
q) 01 Foto 3x4 recente;
r) Comprovante de Conta Corrente ou Salário no Banco do Brasil;
s) Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, de que o candidato encontra-se no pleno exercício de seus direitos políticos e não responde ou respondeu por crime administrativo (Contra o Patrimônio e Administração Pública), da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
t) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Comarca onde residir, emitidas há 90 (noventa) dia da data da posse;
u) Certidão de que o candidato se encontra no pleno exercício de seus direitos políticos e não responde ou respondeu por crime eleitoral, através de Certidão expedida pela Justiça Eleitoral onde o candidato esteve domiciliado e trabalhando nos últimos 05 (cinco) anos, emitida há 90 (noventa) dias da data da posse.

Obs.1: O formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens poderão ser solicitados no Setor de Recursos Humanos do CIUENP.
Obs. 2: Caso os dependentes (filhos e cônjuge) sejam considerados para fins de dedução para imposto de renda na fonte, deverá ser apresentado o número do CPF do dependente, independentemente da idade.

9. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica em perda dos direitos advindos do Processo Seletivo Simplificado, nos termos da lei. Publique-se.

Umuarama/PR, 21 de outubro de 2026.

MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente do CIUENP

MUNICIPIO DE ALTONIA
ALTÔNIA-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026
Processo Administrativo Nº 170/2026
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: MARIA HELENA ZANDONÁ MOLINARI LISBOA
Data de Publicação: 07/10/2026 09:37:39

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 21/10/2026 15:04:02
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: VB Marca: Serviço Modelo:
Descrição: Seguro veicular: VW/VIRTUS MB; Ano/Modelo: 2025/2026; Placa: UBB0D35, Chassi: 9BWDH6BZ6T4019261; MODALIDADE: VALOR DE MERCADO COBERTURAS: COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTO CASCO - FIPE 100,00% Tipo: 50% DA OBRIGATORIA DMT 1R - IS R$ 200.000,00 DCT 1R - IS R$ 300.000,00 APP C/ DMH (MORTE/INVALIDEZ) - IS R$ 30.000,00 DMO 1R - IS R$ 50.000,00 ASSISTÊNCIA 24 HORAS, COM GUINCHO/REBOQUE E DEMAIS SERVIÇOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA; COBERTURA PARA VIDROS, PARA-BRISA, VIDRO TRASEIRO, VIDROS LATERAIS, RETROVISORES, FARÓIS E LANTERNAS.
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 725,67 **Valor Total:** 725,67

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 GENTE SEGURADORA S A	615	90.180.605/0001-02	4.725,67	725,67		Não
2 PORTO SEGURO COMPANHIA DE	131	61.198.164/0001-60	4.725,67	825,67	13,78	Não
3 SEGUROS SURA S.A.	170	33.065.699/0001-27	4.725,67	1.090,24	32,04	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

AUTORIDADE: DIEGO JARDIM PERGO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 052/2024
MODALIDADE CREDENCIAMENTO 007/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2024

O **MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PR**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Diego Jardim Pergo**, portador do CPF n.º 069.595.959-08, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **CLÍNICA MÉDICA FENIX S/S LTDA**, inscrita no CNPJ nº 09.273.834/0001-45, representada por **MARIA ENCARNAÇÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA,** portadora do CPF: **926.024.368-87**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 052/2024, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração dos valores dos serviços constantes do Lote 07, Item 01, e do Lote 11, Itens 01 e 02, conforme requerimento administrativo apresentado pela CONTRATADA e autorização da Administração Municipal, observadas as condições do contrato original.

DOS VALORES ATUALIZADOS
Os valores dos serviços passam a vigorar conforme a tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESC.	QUANT. MENSAL MAX.	VALOR ANTERIOR	VALOR ATUALIZADO	TOTAL MENSAL ANTERIOR	TOTAL MENSAL ATUALIZADO
07	1	Direção Clínica	-	R$ 3.300,00/mês	R$ 4.092,00/mês	R$ 3.300,00	R$ 4.092,00
11	1	Consultas Médicas em Cirurgia Geral	40 consultas	R$ 55,00/consulta	R$ 68,00/consulta	R$ 2.200,00	R$ 2.720,00
11	2	Procedimentos Médicos em Cirurgia Geral	22 procedimentos	R$ 900,00/ procedimento	R$ 1.116,00 /procedimento	R$ 19.800,00	R$ 24.552,00
		TOTAL				**R$ 25.300,00**	**R$ 31.364,00**

O acréscimo mensal estimado corresponde a **R$ 6.064,00 (seis mil e sessenta e quatro reais)**, considerando os quantitativos máximos previstos, sendo os pagamentos realizados conforme os serviços efetivamente prestados.
Para o Lote 11, Item 01, o valor unitário resultante da aplicação do percentual de aproximadamente 24%.
O Lote 11, Item 03 – Sobreaviso Médico em Cirurgia Geral – permanece com seu valor anteriormente contratado, sem alteração pelo presente Termo Aditivo.

DA VIGÊNCIA DOS NOVOS VALORES
Os valores estabelecidos neste Termo Aditivo terão seus efeitos financeiros a partir de **01 de outubro de 2026** observada a vigência contratual.

DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 052/2024 e seus termos aditivos anteriores, naquilo que não conflitarem com o presente instrumento.

Altônia-PR., 01/10/2026.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATA DE APURAÇÃO ELEITORAL

ATA DA VOTAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES MUNICIPAIS

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de 2026, às dezessete horas, foi realizada a apuração dos votos para eleição dos diretores dos seguintes estabelecimentos municipais de ensino:

Escola/CMEI	Vaga
Escola Municipal Professor Júlio Levino Rodrigues (Sede)	Diretor
CMEI Pedacinho do Céu (Sede)	Diretor
CMEI Nossa Senhora Aparecida (Sede)	Diretor
Escola Municipal Dionísio Pedrini (Bairro Catarinense)	Diretor
Escola Municipal Glória Xavier de Mendonça (Distrito de Rio Bonito)	Diretor
CMEI Professora Edilane Caldeira Cortez de Freitas (Sede)	Diretor
CMEI Pequeno Príncipe (Distrito de Rio Bonito)	Diretor

O processo de escolha teve início às 8h, encerrando-se às 17h, não tendo havido ocorrências.
Não havendo outras impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da votação, os respectivos representantes da Comissão, diante de todos os presentes, realizou a contabilização dos votos, tendo sido obtido o seguinte resultado:

Escola Municipal Professor Júlio Levino Rodrigues (Sede)
Total de votantes: 77
Cédulas apuradas: 77 SIM (76) NÃO (01)
votos brancos e nulos: 0
Osmar Dias Vicente – Total de Votos: 76

Escola Municipal Dionísio Pedrini (Bairro Catarinense)
Total de votantes: 29

Cédulas apuradas: 29 SIM (29) NÃO (0)
votos brancos e nulos: 0
Ezequiele Polla Batista – Total de Votos: 29

Escola Municipal Glória Xavier de Mendonça (Distrito de Rio Bonito)
Total de votantes: 20
Cédulas apuradas: 19 SIM (19) NÃO (0)
votos brancos e nulos: 0
Rosangela Leite de Lai – Total de Votos: 19
Vale ressaltar que da lista dos votantes uma funcionária não pode comparer na escolha, pois, estava em consulta médica.

CMEI Nossa Senhora Aparecida (Sede)
Total de votantes: 57
Cédulas apuradas: 57 SIM (47) NÃO (09)
votos brancos e nulos: 01
Viviane Pires da Silva Pereira – Total de Votos: 47

CMEI Pequeno Príncipe (Distrito de Rio Bonito)
Total de votantes: 33
Cédulas apuradas: 33 SIM (33) NÃO (0)
votos brancos e nulos: 0
Claudicéia Keller da Silva – Total de Votos: 33

CMEI Pedacinho do Céu (Sede)
Total de votantes: 23
Cédulas apuradas: 23 SIM (23) NÃO (0)
votos brancos e nulos: 0

Tania Mara Margatto – Total de Votos: 23
CMEI Professora Edilane Caldeira Cortez de Freitas (Sede)
Total de votantes: 59
Cédulas apuradas: 59 SIM (57) NÃO (02)

votos brancos e nulos: 0
Edinéia Portela dos Santos – Total de Votos: 57

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos membros da comissão.

Francisco Alves, 20 de outubro de 2026

PAULO SERGIO MENDONÇA NAVERO CORREA
Membro da Comissão Eleitoral

SOLANGE RAIMUNDI DA SILVA
Membro da Comissão Eleitoral

JANAINA RODRIGUES SANTOS RAIMONDI
Membro da Comissão Eleitoral

JULIANA SALDEIRA DO NASCIMENTO
Membro da Comissão Eleitoral

ANGELA MARIA DA CRUZ PINTO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI
Conselho Municipal de Assistência Social
Rua Getúlio Vargas 1152, Centro - Alto Piquiri - Paraná

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 021/2026

SÚMULA: Aprovação da Adesão e Plano de Ação referentes ao recurso do repasse Piso Único de Assistência Social – PAS, sob referência do plano 2027.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Alto Piquiri/PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 401 de 28 de novembro de 2017, que dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS do Município de Alto Piquiri/PR, em reunião ordinária deste conselho no dia 14 de outubro de 2026, as 09h:00 horas na Sala de Reuniões dos Conselhos Municipais, conforme ata CMAS nº 14/2026.

Considerando:

- a importância da execução dos serviços socioassistenciais;

- a oferta dos programas estruturados pelo SUAS.

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Termo de Adesão e Plano de Ação preenchidos no Sistema Estadual SIFF, referentes ao recurso do repasse Piso Único de Assistência Social – PAS, sob referência do plano 2027.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Alto Piquiri/PR, 14 de outubro de 2026.

Andréa Diva Angélica Cézar
Presidente do CMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 315 - Fone/Fax: (44) 3656-8000 - Cx. Postal 141
CEP 87580-000 - Alto Piquiri - Paraná
Site: www.altopiquiri.pr.gov.br - E-mail: contato@altopiquiri.pr.gov.br

CONVÊNIO Nº 008/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI E O **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE** COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de ALTO PIQUIRI**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.247.352-0001/08, com sede à Rua Santos Dumont, 341 nesta cidade de Alto Piquiri - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Giovane Mendes de Carvalho, portador da cédula de identidade RG n.º7.986.071-9 PR e do CPF n.º 026.798.539-89, residente e domiciliado em Rua Henrique Dias, nº 83, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 60.000,00 em parcela única, a qual deverá ser depositada em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de dezembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;

b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;

d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 05.001.10.301.0016.2.265, elemento de despesa – 3.3.72.32.00.00, Fonte: 303

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Alto Piquiri, 21 de outubro de 2026

GIOVANE MENDES DE CARVALHO:02679853989 Assinado de forma digital por GIOVANE MENDES DE CARVALHO:02679853989 Dados: 2026.10.21 16:01:03 -03'00'

Prefeito Municipal

Presidente do Conselho Deliberativo do CONSÓRCIO

TESTEMUNHAS:

1 – Nome, cargo e CPF: gov.br Documento assinado digitalmente PABLIA SIMONE DAGOSTINI SEREN Data: 21/10/2026 16:11:30-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Páblia Simone D'Agostini Seren, farmacêutica, 063.893.879-11

2 – Nome, cargo e CPF: gov.br Documento assinado digitalmente JEFFERSON XAVIER DE OLIVEIRA Data: 21/10/2026 16:15:26-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Jefferson Xavier de Oliveira, atendente de farmácia, 093.365.519-30

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 178/2026
Pregão Eletronico Nº 021/2026
Edital n°051/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: PHM COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA – Nº35.794.003/0001-29.
OBJETO: Contratação de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CRECHE PRÉ-ESCOLA TIPO 1 O PADRÃO FNDE (SUPER CRECHE) DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA - PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 840,00 (Oitocentos e quarenta reais).
Vigência: .21/10/2026 a 21/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 181/2026
Pregão Eletronico Nº 021/2026
Edital n°051/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: JHP AR CONDICIONADO LTDA – Nº61.941.298/0001-29.
OBJETO: Contratação de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CRECHE PRÉ-ESCOLA TIPO 1 O PADRÃO FNDE (SUPER CRECHE) DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA - PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 49.500,00 (Quarenta e nove mil e quinhentos reais).
Vigência: 20/10/2026 a 20/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

MUNICIPIO DE DOURADINA
Estado do Paraná **CNPJ 78.200.110/0001-94**
Exercício: 2026

** Elotech **
21/10/2026
Pág. 1/2

Decreto nº 227/2026 de 21/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2415/2025 de 04/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 22.200,00 (vinte e dois mil duzentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.002.00.000.0000.0.000.		DIVULGAÇÕES DO MUNICIPIO	
02.002.04.122.0003.2.003.		DIVULGAÇÕES OFICIAIS DO MUNICIPIO	
10 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
08.002.12.361.0011.2.054.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALARIO EDUCAÇÃO	
369 - 3.3.90.39.00.00	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.200,00
		Total Suplementação:	**22.200,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.2.002.		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
7 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.000,00
02.003.00.000.0000.0.000.		RECEPÇÕES OFICIAIS	
02.003.04.122.0004.2.004.		ENCARGOS COMEMORAÇÕES, FESTIVIDADES E RECEPÇÕES OFICIAIS	
11 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.005.00.000.0000.0.000.		MERENDA ESCOLAR	
08.005.12.365.0011.2.066.		TRANSFERENCIA DO FNDE/ PNAE - CRECHE E PRÓPRIO	
408 - 3.3.90.32.00.00	01107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	14.200,00
		Total Redução:	**22.200,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2021 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo **4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de DOURADINA , Estado do Paraná, em 21 de outubro de 2026.

OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

SAMU 192 NOROESTE PR **CIUENP**

Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

ESTADO DO PARANÁ
Aditivo de Contrato Credenciamento

Contratante: CIUENP – Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná – SAMU 192 – Noroeste do Paraná, CNPJ nº 15.718.459/0001-00, situado na Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, nº 4.322, Centro, na cidade de Umuarama/PR.

Contratado: IMAX ATIVIDADES MEDICAS LTDA, empresa inscrita com o CNPJ 29.210.474/0001-40, residente na Av Angelo Moreira da Fonseca nº 3175 – Bairro Zona I-A CEP 87.503,030 Cidade de Umuarama/Pr.

Contratado: A VIDA ACIMA DE TUDO LTDA, empresa inscrita com o CNPJ 61.215.388/0001-32, residente na TV Roberto Passamani nº 31 – Bairro Centro 87.820-000 Cidade de Umuarama/Pr.

Contratado: MICLELLE EDUVIRGEM, pessoa física inscrita com o CPF 009.525.589-39, residente na Rua Amadeu Barilli Filho nº 4559 – Bairro Jardim Irene 87.510-630 Cidade de Umuarama/Pr.

Contratado: DANIEL DE ARAUJO CANAZART inscrita com o CPF 099.009.479-08, residente na Rua Mario Benedetti, n.º 514 – Bairro Jardim Esplanada – Cidade de Mandaguari/PR.

Contratado: TANAKA & PEREIRA LTDA, empresa inscrita com o CNPJ 54.408.392/0001-51, residente na Rua Vênus nº 632 – Bairro Sitio Cercado – Cidade de Curitiba/Pr.

Objeto: Realizar o aditivo referente ao CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS e Profissionais Liberais Autônomos, PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – SAMU 192 NO NOROESTE DO PARANÁ, profissionais tecnicamente qualificados para suprir demandas eventuais e transitórias, sendo profissionais da área da saúde: Medico Regulador e Intervencionista, Enfermeiro Intervencionista destinados ao atendimento dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência – SAMU 192, em Central de Regulação e bases descentralizadas, visando suprir as necessidades do CIUENP – SAMU 192 Noroeste do Paraná.

Umuarama/PR, 21 de outubro de 2026.

MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente do CIUENP

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX: (44) 3663-1579 - E-mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco 767 - CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Publicado no Jornal "UMUARAMA ILUSTRADO"
Edição nº.:
Pag.:
De:

PORTARIA Nº 737

DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".**

O SECRETÁRIO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal nº. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53, de 31 de março de 2023, como também do Decreto nº 98 de 09 de junho de 2025, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho.

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 01 (uma) diária de viagem, no valor de R$ 266,25 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos) ao Servidor Municipal **JEINE VALDERIO CHIQUETTI**, matrícula nº 1952, ocupante do cargo de Motorista/40h, lotado na Manutenção da Divisão da UBS Hélio Corsini, no seguinte dia, local e finalidade:

Data	Horário Saída/Chegada	Destino	Motivo
22/10/2026	04:00h/15:00h	CASCAVEL-PR	Conduzir paciente para tratamento de saúde no Hospital Universitário.

I – Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 21 de outubro de 2026.

Rodrigo Wesley Sobreira Revesso
Secretário Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 177/2026
Pregão Eletronico Nº 021/2026
Edital n°051/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: SIMONI INDUSTRIA GRAFICA LTDA – Nº37.652.289/0001-33.
OBJETO: Contratação de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CRECHE PRÉ-ESCOLA TIPO 1 O PADRÃO FNDE (SUPER CRECHE) DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA - PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 2.400,00 (Dois mil, quatrocentos reais).
Vigência: .21/10/2026 a 21/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 184/2026
Pregão Eletronico Nº 021/2026
Edital n°051/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA – Nº81.340.960/0001-00.
OBJETO: Contratação de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CRECHE PRÉ-ESCOLA TIPO 1 O PADRÃO FNDE (SUPER CRECHE) DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA - PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 20.620,00 (Vinte mil e seiscentos e vinte reais).
Vigência: 21/10/2026 a 21/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 186/2026
Pregão Eletronico Nº 021/2026
Edital n°051/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: JOSÉ EDSON BLASZCZYK – Nº33.113.700/0001-41.
OBJETO: Contratação de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CRECHE PRÉ-ESCOLA TIPO 1 O PADRÃO FNDE (SUPER CRECHE) DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA - PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 3.760,00 (Três mil e setecentos e sessenta reais).
Vigência: 21/10/2026 a 21/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 188/2026
Pregão Eletronico Nº 021/2026
Edital n°051/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: AVANTI OFFICE LTDA – Nº46.186.229/0001-63.
OBJETO: Contratação de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CRECHE PRÉ-ESCOLA TIPO 1 O PADRÃO FNDE (SUPER CRECHE) DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA - PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 4.865,00 (Quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco reais).
Vigência: 21/10/2026 a 21/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 189/2026
Pregão Eletronico Nº 021/2026
Edital n°051/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA – Nº49.059.156/0001-37.
OBJETO: Contratação de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CRECHE PRÉ-ESCOLA TIPO 1 O PADRÃO FNDE (SUPER CRECHE) DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA - PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 2.593,08 (Dois mil, quinhentos e noventa e três reais e oito centavos).
Vigência: 21/10/2026 a 21/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 190/2026
Pregão Eletronico Nº 021/2026
Edital n°051/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: EDUCAR MOVEIS LTDA – Nº20.132.150/0001-66.
OBJETO: Contratação de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CRECHE PRÉ-ESCOLA TIPO 1 O PADRÃO FNDE (SUPER CRECHE) DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA - PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 21.200,00 (Vinte e um mil e duzentos reais).
Vigência: 20/10/2026 a 20/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 192/2026
Pregão Eletronico Nº 021/2026
Edital n°051/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA – Nº49.641.888/0001-30.
OBJETO: Contratação de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CRECHE PRÉ-ESCOLA TIPO 1 O PADRÃO FNDE (SUPER CRECHE) DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA - PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 29.931,60 (Vinte e nove mil, novecentos e trinta e um reais e sessenta centavos).
Vigência: 20/10/2026 a 20/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 193/2026
Pregão Eletronico Nº 021/2026
Edital n°051/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: VASPJ REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME – Nº10.841.010/0001-03.
OBJETO: Contratação de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CRECHE PRÉ-ESCOLA TIPO 1 O PADRÃO FNDE (SUPER CRECHE) DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA - PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 110.052,00 (Cento e dez mil e cinquenta e dois reais).
Vigência: 21/10/2026 a 21/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 169/2026
Pregão Eletronico Nº 042/2026
Edital n°094/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: RB COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA – Nº27.232.288/0001-86.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviços de confecção, impressão, acabamento e fornecimento de materiais gráficos personalizados, destinados ao atendimento das demandas de todas as Secretarias do Município de Maria Helena/PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 36.420,25 (Trinta e seis mil, quatrocentos e vinte reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: 21/10/2026 a 21/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 170/2026
Pregão Eletronico Nº 042/2026
Edital n°094/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: 68.384.146 BRUNO HENRIQUE JABLESKI - Nº68.384.146/0001-11.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviços de confecção, impressão, acabamento e fornecimento de materiais gráficos personalizados, destinados ao atendimento das demandas de todas as Secretarias do Município de Maria Helena/PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 4.384,60 (Quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos).
Vigência: 21/10/2026 a 21/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DO PARANÁ Av. Augusto José de Souza, ª 1077 CEP 87528000
conselhoaltoparaiso@hotmail.com
Fone: (0xxx44) 36641093

RESOLUÇÃO CMS Nº 023/2026

DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação da aquisição de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde de Alto Paraíso–PR, mediante recursos vinculados às Resoluções SESA nº 1945/2025 e nº 383/2026, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e por seu Regimento Interno;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e a organização dos serviços correspondentes;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS;
CONSIDERANDO a importância do fortalecimento da estrutura operacional da Secretaria Municipal de Saúde, visando à melhoria do acesso aos serviços públicos de saúde e à qualificação da assistência prestada à população;
CONSIDERANDO a necessidade de ampliar e renovar a frota municipal de veículos, proporcionando melhores condições para o transporte de pacientes, o deslocamento das equipes de saúde e a execução das ações e dos serviços desenvolvidos pela rede municipal de saúde;
CONSIDERANDO os recursos vinculados às Resoluções da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA nº 1945/2025 e nº 383/2026, destinados às aquisições descritas nesta Resolução, conforme documentação apresentada;
CONSIDERANDO a apresentação e a apreciação da matéria pelos membros do Conselho Municipal de Saúde, com deliberação registrada na Ata nº 006/2026, referente à reunião extraordinária realizada em 04 de maio de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, no âmbito do Conselho Municipal de Saúde de Alto Paraíso–PR, a proposta de aquisição de veículos destinados à Secretaria Municipal de Saúde, visando ao fortalecimento da estrutura de transporte e à melhoria da capacidade operacional dos serviços municipais de saúde, observadas as finalidades dos recursos vinculados e as condições estabelecidas nos respectivos atos normativos.

Art. 2º As aquisições aprovadas ficam discriminadas conforme as respectivas resoluções e os valores apresentados:

I – **Resolução SESA nº 1945/2025:** aquisição de 01 (um) veículo, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais);

II – **Resolução SESA nº 383/2026:** aquisição de 02 (dois) veículos de passeio, com capacidade mínima para 05 (cinco) pessoas, no valor total de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais);

III – **Resolução SESA nº 383/2026:** aquisição de 02 (dois) veículos utilitários, tipo pick-up, no valor total de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 3º O valor total das aquisições descritas no artigo anterior corresponde a **R$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais)**, devendo a aplicação dos recursos observar a vinculação, a finalidade, os critérios de execução e as demais exigências previstas nas respectivas resoluções e nos instrumentos de repasse.

Art. 4º A aquisição dos veículos deverá observar os procedimentos administrativos e legais pertinentes, incluindo o planejamento da contratação, a disponibilidade orçamentária e financeira, a adequada instrução processual e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando aplicáveis.

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Saúde adotar as providências necessárias à execução das aquisições aprovadas, bem como manter a documentação comprobatória pertinente, assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e cumprir as obrigações de prestação de contas correspondentes.

Art. 6º A presente aprovação não dispensa o cumprimento das exigências técnicas, administrativas, orçamentárias e legais aplicáveis a cada aquisição, nem substitui as autorizações e os procedimentos exigidos pelos órgãos competentes.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, observadas as formalidades legais e regimentais aplicáveis.

Alto Paraíso–PR, 21 de maio de 2026.

JAMIRO MENEZES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATA APURAÇÃO ELEITORAL

ATA DA VOTAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETOR(A) MUNICIPAL

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de 2026, ocorreu o processo de escolha de Diretores para o triênio de 2027/2030. Tendo início às 08:00 horas encerrando-se às 17:00 horas. O processo de escolha dos diretores ocorreu de maneira fluida e sem intercorrências.

INSTITUIÇÃO	VAGA
CMEI NOSSA SENHORA APARECIDA	DIRETOR

Não havendo outras impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da votação, os respectivos Representantes da Comissão, abaixo citados, e diante de todos os presentes, apresentaram as Urnas, as quais seguem juntamente com os documentos impressos.

Nº	CARGO	NOME
01	PRESIDENTE	JULIANA SALDEIRA DO NASCIMENTO
02	MESÁRIO I	ROSANE PEREIRA FERRARI
03	MESÁRIO II	GLACIELE FERNANDA DA SILVA
	FISCAL I	DAIANE MORAES ALMEIDA

No CMEI NOSSA SENHORA APARECIDA o total de votantes é de 57 pessoas. Após apresentação e abertura da urna, foi realizada a contabilização dos votos, tendo sido obtido o seguinte resultado:

Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida
Total de votantes: 57
Cédulas apuradas: 57 SIM (47) NÃO (09)
votos brancos e nulos: 01
Viviane Pires da Silva Pereira – Total de Votos: 47

Diante da apuração e contabilização dos votos, foi escolhido(a) para o próximo mandato o/a seguinte candidato (a):

Viviane P. da S. Pereira

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelos membros da mesa receptora.

CARGO	NOME	ASSINATURA
PRESIDENTE	JULIANA SALDEIRA DO NASCIMENTO	Saldeira
MESÁRIO I	ROSANE PEREIRA FERRARI	Rosane Pereira Ferrari
MESÁRIO II	GLACIELE FERNANDA DA SILVA	Glaciele Fernanda da Silva
FISCAL I	DAIANE MORAES ALMEIDA	Daiane Moraes Almeida

Francisco Alves, 20 de outubro de 2026

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATA APURAÇÃO ELEITORAL

ATA DA VOTAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETOR(A) MUNICIPAL

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de 2026, ocorreu o processo de escolha de Diretores para o triênio de 2027/2030. Tendo início às 08:00 horas encerrando-se às 17:00 horas. O processo de escolha dos diretores ocorreu de maneira fluida e sem intercorrências.

INSTITUIÇÃO	VAGA
Escola Municipal do Campo Dionisio Pedrini	DIRETOR

Não havendo outras impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da votação, os respectivos Representantes da Comissão, abaixo citados, e diante de todos os presentes, apresentaram as Urnas, as quais seguem juntamente com os documentos impressos.

Nº	CARGO	NOME
01	PRESIDENTE	JANAÍNA RODRIGUES S. RAIMONDI
02	MESÁRIO I	JEANNE VITÓRIA GABRIEL
03	MESÁRIO II	CAMILIA TRAVASSO RAIMONDI
	FISCAL I	ELIZIANE DE OLIVEIRA

Na Escola Municipal do Campo Dionisio Pedrini o total de votantes é de 29 pessoas. Após apresentação e abertura da urna, foi realizada a contabilização dos votos, tendo sido obtido o seguinte resultado:

Escola Municipal do Campo Dionisio Pedrini

Total de votantes: 29
Cédulas apuradas: 29 SIM (29) NÃO (0)
votos brancos e nulos: 0
Ezequiele Polla Batista – Total de Votos: 29

Diante da apuração e contabilização dos votos, foi escolhido(a) para o próximo mandato o/a seguinte candidato (a):

Ezequiele Polla Batista

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelos membros da mesa receptora.

CARGO	NOME	ASSINATURA
PRESIDENTE	JANAÍNA RODRIGUES S. RAIMONDI	
MESÁRIO I	JEANNE VITÓRIA GABRIEL	
MESÁRIO II	CAMILIA TRAVASSO RAIMONDI	
FISCAL I	ELIZIANE DE OLIVEIRA	

Francisco Alves, 20 de outubro de 2026

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATA APURAÇÃO ELEITORAL

ATA DA VOTAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETOR(A) MUNICIPAL

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de 2026, ocorreu o processo de escolha de Diretores para o triênio de 2027/2030. Tendo início às 08:00 horas encerrando-se às 17:00 horas. O processo de escolha dos diretores ocorreu de maneira fluida e sem intercorrências.

INSTITUIÇÃO	VAGA
Escola Municipal Glória Xavier de Mendonça (Distrito de Rio Bonito)	DIRETOR

Não havendo outras impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da votação, os respectivos Representantes da Comissão, abaixo citados, e diante de todos os presentes, apresentaram as Urnas, as quais seguem juntamente com os documentos impressos.

Nº	CARGO	NOME
01	PRESIDENTE	SILVIA SIMONE BOBBO TEIXEIRA
02	MESÁRIO I	SARA M. DE CARVALHO PINTO
03	MESÁRIO II	TATIANE B. NUNES MISTURA
	FISCAL I	IVONETE PEREIRA DA SILVA ROSA

Na Escola Municipal Glória Xavier de Mendonça o total de votantes é de 20 pessoas. Após apresentação e abertura da urna, foi realizada a contabilização dos votos, tendo sido obtido o seguinte resultado:

Escola Municipal Glória Xavier de Mendonça (Distrito de Rio Bonito)

Total de votantes: 20
Cédulas apuradas: 19 SIM (19) NÃO (0)
votos brancos e nulos: 0
Rosangela Leite de Lai – Total de Votos: 19

Vale ressaltar que da lista dos votantes uma funcionária não pode comparer na escolha, pois, estava em consulta médica.

Diante da apuração e contabilização dos votos, foi escolhido(a) para o próximo mandato o/a seguinte candidato (a):

Rosângela Leite de Lai

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelos membros da mesa receptora.

CARGO	NOME	ASSINATURA
PRESIDENTE	SILVIA SIMONE BOBBO TEIXEIRA	
MESÁRIO I	SARA M. DE CARVALHO PINTO	
MESÁRIO II	TATIANE B. NUNES MISTURA	
FISCAL I	IVONETE PEREIRA DA SILVA ROSA	

Francisco Alves, 20 de outubro de 2026

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATA APURAÇÃO ELEITORAL

ATA DA VOTAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETOR(A) MUNICIPAL

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de 2026, ocorreu o processo de escolha de Diretores para o triênio de 2027/2030. Tendo início às 08:00 horas encerrando-se às 17:00 horas. O processo de escolha dos diretores ocorreu de maneira fluida e sem intercorrências.

INSTITUIÇÃO	VAGA
CMEI PEDACINHO DO CÉU	DIRETOR

Não havendo outras impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da votação, os respectivos Representantes da Comissão, abaixo citados, e diante de todos os presentes, apresentaram as Urnas, as quais seguem juntamente com os documentos impressos.

Nº	CARGO	NOME
01	PRESIDENTE	OSVALDETE TEIXEIRA DA CRUZ
02	MESÁRIO I	FERNANDA MARCOMINI PAULINI
03	MESÁRIO II	ALESSANDRA SAYURI FUJISAWA
	FISCAL I	NILZA SOARES DE OLIVEIRA

No CMEI PEDACINHO DO CÉU o total de votantes é de 22 pessoas. Após apresentação e abertura da urna, foi realizada a contabilização dos votos, tendo sido obtido o seguinte resultado:

Centro Municipal de Educação Infantil Pedacinho do Céu

Total de votantes: 23
Cédulas apuradas: 23 SIM (23) NÃO (0)
votos brancos e nulos: 0
Tania Mara Margatto – Total de Votos: 23

Diante da apuração e contabilização dos votos, foi escolhido(a) para o próximo mandato o/a seguinte candidato (a):

Tania Mara Margatto

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelos membros da mesa receptora.

CARGO	NOME	ASSINATURA
PRESIDENTE	OSVALDETE TEIXEIRA DA CRUZ	
MESÁRIO I	FERNANDA MARCOMINI PAULINI	
MESÁRIO II	ALESSANDRA SAYURI FUJISAWA	
FISCAL I	NILZA SOARES DE OLIVEIRA	

Francisco Alves, 20 de outubro de 2026

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATA APURAÇÃO ELEITORAL

ATA DA VOTAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETOR(A) MUNICIPAL

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de 2026, ocorreu o processo de escolha de Diretores para o triênio de 2027/2030. Tendo início às 08:00 horas encerrando-se às 17:00 horas. O processo de escolha dos diretores ocorreu de maneira fluida e sem intercorrências.

INSTITUIÇÃO	VAGA
Escola Municipal Professor Júlio Levino Rodrigues	DIRETOR

Não havendo outras impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da votação, os respectivos Representantes da Comissão, abaixo citados, e diante de todos os presentes, apresentaram as Urnas, as quais seguem juntamente com os documentos impressos.

Nº	CARGO	NOME
01	PRESIDENTE	ELOÁ HARUMI B. KOYAMA
02	MESÁRIO I	MONICA MARQUES
03	MESÁRIO II	MARIA CAROLINE G. MENEZES
	FISCAL I	NATÁLIA CRISTINA AMADEU

Na Escola Municipal Professor Júlio Levino Rodrigues o total de votantes é de 80 pessoas. Após apresentação e abertura da urna, foi realizada a contabilização dos votos, tendo sido obtido o seguinte resultado:

Escola Municipal Professor Júlio Levino Rodrigues

Total de votantes: 77
Cédulas apuradas: 77 SIM (76) NÃO (1)
votos brancos e nulos: 0
Osmar Dias Vicente – Total de Votos: 76

Diante da apuração e contabilização dos votos, foi escolhido(a) para o próximo mandato o/a seguinte candidato (a):

Osmar Dias Vicente

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelos membros da mesa receptora.

CARGO	NOME	ASSINATURA
PRESIDENTE	ELOÁ HARUMI B. KOYAMA	
MESÁRIO I	MONICA MARQUES	
MESÁRIO II	MARIA CAROLINE G. MENEZES	
FISCAL I	NATÁLIA CRISTINA AMADEU	

Francisco Alves, 20 de outubro de 2026

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATA APURAÇÃO ELEITORAL

ATA DA VOTAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETOR(A) MUNICIPAL

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de 2026, ocorreu o processo de escolha de Diretores para o triênio de 2027/2030. Tendo início às 08:00 horas encerrando-se às 17:00 horas. O processo de escolha dos diretores ocorreu de maneira fluida e sem intercorrências.

INSTITUIÇÃO	VAGA
CMEI PEQUENO PRÍNCIPE DE RIO BONITO	DIRETOR

Não havendo outras impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da votação, os respectivos Representantes da Comissão, abaixo citados, e diante de todos os presentes, apresentaram as Urnas, as quais seguem juntamente com os documentos impressos.

Nº	CARGO	NOME
01	PRESIDENTE	RAISSA FAXINA DE OLIVEIRA
02	MESÁRIO I	VALÉRIA DIAS THOMAZINI EVARISTO
03	MESÁRIO II	DAIANE THAIS CAMPOS DE OLIVEIRA
	FISCAL I	ODALICIA C. DA SILVA NAVERO

No CMEI PEQUENO PRÍNCIPE DE RIO BONITO o total de votantes é de 33 pessoas. Após apresentação e abertura da urna, foi realizada a contabilização dos votos, tendo sido obtido o seguinte resultado:

Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe de Rio Bonito

Total de votantes: 33
Cédulas apuradas: 33 SIM (33) NÃO (0)
votos brancos e nulos: 0
Claudicéia Keller da Silva – Total de Votos: 33

Claudicéia Keller da Silva – Total de Votos: 33

Diante da apuração e contabilização dos votos, foi escolhido(a) para o próximo mandato o/a seguinte candidato (a):

Claudicéia Keller da Silva

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelos membros da mesa receptora.

CARGO	NOME	ASSINATURA
PRESIDENTE	RAISSA FAXINA DE OLIVEIRA	
MESÁRIO I	VALÉRIA DIAS THOMAZINI EVARISTO	
MESÁRIO II	DAIANE THAIS CAMPOS DE OLIVEIRA	
FISCAL I	ODALICIA C. DA SILVA NAVERO	

Francisco Alves, 20 de outubro de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 417/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026
NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL RESPONSÁVEL PELA LEITURA, ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 11/2026 QUE DISPÕE SOBRE O NOVO PLANO DE BENEFÍCIOS E O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:
Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor a Comissão Especial responsável pela leitura, análise e discussão do Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o novo Plano de Benefícios e o Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de São Jorge do Patrocínio/PR:
I – REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:
a) José Edvaldo da Silva, Servidor Público ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico Administrativo, Matrícula nº. 111201;
b) Valmira Lazarin, Servidora Pública ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Matrícula nº. 143001;
c) Marco Antônio Peres, Servidor Público ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Advogado, Matrícula nº. 457001;
d) Gladson Geraldo Maestro da Silva, Servidor Público ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Advogado, Matrícula nº. 516901;
e) Dayane Gouveia Ochman, Servidora Pública ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Contador, Matrícula nº. 944001;
f) Eliandro Saquetto, Servidor Público ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico Administrativo, Matrícula nº. 197001;
g) Fábio Henrique Baraldi, Servidor Público ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico Administrativo, Matrícula nº. 438301.
II – REPRESENTANTES DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA – SERVIPREV:
a) Sirlaine Ferreira Frederico Blasques, Servidora Pública ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Matrícula nº. 637801;
b) Silvany Lopes de Melo Oliveira, Servidora Pública Aposentada, Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo de Previdência – SERVIPREV, Matrícula nº. 306901;
c) Suzana Aparecida da Silva, Servidora Pública ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Presidente do Conselho Fiscal do Fundo de Previdência – SERVIPREV, Matrícula nº. 713701;
d) Cristina de Almeida Laverde, Servidora Pública ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, matrícula nº. 314001;
e) Lidiane Cristina de Souza Oliveira Vitoriano, Servidora Pública ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Matrícula nº. 720001;
f) Leandro Moreira da Cruz, Servidor Público Ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº. 126001;
g) Paula Martins Vetorato Rebechi, Servidora Pública ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Oficial Administrativo, Matrícula nº. 522301.
Art. 2º Compete à Comissão Especial:
I – Realizar a leitura integral do Projeto de Lei Complementar e de seus respectivos dispositivos;
II – Analisar e discutir as disposições relativas ao Plano de Benefícios e ao Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Município;
III – identificar eventuais dúvidas, inconsistências ou pontos que necessitem de esclarecimentos ou adequações;
IV – Apresentar sugestões de alterações e aperfeiçoamentos, quando consideradas necessárias, observadas a legislação vigente e as normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social;
V – Elaborar, ao final dos trabalhos, relatório contendo as principais considerações, sugestões e conclusões da Comissão, para encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal.
Art. 3º Os membros da Comissão deverão atuar de forma colaborativa, promovendo a análise técnica e a discussão dos dispositivos do Projeto de Lei Complementar, com vistas à compreensão de seu conteúdo e ao aperfeiçoamento da proposta legislativa.
Art. 4º A Comissão poderá solicitar informações e esclarecimentos aos setores municipais competentes, bem como convidar profissionais ou assessores técnicos para contribuir com as discussões, caso necessário.
Art. 5º Os trabalhos da Comissão serão realizados sem prejuízo das atribuições ordinárias dos servidores públicos eventualmente designados, não gerando, por si só, direito a remuneração adicional.
Art. 6º A Comissão terá o prazo de 30 dias, contados da publicação desta Portaria, para concluir os trabalhos e apresentar o relatório final, podendo esse prazo ser prorrogado mediante justificativa e autorização da autoridade competente.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo Nº 04/2026
Dispensa de Licitação Nº 03/2026
Em conformidade com o artigo 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando todos os documentos constantes dos autos, ratifico a Dispensa de Licitação nº 03/2026, com fulcro no artigo 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021 para contratação da empresa Europc Computadores Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 32.294.930/0001-91, para aquisição de 01 (um) computador destinado ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Câmara Municipal de Tapira, Estado do Paraná, sendo o valor da compra de R$ 6.100,00 (seis mil e cem reais), conforme prevê o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
Fundamento para Dispensa de Licitação – Conforme constam as informações contidas no DFD da Secretaria da Câmara, bem como no termo de referência anexo ao processo, e parecer jurídico também acostado aos autos, a contratação direta está amparada no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e seguiu os trâmites de publicação estabelecidos na referida lei.
Homologo a contratação por dispensa de licitação com a melhor qualidade e menor desembolso possível, nos termos do que dispõem os princípios que regem a Administração Pública, com base nas razões expostas no presente processo.
Tapira – Paraná, 21 de outubro de 2026
Vanderlei Vieira Mendes
Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 18/2026
Processo Administrativo nº. 49/2026
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos descritos abaixo:
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE TAPIRA
CNPJ 75.801.738/0001-57
CONTRATADO 27.530.597 ROGERIO SCHEAVAO
CNPJ 27.530.597/0001-32
VALOR TOTAL R$ 27.000,00 (VINTE E SETE MIL REAIS)
OBJETO AQUISIÇÃO DE 1 (UMA) UNIDADE DE MÓDULO ELETRÔNICO USADO E RECONDICIONADO (CONTROLE ELETRÔNICO) DESTINADO À PÁ-CARREGADEIRA MARCA CATERPILLAR, MODELO 924, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TAPIRA/PR, UTILIZADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS, INCLUÍDAS AS CONDIÇÕES DE GARANTIA, DOCUMENTAÇÃO DE PROCEDÊNCIA, LAUDOS/ TESTES, INSTALAÇÃO E DEMAIS CONDICIONANTES PREVISTOS NESTE INSTRUMENTO
BASE LEGAL ARTIGO 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021
Tapira/PR, 21 de outubro de 2026.
RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO N.º 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0282/2025
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique lote 443 e 444, Rural, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: ELESSANDRO ALVES, inscrita no CNPJ nº 00582949963, neste ato Representado pelo Sr(a). ELESSANDRO ALVES, portador(a) do RG. nº 7.350.215-2, e do CPF/MF Nº 00582949963, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, firmado com amparo da Lei Federal nº 14133/2021 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Inexigibilidade nº 057/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Clausula Primeira – Do Objeto
Constitui como objeto do presente a contratação: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO DA FÁBRICA DE RAÇÃO VINCULADA À COOPERATIVA (COOPELER), IMOVEL LOCALIZADO NA RODOVIA PR 490, KM 01, PARQUE INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ.
Clausula Segunda – do Prazo
Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, e em conformidade com a Lei 14.133/2021, prorroga-se o prazo, do Contrato Administrativo nº.0282/2025. Fica estabelecido o acréscimo legal das quantidades contratadas inicialmente por tratar-se de contrato continuado.
LOTE
ITEM ESPECIFICAÇÃO UNIDADE QUANT VALOR UNIT.
VALOR TOTAL
1 31473 LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO DA FÁBRICA DE RAÇÃO VINCULADA À COOPERATIVA (COOPELER), IMOVEL LOCALIZADO NA RODOVIA PR 490, KM 01, PARQUE INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ. MES 12 R$ 1.000,00 R$ 12.000,00
Clausula Terceira – Do Valor Contratual
O valor do presente termo aditivo, constitui na importância global de R$ 12.000,00 (doze mil reais).
Clausula Quarta – Da Vigência
O presente Termo Aditivo terá início em 21/10/2026 e término previsto para 21/10/2027, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais.
Clausula Quinta – Das Ratificações
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
Clausula Sexta – Do Foro Competente
Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato.
E estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.
São Jorge do Patrocínio-PR, 21/10/2026.

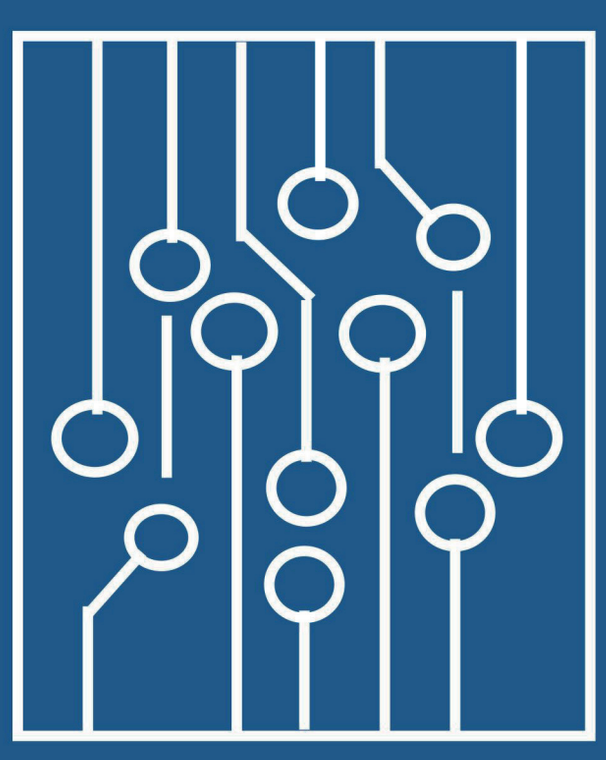
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 231 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.
Concede Aposentadoria Voluntária por Idade .
REPUBLICADO PARA CORREÇÃO
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 71, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município e considerando o Parecer Jurídico n.º 029/2026 de 04 de agosto de 2026,
RESOLVE:
Art. 1o Conceder aposentadoria Voluntária por Idade, com proventos proporcionais, a servidora ZILDA DE FÁTIMA FAXINA GALORO , matrícula nº 91383 portadora do CPF/MF n.º 366xxx.xxx-04 ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Tapejara, com fundamento no Art. 40, §1º III "b" da Constituição Federal, c/c art.6º da Lei Complementar nº 114/2021 de 15 de dezembro de 2021 de 10 de dezembro de 2021 – Comum Sem paridade.
Art. 2o O provento de aposentadoria será calculado com base na remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria (proporcional) correspondendo, nesta data o valor de R$ 1.197,92 (Um mil, cento e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), devendo este valor ser complementado para assegurar a percepção de um salário mínimo vigente de R$ 1.621,00 (Um mil seiscentos e vinte e um reais)sendo que a forma de reajuste será sem paridade, de acordo com o Art. 40, § 8º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n° 103/2019.
Art.3º É de responsabilidade do benefício do provento de aposentadoria manter atualizado o seu cadastro junto ao Instituto de Previdência do Município de Tapejara, informando , em especial, telefone , endereço, situação de estado civil e demais dados de fornecimento obrigatório exigido pelo Instituto , bem como realizar , anualmente, prova de vida , na forma, prazo e critérios estabelecidos pelo Instituto de Previdência do Município de Tapejara.
§1º O descumprimento do disposto no caput deste artigo poderá ensejar a suspensão do pagamento do benefício até a regularização do cadastro e/ou a realização da prova de vida, sem prejuízo de outras providências administrativas cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§ 2º Aprova de vida poderá ser realizada de forma presencial, biométrica, eletrônica ou por outro meio idôneo definido em ato próprio do Instituto de Previdência do Município de Tapejara, o qual poderá , ainda, convalidar a prova de vida realizada perante instituiçõesfinanceiras, cartórios ou órgãos conveniados.
Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 31 de agosto de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO N.º 129/2026
MODALIDADE: Inexigibilidade Nº 054 /2026
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE TAPEJARA, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF n.º 76.247.345/0001-06.
LOCADOR: ANTONIO CARLOS LOURO DE MATOS
OBJETO:O presente documento tem por objeto a formalização da declaração de inexigibilidade de licitação para a locação de imóvel com 58,67 m² (cinquenta e oito vírgula sessenta e sete metros quadrados) de construção, contendo 02 (duas) salas destinadas ao atendimento especializado pelos profissionais de Psicopedagogia, Psicologia e Fonoaudiologia, destinado ao Departamento de Educação, Cultura e Esportes deste Município, conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 064/2025 e Requisição/Solicitação anexas ao processo.
VALOR TOTAL: R$- 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, totalizando o valor de R$- 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).
PRAZO DE LOCAÇÃO: 12 (doze) meses
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná
Tapejara-Pr, em 21 de outubro de 2026
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Município de Tapejara
Locatário

PUBLICIDADE LEGAL





EDIÇÃO DIGITAL

Assinado de forma digital
pela EMPRESA

JORNALISTICA UMUARAMA LTDA
CNPJ: 04233582000107

UMUARAMA ilustrado
O GRANDE JORNAL DO NOROESTE DO PARANÁ

3621-2501

www.ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 - FONE (044) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

DECRETO Nº 121, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a alteração de ação no Plano Plurianual 2026–2029 e de meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, inclui fonte de recurso e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei nº. 2.657 de 21 de Outubro de 2026.

DECRETA:

Art. 1º Fica incluída, no orçamento vigente, a seguinte fonte de recurso vinculada à programação orçamentária abaixo discriminada:

08.001.20.606.0014.2.016 – Manutenção e Encargos da Agricultura
Fonte: 441 – Convênio nº 167/2026 – Fundo de Equip. Agro. Matriz – Máquinas e Equipamentos

Art. 2º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do corrente exercício, no valor de R$ 1.470.520,00 (um milhão, quatrocentos e setenta mil, quinhentos e vinte reais), destinado à seguinte programação orçamentária:

08.000.00.000.0000.0.000 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
08.001.00.000.0000.0.000 – Divisão de Agricultura e Meio Ambiente
08.001.20.606.0014.2.016 – Manutenção e Encargos da Agricultura
Fonte: 441 – Convênio nº 167/2026 – Fundo de Equip. Agro. Matriz – Máquinas e Equipamentos
4.4.90.52.00.00 (795) – Equipamentos e Material Permanente .... R$ 1.470.520,00

Subtotal: R$ 1.470.520,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR: R$ 1.470.520,00

Art. 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no art. 2º desta Lei, será utilizado o excesso de arrecadação de fonte vinculada, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na seguinte fonte de recurso:

Fonte: 441 – Convênio nº 167/2026 – Fundo de Equip. Agro. Matriz – Máquinas e Equipamentos.. R$ 1.470.520,00

Subtotal: R$ 1.470.520,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO: R$ 1.470.520,00

Art. 4º Em decorrência da abertura do crédito adicional suplementar autorizada por esta Lei, fica alterado, para o exercício de 2026, a ação correspondente à programação orçamentária especificada nos arts. 1º a 3º desta Lei no Plano Plurianual – PPA 2026–2029, instituído pela Lei nº 2.574/2025.

Art. 5º Em decorrência da abertura do crédito adicional suplementar autorizada por esta Lei, fica alterada, para o exercício de 2026, a meta correspondente à programação orçamentária especificada nos arts. 1º a 3º desta Lei na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026, instituída pela Lei nº 2.565/2025.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tapejara, 21 de outubro 2026.

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 273, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: *Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por provável Excesso de Arrecadação para 2026, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2026 e no Plano Plurianual de 2026-2029.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 3.945, de 21 de outubro de 2026,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município e incluído nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 536.717,64 (quinhentos e trinta e seis mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e quatro centavos), *por Provável Excesso de Arrecadação*, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.367.0007.2.050 Apoio a Entidade Educação Especial
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 913)- R$ 7.388,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.365.0007.2.014 Manutenção do Ensino Infantil Creche - Fundeb
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 1039)-4656 R$ 32.987,59

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.365.0007.2.017 Manutenção do Ensino Infantil Pré Escola - Fundeb
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1038)-4657 R$ 263.900,70
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 1039)-4658 R$ 32.987,59

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2036 Manutenção do Programa Agente Comunitário
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1051)-395 R$ 92.920,00

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2.037 Manutenção das Unidades Básica de Saúde
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1064)-408 R$ 27.000,00

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2035 Manutenção do Hospital Municipal
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1064)-475 R$ 3.500,00

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.305.0010.2.067 Manutenção do Programa dos Agentes de Combate às Endemias
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1051)-545 R$ 45.022,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0011.2.043 Programa IGD Bolsa Família
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3905)-3086 R$ 15.271,23

Órgão...............: 12 S. M. AGR. PEC. MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.452.0006.2.057 Manutenção dos Departamentos de Obras e Serviços Públicos, Peças e Equipamentos
3.3.90.93.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES (FR 921)- R$ 15.740,53

TOTAL R$ 536.717,64

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através do Provável *Excesso de Arrecadação* da seguinte fonte de recurso:

3905 – Programa Procad - Suas - Exercícios Anteriores R$ 15.271,23
921 – Convênio n 457/2024 - Pavimentação de vias urbanas R$ 15.740,53
913 – Incentivo ao serviço de Centro - Dia - População Idosa R$ 7.388,00
1038 – Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAT, mínimo de 70% R$ 263.900,70
1039 – Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAT, máximo de 30% R$ 65.975,18
1064 – Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem R$ 30.500,00
1051 – Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. R$ 137.942,00

TOTAL R$ 536.717,64

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 21 de outubro de 2026.

VALDETE CUNHA
Prefeita

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 274, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: *Autoriza abrir Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2026, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2026 e no Plano Plurianual de 2026-2029.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 3.946, de 21 de outubro de 2026,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município e incluído nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 536.996,43 (quinhentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos) por anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão...............: 01 SECRETARIA GERAL
Unidade Orçamentária: 01.01 Secretaria Geral
04.122.0002.2.007 Manutenção da Secretaria Geral
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 000)-14 R$ 10.000,00

Órgão...............: 05 SEC. MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2.008 Manutenção da Secretaria de Fazenda e Administração
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000)-90 R$ 10.000,00
4.6.90.71.00.00.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO (FR 000)-100 R$ 30.000,00

Órgão...............: 05 SEC. MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.02 Finanças
28.846.0000.0.004 Sentenças Judiciais
3.1.90.91.00.00.00 SENTENÇAS JUCICIAIS (FR 000)-101 R$ 10.000,00
3.3.90.91.00.00.00 SENTENÇAS JUCICIAIS (FR 000)-102 R$ 10.000,00

Órgão...............: 07 SEC. M. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA
Unidade Orçamentária: 07.02 Departamento de Cultura
13.392.0008.2.070 Manutenção do Departamento de Cultura
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3000)- R$ 20.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 3000)- R$ 20.000,00

Órgão...............: 08 SEC. MUN. IND., COM., TRAB. E INOVAÇÃO
Unidade Orçamentária: 08.01 Departamento de Industria e Comércio
11.334.0013.2.151 Manutenção do Departamento de Industria e Comércio
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 000)-160 R$ 10.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 3000)-2675 R$ 11.500,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.361.0007.2.012 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 104)-199 R$ 10.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 104)-210 R$ 10.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.361.0007.2.023 Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 103)-232 R$ 11.500,00
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 104)-233 R$ 20.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.366.0007.2.020 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 104)-226 R$ 39.100,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.367.0007.2.050 Apoio a Entidade Educação Especial
3.3.50.43.00.00.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS (FR 102)-336 R$ 85.896,43

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2035 Manutenção do Hospital Municipal
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1064)-475 R$ 5.000,00

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.305.0010.2067 Manutenção do Programa dos Agente de Combate às Endemias
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1051)-545 R$ 50.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0011.2.041 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 000)-557 R$ 129.000,00
3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (FR 000)-558 R$ 5.000,00
3.1.91.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (FR 000)-561 R$ 25.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.02 Fundo Municipal da Infância e Adolescencia - FIA
08.243.0011.6.002 Manutenção do Serviço de Acolhimento Familiar
3.3.90.48.00.00.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS (FR 000)-655 R$ 15.000,00

TOTAL R$ 536.996,43

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão...............: 01 SECRETARIA GERAL
Unidade Orçamentária: 01.01 Secretaria Geral
04.122.0002.2.007 Manutenção da Secretaria Geral
3.3.90.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO (FR 000)-7 R2230 R$ 10.000,00
3.3.90.35.00.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA (FR 000)-9 R2060 R$ 10.000,00

Órgão...............: 03 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade Orçamentária: 03.01 Procuradoria
04.122.0002.2.005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município
3.1.90.16.00.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL (FR 3000)-2736 R2195 R$ 1.500,00

Órgão...............: 05 SEC. MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2.008 Manutenção da Secretaria de Fazenda e Administração
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 000)-77 R2072 R$ 30.000,00

Órgão...............: 05 SEC. MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.02 Finanças
28.843.0001.0.000 Amortização e Encargos da Dívida
3.2.90.21.00.00.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO (FR 000)-99 R$ 30.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.361.0007.2.012 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERC (FR 104)-205 R2077 R$ 10.000,00
3.3.90.35.00.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA (FR 104)-206 R2078 R$ 5.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.365.0007.2.014 Manutenção do Ensino Infantil Creche - FUNDEB
3.1.91.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (FR 101)-189 R: R$ 40.344,31
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 102)-283 R R$ 5.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 102)-254 R$ 5.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 102)-284 R$ 5.000,00
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 102)-255 R$ 5.000,00
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 102)-285 R$ 25.552,12

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.365.0007.2.015 Manutenção do Ensino Infantil Creche
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 3000)-3891 R2194 R$ 50.000,00
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 104)-275 R2222 R$ 22.800,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.365.0007.2.018 Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escola
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERC (FR 104)-300 R2080 R$ 10.000,00
3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA (FR 103)-301 R2074 R$ 4.000,00
3.3.90.47.00.00.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (FR 103)-306 R2073 R$ 2.500,00
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 104)-308 R2223 R$ 16.300,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.366.0007.2.020 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 104)-324 R2224 R$ 10.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.367.0007.2.021 Atendimento Especializado Educacional - AEE
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 103)-333 R2075 R$ 5.000,00
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 104)-334 R2081 R$ 5.000,00

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2036 Manutenção do Programa Agente Comunitário
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1051)-395 R$ 50.000,00

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2035 Manutenção do Hospital Municipal
3.1.90.04.00.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FR 1064)-472 R2196 R$ 5.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0011.2.041 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERC (FR 000)-567 R2205 R$ 10.000,00
3.3.90.35.00.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA (FR 000)-568 R2206 R$ 21.000,00
3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (FR 000)-572 R2207 R$ 5.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0011.2.046 Apoio à Instancia de Controle Social - FMAS
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 000)-596 R2208 R$ 4.000,00
3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA (FR 000)-600 R2209 R$ 4.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000)-601 R2210 R$ 6.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0011.2.051 Manutenção da Cozinha/Panificadora Comunitária/Escola de Gastronomia
3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA (FR 000)-621 R2211 R$ 3.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000)-622 R2212 R$ 10.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0012.2.048 Apoio à Instancia de Controle Social - FMAS
3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA (FR 000)-631 R2213 R$ 4.000,00
3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (FR 000)-633 R2214 R$ 2.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.02 Fundo M. da Infância e Adolescencia - FIA
08.243.0011.6.001 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência e CMDCA
3.3.90.35.00.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA (FR 000)-642 R2215 R$ 6.000,00
3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (FR 000)-645 R2216 R$ 5.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.02 Fundo M. da Infância e Adolescencia - FIA
08.243.0011.6.002 Manutenção do Serviço de Acolhimento Familiar
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 000)-650 R2217 R$ 5.000,00
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 000)-656 R2218 R$ 5.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.02 Fundo M. da Infância e Adolescencia - FIA
08.243.0011.6.003 Manutenção do Conselho Tutelar
3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (FR 000)-663 R2219 R$ 4.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.02 Fundo M. da Infância e Adolescência - FIA
08.243.0011.6.004 Manutenção dos Serviços de convivência e Fortalecimento de SCFV
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000)-677 R2220 R$ 75.000,00
3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (FR 000)-678 R2221 R$ 5.000,00

TOTAL R$ 536.996,43

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 21 de outubro de 2026.

VALDETE CUNHA
Prefeita

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 275, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: *Autoriza abrir Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2026, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2026 e no Plano Plurianual de 2026-2029.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 3.947, de 21 de outubro de 2026,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município e incluído nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 234.100,00 (duzentos e trinta e quatro mil e cem reais) por anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.361.0007.2.012 Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 103)-191 R$ 36.000,00
3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (FR 103)-192 R$ 20.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 103)-209 R$ 14.100,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 104)-210 R$ 20.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.365.0007.2.015 Manutenção do Ensino Infantil Creche
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 103)-271 R$ 40.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 104)-272 R$ 40.000,00

Órgão...............: 12 S. M. AGR. PEC. MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.452.0006.2.062 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 002)-4479 R$ 64.000,00

TOTAL R$ 234.100,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão...............: 05 SEC. MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2.008 Manutenção da Secretaria de Fazenda e Administração
3.3.90.35.00.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA (FR 000)-87 R2203 R$ 20.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.361.0007.2.012 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (FR 000)-201 R2199 R$ 20.800,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000)-208 R2200 R$ 52.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.361.0007.2.013 Alimentação Escolar – Ensino Fundamental
3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (FR 000)-216 R2198 R$ 5.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.361.0007.2.024 Contribuição para o Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná – CIE
3.3.71.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO (FR 000)-242 R242 R$ 10.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.365.0007.2.015 Manutenção do Ensino Infantil Creche
3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (FR 000)-266 R2201 R$ 15.300,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000)-270 R2202 R$ 47.000,00

Órgão...............: 12 S. M. AGR. PEC. MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.452.0006.2.062 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 507)-799 R2222 R$ 64.000,00

TOTAL R$ 234.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 21 de outubro de 2026.

VALDETE CUNHA
Prefeita

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 276, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: *Autoriza abrir Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2026, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2026 e no Plano Plurianual de 2026-2029.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 3.948, de 21 de outubro de 2026,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município e incluído nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) por anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão...............: 05 SEC. MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.03 Gestão
28.846.0000.0.002 Contribuição para Formação do PASEP
3.3.90.47.00.00.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (FR 512)-104 R$ 1.000,00

Órgão...............: 12 SEC. MUNICIPAL DE AGR. PEC. MEIO AMB. SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.451.0006.3.002 Recapeamento e Pavimentação Asfáltica em Ruas e Estradas do Município
4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES (FR 617) R$ 215.000,00

TOTAL R$ 216.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão...............: 07 SEC. M. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA
Unidade Orçamentária: 07.02 Departamento de Cultura
13.392.0008.3.191 Reforma/Ampliação Centro Cultural
4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES (FR 617)-2436 R$ 15.000,00

Órgão...............: 12 SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.451.0006.3.188 Revitalização do Parque do Bosque
4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES (FR 617)-2447 R$ 150.000,00

Órgão...............: 12 SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.451.0006.3.193 Pavimentação Ruas do Cemitério
4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES (FR 617)-2449 R$ 50.000,00

Órgão...............: 12 SEC. MUNICIPAL DE AGR. PEC. MEIO AMB. SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.452.0006.2.057 Manutenção dos Departamentos de Obras e Serviços Públicos, Peças e Equipamentos
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 512)-771 R2236 R$ 1.000,00

TOTAL R$ 216.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 21 de outubro de 2026.

VALDETE CUNHA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001–06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 – ☎ (0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Torna-se pública, após cumprimento das formalidades legais, a homologação do objeto do procedimento licitatório Inexigibilidade Nº 55/2026, em favor da empresa abaixo descrita, conforme ata lavrada em 20 de outubro de 2026.

Fornecedor: PRISCILA SCHRAN DE LIMA LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 60.320.610/0001-02

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de formação/capacitação da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e elaboração do Protocolo de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência no Município de Tapejara – PR	1	R$ 23.000,00	R$ 23.000,00

Valor Total Homologado - **R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)**

Encaminhe-se à Divisão de Licitação e Compras para elaboração dos Instrumentos Contratuais.
Edifício da Prefeitura Municipal de Tapejara, em 21 de outubro de 2026.

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste
Estado do Paraná
CNPJ. 02.015.462/0001-08
Avenida Rio de Janeiro, 273 - CEP: 87.450-000 - Fone/Fax: (044) 3653-1109 - Tuneiras do Oeste - Pr.

FOLHA Nº 100

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

(Art. 75, inciso II e §3º da Lei nº 14.133/2021 e art. 42 do Decreto Municipal nº 439/2023).

A Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste/Pr, inscrita no CNPJ/MF nº 02.015.462/0001-08, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 273, centro, na cidade de Tuneiras do Oeste/Pr, CEP 87.450/000, representada neste ato por seu Presidente, Ilmo. Sr. Julio Aparecido Rodrigues de Almeida, brasileiro, casado, vereador, portador da Carteira de Identidade sob n.º 3.464.449-7, SESP/PR, inscrito no CPF/MF nº 555.688.829-91, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 284, centro, na cidade de Tuneiras do Oeste/Pr, nos termos do art. 75, inciso II e §3º da Lei nº14.133/2021 e art. 42 do Decreto Municipal nº 439/2023, torna público que tem interesse em **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PLATAFORMA COMPLETA PARA TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA AO VIVO (STREAMING) E GRAVAÇÃO, EM ÁUDIO E VÍDEO, DAS SESSÕES LEGISLATIVAS, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, REUNIÕES DE COMISSÕES E DEMAIS REUNIÕES A SEREM REALIZADAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE/PR, INCLUINDO TODOS OS EQUIPAMENTOS: COMPUTADOR, CÂMERAS, CABEAMENTO, INSTALAÇÃO E LOCAÇÃO, BEM COMO O TREINAMENTO PARA NO MÍNIMO 02 (DOIS) SERVIDORES, NECESSÁRIO PARA OPERAR O SISTEMA, APRESENTANDO TODAS AS FUNCIONALIDADES E CONFIGURAÇÕES DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA E GRAVAÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE,** na forma descritiva e requisitos constantes no Termo de Referência em anexo. Considerando o exposto e a intenção na realização de dispensa de licitação para a contratação direta do objeto acima especificado, a Câmara Municipal TORNA PÚBLICO o interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados pelo prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação. A manifestação de interesse e orçamentos deve ser enviada para o e-mail: contato@cmtuneirasdooeste.pr.gov.br

Publique-se.

Tuneiras do Oeste, 21 de outubro de 2026.

JULIO APARECIDO RODRIGUES DE ALMEIDA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 - FONE (044) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

LEI Nº 2.657, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a alteração de ação no Plano Plurianual 2026–2029 e de meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, inclui fonte de recurso e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Executivo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Tapejara, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluída, no orçamento vigente, a seguinte fonte de recurso vinculada à programação orçamentária abaixo discriminada:

08.001.20.606.0014.2.016 – Manutenção e Encargos da Agricultura
Fonte: 441 – Convênio nº 167/2026 – Fundo de Equip. Agro. Matriz – Máquinas e Equipamentos

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do corrente exercício, no valor de R$ 1.470.520,00 (um milhão, quatrocentos e setenta mil, quinhentos e vinte reais), destinado à seguinte programação orçamentária:

08.000.00.000.0000.0.000 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
08.001.00.000.0000.0.000 – Divisão de Agricultura e Meio Ambiente
08.001.20.606.0014.2.016 – Manutenção e Encargos da Agricultura
Fonte: 441 – Convênio nº 167/2026 – Fundo de Equip. Agro. Matriz – Máquinas e Equipamentos
4.4.90.52.00.00 (795) – Equipamentos e Material Permanente .... R$ 1.470.520,00

Subtotal: R$ 1.470.520,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR: R$ 1.470.520,00

Art. 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no art. 2º desta Lei, será utilizado o excesso de arrecadação de fonte vinculada, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na seguinte fonte de recurso:

Fonte: 441 – Convênio nº 167/2026 – Fundo de Equip. Agro. Matriz – Máquinas e Equipamentos.. R$ 1.470.520,00

Subtotal: R$ 1.470.520,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO: R$ 1.470.520,00

Art. 4º Em decorrência da abertura do crédito adicional suplementar autorizada por esta Lei, fica alterado, para o exercício de 2026, a ação correspondente à programação orçamentária especificada nos arts. 1º a 3º desta Lei no Plano Plurianual – PPA 2026–2029, instituído pela Lei nº 2.574/2025.

Art. 5º Em decorrência da abertura do crédito adicional suplementar autorizada por esta Lei, fica alterada, para o exercício de 2026, a meta correspondente à programação orçamentária especificada nos arts. 1º a 3º desta Lei na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026, instituída pela Lei nº 2.565/2025.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tapejara, 21 de outubro 2026.

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

LEI Nº 3.945, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: *Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por provável Excesso de Arrecadação para 2026, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2026 e no Plano Plurianual de 2026-2029.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abrir no Orçamento Geral do Município e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 536.717,64 (quinhentos e trinta e seis mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e quatro centavos), *por Provável Excesso de Arrecadação*, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.367.0007.2.050 Apoio a Entidade Educação Especial
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 913)- R$ 7.388,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.365.0007.2.014 Manutenção do Ensino Infantil Creche - Fundeb
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 1039)-4656 R$ 32.987,59

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.365.0007.2.017 Manutenção do Ensino Infantil Pré Escola - Fundeb
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1038)-4657 R$ 263.900,70
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 1039)-4658 R$ 32.987,59

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2036 Manutenção do Programa Agente Comunitário
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1051)-395 R$ 92.920,00

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2.037 Manutenção das Unidades Básica de Saúde
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1064)-408 R$ 27.000,00

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2035 Manutenção do Hospital Municipal
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1064)-475 R$ 3.500,00

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.305.0010.2.067 Manutenção do Programa dos Agentes de Combate às Endemias
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1051)-545 R$ 45.022,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0011.2.043 Programa IGD Bolsa Família
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 3905)-3086 R$ 15.271,23

Órgão...............: 12 S. M. AGR. PEC. MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.452.0006.2.057 Manutenção dos Departamentos de Obras e Serviços Públicos, Peças e Equipamentos
3.3.90.93.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES (FR 921)- R$ 15.740,53

TOTAL R$ 536.717,64

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através do Provável *Excesso de Arrecadação* da seguinte fonte de recurso:

3905 – Programa Procad - Suas - Exercícios Anteriores	R$ 15.271,23
921 – Convênio n 457/2024 - Pavimentação de vias urbanas	R$ 15.740,53
913 – Incentivo ao serviço de Centro - Dia - População Idosa	R$ 7.388,00
1038 – Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAT, mínimo de 70%	R$ 263.900,70
1039 – Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAT, máximo de 30%	R$ 65.975,18
1064 – Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R$ 30.500,00
1051 – Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.	R$ 137.942,00
TOTAL	**R$ 536.717,64**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 21 de outubro de 2026.

VALDETE CUNHA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRÚTI) E CARGAS DE GÁS DE COZINHA COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ABASTECIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.
CONTRATADA: PANIFICADORA PADOCA LTDA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$10.396,00 (dez mil trezentos e noventa e seis reais).
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste, em 20 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Guerino Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

LEI Nº 3.946, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: *Autoriza abrir Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2026, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2026 e no Plano Plurianual de 2026-2029.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abrir no Orçamento Geral do Município e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 536.996,43 (quinhentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos) por anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão...............: 01 SECRETARIA GERAL
Unidade Orçamentária: 01.01 Secretaria Geral
04.122.0002.2.007 Manutenção da Secretaria Geral
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 000)-14 R$ 10.000,00

Órgão...............: 05 SEC. MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2.008 Manutenção da Secretaria de Fazenda e Administração
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000)-90 R$ 10.000,00
4.6.90.71.00.00.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO (FR 000)-100 R$ 30.000,00

Órgão...............: 05 SEC. MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.02 Finanças
28.846.0000.0.004 Sentenças Judiciais
3.1.90.91.00.00.00 SENTENÇAS JUCICIAIS (FR 000)-101 R$ 10.000,00
3.3.90.91.00.00.00 SENTENÇAS JUCICIAIS (FR 000)-102 R$ 10.000,00

Órgão...............: 07 SEC. M. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA
Unidade Orçamentária: 07.02 Departamento de Cultura
13.392.0008.2.070 Manutenção do Departamento de Cultura
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3000)- R$ 20.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 3000)- R$ 20.000,00

Órgão...............: 08 SEC. MUN. IND., COM., TRAB. E INOVAÇÃO
Unidade Orçamentária: 08.01 Departamento de Industria e Comércio
11.334.0013.2.151 Manutenção do Departamento de Industria e Comércio
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 000)-160 R$ 10.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 3000)-2675 R$ 11.500,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.361.0007.2.012 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 104)-199 R$ 10.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 104)-210 R$ 10.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.361.0007.2.023 Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 103)-232 R$ 11.500,00
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 104)-233 R$ 20.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.366.0007.2.020 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 104)-226 R$ 39.100,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.367.0007.2.050 Apoio a Entidade Educação Especial
3.3.50.43.00.00.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS (FR 102)-336 R$ 85.896,43

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2035 Manutenção do Hospital Municipal
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1064)-475 R$ 5.000,00

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.305.0010.2067 Manutenção do Programa dos Agente de Combate às Endemias
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1051)-545 R$ 50.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0011.2.041 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 000)-557 R$ 129.000,00
3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (FR 000)-558 R$ 5.000,00
3.1.91.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (FR 000)-561 R$ 25.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.02 Fundo Municipal da Infância e Adolescencia - FIA
08.243.0011.6.002 Manutenção do Serviço de Acolhimento Familiar
3.3.90.48.00.00.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS (FR 000)-655 R$ 15.000,00

TOTAL R$ 536.996,43

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão...............: 01 SECRETARIA GERAL
Unidade Orçamentária: 01.01 Secretaria Geral
04.122.0002.2.007 Manutenção da Secretaria Geral
3.3.90.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO (FR 000)-7 R2230 R$ 10.000,00
3.3.90.35.00.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA (FR 000)-9 R2060 R$ 10.000,00

Órgão...............: 03 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade Orçamentária: 03.01 Procuradoria
04.122.0002.2.005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município
3.1.90.16.00.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL (FR 3000)-2736 R2195 R$ 1.500,00

Órgão...............: 05 SEC. MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2.008 Manutenção da Secretaria de Fazenda e Administração
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 000)-77 R2072 R$ 30.000,00

Órgão...............: 05 SEC. MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.02 Finanças
28.843.0001.0.000 Amortização e Encargos da Dívida
3.2.90.21.00.00.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO (FR 000)-99 R$ 30.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.361.0007.2.012 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERC (FR 104)-205 R2077 R$ 10.000,00
3.3.90.35.00.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA (FR 104)-206 R2078 R$ 5.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.365.0007.2.014 Manutenção do Ensino Infantil Creche - FUNDEB
3.1.91.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (FR 101)-189 R: R$ 40.344,31
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 102)-283 R R$ 5.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 102)-254 R$ 5.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 102)-284 R$ 5.000,00
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 102)-255 R$ 5.000,00
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 102)-285 R$ 25.552,12

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.365.0007.2.015 Manutenção do Ensino Infantil Creche
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 3000)-3891 R2194 R$ 50.000,00
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 104)-275 R2222 R$ 22.800,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.365.0007.2.018 Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escola
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERC (FR 104)-300 R2080 R$ 10.000,00
3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA (FR 103)-301 R2074 R$ 4.000,00
3.3.90.47.00.00.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (FR 103)-306 R2073 R$ 2.500,00
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 104)-308 R2223 R$ 16.300,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.366.0007.2.020 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 104)-324 R2224 R$ 10.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.367.0007.2.021 Atendimento Especializado Educacional - AEE
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 103)-333 R2075 R$ 5.000,00
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 104)-334 R2081 R$ 5.000,00

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2036 Manutenção do Programa Agente Comunitário
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 1051)-395 R$ 50.000,00

Órgão...............: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2035 Manutenção do Hospital Municipal
3.1.90.04.00.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FR 1064)-472 R2196 R$ 5.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0011.2.041 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERC (FR 000)-567 R2205 R$ 10.000,00
3.3.90.35.00.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA (FR 000)-568 R2206 R$ 21.000,00
3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (FR 000)-572 R2207 R$ 5.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0011.2.046 Apoio à Instancia de Controle Social - FMAS
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 000)-596 R2208 R$ 4.000,00
3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA (FR 000)-600 R2209 R$ 4.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000)-601 R2210 R$ 6.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0011.2.051 Manutenção da Cozinha/Panificadora Comunitária/Escola de Gastronomia
3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA (FR 000)-621 R2211 R$ 3.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000)-622 R2212 R$ 10.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0012.2.048 Apoio à Instancia de Controle Social - FMAS
3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA (FR 000)-631 R2213 R$ 4.000,00
3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (FR 000)-633 R2214 R$ 2.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.02 Fundo M. da Infância e Adolescencia - FIA
08.243.0011.6.001 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência e CMDCA
3.3.90.35.00.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA (FR 000)-642 R2215 R$ 6.000,00
3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (FR 000)-645 R2216 R$ 5.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.02 Fundo M. da Infância e Adolescencia - FIA
08.243.0011.6.002 Manutenção do Serviço de Acolhimento Familiar
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 000)-650 R2217 R$ 5.000,00
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 000)-656 R2218 R$ 5.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.02 Fundo M. da Infância e Adolescencia - FIA
08.243.0011.6.003 Manutenção do Conselho Tutelar
3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (FR 000)-663 R2219 R$ 4.000,00

Órgão...............: 11 S. M. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.02 Fundo M. da Infância e Adolescência - FIA
08.243.0011.6.004 Manutenção dos Serviços de convivência e Fortalecimento de SCFV
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000)-677 R2220 R$ 75.000,00
3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (FR 000)-678 R2221 R$ 5.000,00

TOTAL R$ 536.996,43

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 21 de outubro de 2026.

VALDETE CUNHA
Prefeita

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

LEI Nº 3.947, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: *Autoriza abrir Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2026, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2026 e no Plano Plurianual de 2026-2029.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abrir no Orçamento Geral do Município e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 234.100,00 (duzentos e trinta e quatro mil e cem reais) por anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.361.0007.2.012 Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 103)-191 R$ 36.000,00
3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (FR 103)-192 R$ 20.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 103)-209 R$ 14.100,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 104)-210 R$ 20.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.365.0007.2.015 Manutenção do Ensino Infantil Creche
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 103)-271 R$ 40.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 104)-272 R$ 40.000,00

Órgão...............: 12 S. M. AGR. PEC. MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.452.0006.2.062 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 002)-4479 R$ 64.000,00

TOTAL R$ 234.100,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão...............: 05 SEC. MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2.008 Manutenção da Secretaria de Fazenda e Administração
3.3.90.35.00.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA (FR 000)-87 R2203 R$ 20.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.361.0007.2.012 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (FR 000)-201 R2199 R$ 20.800,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000)-208 R2200 R$ 52.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.361.0007.2.013 Alimentação Escolar – Ensino Fundamental
3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (FR 000)-216 R2198 R$ 5.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.361.0007.2.024 Contribuição para o Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná – CIE
3.3.71.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO (FR 000)-242 R242 R$ 10.000,00

Órgão...............: 09 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 09.01 Educação
12.365.0007.2.015 Manutenção do Ensino Infantil Creche
3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (FR 000)-266 R2201 R$ 15.300,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000)-270 R2202 R$ 47.000,00

Órgão...............: 12 S. M. AGR. PEC. MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.452.0006.2.062 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 507)-799 R2222 R$ 64.000,00

TOTAL R$ 234.100,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 21 de outubro de 2026.

VALDETE CUNHA
Prefeita

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

LEI Nº 3.948, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: *Autoriza abrir Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2026, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2026 e no Plano Plurianual de 2026-2029.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abrir no Orçamento Geral do Município e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) por anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão...............: 05 SEC. MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.03 Gestão
28.846.0000.0.002 Contribuição para Formação do PASEP
3.3.90.47.00.00.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (FR 512)-104 R$ 1.000,00

Órgão...............: 12 SEC. MUNICIPAL DE AGR. PEC. MEIO AMB. SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.451.0006.3.002 Recapeamento e Pavimentação Asfáltica em Ruas e Estradas do Município
4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES (FR 617) R$ 215.000,00

TOTAL R$ 216.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão...............: 07 SEC. M. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA
Unidade Orçamentária: 07.02 Departamento de Cultura
13.392.0008.3.191 Reforma/Ampliação Centro Cultural
4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES (FR 617)-2436 R$ 15.000,00

Órgão...............: 12 SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.451.0006.3.188 Revitalização do Parque do Bosque
4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES (FR 617)-2447 R$ 150.000,00

Órgão...............: 12 SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.451.0006.3.193 Pavimentação Ruas do Cemitério
4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES (FR 617)-2449 R$ 50.000,00

Órgão...............: 12 SEC. MUNICIPAL DE AGR. PEC. MEIO AMB. SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.452.0006.2.057 Manutenção dos Departamentos de Obras e Serviços Públicos, Peças e Equipamentos
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 512)-771 R2236 R$ 1.000,00

TOTAL R$ 216.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 21 de outubro de 2026.

VALDETE CUNHA
Prefeita

Conselho Municipal de Saúde de Tapira

CEP 87830-000 – Telefone (044) 3679-1544

RESOLUÇÃO N.º 08/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária/2026 do Município de Tapira, e da outras providências.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Tapira-PR, em reunião ordinária realizada em 05 de agosto de 2026, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal n.º 001 de 21 de janeiro de 1992;

CONSIDERANDO a necessidade de aprovação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária/2026 do Município de Tapira.

RESOLVEM:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação da Vigilância Sanitária/2026 do Município de Tapira.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Tapira - PR, 05 de agosto de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
WILLIAM TENORIO DE SOUZA SILVA
Data: 05/08/2026 18:56:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

WILLIAN TENÓRIO
Presidente do Conselho Mun. de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL
Estado do Paraná

N O T I F I C A Ç Ã O

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal Nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes recursos Federais e Estaduais.

DATA DO RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR EM R$
14.10.2026	FAF ESTADUAL CUSTEIO	30.105,00
20.10.2026	FAF ESTADUAL CUSTEIO	13.000,00
TOTAL		**43.105,00**

Perobal, 20 de Outubro de 2026.

CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

BIANCA CAROLINE DE ALBUQUERQUE
Secretária Municipal de Fazenda

Conselho Municipal de Saúde de Tapira

CEP 87830-000 – Telefone (044) 3679-1544

RESOLUÇÃO N.º 06/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do 1º Relatório Quadrimestral de 2026, e dá outras providências.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Tapira-PR, em reunião ordinária realizada em 27 de maio de 2026, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal n.º 001 de 21 de janeiro de 1992;

CONSIDERANDO a necessidade de aprovação dos Relatórios Quadrimestrais de Gestão – RDQA 2025;

CONSIDERANDO a Lei nº 001/92 de 21 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Saúde, no art. 19, IV- enunciar as diretrizes de elaboração do Plano Municipal de Saúde.

RESOLVEM:

Art. 1º - Aprovar o 1º Relatório Detalhado Quadrimestral – RDQA 2026, apresentado pelo Órgão Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Tapira - PR, 27 de maio de 2026.

WILLIAN TENÓRIO
Presidente do Conselho Mun. de Saúde

Conselho Municipal de Saúde de Tapira

CEP 87830-000 – Telefone (044) 3679-1544

RESOLUÇÃO N.º 07/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da Resolução 259/2026 – SESA, e da outras providências.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Tapira-PR, em reunião ordinária realizada em 27 de maio de 2026, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal n.º 001 de 21 de janeiro de 1992;

CONSIDERANDO a necessidade de aprovação dos Recursos disponibilizados ao Município;

CONSIDERANDO a Lei nº 001/92 de 21 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Saúde, no art. 19, IV- enunciar as diretrizes de elaboração do Plano Municipal de Saúde.

RESOLVEM:

Art. 1º - Aprovar o a Resolução SESA nº 259/2026 que Habilita o município a pleitear adesão incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada por meio do financiamento para execução de obras com projetos próprios da SESA, Unidades de Atendimento Misto de Saúde para o Município de Tapira no valor de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Tapira - PR, 27 de maio de 2026.

WILLIAN TENÓRIO
Presidente do Conselho Mun. de Saúde

Conselho Municipal de Saúde de Tapira

CEP 87830-000 – Telefone (044) 3679-1544

RESOLUÇÃO N.º 10/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do 2º Relatório Detalhado Quadrimestral – RDQA/2026 da Secretária Municipal de Saúde do Município de Tapira, e da outras providências.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Tapira-PR, em reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2026, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal n.º 001 de 21 de janeiro de 1992;

CONSIDERANDO a necessidade de aprovação do 2º Relatório Detalhado Quadrimestral – RDQA/2026 da Secretária Municipal de Saúde do Município de Tapira.

RESOLVEM:

Art. 1º - Aprovar o 2º Relatório Detalhado Quadrimestral – RDQA/2026 da Secretária Municipal de Saúde do Município de Tapira

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Tapira - PR, 21 de outubro de 2026.

WILLIAN TENÓRIO
Presidente do Conselho Mun. de Saúde

Conselho Municipal de Saúde de Tapira

CEP 87830-000 – Telefone (044) 3679-1544

RESOLUÇÃO N.º 09/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação financeira do ProVigia/2026 da Secretária Municipal de Saúde do Município de Tapira, referente a recursos da Resolução SESA nº 739/2026. e da outras providências.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Tapira-PR, em reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2026, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal n.º 001 de 21 de janeiro de 1992;

CONSIDERANDO a necessidade de aprovação do Plano de Aplicação financeira do ProVigia/2026 da Secretária Municipal de Saúde do Município de Tapira, referente a recursos da Resolução SESA nº 739/2026.

RESOLVEM:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Aplicação financeira do ProVigia/2026 da Secretária Municipal de Saúde do Município de Tapira, referente a recursos da Resolução SESA nº 739/2026.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Tapira - PR, 21 de outubro de 2026.

WILLIAN TENÓRIO
Presidente do Conselho Mun. de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 122/2026
OBJETO: Aquisição de instrumentos musicais e acessórios destinados à realização das oficinas de Violão, Flauta e Fanfarra De Tuneiras Do Oeste Pr.
CONTRATANTE: Município De Tuneiras Do Oeste
CONTRATADA: Cine Foto Goioerê Ltda.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$56.812,00 (cinquenta e seis mil, oitocentos e doze reais).
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste/PR, em 21 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Guerino Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº16/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ
CONTRATADO: JOHNY CANDIDO MENDES LTDA
OBJETO: Aquisição de Caminhão Plataforma 8x4 Novo..
VIGÊNCIA: 21/10/2026 à 21/10/2027
VALOR TOTAL: R$800.400,00
FUNDAMENTAÇÃO: Pregão nº 8/2026, homologada em 20/10/2026.
DECIO JARDIM
Prefeito Municipal de Xambrê

CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná

RESOLUÇÃO Nº. 003/2026
SÚMULA: Altera dispositivos e acrescenta outros à Resolução nº 001/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste/PR, e dá outras providências.
A PLENÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, SR. JULIO APARECIDO RODRIGUES DE ALMEIDA, PROMULGA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:
Art. 1º O art. 27 da Resolução nº 001/2016 passa a vigorar acrescido dos incisos XXXII e XXXIII, com a seguinte redação:
"Art. 27...
XXXII – elaborar anualmente o Projeto do Plano de Fiscalização do Poder Executivo, a que se refere o art. 255-A, §§ 1º e 2º, a ser aprovado pelo Plenário até a última sessão do primeiro período legislativo.
XXXIII – supervisionar o Programa Permanente de Fiscalização e Avaliação de Políticas Públicas do Poder Legislativo, observando os indicadores oficiais disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, especialmente aqueles constantes do PROGOV, ou sistema que venha a substituí-lo."
Art. 2º O art. 38 da Resolução nº 001/2016 passa a vigorar com a nova redação do inciso XI, acrescido do inciso XV, com a seguinte redação:
"Art. 38...
XI – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, e elaborar relatórios quadrimestrais de fiscalização contendo:
a) o objeto fiscalizado;
b) os indicadores analisados;
c) a metodologia utilizada;
d) os achados de auditoria legislativa;
e) as recomendações ao Poder Executivo;
f) o plano de monitoramento das providências adotadas;
g) a análise comparativa dos indicadores do PROGOV e demais bases oficiais disponíveis;
...
XV – realizar ao menos uma reunião semestral com os respectivos Secretários Municipais para debate de metas e programas." (NR)
Art. 3º O art. 46 da Resolução nº 001/2016 passa a vigorar acrescido das alíneas "t", "u" e "v" ao inciso I, com a seguinte redação:
"Art. 46...
I -...
t) saúde;
u) segurança pública;
v) prestações de contas de Prefeito, especificamente sobre a análise de implementação das políticas públicas na área de educação, saúde, assistência social, transparência e relacionamento com o cidadão, apresentada pelo Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná."
Art. 4º O art. 77 da Resolução nº 001/2016 passa a vigorar acrescido dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, com a seguinte redação:
"Art. 77...
§ 1º A pauta e o resumo dos trabalhos da Câmara serão publicados por meio da imprensa, oficial ou não, para assegurar-lhes ampla publicidade.
§ 2º Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara no recinto reservado ao público, desde que:
I – apresente-se convenientemente trajado;
II – não porte arma;
III – conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
IV – não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passar em Plenário;
V – atenda às determinações da Presidência.
§ 3º O Presidente determinará a retirada do assistente que perturbar os trabalhos e a evacuação do recinto sempre que julgar necessário.
§ 4º É permitida a realização de sessões em formato híbrido, com participação remota de Vereadores em casos de necessidade técnica ou força maior, garantida a validade do voto remoto desde que assegurada a identificação do parlamentar e a integridade da transmissão.
§ 5º As sessões da Câmara Municipal e as reuniões de suas comissões poderão ser transmitidas em tempo real por meio dos canais oficiais do Poder Legislativo na internet, devendo as respectivas gravações na íntegra ser disponibilizadas para consulta pública.
§ 6º As transmissões de que trata o § 5º não poderão comprometer a normalidade nem o rito das sessões."
Art. 5º A Resolução nº 001/2016 passa a vigorar acrescida do art. 255-A, com a seguinte redação:
"Art. 255-A. A Câmara Municipal elaborará anualmente o Plano de Fiscalização do Poder Executivo, a ser aprovado pelo Plenário até a última sessão do primeiro período legislativo.
§ 1º O Plano deverá conter cronograma, objetos de fiscalização e vereadores responsáveis pela execução.
§ 2º Na elaboração do Plano de Fiscalização serão observados:
I – os indicadores do PROGOV;
II – os resultados do PCA;
III – os apontamentos constantes das prestações de contas;
IV – os relatórios do Controle Interno;
V – as recomendações do Tribunal de Contas;
VI – as demandas da Ouvidoria;
VII – critérios de risco, relevância, materialidade e impacto social.
§ 3º A fiscalização das políticas públicas municipais será realizada de forma planejada, contínua e orientada por evidências, observando indicadores de desempenho, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.
§ 4º As Comissões Permanentes poderão realizar fiscalizações temáticas nas áreas de saúde, educação, assistência social, meio ambiente, obras públicas, gestão fiscal e demais áreas de interesse coletivo.
§ 5º As fiscalizações deverão priorizar objetos classificados como de maior risco, relevância material, impacto social ou recorrência de apontamentos dos órgãos de controle.
§ 6º Para definição dos objetos fiscalizados poderão ser utilizados:
I – os indicadores do PROGOV;
II – as prestações de contas;
III – os relatórios do Controle Interno;
IV – as auditorias do Tribunal de Contas;
V – os dados do Portal da Transparência;
VI – as demandas da Ouvidoria;
VII – as denúncias formalmente apresentadas;
VIII – as audiências públicas.
§ 7º Os relatórios de fiscalização deverão ser publicados integralmente no Portal da Transparência da Câmara Municipal.
§ 8º As Comissões Permanentes poderão convocar audiências públicas de avaliação de políticas públicas para apresentação e discussão dos resultados alcançados pelos programas governamentais.
§ 9º As recomendações emitidas pelas Comissões Permanentes serão objeto de monitoramento periódico, devendo o Poder Executivo informar as providências adotadas no prazo fixado pela Comissão."
Art. 6º O art. 257 da Resolução nº 001/2016 passa a vigorar acrescido dos §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, com a seguinte redação:
"Art. 257...
§ 4º A análise e julgamento das contas do Prefeito restringem-se aos escopos definidos no Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
§ 5º As contas do município ficarão a disposição da sociedade, no mínimo durante 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do Parecer Prévio pelo Poder Legislativo, para exame e eventual apresentação de questionamento ou impugnações, não interrompendo o regular trâmite processual do processo.
§ 6º O contribuinte poderá questionar a legitimidade das contas mediante requerimento, escrito e por ele assinado, perante a Câmara Municipal.
§ 7º A Comissão da Administração, Tributária, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Administração Pública exercerá o juízo de admissibilidade sobre o requerimento apresentado pelo contribuinte, verificando sua adequação com o objeto do julgamento.
§ 8º Caso os dados apresentados no requerimento pelo contribuinte não estejam no escopo de análise das contas de prefeito, poderá a Câmara Municipal autuar procedimento próprio para eventual apuração dos fatos."
Art. 7º O art. 259 da Resolução nº 001/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 259. O Presidente, recebido o Parecer Prévio do Tribunal de Contas, determinará a sua leitura em Plenário na sessão ordinária seguinte ao recebimento e fará distribuir cópia do mesmo aos vereadores, enviando o processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis à Comissão da Administração, Tributária, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Administração Pública, que dará o devido andamento na forma regimental, sempre assegurando o contraditório, ampla defesa e meios recursais ao Prefeito interessado.
§ 1º Recebido o processo de prestação de contas, a Comissão de Administração, Tributária, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Pública, após análise preliminar, disponibilizará e notificará:
I – à Comissão de Ordem Econômica e Social, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente manifestação sobre a análise de implementação das políticas públicas na área de educação, saúde, assistência social, transparência e relacionamento com o cidadão, apresentada pelo Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
II – ao Prefeito interessado para que, no exercício do contraditório e da ampla defesa no decorrer do julgamento das contas pelas quais responde, apresente defesa escrita dirigida ao presidente da Comissão, contendo informações, justificativas e/ou documentos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, cabendo pedido de prorrogação por igual prazo, a ser apreciado pela Comissão.
§ 2º A ausência de manifestação da Comissão de Ordem Econômica e Social no prazo estabelecido não impedirá o regular prosseguimento do processo.
§ 3º A notificação ao Prefeito interessado será feita preferencialmente por meio eletrônico (e-mail institucional ou aplicativo de mensagem), desde que haja a confirmação expressa de recebimento e leitura por parte do destinatário ou de seu procurador legalmente constituído, ou, na sua ausência, por via postal com aviso de recebimento (AR).
§ 4º Caso o Prefeito interessado não seja localizado por nenhuma das vias previstas no parágrafo anterior, ou permaneça silente sem confirmar o recebimento no prazo de 3 (três) dias úteis, far-se-á a notificação por edital, publicado por 2 (duas) vezes no Diário Oficial do Município e no Diário Eletrônico da Câmara Municipal, com intervalo mínimo de 3 (três) dias, contando-se o prazo processual a partir da segunda publicação.
§ 5º Até 30 (trinta) dias após o recebimento do processo, a Comissão receberá dos vereadores e contribuintes pedidos por escrito de informações sobre determinados itens da prestação de contas.
§ 6º A Comissão poderá, para responder aos pedidos de informações previstos no parágrafo anterior ou para aclarar pontos constantes da prestação de contas:
I – vistoriar obras e serviços, examinar processos, documentos e papéis nas repartições da Prefeitura, Secretarias ou órgãos de administração indireta, bem como solicitar esclarecimentos necessários das autoridades competentes;
II – solicitar esclarecimentos complementares ao Prefeito interessado e ao Tribunal de Contas do Estado, os quais deverão ser respondidos por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, permitida a juntada de documentos.
§ 7º Ultrapassado o prazo descrito no inciso II do § 6º, ou sendo solicitada a prorrogação do mesmo, o processo de prestação de contas ficará sobrestado, ficando automaticamente prorrogado o prazo total de análise das contas até o recebimento das informações.
§ 8º Havendo o surgimento de fatos novos durante a instrução do processo de prestação de contas, em atenção ao contraditório e à ampla defesa, será concedido ao Prefeito interessado oportunidade para manifestação no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis.
§ 9º Prestadas as informações solicitadas, ou não sendo estas necessárias, tendo a Comissão procedido à análise do processo, esta concederá o prazo de 5 (cinco) dias úteis ao Prefeito interessado para que, querendo, apresente suas alegações finais.
§ 10. Apresentadas as alegações finais pelo Prefeito interessado ou procurador legalmente constituído, ou decorrido o prazo legal sem manifestação, a Comissão emitirá parecer conclusivo, observado o disposto no art. 66 deste Regimento, e apresentará ao Plenário projeto de Decreto Legislativo sobre a prestação de contas, cuja redação deverá dispor claramente sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas, devendo ainda discorrer sobre os fundamentos da decisão na justificativa do projeto em questão, observando o art. 261 deste Regimento Interno.
§ 11. Cabe ao vereador o direito de acompanhar os trabalhos da Comissão durante a tramitação do processo de análise da prestação de contas.
§ 12. Apresentado o Projeto de Decreto Legislativo, caberá ao Presidente da Câmara Municipal pautar a proposição para a sessão ordinária seguinte e encaminhá-la aos demais vereadores da Casa e ao Prefeito interessado, notificando este último com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da inclusão de suas contas na Ordem do Dia em que serão julgadas, facultando-lhe a apresentação de sustentação oral de sua defesa pelo tempo de 30 (trinta) minutos, após a leitura do Parecer do relator da Comissão na Ordem do Dia.
§ 13. A defesa oral referida no parágrafo anterior poderá ser feita pelo responsável pelas contas ou por seu advogado devidamente constituído, devendo tal circunstância constar de requerimento específico dirigido à Presidência da Câmara Municipal até o início da sessão de julgamento.
§ 14. Não se admitirão emendas ao Projeto de Decreto Legislativo." (NR)
Art. 8º A Resolução nº 001/2016 passa a vigorar acrescida do art. 259-A, com a seguinte redação:
"Art. 259-A. As audiências, reuniões, oitivas e demais atos instrutórios realizados no âmbito do processo de julgamento das contas do Prefeito Municipal serão públicos, assegurando-se a observância do princípio da transparência, da publicidade e do controle social.
§ 1º Será assegurada a participação de cidadãos, entidades da sociedade civil e órgãos públicos, na forma definida pela Comissão da Administração, Tributária, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Administração Pública, exclusivamente para fins de esclarecimento ou manifestação sobre matérias relacionadas às contas em julgamento.
§ 2º A publicidade de que trata o caput compreenderá, sempre que possível:
I – divulgação prévia de data, horário, local e pauta com antecedência mínima de 10 (dez) dias;
II – acesso do público às sessões presenciais ou por meio eletrônico;
III – disponibilização dos registros, atas, documentos e eventuais gravações no site oficial da Câmara Municipal.
§ 3º A restrição excepcional de publicidade somente poderá ocorrer por decisão fundamentada da Comissão da Administração, Tributária, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Administração Pública, quando indispensável à proteção de dados legalmente sigilosos, nos termos da legislação vigente.
§ 4º A publicidade dos atos instrutórios não afasta o cumprimento dos prazos regimentais nem interfere na competência da Comissão da Administração, Tributária, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Administração Pública para a condução e conclusão do processo.
§ 5º Todas as audiências serão públicas, em espaço adequado, garantindo acesso à população, e deverão ser transmitidas ao vivo pela internet no canal oficial da Câmara Municipal.
§ 6º Cada audiência deverá ser documentada em ata formal, contendo registro dos presentes, tema debatido e conclusão, devendo ser disponibilizadas publicamente no site oficial da Câmara Municipal.
§ 7º Os cidadãos poderão apresentar questionamentos de relevância, os quais serão anotados pela Comissão de Administração, Tributária, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Pública e poderão ser considerados na análise das contas."
Art. 9º O art. 260 da Resolução nº 001/2016 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos §§ 3º e 4º:
"Art. 260. As sessões em que estiver em pauta a proposição a que se refere o § 10 do art. 259 terão uma parte específica da Ordem do Dia reservada à apreciação desta matéria, sendo o expediente reduzido a 30 (trinta) minutos.
§ 1º ...
§ 2º ...
§ 3º A rejeição do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado dependerá da maioria de 2/3 (dois terços) dos votos dos vereadores, nos termos do artigo 23, § 1º, II deste Regimento, devendo a apuração, votos e resultado, serem registrados na ata de sessão de julgamento.
§ 4º Havendo divergências por parte dos vereadores em relação ao parecer prévio do Tribunal de Contas, estas deverão ser registradas de forma integral na ata da sessão de julgamento." (NR)
Art. 10. A Resolução nº 001/2016 passa a vigorar acrescida do art. 261-A, com a seguinte redação:
"Art. 261-A. Será parte integrante do parecer e decreto legislativo, o voto escrito, elaborado pelo Relator da Comissão da Administração, Tributária, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Administração Pública, que conterá:
I – o relatório, do qual constarão as informações essenciais das instruções contidas no processo de prestação de contas, no Parecer Prévio do Tribunal de Contas, nas manifestações do Prefeito interessado feitas à Câmara Municipal, do cidadão que alegue ilegitimidade das contas, da Comissão da Ordem Econômica e Social e, demais comissões que vierem a participar da instrução do processo;
II – a exposição dos motivos de fato e de direito que justificam a aceitação ou recusa do conteúdo do Parecer Prévio do Tribunal de Contas;
III – a conclusão ou o dispositivo, com a decisão a respeito da aprovação, da aprovação parcial ou da rejeição do Parecer Prévio, bem como a indicação da regularidade, da regularidade com ressalvas ou da irregularidade das contas e da incidência ou não do art. 1º, inciso I, alínea 'g', da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990."
Art. 11. O art. 262 da Resolução nº 001/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 262. Independentemente do resultado do julgamento das contas, a Câmara Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e ao Ministério Público Estadual." (NR)
Art. 12. O art. 263 da Resolução nº 001/2016 passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:
"Art. 263...
Parágrafo único. A Câmara Municipal divulgará em seu site oficial o Parecer Prévio do Tribunal de Contas, na íntegra e em versão simplificada, os relatórios técnicos, os pareceres e os votos emitidos durante a deliberação, com acesso visível e destacado, em atendimento ao art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no prazo de 10 (dez) dias, contado do seu recebimento."
Art. 13 A Resolução nº 001/2016 passa a vigorar acrescida do art. 263-A, com a seguinte redação:
"Art. 263-A. Caberão embargos de declaração contra a decisão que julgar as contas, quando houver:
I – omissão:
a) em relação a questões relevantes que não foram abordadas na decisão;
b) em virtude de fatos importantes não mencionados;
c) quanto a prazos não especificados;
II – contradição:
a) por inconsistências entre a fundamentação e o dispositivo;
b) em razão de argumentos contraditórios;
c) por lógica inconsistente na decisão;
III – obscuridade:
a) em razão de trechos obscuros ou pouco claros;
b) por redação imprecisa ou ambígua;
c) devido a significados dúbios ou interpretações múltiplas.
§ 1º Os embargos de declaração serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, contados da publicação do julgamento das contas no Diário Oficial do Município e no Diário Eletrônico da Câmara Municipal, e serão distribuídos à Comissão de Administração, Tributária, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Pública, sendo incluídos em pauta para julgamento do Plenário da Câmara Municipal no prazo de até 2 (duas) sessões, devendo ser notificado o Prefeito interessado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, em atendimento aos princípios da publicidade e da ampla defesa, nos termos do Regimento Interno.
§ 2º O resultado da decisão exarada pelo Plenário da Câmara Municipal deverá ser comunicado formalmente, com cópias encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná."
Art. 14. A Resolução nº 001/2016 passa a vigorar acrescida do art. 263-B, com a seguinte redação:
"Art. 263-B. Aplica-se subsidiariamente e supletivamente o Código de Processo Civil ao processo de julgamento das contas do Prefeito."
Art. 15. O art. 329 da Resolução nº 001/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 329. Os prazos previstos neste Regimento, salvo disposição em contrário, serão computados somente em dias úteis." (NR)
Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, 20 de outubro de 2026.
JULIO APARECIDO RODRIGUES DE ALMEIDA
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 125/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRÚTI) E CARGAS DE GÁS DE COZINHA COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ABASTECIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.
CONTRATADA: COMERCIO DE ALIMENTOS FRANCILIANA LTDA – EPP.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$169.109,90 (cento e sessenta e nove mil cento e nove reais e noventa centavos)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste, em 20 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Guerino Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRÚTI) E CARGAS DE GÁS DE COZINHA COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ABASTECIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.
CONTRATADA: LUCAS GABRIEL GARUTI MACHADO 11764825993.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$35.857,00 (trinta e cinco mil oitocentos e cinquenta e sete reais)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste, em 20 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Guerino Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRÚTI) E CARGAS DE GÁS DE COZINHA COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ABASTECIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.
CONTRATADA: NELSON MOREIRA DOS SANTOS ME.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$282.327,20 (duzentos e oitenta e dois mil trezentos e vinte e sete reais e vinte centavos)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste, em 20 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Guerino Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 128/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRÚTI) E CARGAS DE GÁS DE COZINHA COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ABASTECIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.
CONTRATADA: PANIFICADORA KI DELICIA LTDA - ME.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$24.685,00 (vinte e quatro mil seiscentos e oitenta e cinco reais)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste, em 20 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Guerino Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRÚTI) E CARGAS DE GÁS DE COZINHA COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ABASTECIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.
CONTRATADA: S & S AMARILLA COMÉRCIO LTDA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$114.829,40 (cento e quatorze mil oitocentos e vinte e nove reais e quarenta centavos)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste, em 20 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Guerino Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRÚTI) E CARGAS DE GÁS DE COZINHA COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ABASTECIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.
CONTRATADA: S A PEDROZO AMARILLA FRUTARIA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$137.502,50 (cento e trinta e sete mil quinhentos e dois reais e cinquenta centavos)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste, em 20 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Guerino Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ – PARANÁ

DECRETO Nº 170/2026
Institui o Plano de Comunicação Municipal do ALFABETIZA XAMBRÊ, no âmbito da Política Municipal de Alfabetização, estabelece diretrizes para sua execução e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XAMBRÊ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
Art. 1º Fica instituído o Plano de Comunicação Municipal do ALFABETIZA XAMBRÊ, como instrumento de apoio à implementação e ao acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização de Xambrê – Paraná.
Art. 2º São objetivos do Plano:
I – Organizar os fluxos de comunicação institucional relacionados à alfabetização;
II – Divulgar orientações, formações continuadas, avaliações e ações pedagógicas;
III – Fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares;
IV – Promover a divulgação responsável dos avanços, resultados e boas práticas de alfabetização;
V – Incentivar a participação das famílias e da comunidade escolar nas ações voltadas à aprendizagem dos estudantes.
Art. 3º A coordenação e o acompanhamento do Plano serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, com a colaboração das equipes gestoras, pedagógicas e dos demais profissionais envolvidos.
Art. 4º A execução do Plano observará os princípios da clareza, transparência, ética, impessoalidade, inclusão, acessibilidade e responsabilidade na divulgação das informações.
Art. 5º O monitoramento das ações será realizado de forma contínua, mediante registros, relatórios, comunicados, listas de participação e outros instrumentos pertinentes, podendo subsidiar o planejamento e o replanejamento das ações da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 6º O Plano de Comunicação Municipal integra este Decreto como anexo e poderá ser revisado e atualizado sempre que necessário, conforme as demandas da Rede Municipal de Ensino e os resultados do acompanhamento.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Xambrê - Paraná, em 20 de outubro de 2026.
Decio Jardim
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Tuneiras do Oeste - PR
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE
Rua SANTA CATARINA, 409 - Centro - Tuneiras do Oeste - PR - CEP: 87450-000
CNPJ Nº 76.247.329/0001-13

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo	Processo Requerimento Nº 076/2026
Compra	**1744 - Inexigibilidade 000012/2026 - 21/10/2026 08:30:00**

Pelo presente Termo de Homologação, o Prefeito Municipal, GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, do art. 90, I da Lei Estadual nº 15.608/07 e o do art. 8º, VI do Decreto Municipal nº123/18, faz saber que apo´s ana´lise dos atos praticados e observa˜ncia do cumprimento das formalidades legais, e considerando o Parecer Juri´dico exarado, HOMOLOGA a licitac¸a˜o acima descrita para **CONTRATAÇÃO DA DUPLA ARTÍSTICA BRENNO E MATHEUS, REPRESENTADA PELA EMPRESA BEM PRODUCOES LTDA, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW EM PRAÇA PÚBLICA, EM COMEMORAÇÃO À VIRADA DE ANO, NO DIA 31/12/2026, NO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE – PR**

em favor do(s) seguinte(s) vencedor(es):

Fornecedor e Proposta	**Bem Producoes LTDA 34.513.386/0001-57** *Avenida Pedro Taques, 1572 - Vila Morangueira - Maringá - PR - Brasil - CEP: 87030-283 Sala 4 Letra A (44)9971-8480* *Validade:* **30 Dia(s)** *Entrega/Conclusão:* **90 Dia(s)**					
Lote	**1 - Lote 1**					
Número	*Item*	*Unidade*	*Marca/Modelo*	*Quantidade*	*Unitário*	*Total*
1	**00030147 - REALIZAÇÃO DE SHOW EM PRAÇA PÚBLICA EM COMEMORAÇÃO A VIRADA DE ANO NO DIA 31/12/2026, EM TUNEIRAS DO OESTE, COM DURAÇÃO DE 01:50 HORAS, INCLUSOS ARTISTAS, TRANSPORTE, TRANSLADO LOCAL, ABASTECIMENTO DE** REALIZAÇÃO DE SHOW EM PRAÇA PÚBLICA EM COMEMORAÇÃO A VIRADA DE ANO NO DIA 31/12/2026, EM TUNEIRAS DO OESTE, COM DURAÇÃO DE 01:50 HORAS, INCLUSOS ARTISTAS, TRANSPORTE, TRANSLADO LOCAL, ABASTECIMENTO DE CAMARIM E HOSPEDAGEM.	unidade		1	300.000,0000(	300.000,00
					Total Lote:	**300.000,00**
					Total Fornecedor:	**300.000,00**
					Total Geral:	**300.000,00**

Publique-se, e, apo´s, encaminhe-se a` Pregoeiro para as provide˜ncias cabi´veis.
Tuneiras do Oeste, 21/10/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo	Processo Requerimento Nº 076/2026
Compra	**1744 - Inexigibilidade 000012/2026 - 21/10/2026 08:30:00**

GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
Termo de Autorização da Contratação/Aquisição decorrente da Compra Compartilhada
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 35/2026
Processo Administrativo nº. 169/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, considerando os documentos e justificativas constantes do processo administrativo em epígrafe e, especialmente:
CONSIDERANDO que o Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA promoveu o Pregão Eletrônico nº 001/2026, destinado ao registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos novos, zero quilômetro, destinados ao transporte sanitário, tendo o procedimento sido regularmente homologado e resultado na formalização da respectiva Ata de Registro de Preços;
CONSIDERANDO que o Município de São Jorge do Patrocínio/PR figura como município consorciado/participante da compra compartilhada, tendo solicitado autorização para utilização da Ata de Registro de Preços nº 003/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026 – CISA;
CONSIDERANDO a Autorização de Compra Compartilhada, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA em 15 de outubro de 2026, por meio da qual o Município de São Jorge do Patrocínio/PR foi expressamente autorizado a adotar as providências administrativas internas necessárias à aquisição dos veículos registrados, observadas as condições, especificações e valores constantes da respectiva Ata de Registro de Preços;
CONSIDERANDO que a referida autorização contempla a aquisição de 02 (dois) veículos tipo hatch, modelo Onix Hatch 1.0 Aspirado Mecânico, ano/modelo 2026/2026, pelo valor unitário de R$ 99.650,00 (noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta reais),
CONSIDERANDO que o valor global da aquisição corresponde a R$ 199.300,00 (cento e noventa e nove mil e trezentos reais), conforme preços registrados e quantitativos autorizados pelo órgão gerenciador;
CONSIDERANDO que a empresa METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.035.532/0001-88, foi previamente selecionada no procedimento licitatório promovido pelo CISA, figurando como fornecedora registrada na Ata de Registro de Preços nº 003/2026 para os itens objeto da presente aquisição, conforme documentação integrante do processo;
CONSIDERANDO que a escolha da fornecedora não decorre de nova seleção realizada pelo Município, mas do resultado do procedimento licitatório compartilhado promovido pelo CISA, ao qual a presente aquisição permanece vinculada;
CONSIDERANDO que a autorização expedida pelo CISA determina que o Município participante instrua processo administrativo próprio, contemplando a manifestação formal de interesse, a emissão da respectiva nota de empenho, a indicação da dotação orçamentária e os demais atos exigidos pela legislação vigente;
CONSIDERANDO a existência de justificativa da necessidade, estimativa da despesa, razão da escolha da fornecedora, disponibilidade orçamentária, manifestação jurídica e demais documentos que instruem o processo administrativo municipal;
CONSIDERANDO, por fim, que permanecem válidas e obrigatórias todas as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026 – CISA, na Ata de Registro de Preços nº 003/2026 e nos demais documentos que integram o procedimento originário;
AUTORIZO:
a formalização da aquisição, pelo Município de São Jorge do Patrocínio/PR, junto à empresa METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, dos seguintes veículos:
I – 02 (dois) veículos tipo hatch, modelo Onix Hatch 1.0 Aspirado Mecânico, ano/modelo 2026/2026, pelo valor unitário de R$ 99.650,00 (noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta reais), totalizando R$ 199.300,00 (cento e noventa e nove mil e trezentos reais);
A presente aquisição será realizada mediante compra compartilhada, com utilização da Ata de Registro de Preços nº 003/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026 – CISA, observando-se integralmente as especificações, preços, condições de fornecimento, prazos, garantias, obrigações e demais disposições constantes dos instrumentos que integram o procedimento originário.
AUTORIZO, ainda, a emissão da correspondente Nota de Empenho, a formalização do instrumento contratual ou instrumento equivalente, conforme juridicamente cabível, e, posteriormente, a expedição da Autorização de Fornecimento, bem como a prática dos demais atos administrativos necessários à efetivação da aquisição.
Após a formalização do empenho, a autorização do CISA permite que o Município encaminhe diretamente à empresa fornecedora a autorização de fornecimento, observadas rigorosamente as condições da Ata
São Jorge do Patrocínio/PR, 21 de outubro de 2026.
Ronaldo Tinti
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 75/2026
ID: 2819
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE TAPIRA
CNPJ: 75.801.738/0001-57
CONTRATADA – 27.530.597 ROGERIO SCHEAVAO
CNPJ: 27.530.597/0001-32
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2026
OBJETO – AQUISIÇÃO DE 1 (UMA) UNIDADE DE MÓDULO ELETRÔNICO USADO E RECONDICIONADO (CONTROLE ELETRÔNICO) DESTINADO À PÁ-CARREGADEIRA MARCA CATERPILLAR, MODELO 924, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TAPIRA/PR, UTILIZADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS, INCLUÍDAS AS CONDIÇÕES DE GARANTIA, DOCUMENTAÇÃO DE PROCEDÊNCIA, LAUDOS/ TESTES, INSTALAÇÃO E DEMAIS CONDICIONANTES PREVISTOS NESTE INSTRUMENTO
VALOR – R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)
VIGÊNCIA – 21 de outubro de 2026 a 31 de dezembro de 2026
Tapira/PR, 21 de outubro de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 5929/2026
RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Servidor RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO, Prefeito Municipal, portador do Cadastro de pessoa física C.P.F. sob nº 020.XXX.XXX-52 e R.G. sob nº X.X06.307-X, com base na Lei Municipal nº. 1124/2025, e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 03 (três) diárias, no valor de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) cada, que serão creditadas em Conta Corrente Específica, para custos de alimentação e hospedagem na Cidade de Curitiba – PR, nos dias e 26, 27 e 28 de outubro de 2026, onde participará de audiência junto a várias Secretarias de Estado.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.
RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANA

CONCURSO PUBLICO 001/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2026

O Prefeito do Município de Xambrê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve:

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º Convoca os candidatos abaixo, aprovados em Concurso Público, homologado em 09/09/2026 a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, com sede da Prefeitura Municipal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, no horário compreendido entre 08:00h às 13:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

MOTORISTA – 40 HRS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
11114381	FRANCISCO APARECIDO FRABI JUNIOR	1º
11111390	CLAUDEMIR CARDOSO	2º

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HRS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
11111923	PAULO RICARDO DUARTE COSTA	1º
11111971	ANGELA ROSA SEEHAGEN	2º

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HRS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
11112701	GISLAINE MARIA CALESCURA FERREIRA	1º
11113216	GREICE ADRIELLY SILVA FEITOSA	2º
11112023	HELAINE PATRÍCIA NASCIMENTO MELLO MENDONÇA	3º

Art. 2º Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 30 (trinta) dias para entregar a documentação relacionada abaixo:

- Atestado de Aptidão Física e Mental compatível com o exercício do cargo conforme o item I do artigo 10
do presente edital
- Carteira de Trabalho
- RG
- CPF
- Título Eleitoral
- 1 fotos 3x4
- Certidão de Antecedentes Criminais
- Certificado de Reservista ou Dispensa (masculino)
- Carteira Nacional de Habilitação
- Certidão de Casamento ou Nascimento
- Comprovante de Votação
- Comprovante de Residência
- Certidão de Nascimento dos filhos até 24 anos e CPF
- Comprovante de frequência escolar para filhos maiores de 14 até 24 anos que não exerça atividade lucrativa.
- caso haja, atestado de invalidez dos filhos de qualquer idade
- Comprovação de Escolaridade
- Comprovante de Registro no Órgão Competente (para os cargos que tem registro, tais como médico e enfermeiro)

Xambrê, 20 de Outubro de 2026

DÉCIO JARDIM
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 216/2026
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique, lote 443c e 444a, RURAL, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Brasil e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA empresa: H A FRANCO INSTALAÇÕES ELETRICAS E ENERGIA SOLAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 47.816.578/0001-84, com sede à ,, nº , - na cidade de , Estado do PR, Brasil, neste ato representado pelo HENRIQUE APARECIDO FRANCO, portador(a) do RG. nº 80908750, e do CPF/MF Nº 065.343.949-01, resolvem firmar o presente Contrato, da Licitação Modalidade de Pregão nº 43/ 2026, Processo n° 160, data da homologação da licitação 21/10/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Objeto
Constitui como objeto do presente Contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORNAMENTAÇÃO NATALINA, REFORMA DE ENFEITES EXISTENTES, AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR. sendo vencedor dos itens abaixo descritos:
DO PREÇO
Pela prestação de serviços do objeto do presente contrato, o Município de São Jorge do Patrocínio – Pr., pagará a importância de 64.799,88, á empresa acima citada, neste definida como CONTRATADA.
DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
O presente Contrato terá vigência de 04 meses, tendo início em 21/10/2026 e término previsto para 18/02/2027, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais.
DO FORO
As partes em comum acordo elegem como foro privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o Foro da Comarca de ALTONIA, estado do Paraná.
E por estarem justos certos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.
São Jorge do Patrocínio-PR, 21/10/2026.

EXTRATO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 218/2026
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique, lote 443c e 444a, RURAL, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Brasil e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA empresa: METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.035.532/0004-20, com sede à Avenida BRASILIA,1701, nº , RODOCENTRO - 86070-020 na cidade de Londrina, Estado do PR, Brasil, neste ato representado pelo ASSAAD FARES ABOU NABHAN, portador(a) do RG. nº , e do CPF/MF Nº 108.994.489-68, resolvem firmar o presente Contrato, da Licitação Modalidade de Inexigibilidade nº 35/ 2026, Processo n° 169, data da homologação da licitação 21/10/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Objeto
Constitui como objeto do presente Contrato: A presente demanda tem por objeto a aquisição de 02 (DOIS) veículos automotores novos, zero quilômetro, sendo 02 (dois) veículos tipo hatch, por meio de compra compartilhada decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026, promovido pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA, mediante utilização da Ata de Registro de Preços nº 003/2026, da qual o Município de São Jorge do Patrocínio/PR figura como município consorciado/participante, observadas as especificações, condições, quantitativos e valores registrados e a autorização formal expedida pelo órgão gerenciado. sendo vencedor dos itens abaixo descritos:
DO PREÇO
Pela prestação de serviços do objeto do presente contrato, o Município de São Jorge do Patrocínio – Pr., pagará a importância de 199.300,00, á empresa acima citada, neste definida como CONTRATADA.
DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
O presente Contrato terá vigência de 04 meses, tendo início em 21/10/2026 e término previsto para 18/02/2027, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais.
DO FORO
As partes em comum acordo elegem como foro privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o Foro da Comarca de ALTONIA, estado do Paraná.
E por estarem justos certos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.
São Jorge do Patrocínio-PR, 21/10/2026.

EXTRATO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 219/2026
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique, lote 443c e 444a, RURAL, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Brasil e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA empresa: EDUCAR MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.216.714/0001-95, com sede à ,, nº , - na cidade de , Estado do PR, Brasil, neste ato representado pelo VALMIR PROCKSCH, portador(a) do RG. nº , e do CPF/MF Nº 955.048.349-53, resolvem firmar o presente Contrato, da Licitação Modalidade de Dispensa nº 79/ 2026, Processo n° 166, data da homologação da licitação 13/10/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Objeto
Constitui como objeto do presente Contrato: AQUISIÇÃO DE CARTEIRAS ESCOLARES PARA ATENDER A DEMANDA DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA DE MELO DE SÃO JORGE DO PATROCINIO sendo vencedor dos itens abaixo descritos:
DO PREÇO
Pela prestação de serviços do objeto do presente contrato, o Município de São Jorge do Patrocínio – Pr., pagará a importância de 18.979,48, á empresa acima citada, neste definida como CONTRATADA.
DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
O presente Contrato terá vigência de 04 meses, tendo início em 21/10/2026 e término previsto para 18/02/2027, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais.
DO FORO
As partes em comum acordo elegem como foro privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o Foro da Comarca de ALTONIA, estado do Paraná.
E por estarem justos certos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.
São Jorge do Patrocínio-PR, 21/10/2026.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 217/2026
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique, lote 443c e 444a, RURAL, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Brasil e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA empresa: R TROVO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRAULICAS-ME, inscrita no CNPJ nº 24.904.541/0001-02, com sede à Estrada Estrada Sao Henrique,629, nº , Posto Fiscal - 87555-000 na cidade de São Jorge Do Patrocínio, Estado do PR, Brasil, neste ato representado pelo RODRIGO TROVO, portador(a) do RG. nº , e do CPF/MF Nº 066.052.709-08, resolvem firmar o presente Contrato, da Licitação Modalidade de Pregão nº 43/ 2026, Processo n° 160, data da homologação da licitação 21/10/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Objeto
Constitui como objeto do presente Contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORNAMENTAÇÃO NATALINA, REFORMA DE ENFEITES EXISTENTES, AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR. sendo vencedor dos itens abaixo descritos:
DO PREÇO
Pela prestação de serviços do objeto do presente contrato, o Município de São Jorge do Patrocínio – Pr., pagará a importância de 38.821,95, á empresa acima citada, neste definida como CONTRATADA.
DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
O presente Contrato terá vigência de 04 meses, tendo início em 21/10/2026 e término previsto para 18/02/2027, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais.
DO FORO
As partes em comum acordo elegem como foro privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o Foro da Comarca de ALTONIA, estado do Paraná.
E por estarem justos certos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.
São Jorge do Patrocínio-PR, 21/10/2026.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PEROBAL
IPREVP
ESTADO DO PARA
AVISO DISPENSA ELETRÔNICA nº 001/2026

EXCLUSIVA PARA EMPRESA MEI/ME/EPP
O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PEROBAL - IPREVP** Estado do Paraná, torna público, que realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº26/2023, e demais normas aplicáveis.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Consultoria de Valores Mobiliários, para orientação, recomendação e aconselhamento, de forma profissional, independente e individualizada, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, cuja adoção e implementação sejam exclusivas do Instituto de Previdência de Perobal – IPREVP, incluindo o credenciamento das instituições financeiras aptas a operar com o RPPS e a elaboração de estudo de Asset Liability Management (ALM), em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, a Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021, e a Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, e suas alterações.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS: de 21/10/2026 às 13h00min até 27/10/2026 às 08h30min.

DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 27/10/2026 às 09h00min

HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DE DISPUTA: 27/10/2026 às 15h00min

DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (seis) horas

TIPO DE DISPUTA: ABERTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R$ 31.212,00

LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA: https://www.bll.org.br.

LINK PARA ACESSO AO EDITAL:
https://perobal.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

Perobal, 21 de outubro de 2026.

ALEXANDRE APARECIDO FLAMESCHI AUGUSTINHO
Diretor Presidente do IPREVP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO N.º 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2026
Constitui como objeto do presente a contratação: Aquisição de gêneros alimentícios para ser utilizados pelas escolas da rede municipal de ensino para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do município de São Jorge do Patrocínio – Pr..
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique Lote 443C e 444A, Rural, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: COMERCIO DE ALIMENTOS DALE CRODE LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 00.242.652/0001-32, com sede à Rua Jose Herminio Visconcini , Centro - CEP 87555000 na cidade de São Jorge Do Patrocínio - PR, neste ato Representado pelo Sr(a). ANTONIO MARCOS DALE CRODE, portador(a) do CPF/MF Nº 74988859991, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, firmado com amparo da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 8/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Clausula segunda – do Acréscimo
Em razão da necessidade do objeto, fica estabelecido o acréscimo do quantitativo dos itens do presente Termo Aditivo, dentro do limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do Contrato nº. 34/2026, em conformidade com a Lei 14.133/2021.
LOTE ITEM ESPECIFICAÇÃO UNIDADE QUANT VALOR UNIT. VALOR TOTAL
7 18535 CARNE BOVINA MISTA, TIPO PICADÃO, RESFRIADA, LIMPA, ASPECTO PRÓPRIO DA ESPÉCIE, NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA DA ESPÉCIE, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU PARDACENTA E ODOR, EMBALADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. KG 250 R$ 45,46 R$ 11.365,00
Clausula Terceira – Do Valor Contratual
O valor do presente termo aditivo, constitui na importância global de R$ 11.365,00 (onze mil, trezentos e sessenta e cinco reais).
Clausula Quarta – Das Ratificações
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
Clausula Quinta – Do Foro Competente
Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato.
E estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.
São Jorge do Patrocínio-PR, 21/10/2026.

TERMO ADITIVO N.º 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038-2026
Constitui como objeto do presente a contratação: Aquisição de gêneros alimentícios para ser utilizados pelas escolas da rede municipal de ensino para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do município de São Jorge do Patrocínio – Pr.
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique Lote 443C e 444A, Rural, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: N. FACCI SA & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 04.718.226/0001-83, com sede à Rua Jose Herminio Visconcini , Centro - CEP 87555000 na cidade de São Jorge Do Patrocínio - PR, neste ato Representado pelo Sr(a). KATIA REGINA FACCI SÁ, portador(a) do CPF/MF Nº 01596082950, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, firmado com amparo da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 8/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Clausula segunda – do Acréscimo
Em razão da necessidade do objeto, fica estabelecido o acréscimo do quantitativo dos itens do presente Termo Aditivo, dentro do limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do Contrato nº. 38/2026, em conformidade com a Lei 14.133/2021.
LOTE
ITEM ESPECIFICAÇÃO UNIDADE QUANT VALOR UNIT. VALOR TOTAL
16 9434 FILÉ DE PEITO DE FRANGO CONGELADO 1 KG, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO. KG 350 R$ 28,90 R$ 10.115,00
Clausula Terceira – Do Valor Contratual
O valor do presente termo aditivo, constitui na importância global de R$ 10.115,00 (dez mil, cento e quinze reais).
Clausula Quarta – Das Ratificações
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
Clausula Quinta – Do Foro Competente
Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato.
E estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.
São Jorge do Patrocínio-PR, 21/10/2026.

TERMO ADITIVO N.º 03 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 037/2026
Constitui como objeto do presente a contratação: Aquisição de gêneros alimentícios para ser utilizados pelas escolas da rede municipal de ensino para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do município de São Jorge do Patrocínio – Pr.
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique Lote 443C e 444A, Rural, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: GRUPO F.A. SP SANTANA LTDA, inscrita no CNPJ nº 21.646.792/0001-46, com sede à Rua Jose Pereira Dos Santos , Jardim América - CEP 87555000 na cidade de São Jorge Do Patrocínio - PR, neste ato Representado pelo Sr(a). FERNANDO APARECIDO DE SOUZA SANTANA, portador(a) do CPF/MF Nº 09172542950, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, firmado com amparo da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 8/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Clausula segunda – do Acréscimo
Em razão da necessidade do objeto, fica estabelecido o acréscimo do quantitativo dos itens do presente Termo Aditivo, dentro do limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do Contrato nº. 37/2026, em conformidade com a Lei 14.133/2021
LOTE
ITEM ESPECIFICAÇÃO UNIDADE QUANT VALOR UNIT. VALOR TOTAL
3 1868 CARNE SUÍNA PERNIL TRASEIRO SEM OSSO E SEM PELE, RESFRIADO COM ASPÉCTO FIRME NÃO AMOLECIDO E NÃO PEGAJOSO, SEM ESCURECIMENTO OU MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, CORTE MAGRO. KG 300 R$ 28,50 R$ 8.550,00
Clausula Terceira – Do Valor Contratual
O valor do presente termo aditivo, constitui na importância global de R$ 8.550,00 (oito mil, quinhentos e cinquenta reais).
Clausula Quarta – Das Ratificações
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
Clausula Quinta – Do Foro Competente
Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato.
E estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.
São Jorge do Patrocínio-PR, 21/10/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 160/ 2026
Pregão Nº 043/ 2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORNAMENTAÇÃO NATALINA, REFORMA DE ENFEITES EXISTENTES, AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR.
O Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial as contidas no art. 13, VII e VIII, do Decreto nº 38, de 28 de março de 2023 e no art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021 e tendo em vista as informações constantes no presente processo licitatório, lastreadas em parecer emitido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 51/2025 do dia 17 de janeiro de 2025, através do presente termo, ADJUDICA o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) abaixo e HOMOLOGO o presente processo.
FORNECEDOR
CNPJ VALOR TOTAL
H A FRANCO INSTALAÇÕES ELETRICAS E ENERGIA SOLAR LTDA 47.816.578/0001-84 R$ 64.799,88
R TROVO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRAULICAS-ME 24.904.541/0001-02 R $ 38.821,95
Uma vez cumpridas as formalidades de estilo, dê-se publicidade ao ato na forma da lei.
São Jorge do Patrocínio-PR, 21/10/2026.
RONALDO TINTI
PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/ 2026
Inexigibilidade Nº 035/ 2026
OBJETO: A presente demanda tem por objeto a aquisição de 02 (DOIS) veículos automotores novos, zero quilômetro, sendo 02 (dois) veículos tipo hatch, por meio de compra compartilhada decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026, promovido pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA, mediante utilização da Ata de Registro de Preços nº 003/2026, da qual o Município de São Jorge do Patrocínio/PR figura como município consorciado/participante, observadas as especificações, condições, quantitativos e valores registrados e a autorização formal expedida pelo órgão gerenciado.
O Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial as contidas no art. 13, VII e VIII, do Decreto nº 38, de 28 de março de 2023 e no art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021 e tendo em vista as informações constantes no presente processo licitatório, lastreadas em parecer emitido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 51/2025 do dia 17 de janeiro de 2025, através do presente termo, ADJUDICA o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) abaixo e HOMOLOGO o presente processo.
FORNECEDOR
CNPJ VALOR TOTAL
METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA 05.035.532/0004-20 R $ 199.300,00
Uma vez cumpridas as formalidades de estilo, dê-se publicidade ao ato na forma da lei.
São Jorge do Patrocínio-PR, 21/10/2026.
RONALDO TINTI
PREFEITO

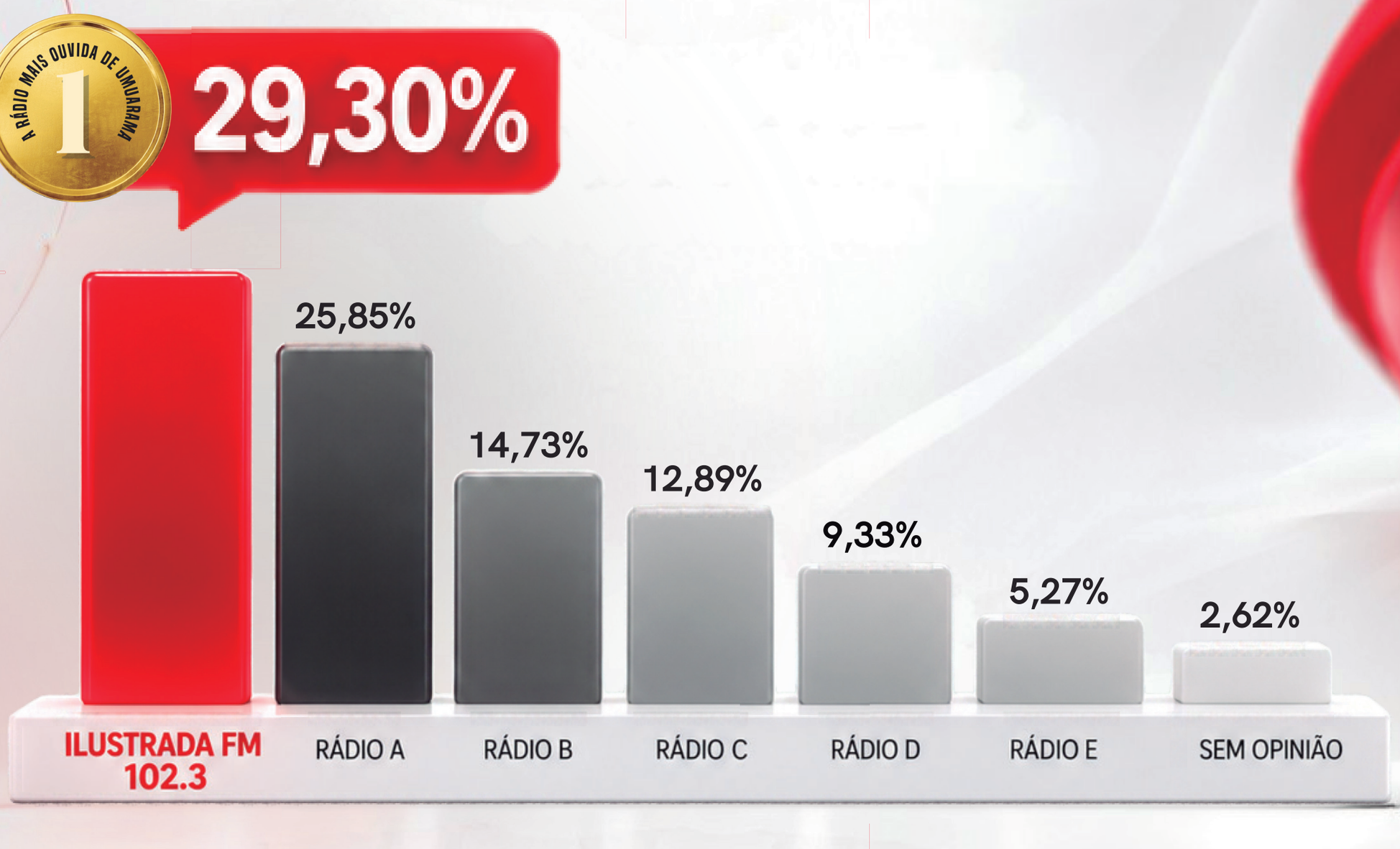
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/ 2026
Dispensa Nº 079/ 2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTEIRAS ESCOLARES PARA ATENDER A DEMANDA DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA DE MELO DE SÃO JORGE DO PATROCINIO
O Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial as contidas no art. 13, VII e VIII, do Decreto nº 38, de 28 de março de 2023 e no art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021 e tendo em vista as informações constantes no presente processo licitatório, lastreadas em parecer emitido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 51/2025 do dia 17 de janeiro de 2025, através do presente termo, ADJUDICA o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) abaixo e HOMOLOGO o presente processo.
FORNECEDOR
CNPJ VALOR TOTAL
EDUCAR MOVEIS LTDA 10.216.714/0001-95 R$ 18.979,48
Uma vez cumpridas as formalidades de estilo, dê-se publicidade ao ato na forma da lei.
São Jorge do Patrocínio-PR, 13/10/2026.
RONALDO TINTI
PREFEITO

RÁDIO ilustrada FM 102.3

1º LUGAR EM AUDIÊNCIA

Pesquisa IMPACTO 2026 confirma:
a Rádio Ilustrada FM é a rádio mais ouvida de Umuarama.

A RÁDIO MAIS OUVIDA DE UMUARAMA 1



IMPACTO

Pesquisa de mercado e satisfação do cliente realizada de 29 de junho a 08 de julho de 2026, com 967 questionários distribuídos em Umuarama-PR.

PRIMEIRO LUGAR EM TODO LUGAR.